

**Francisco Fernandes Lopes (1884-1969),
historiador do Algarve**

Contributo para a historiografia henriquina

Andreia Lopes Fidalgo

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em História do Algarve

Trabalho efectuado sob a orientação de:

Prof. Doutor António Rosa Mendes

Prof. Doutor António Paulo Oliveira

2012

Francisco Fernandes Lopes (1884-1969), historiador do Algarve

Contributo para a historiografia henriquina

Declaração de autoria de trabalho

Declaro ser a autora deste trabalho, que é original e inédito. Autores e trabalhos consultados estão devidamente citados no texto e constam da listagem de referências incluída.

Andreia Fidalgo

Copyright © Andreia Lopes Fidalgo, 2012

A Universidade do Algarve tem o direito, perpétuo e sem limites geográficos, de arquivar e publicar este trabalho através de exemplares impressos reproduzidos em papel ou de forma digital, ou por qualquer outro meio conhecido ou que venha ser inventado, de o divulgar através de repositórios científicos e de admitir a sua cópia e distribuição com objectivos educacionais ou de investigação, não comerciais, desde que seja dado crédito ao autor e editor.

À Memória de António Rosa Mendes,

Querido Professor, Mestre e Amigo

Vila cubista chamaram a Olhão.

De um prédio para o outro as açoteias e fachadas imbrincam-se, acavalam-se, sobrepõem-se, desarticulam-se, anuladas pela brancura e pela miragem das leis da perspectiva e do volume. São milhares de cubos em equilíbrio instável, paradoxal, absurdo, como cantarias de uma Babel juncando um campo raso. E todavia, deste mar revoltado de planos e desta fanfarra endiabrada de branco, filtra-se uma sensação de pureza, de banho auroral, como rescende o perfume dum canteiro de açucenas.

Aquilino Ribeiro, Guia de Portugal, vol.II, 1927

Agradecimentos

Para a realização desta dissertação de mestrado cabe-me assinalar o contributo essencial do Prof. Doutor António Rosa Mendes, que já não está entre nós, mas cuja memória manter-se-á presente enquanto por cá permanecerem os seus “discípulos”, ou seja, todos aqueles que tiveram o privilégio de ter sido seus alunos e que estão dispostos a prosseguir o seu importante legado no estudo da história das ideias e na valorização da história do Algarve. Ao Prof. Rosa Mendes, que costumava dizer com um grande sorriso de satisfação “não me orgulho das aulas que dei, mas orgulho-me dos alunos que tive”, é a minha vez de retribuir dizendo que não me orgulho da aluna que fui, mas orgulho-me muito e sinto-me verdadeiramente honrada de o ter tido como Professor. Ao Prof. Rosa Mendes devo grande parte da orientação deste trabalho, mas, acima de tudo, tenho a agradecer tudo o que me ensinou e o apoio e fé que sempre depositou nas minhas capacidades. Mesmo quando eu não acreditava em mim própria, ele nunca duvidou. Fez-me querer ser melhor e ensinou-me uma lição muito importante: não devemos querer ser melhores que ninguém, mas sim ambicionarmos ser o melhor de nós próprios. Por tudo isto e muito mais, dedico esta tese à memória do Prof. António Rosa Mendes!

Ao Prof. Doutor António Paulo Oliveira agradeço igualmente a orientação desta dissertação e toda a disponibilidade que sempre demonstrou em me auxiliar nos momentos cruciais de dúvida, em partilhar e debater novas ideias decisivas e em indicar linhas de pensamento pelas quais eu não teria enveredado sem o seu contributo fundamental. O seu apoio e orientação foram essenciais para que esta dissertação chegasse a bom termo.

À Dra. Helena Vinagre e ao Dr. José Cabaço, do Arquivo Histórico Municipal de Olhão, agradeço o excelente acolhimento, o constante apoio e a disponibilização de todos os meios necessários à minha investigação. A sua ajuda foi preciosa para a concretização de uma parte essencial deste trabalho.

Por fim, mas não menos importante, devo acrescentar que sempre contei com o apoio da família, amigos e colegas no decurso de mais uma etapa académica e nas longas e extenuantes horas de labor e concentração na dissertação. Seria impossível nomeá-los a todos, nestas breves linhas, mas estou convicta que eles saberão quem são. Em sua homenagem deixo aqui registada a minha mais profunda gratidão.

Um bem-haja e muito obrigada a todos!

Resumo

São ainda muito incipientes os estudos sobre a vida e obra do médico olhanense Francisco Fernandes Lopes (1884-1969), uma das figuras mais interessantes do quadro cultural português da primeira metade do século XX. Na verdade, dificilmente poderemos caracterizá-lo apenas como “médico”, pois era um intelectual multifacetado e interessado nas mais diversas áreas do saber, assim como também é impossível descrevê-lo apenas como “olhanense”, pois a sua actividade intelectual extravasou largamente o âmbito local, regional e mesmo nacional.

A presente dissertação, intitulada *Francisco Fernandes Lopes (1884-1969), historiador do Algarve: contributo para a historiografia henriquina*, tem dois objectivos principais, patentes no próprio título: compreender o homem, ou seja, elaborar um estudo biográfico sobre Fernandes Lopes, e analisar uma das suas facetas, a de historiador, mais concretamente no que concerne à sua obra acerca do Infante D. Henrique e a sua relação ao Algarve.

No que respeita à biografia, pretende-se compreender a vida e obra de Francisco Fernandes Lopes através de uma análise concertada do seu percurso de vida, dos seus principais interesses e da sua actividade cultural e intelectual. Neste âmbito, é essencial ter em consideração que a vida de Fernandes Lopes se desenrolou mormente em Olhão, vila algarvia singular devido ao seu panorama arquitectónico único de açoteias, e que ele tanto se empenhou em divulgar, procurando que Olhão ocupasse um lugar de destaque no mapa do Algarve e, também, de Portugal.

Relativamente à produção historiográfica tem particular destaque a temática henriquina, que foi a que mais ocupou Francisco Fernandes Lopes entre as décadas de 30 a 60 do século XX. Os seus estudos devem ser entendidos no âmbito de um período histórico muito específico – o Estado Novo – e tendo por base a evolução do pensamento historiográfico, assim como outros estudos similares e coetâneos que permitam formular uma comparação.

Palavras-chave: Olhão, Algarve, Historiografia, Estado Novo, Infante D. Henrique.

Abstract

Studies on the life and work of Olhão-born Physician Francisco Fernandes Lopes (1884-1969) are still beginning, him being one of the most interesting figures of the Portuguese cultural scene of the first half of the 20th century. In fact we can hardly characterise him as merely a ‘doctor’, for he was a multifaceted intellectual who took interest in several knowledge areas. Likewise it is impossible to describe him as just Olhão-born, for his intellectual activity has by long surpassed the local, regional or even national concern.

The following dissertation, entitled *Francisco Fernandes Lopes (1884-1969), Algarve’s historian: contribution towards Prince Henry the Navigator’s historiography*, has its two main goals present in the title: to understand the man, i.e., to create a biographical study on Fernandes Lopes, and to analyse one of his sides, the historian one, mainly about his work on Prince Henry the Navigator and his connection with the Algarve.

Regarding the biography, it is intended to understand the life and work of Francisco Fernandes Lopes through a concerted analysis of his life path, his main interests, and his cultural and intellectual activity. On that subject it is essential to consider that Fernandes Lopes’ life was spent mainly in Olhão, a peculiar village in the Algarve due to its unique architectural panorama of açoteias (terraces), which he committed himself to broadcast, intending for Olhão to have a distinguished spot in Algarve’s maps, and also in Portugal’s.

About his historiography output, the main focus is on Prince Henry, whom Francisco Fernandes Lopes has spent the most time studying, from the period of 1930 to 1960. His studies are to be framed within a very specific historical period – the New State – and being based on the evolution of the historiographical thought, as well as other similar and contemporary studies that allow to form a comparison.

Key-words: Olhão, Algarve, Historiography, The New State, Prince Henry the Navigator

Índice Geral

| | |
|--|-----|
| Introdução | 8 |
| Parte I – Francisco Fernandes Lopes, um intelectual na “mal sabida Olhão” | |
| Cap. 1. Perfil biográfico | 15 |
| Cap. 2. Em Olhão | 27 |
| 2.1. Perspectiva histórico-etnográfica..... | 32 |
| 2.1.1. Olhão no <i>Guia de Portugal</i> | 34 |
| 2.1.2. Panorama típico da «vila cubista»..... | 46 |
| 2.1.3. A “mal sabida Olhão” de Fernandes Lopes..... | 50 |
| Parte II – O labor historiográfico de Francisco Fernandes Lopes | |
| Cap. 3. Francisco Fernandes Lopes, historiador | 54 |
| 3.1. Rede de correspondência..... | 61 |
| Cap. 4. O Infante D. Henrique na historiografia | 66 |
| 4.1. Perspectiva histórica da historiografia portuguesa..... | 66 |
| 4.1.1. O desenvolvimento da historiografia moderna no século XIX: de Alexandre Herculano a Oliveira Martins..... | 66 |
| 4.1.2. Primeira República: a reafirmação da historiografia nacionalista..... | 71 |
| 4.1.3. Estado Novo: a História ao serviço da Ditadura..... | 73 |
| 4.2. O Infante D. Henrique na historiografia anterior ao Estado Novo..... | 76 |
| 4.3. O Infante D. Henrique na historiografia do Estado Novo..... | 85 |
| 4.3.1. Divulgação popular do mito henriquino..... | 85 |
| 4.3.2. Estudos henriquinos..... | 90 |
| a) Retrato moral, motivações e planos henriquinos..... | 92 |
| b) A Vila do Infante..... | 108 |
| c) A Escola de Sagres..... | 121 |

| | |
|---|------------|
| 4.4. A perspectiva de Francisco Fernandes Lopes: metodologia, contributo e originalidade..... | 128 |
| 4.4.1. Linha historiográfica..... | 128 |
| 4.4.2. O Algarve no centro da acção henriquina..... | 134 |
| 4.4.3. Fontes e metodologia..... | 138 |
| 4.4.4. Contributo e originalidade..... | 143 |
| | |
| Conclusões..... | 148 |
| | |
| Fontes e Bibliografia..... | 152 |
| | |
| Anexo I – Textos de apoio..... | 166 |
| Anexo II – Documentos..... | 204 |
| Anexo III – Figuras..... | 228 |
| Anexo IV – Mapas..... | 233 |

Índice dos Anexos

ANEXO I – Textos de apoio

- Texto I** – Francisco Fernandes LOPES, “Carta de Lisboa – Recordações”, in *Notícias do Algarve*, semanário regionalista. Vila Real de Santo António: ano IV, nº168, 26 de Agosto de 1956, pp.1 e 4. 167
- Texto II** – Francisco Fernandes LOPES, “Encontro”, in *Leonardo Coimbra, testemunhos dos seus contemporâneos*, textos coligidos por A. Casais Monteiro, Álvaro Ribeiro, José Marinho e Sant’Anna Dionísio. Porto: Livraria Tavares Martins, 1950, pp.223-224. 172
- Texto III** – J. T., Entrevista “Fernandes Lopes diz coisas interessantes sobre a tuberculose”, in *Correio do Sul*. Faro: ano 9º, nº586, 13 de Maio de 1928, p.2. 174
- Texto IV** – Francisco Fernandes LOPES, “Corrigenda et addendda... Olhão no «Guia de Portugal»”, in *Correio Olhanense*. Olhão: Ano VII, nº262, 19 de Julho de 1928, p.3. 178
- Texto V** – Francisco Fernandes LOPES, “O que nos escreve o intelectual algarvio Dr. Fernandes Lopes”, in *Notícias do Sul*, 5 de Agosto de 1928, publicado in Raul PROENÇA, *Polémicas*, organização, prefácio e cronologia de Daniel Pires. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1988, pp.697-698. 182
- Texto VI** – Francisco Fernandes LOPES, “Esclarecendo...”, in *Correio do Sul*. Faro: Ano 9, nº600, 19 de Agosto de 1928, p.1. 185
- Texto VII** – Francisco Fernandes LOPES, *Olhão, terra de mistério, de mareantes e de mirantes*, separata do Jornal *Correio Olhanense*. Olhão: [s.n.], 1948 (Publicado originalmente no *Correio Olhanense* de 18/03/1948). 187
- Texto VIII** – Francisco Fernandes LOPES, “O monumento do Infante em Sagres”, in *Correio Olhanense*. Olhão: Ano X, nº163, 10 de Julho de 1958, pp.1 e 4. 191
- Texto IX** – Francisco Fernandes LOPES, “Sagres e as comemorações henriquinas – o caso do monumento-farol”, in *Correio Olhanense*. Olhão: ano X, nº165, 24 de Julho de 1958, pp.1-2. 194
- Texto X** – “Declarações do Sr. Dr. Francisco Fernandes Lopes ao seu livro «A Figura e a Obra do Infante D. Henrique» - recentemente premiado”, in *Notícias do Algarve*. Vila real de Santo António: ano VIII, nº383, 13 de Novembro de 1960, pp.1 e 4. 197
- Texto XI** – Francisco Fernandes LOPES, “Temas da história henriquina – À volta do Infante”, in *Diário de Lisboa*. Lisboa: ano 39º, nº13276, 23 de Novembro de 1959, pp.6 e 11. 199

ANEXO II – Documentos

| | |
|---|-----|
| Doc. 1 – Edital fundador da Escola Primária Superior de Faro, 2 de Setembro de 1919 | 205 |
| Doc. 2 – Carta da Delegação de Faro da Direcção dos Serviços de Censura ao Presidente da Câmara Municipal de Olhão, de 26 de Junho de 1942 | 206 |
| Doc. 3 – Carta da Delegação de Faro da Direcção dos Serviços de Censura ao Presidente da Câmara Municipal de Olhão, de 1 de Julho de 1942 | 208 |
| Doc. 4 – Carta da Delegação de Faro dos Serviços de Censura ao Director dos Serviços de Censura, de 7 de Julho de 1942 | 209 |
| Doc. 5 – Só me interessa a verdade (acerca da existência de Deus), 16 de Dezembro de 1934 | 210 |
| Doc. 6 – Carta de Orlando Ribeiro, de 7 de Fevereiro de 1945 | 212 |
| Doc. 7 – Carta de Joaquim de Carvalho, de 19 de Janeiro de 1943 | 214 |
| Doc. 8 – Carta de Joaquim de Carvalho, de 7 de Fevereiro de 1943 | 216 |
| Doc. 9 – Carta de Joaquim de Carvalho, de 25 de Abril de 1946 | 217 |
| Doc. 10 – Carta de Joaquim de Carvalho, de 14 de Janeiro de 1958 | 218 |
| Doc. 11 – Carta de Francisco Fernandes Lopes a Veiga Simões, de 10 de Março de 1945 | 219 |
| Doc. 12 – Carta de Vitorino Nemésio, de 2 de Janeiro de 1960 | 221 |
| Doc. 13 – Carta de Francisco Fernandes Lopes a Vitorino Nemésio, de 11 de Janeiro de 1960 | 224 |

ANEXO III – Figuras

| | |
|--|-----|
| Fig. 1. – Francisco Fernandes Lopes, na rua onde nasceu e que ainda durante a sua vida recebeu o seu nome. | 229 |
| Fig. 2 – <i>Figuras do Algarve</i> , caricaturas de José Dias Sancho, de entre as quais se inclui a de Francisco Fernandes Lopes. | 230 |
| Fig. 3 – Francisco Fernandes Lopes e a “inerudita” arquitectura olhanense. | 231 |
| Figs. 4 e 5 – Fotos antigas do panorama típico das açoteias olhanenses. | 232 |

ANEXO IV – Mapas

| | |
|--|-----|
| Mapa 1 – Cabo de Sagres e Cabo de São Vicente | 234 |
|--|-----|

Introdução

Do “médico olhanense” Francisco Fernandes Lopes (1884-1969) dificilmente se poderá dizer que apenas se dedicou ao exercício de medicina, ou que, apesar de natural e residente em Olhão a maior parte da sua vida, a sua actividade apenas se circunscreveu ao âmbito local e regional. Pelo contrário, Fernandes Lopes interessou-se pelos mais diversos ramos do conhecimento – música, história, arte, literatura, ciência... – sobre os quais publicou vários estudos, participou em congressos de relevância nacional e internacional, colaborou em periódicos de grande difusão e relevância no panorama cultural nacional – *Seara Nova*, *Petrus Nonius*, *Atlântico*, *Brotéria*, etc. – dirigiu a revista luso-francesa *Afinidades*, integrou o movimento cultural *Seara Nova*, e manteve contacto com importantes intelectuais da cultura portuguesa seus contemporâneos, tais como Francisco Pulido Valente, Amílcar Ramada Curto – ambos seus colegas no Liceu da Regaleira em Lisboa –, Luís da Câmara Reis, Leonardo Coimbra, Raul Proença, Fernando Pessoa, Joaquim de Carvalho, entre muitos outros.

Fernandes Lopes foi, portanto, um intelectual multifacetado, cuja intensa actividade intelectual ultrapassou largamente as fronteiras regionais e até nacionais. De entre as múltiplas áreas de estudo que captaram o seu interesse, é possível destacar a Música, a História dos Descobrimentos, e a sua terra natal, Olhão. Fernandes Lopes, na sua faceta de musicólogo, dedicou-se ao estudo exaustivo das *Cantigas de Santa Maria, de Afonso X de Castela*¹, para o qual recebeu inclusivamente um subsídio da Junta de Educação Nacional que lhe permitiu fazer pesquisas sobre o tema em Madrid, no Escorial e em Sevilha. Enquanto historiador, destacam-se sobretudo os estudos de História dos Descobrimentos, mormente acerca do Infante D. Henrique, figura histórica da qual se ocupou durante cerca de trinta anos e cuja principal obra publicada, *A figura e a obra do Infante D. Henrique*, obteve reconhecimento nacional por ter sido premiado, em 1960, no concurso “Grande prémio Infante D. Henrique”, promovido pela *Comissão Executiva do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique*. No que diz respeito a Olhão, Fernandes Lopes escreveu ao longo da sua vida diversos artigos empenhados na defesa das singularidades da arquitectura olhanense e daquele que considerava ser um panorama único em todo o mundo. Particular destaque merece o breve artigo que intitulou sugestivamente “Olhão, terra de mistérios, de mareantes

¹ Veja-se a obra publicada postumamente: Francisco Fernandes LOPES, *A Música das Cantigas de Santa Maria e outros ensaios*, 1985.

e de mirantes”², que constitui ainda actualmente uma das mais interessantes descrições da feição típica da vila cubista.

A assinalar a importância de Fernandes Lopes, existem sobre ele pequenas publicações e apontamentos biográficos, embora não se possa considerar que qualquer um deles corresponda a um estudo verdadeiramente sistematizado e exaustivo. Da autoria de Antero Nobre, por exemplo, pode-se salientar a publicação, por ocasião do centenário do nascimento de Fernandes Lopes, em 1984, de *O Doutor Fernandes Lopes, apontamento bio-bibliográfico*³. Trata-se de uma pequena separata do periódico *A Voz de Olhão*, na qual Antero Nobre procurou salientar os momentos mais marcantes da vida do médico olhanense, incluindo a sua formação, os conhecimentos por ele travados ao longo da vida, a assídua colaboração em periódicos de alto relevo no panorama nacional, o seu afincamento na promoção dos *Serões Musicais* no Grémio Olhanense e, inclusive, a sua actividade enquanto musicólogo e compositor. Relativamente à obra historiográfica, Antero Nobre destaca-o enquanto historiador dos Descobrimentos Portugueses, mas não procede a uma análise da sua obra, limitando-se a fazer uma enumeração dos estudos e artigos publicados por Fernandes Lopes sobre esse e outros temas.

Ainda alusiva à comemoração do centenário do nascimento do médico olhanense, foi publicada pela Universidade do Algarve, em 1986, a obra *Centenário de Francisco Fernandes Lopes, cartas coligidas e comentadas por Alberto Iria*⁴. Não se trata, como o próprio título indica, de um estudo, mas sim de uma compilação da correspondência trocada entre Fernandes Lopes e Alberto Iria, que tem muito interesse enquanto fonte primária e por incorporar o próprio testemunho directo de Alberto Iria sobre Fernandes Lopes. Esta correspondência encontra-se, em grande parte, relacionada com os estudos históricos de Fernandes Lopes, para os quais pedia frequentemente o contributo de Alberto Iria, que desempenhou em diversas instituições funções de arquivista e bibliotecário e ocupou, inclusive, o cargo de director do Arquivo Histórico Ultramarino.

Em 1994, Manuel Cadafaz de Matos publicou o estudo *Francisco Fernandes Lopes (1884-1969), um historiador na sua diversidade*⁵, cujo título parece indiciar algum aprofundamento em relação à faceta de historiador de Francisco Fernandes Lopes. Porém, esse título revela-se um pouco enganador, pois o autor começa por apresentar “alguns dados para uma biografia de Francisco Fernandes Lopes”, passando depois a uma segunda parte na

² Cf. Francisco Fernandes LOPES, *Olhão, terra de mistérios, de mareantes e de mirantes*, separata do jornal *Correio Olhanense*, 1948

³ Cf. Antero NOBRE, *O Doutor Fernandes Lopes, apontamento bio-bibliográfico*, separata de *A Voz de Olhão*, 1984.

⁴ Cf. *Centenário de Francisco Fernandes Lopes, cartas coligidas e comentadas por Alberto Iria*, 1986.

⁵ Cf. Manuel Cadafaz de MATOS, *Francisco Fernandes Lopes (1884-1946), um historiador na sua diversidade*, 1994.

qual inclui algumas gravuras, e termina com uma lista da bibliografia do historiador. Inclui, ainda, uma antologia de textos da autoria de Fernandes Lopes, porém, não faz qualquer análise dos mesmos. Cadafaz de Matos não analisa, portanto, a obra historiográfica de Fernandes Lopes, no entanto, o seu apontamento tem algum interesse pela análise dos dados biográficos que apresenta. O autor faz uma analogia entre Bernardino Adolfo e Silva e Francisco Fernandes Lopes: ambos médicos, dedicados à musicologia e grandes impulsionadores da actividade cultural olhanense, ainda que Bernardino Adolfo e Silva fosse natural de Vila Real de Santo António e tivesse nascido em 1856, portanto, de uma geração bastante anterior a Fernandes Lopes. Cadafaz de Matos prossegue colocando ênfase nas relações entre Fernandes Lopes e Fernando Pessoa, integrando assim o médico e intelectual olhanense no grupo da elite cultural portuguesa, e transcreve, inclusive, três cartas dirigidas por Pessoa a Fernandes Lopes, em 1919. O autor atribui também grande importância ao contributo de Fernandes Lopes para a vida cultural algarvia e para as actividades de divulgação no Grémio Olhanense, nomeadamente no que diz respeito aos concertos de divulgação musical por ele promovidos a partir de 1924, e coloca em relevo os seus estudos sobre a musicologia portuguesa medieval. Em suma, o breve estudo de Cadafaz de Matos procura destacar algumas questões de interesse relacionadas com a biografia de Fernandes Lopes, embora pouco refira a sua obra historiográfica, como o próprio título parece sugerir.

Acrescem às obras referidas alguns apontamentos biográficos publicados em periódicos regionais, nomeadamente n' *O Sporting Olhanense*⁶, assim como em obras de carácter mais geral, tais como a *Enciclopédia Verbo Luso-Brasileira de Cultura*⁷, a *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*⁸, a obra *Quem é Alguém/Who's who in Portugal*⁹, a obra *Quem foi quem? 200 Algarvios do Século XX*¹⁰, ou ainda o estudo *Quem é quem em Olhão – vida de olhanenses de ontem e de hoje que honram Olhão*¹¹.

⁶ Veja-se, por exemplo, os artigos de: José BARBOSA, “«Perfil» do Dr. F. Lopes”, in *A Voz de Olhão*, suplemento do quinzenário *O Sporting Olhanense*, nº58, 30 de Novembro de 1972, pp. 1-2 e 4; Elviro Rocha GOMES (trad.), “Olhão, «a vila cubista», e a personalidade singular do Dr. Fernandes Lopes”, tradução de um excerto da obra *Portugal: land der christusritter*, de Jacob JOB, in *A Voz de Olhão*, suplemento do quinzenário *O Sporting Olhanense*, nº298, 30 de Novembro de 1984, p.1; Abílio GOUVEIA, “Efemérides – Dr. Fernandes Lopes”, in *A Voz de Olhão*, suplemento do quinzenário *O Sporting Olhanense*, nº158, 31 de Outubro de 1978, pp.4 e 6.

⁷ *Enciclopédia Verbo Luso-Brasileira de Cultura*, vol. 18, 2001, s.v. “Lopes (Francisco)”.

⁸ *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. XV, s.d., s.v. “Lopes (Francisco Fernandes)”.

⁹ Cf. *Quem é Alguém/Who's who in Portugal, Dicionário biográfico das personalidades em destaque no nosso tempo*, 1947, s.v. “Lopes (Francisco Fernandes)”.

¹⁰ Cf. Glória Maria MARREIROS, *Quem foi quem? 200 Algarvios do Século XX*, 2000.

¹¹ Cf. João VILLARES, *Quem é quem em Olhão – vida de olhanenses de ontem e de hoje que honram Olhão*, 1º vol., 2004.

Os breves apontamentos¹² supramencionados permitem-nos concluir que são ainda muito incipientes os estudos biográficos acerca de Francisco Fernandes Lopes, e que as suas múltiplas facetas não foram ainda devidamente estudadas e contextualizadas, pelo que se reveste de grande interesse um estudo mais aprofundado e que deixe a descoberto novos dados biográficos. Não seria plausível, no âmbito dos limites de uma dissertação de mestrado, aprofundar a análise de todas as áreas que suscitaram interesse a este intelectual caracterizado por um “visceral enciclopedismo incoercível” – nas suas próprias palavras¹³ –, dada a sua variedade e riqueza. Porém, revela-se de todo o interesse a análise exaustiva de pelo menos uma das facetas deste intelectual algarvio. É precisamente o que se pretende com a presente dissertação, que tem dois objectivos fundamentais: o estudo biográfico de Francisco Fernandes Lopes, procurando compreendê-lo no meio em que viveu, isto é, em Olhão, afastado dos principais centros culturais do país; e uma análise da sua obra enquanto historiador, destacando o tema de que mais se ocupou, o Infante D. Henrique.

De acordo com estes dois objectivos fundamentais, a que se associam outros mais, a presente dissertação encontra-se organizada em duas partes, uma primeira intitulada “Francisco Fernandes Lopes, um intelectual na «mal sabida Olhão»”, e uma segunda designada “O labor historiográfico de Francisco Fernandes Lopes”.

A Parte I, “Francisco Fernandes Lopes, um intelectual na «mal sabida Olhão»”, encontra-se dividida em dois capítulos. No primeiro pretende-se traçar um breve perfil biográfico de Francisco Fernandes Lopes, incorporando novos dados e interpretações sobre o percurso de vida do médico olhanense. Para tal, para além da bibliografia específica sobre o tema – que, como já vimos, é muito limitada – foi fundamental como metodologia de trabalho a pesquisa e investigação exaustiva no Arquivo Histórico Municipal de Olhão (A.H.M.O), onde está disponível para consulta o *Fundo Documental Francisco Fernandes Lopes*. Aí é possível recolher documentação inédita, de grande valor e interesse, tal como correspondência trocada entre Fernandes Lopes e outros vultos da cultura portuguesa na primeira metade do século XX, textos e apontamentos manuscritos, textos e anotações sobre bibliografia que servia de apoio aos seus estudos, informações sobre conferências e comunicações, diários pessoais, etc. A investigação no Arquivo Histórico Municipal de Olhão do *Fundo Documental Francisco Fernandes Lopes* complementa-se pela investigação de outros fundos desse mesmo Arquivo, nos quais a informação está mais dispersa, mas pode revelar-se igualmente importante, tal como o *Fundo Documental Câmara Municipal de Olhão*.

¹² De salientar também o artigo disponível em linha no sítio da APOS – Associação de Valorização do Património Cultural e Ambiental de Olhão, de autoria de António Paula Brito de PINA, - “Francisco Fernandes Lopes”, 2007.

¹³ Francisco Fernandes LOPES, “Carta de Lisboa – Recordações...”, in *Notícias do Algarve*, nº168, 26 de Agosto de 1956, p. 4.

O segundo capítulo tem por objectivo contextualizar devidamente a actividade intelectual de Francisco Fernandes Lopes em Olhão, vila onde nasceu e residiu a maior parte da sua vida. Para além das informações substanciais fornecidas pela documentação presente no Arquivo Histórico Municipal de Olhão, é essencial a análise dos artigos que Fernandes Lopes escreveu e publicou sobre a sua terra natal. A “mal sabida Olhão” é uma expressão de sua autoria, que deixa antever que, na sua opinião, a vila olhanense era injustamente pouco reconhecida. Empenhou-se, portanto, na divulgação dos seus encantos e singularidades, e quando em 1927 o reconhecido escritor Aquilino Ribeiro escreveu no segundo volume do *Guia de Portugal* sobre Olhão, Fernandes Lopes inicia uma amigável discordância sobre esse tópico que, na sua opinião, continha muitos erros e incoerências e era pouco dignificante para a vila algarvia de onde era natural. Neste segundo capítulo pretende-se, desta forma, compreender a visão do intelectual Francisco Fernandes Lopes acerca da vila onde residiu a maior parte da sua vida e, igualmente, descortinar a sua perspectiva histórico-etnográfica.

No que respeita à Parte II, “O labor historiográfico de Francisco Fernandes Lopes”, pretende-se aprofundar o estudo de uma das suas múltiplas facetas, neste caso a de historiador do Algarve. E neste âmbito, é evidente uma tendência para a História dos Descobrimentos e um particular e significativo interesse pela figura do Infante D. Henrique, em estreito relacionamento com a região algarvia.

Esta segunda parte divide-se igualmente em dois capítulos. No terceiro, “Fernandes Lopes, historiador”, mantém-se a coerência biográfica dos capítulos anteriores. O objectivo é compreender quais os temas que mais suscitaram o seu interesse, quais as obras publicadas e as conferências em que participou e quem eram os seus correspondentes sobre as temáticas históricas. Para este capítulo, seguiu-se a metodologia anteriormente mencionada, de estudo e incorporação dos dados recolhidos em investigações no Arquivo Histórico Municipal de Olhão, mas tendo igualmente em consideração a obra publicada por Francisco Fernandes Lopes.

É no quarto e último capítulo, “O Infante D. Henrique na historiografia”, que se coloca maior ênfase no âmbito da presente dissertação, pois é o que corresponde ao verdadeiro aprofundamento e análise da obra historiográfica publicada por Francisco Fernandes Lopes. Nesta área, o médico olhanense foi um autodidacta, pelo que se impõe que o capítulo inicie com uma perspectiva histórica da historiografia portuguesa, que permita compreender não só a evolução das ideias que influenciaram a produção historiográfica nacional, como também contextualizar a obra de Francisco Fernandes Lopes numa linha historiográfica própria e bem definida. E como a temática histórica que mais despertou o seu interesse foi o Infante D. Henrique, impõe-se igualmente uma análise da historiografia henriquina, com especial

incidência nos estudos elaborados durante o Estado Novo, e, portanto, contemporâneos dos estudos de Fernandes Lopes. Isto porque apenas mediante a comparação com outros autores de escritos henriquinos será possível entender a pertinência, a validade e o contributo dos estudos de Francisco Fernandes Lopes relativos a essa temática.

Pretende-se, em suma, que esta dissertação de mestrado possa contribuir de alguma forma para o aprofundamento da biografia de Francisco Fernandes Lopes, intelectual de elevada monta no panorama cultural nacional da primeira metade do século XX, mas cuja importância ficou, com o decorrer dos anos, submersa no esquecimento. Pretende-se, além do mais, que o aprofundamento da faceta de historiador do Algarve possa igualmente contribuir para abrir portas ao estudo de outros aspectos da obra de Fernandes Lopes. Uma obra que vai muito além da historiografia henriquina, que é muito vasta, variada e rica, pelo que seria impossível estudá-la na sua totalidade no âmbito desta dissertação.

PARTE I

**FRANCISCO FERNANDES LOPES, UM INTELLECTUAL NA
“MAL SABIDA OLHÃO”**

Perfil biográfico

“Se há olhanense de que os olhanenses possam orgulhar-se, esse é o Doutor Francisco Fernandes Lopes. Porque nenhum outro, como ele, até hoje, e apenas pela sua alta envergadura intelectual, pelo seu saber, pelas suas relações culturais com os mais altos valores intelectuais portugueses e europeus do seu tempo, pela sua obra e pelo seu amor à terra onde nasceu, honrou Olhão e projectou o nome desta Vila em Portugal e no Mundo”¹⁴.

Deste pequeno excerto da autoria de Antero Nobre, não obstante o seu carácter evidentemente laudatório, podemos levantar três questões essenciais para a compreensão biográfica de Francisco Fernandes Lopes: a sua intensa relação com Olhão, vila à qual atribuiu imensa importância e onde obteve grande reconhecimento dos seus conterrâneos; o seu isolamento apenas aparente, denunciado nos frequentes contactos com importantes figuras da cultura portuguesa (e também europeia); e o seu alto nível intelectual, de que é reflexo a vasta obra publicada ao longo da sua vida sobre temáticas diversificadas, de entre a qual podemos destacar a historiografia dedicada aos Descobrimentos e relacionada com a região algarvia.

Nascido em Olhão a 27 de Outubro de 1884, numa das ruas do Bairro do Levante, a rua Coronel Galhardo¹⁵, Francisco Fernandes Lopes era filho único de Ana do Rosário Gaspar Lopes e Francisco Fernandes Lopes, uma família de origens humildes que ganhara alguma estabilidade económica através do dedicado trabalho do chefe de família, comerciante de peixe.

Foi em Olhão que Fernandes Lopes frequentou a instrução primária, na escola régia dessa vila, tendo realizado o exame final a 27 de Abril de 1893; prosseguiu, em 1895¹⁶, para o

¹⁴ Antero NOBRE, *O Doutor Fernandes Lopes, apontamento bio-bibliográfico*, separata de *A Voz de Olhão*, 1984, p.3.

¹⁵ Nesta rua, que ainda durante a vida de Fernandes Lopes recebeu a designação de “Rua Dr. Francisco Fernandes Lopes”, ainda está de pé a casa onde nasceu o médico olhanense, distinguida com uma lápide comemorativa descerrada a 28 de Outubro de 1972, na qual se lê a seguinte inscrição: “Nesta casa nasceu em 27 de Outubro de 1884 o Doutor Francisco Fernandes Lopes. Médico, professor, filósofo, historiógrafo. Honra da cultura portuguesa e glória do povo olhanense. Outubro de 1972”. Veja-se no Anexo III, Fig.1, uma foto de Francisco Fernandes Lopes na rua onde nasceu.

¹⁶ Abílio Gouveia escreve que Fernandes Lopes realizou o exame de instrução primária a 27 de Abril de 1894, tendo-se matriculado, de seguida, no Liceu Nacional de Faro. Já Antero Nobre não refere a data do exame, mas informa que Fernandes Lopes teria ingressado no liceu em 1896. Os dados apresentados por estes dois autores não correspondem, porém, a um apontamento manuscrito de autoria do próprio Fernandes Lopes, no qual coloca o seu

Liceu Nacional de Faro¹⁷. No ano anterior tinha sido promulgada a reforma do ensino liceal por Jaime Moniz, que colocava ênfase na preparação humanística dos alunos, sem distinguir entre a área das Letras e a das Ciências¹⁸. O ensino liceal passou a ser constituído por um Curso Geral, de cinco anos, e um Curso Complementar, de dois anos, e no currículo constavam as disciplinas de “Português, Latim, Francês, Inglês ou Alemão (à escolha), Geografia, História, Matemática, Física, Química e História Natural (as três últimas numa só disciplina), Filosofia e Desenho”¹⁹. Na conclusão do Curso Geral em Faro, Fernandes Lopes ter-se-ia distinguido com as melhores classificações nas disciplinas de Português, Latim, Francês, Alemão e História²⁰; se assim foi, ou não, é difícil apurar, no entanto parece muito provável que a formação humanística de Fernandes Lopes teria em muito contribuído para cimentar o seu interesse por tais áreas do saber, que parece ter cultivado desde cedo. No que respeita ao campo das ciências, é segundo testemunho do próprio Fernandes Lopes que sabemos ter sido sensibilizado para essas áreas por Jaime Anahory Athias, guarda-marinha e, mais tarde, secretário-geral da Presidência da República, que em 1900 leccionava numa escola de alunos marinheiros aportada em Faro, e com quem travou uma amizade próxima²¹.

O Liceu, em Faro, era apenas “nacional”, o que significa que ministrava somente o Curso Geral. Para fazer o Curso Complementar era necessário ingressar num Liceu “nacional central”, motivo pelo qual Fernandes Lopes foi estudar para Lisboa, em 1901, não sem algum esforço financeiro acrescido para os seus pais, tal como parece atestar a correspondência datada desses anos de estudos académicos, na qual são frequentes as alusões ao dinheiro que Ana Gaspar Lopes e Francisco Fernandes Lopes enviavam ao filho²².

Frequentou o Liceu do Carmo e, no sétimo ano, o Liceu da Regaleira, onde conheceu e privou com alguns dos futuros vultos da cultura e sociedade portuguesa do seu tempo, então

percurso escolar e académico e que, sendo a fonte mais directa, foi onde nos baseámos. Arquivo Histórico Municipal de Olhão (A.H.M.O.), *Fundo Documental Francisco Fernandes Lopes*, SR:A/1.7. Cf. Abílio GOUVEIA, “Efemérides – Dr. Fernandes Lopes”, in *A Voz de Olhão*, nº 158, 31 de Outubro de 1978, p.6; e Antero NOBRE, *O Doutor Fernandes Lopes, apontamento bio-bibliográfico*, 1984, p.17.

¹⁷ Segundo Abílio Gouveia, Fernandes Lopes teria tido, no Liceu Nacional de Faro, por “companheiro de banco”, José Mendes Cabeçadas. Cf. Abílio GOUVEIA, “Efemérides...”, in *A Voz de Olhão*, nº 158, 31 de Outubro de 1978, p.6.

¹⁸ Cf. Rómulo de CARVALHO, *História do ensino em Portugal*, 3ª ed, 2001, pp.630-634.

¹⁹ *Idem, ibidem*, p.632.

²⁰ Antero NOBRE, *O Doutor Fernandes Lopes, apontamento bio-bibliográfico*, 1984, p.18.

²¹ Francisco Fernandes LOPES, “Carta de Lisboa – Recordações...”, in *Notícias do Algarve*, nº168, 26 de Agosto de 1956, p. 1. Carta transcrita na íntegra no Anexo I, Texto I.

²² A.H.M.O., *Fundo Documental Francisco Fernandes Lopes*, SR: A/2.3 e SR: A/3.2. Uma carta de Ana Gaspar Lopes para o filho, datada de Olhão, 7 de Novembro de 1906, parece dar conta de um conflito entre ambos, no qual Fernandes Lopes teria inquirido sua mãe se não era desejo dela que ele prosseguisse os estudos; Ana Gaspar responde que se assim fosse não lhe teria enviado o dinheiro para a matrícula e que é “para isso que o teu pai trabalha” (SR:A/2.3). Uma outra missiva, desta feita enviada por Fernandes Lopes à sua mãe, a 16 de Novembro de 1911, atesta as dificuldades que passava em Lisboa, pois Fernandes Lopes elabora todo um pedido de desculpa por ter gasto algum dinheiro acima do que seria esperado, por ter necessidade de comprar umas botas: “Mas ontem reparei que estava a ter precisão de comprar umas botas, porque começam a estar rotas na sola aquelas que trago e são as únicas que tenho porque as que daí trouxe nos pés têm os contrafortes todos rotos” (SR: A/3.2).

rapazes, de entre os quais podemos destacar Francisco Pulido Valente – futuro médico e professor catedrático da Faculdade de Medicina de Lisboa – e Amílcar Ramada Curto – futuro advogado e dramaturgo. Alguns autores apontam também o jornalista e escritor Luís da Câmara Reis como colega de Fernandes Lopes²³; porém, não obstante a longa e íntima amizade cultivada entre ambos, numa sua carta testemunhal sobre os tempos de liceu Fernandes Lopes não faz qualquer referência a Câmara Reis²⁴, apesar de certamente o ter conhecido ainda nesses primeiros anos do século XX²⁵. Faz sim, na mencionada carta, referência à amizade que o uniu a Francisco Pulido Valente, que foi quem o apresentou a Amílcar Ramada Curto: “Ao outro Francisco [Pulido Valente] – a quem por todas as afinidades me liga uma fraterna amizade – fiquei a dever a camaradagem que mutuamente nos levou para a leitura do Baudelaire e do Guyau e das generosas obras de intuito social que encontrávamos no célebre Kiosque do Rossio, hoje abolido. (...) Ora um dia, creio que conhecendo já eu, por ele, o Carlos Olavo, então militar em perspectiva, o Pulido me fala dum rapaz que tínhamos de conhecer, o Ramada Curto, que já fizera uma peça de teatro e estava a escrever um romance...”²⁶.

Estes tempos académicos em Lisboa teriam sido muito marcantes e de uma intensa e vasta actividade intelectual. Com Ramada Curto, Fernandes Lopes teve ensejo de apurar o seu gosto para a música e ópera. Narra ele que, em 1903, foi ao Teatro S. Carlos assistir à ópera *O Demónio*, de Anton Rubinstein, e que desde então o inquietou a vontade de fazer uma ópera; foi Ramada Curto quem lhe emprestou *Belkiss*, poema dramático de autoria do poeta Eugénio de Castro sobre o qual Fernandes Lopes veio, precisamente, a compor uma ópera, tarefa que o ocupou por volta dos anos 1907 e 1908, tal como assevera o seu próprio testemunho²⁷, assim como uma missiva que lhe foi endereçada por Câmara Reis a 15 de Abril de 1908, na qual o seu

²³ Cf. Antero NOBRE, *O Doutor Fernandes Lopes, apontamento bio-bibliográfico*, 1984, p.18.

²⁴ Francisco Fernandes LOPES, “Carta de Lisboa – Recordações...”, in *Notícias do Algarve*, nº168, 26 de Agosto de 1956, p. 4.

²⁵ Antero Nobre refere também que Fernandes Lopes teria sido colaborador na revista *A Mocidade*, dirigida por Câmara Reis entre 1989 e 1905. Cf. Antero NOBRE, *O Doutor Fernandes Lopes, apontamento bio-bibliográfico*, 1984, p.19. Na impossibilidade de se localizar esta revista para confirmação da colaboração, o mais certo é que, a confirmar-se, esta tenha ocorrido a partir de 1903-1904, anos que o próprio Fernandes Lopes parece considerar de grande fulgor intelectual. Cf. Francisco Fernandes LOPES, “Carta de Lisboa – Recordações...”, in *Notícias do Algarve*, nº168, 26 de Agosto de 1956, p. 4. Numa carta datada de 20 de Março de 1906 – a mais antiga que conseguimos apurar da correspondência entre Câmara Reis e Fernandes Lopes –, Câmara Reis questiona Fernandes Lopes sobre o que tem feito e pede-lhe “com muito empenho” que lhe escreva, parecendo denunciar, já nesse ano, uma amizade íntima entre ambos, o que indicia que já se conheceriam há algum tempo. A.H.M.O., *Fundo Documental Francisco Fernandes Lopes*, SR:A/2.2.

²⁶ Francisco Fernandes LOPES, “Carta de Lisboa – Recordações...”, in *Notícias do Algarve*, nº168, 26 de Agosto de 1956, p. 4.

²⁷ *Idem, ibidem*, p. 4.

amigo lhe escreve, referindo-se a si próprio e a um outro amigo, Costa Carneiro: “Esperamos ambos que você traga escrita para piano toda a música que tem para a Belkiss”²⁸.

No campo das ciências, letras e filosofia, declara Fernandes Lopes que a Biblioteca Nacional foi a sua verdadeira universidade²⁹. Era o local ideal para expandir os seus interesses pluridisciplinares, que desde cedo se manifestaram e sempre o acompanharam. Quando chegou a hora de escolher a carreira a seguir, considerava Fernandes Lopes que estava “a cultura literária a par da científica”³⁰; decidiu-se, juntamente com Pulido Valente, e certamente com alguma influência deste, pela medicina, ingressando em 1904 na Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa, que em 1911 deu lugar à Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa. Porém, como já pudemos constatar no que respeita às primícias musicais, Fernandes Lopes não se concentrou somente na medicina, algo que ele próprio reconhece: “nunca tendo querido absorver-me nela, com quebra do meu visceral enciclopedismo incoercível, não vim a passar dum vulgaríssimo *João Semana*”³¹. Mesmo a correspondência trocada, nessa época, com Pulido Valente, parece atestar essa multiplicidade de interesses, visto que numa das missivas, com data de 2 de Janeiro de 1908, o amigo informa-o das datas dos exames do curso de Medicina, e recomenda-lhe, muito significativamente: “vê se te deixas de inquéritos por agora e trata de estudar”³².

A que “inquéritos” se referiria Pulido Valente é difícil apurar, mas o certo é que Fernandes Lopes se ocupou também, durante esses anos de vida académica, de questões políticas. Se antes da implantação da República, a 5 de Outubro de 1910, parece partilhar com Pulido Valente uma tendência para os ideais republicanos revolucionários³³, logo em 1911 três artigos seus publicados no jornal *A República Portuguesa* sobre a “Reforma eleitoral e

²⁸ A.H.M.O., *Fundo Documental Francisco Fernandes Lopes*, SR: A/2.2.

²⁹ Cf. Francisco Fernandes LOPES, “Carta de Lisboa – Recordações...”, in *Notícias do Algarve*, nº168, 26 de Agosto de 1956, p. 4.

³⁰ *Idem, ibidem*, p.4.

³¹ *Idem, ibidem*, p.4. A referência a João Semana é significativa: trata-se de um velho médico do meio rural, personagem criado por Júlio Dinis em *As Pupilas do Senhor Reitor* (1863), com o qual Fernandes Lopes se parece identificar por ter residido toda a sua vida numa terra provinciana, Olhão.

³² A.H.M.O., *Fundo Documental Francisco Fernandes Lopes*, SR: A/2.2.

³³ Data de 21 de Agosto de 1907 uma carta de Pulido Valente a Fernandes Lopes, na qual está patente o crescente descontentamento com o governo repressivo de João Franco, que os dois amigos certamente partilhavam, dada a intimidade da missiva. Não eram poucos os republicanos revolucionários que, à data, se dedicaram ao fabrico de bombas artesanais, processo que, por vezes, não corria da melhor forma e resultava numa explosão inesperada, colocando a descoberto algumas actividades secretas. É precisamente um desses episódios que Pulido Valente relata a Fernandes Lopes, acerca de uma bomba que acidentalmente explodiu, na Estrela, em Agosto de 1907, vitimando e levando ao cárcere os seus executantes (recorde-se que meses mais tarde, em Novembro, um episódio semelhante sucede no quarto de Aquilino Ribeiro, na rua do Carrião, levando-o também à prisão). Pulido Valente expressa a sua solidariedade para com os revolucionários, deixando em aberto que espera que venham a ser substituídos por outros que cumpram a tarefa eficazmente: “três cidadãos misteriosos fabricavam bombas, à noite numa casinha da Estrela. Coisa nova entre nós. Para quê? Ninguém sabe. Mas é-nos lícito ter a consoladora esperança de que alguns outros o substituam e mais afortunados ou mais prudentes possam estoirar de vez esse louco e com ele a última tentativa de regeneração nacional dentro da monarquia”. A.H.M.O., *Fundo Documental Francisco Fernandes Lopes*, SR:A/2.2.

eleições” evidenciam um certo descontentamento com o rumo que a República tomara no país: “Era para contribuir à realização desta obra que nós desejaríamos a esta hora que o Partido Republicano se achasse organizado e forte por todo o país, não tendo o Directório dormido como dormiu sobre os loiros da Revolução, e tendo sido o governo mais revolucionário, mais intransigente, mais radical e mais diligente”³⁴.

Segundo Antero Nobre, Fernandes Lopes teria iniciado em 1910, por influência de Câmara Reis, a sua colaboração na 2ª série da revista cultural *A Águia*³⁵, do Porto, dirigida por Teixeira de Pascoaes e que em 1912 se torna o principal órgão do movimento literário *Renascença Portuguesa*³⁶. Refere ainda o mesmo autor que, quando em 1921 alguns dos elementos da *Renascença Portuguesa* – Raul Brandão, Aquilino Ribeiro, Raul Proença, Câmara Reis, entre outros – abandonaram esse movimento e formaram um novo grupo que ficou conhecido como o “Grupo da Biblioteca Nacional”, do qual resultou a *Seara Nova*, revista de “doutrina e crítica” que teve um importante papel de divulgação cultural, também Fernandes Lopes os acompanhou³⁷. Se é certo que Fernandes Lopes colaborou, de facto, na revista *Seara Nova* – ainda que não logo em 1921³⁸ –, a sua pretensa colaboração n’*A Águia* não se parece verificar, uma vez perscrutados todos os números desse periódico³⁹, o que não significa, porém, que Fernandes Lopes não tenha acompanhado de perto o movimento literário, e até por intermédio do seu amigo Luís da Câmara Reis.

³⁴ Francisco Fernandes LOPES, “Reforma eleitoral e eleições – as nossas considerações I”, in *República Portuguesa*, 16 de Março de 1911.

³⁵ Antero NOBRE, *O Doutor Fernandes Lopes, apontamento bio-bibliográfico*, 1984, p.19.

³⁶ Deste movimento cultural, fundado oficialmente no Porto em 1912 por Teixeira Pascoais, Jaime Cortesão, Álvaro Pinto e Leonardo Coimbra, e que tinha como objectivo fundamental uma renovação ideológica da República através da promoção da cultura portuguesa, fizeram parte António Correia de Oliveira, Raul Brandão, Raul Proença, António Sérgio, Luís da Câmara Reis, Mário de Sá Carneiro, Fernando Pessoa, entre outros.

³⁷ Antero NOBRE, *O Doutor Fernandes Lopes, apontamento bio-bibliográfico*, 1984, p.19.

³⁸ O nº 1 da *Seara Nova* saiu a 15 de Outubro de 1921, sendo a primeira colaboração de Fernandes Lopes nessa revista de 15 de Abril de 1922, no nº12, na secção “Dos livros”, com um pequeno artigo sobre o livro *Teatro Infantil e canções de gesto*, de Estefânia Cabreira e Oliveira Cabral. Porém, é certo que Fernandes Lopes acompanhou a edição da *Seara Nova* desde o seu primeiro número, uma vez que dá conta desse seu conhecimento logo a 7 de Novembro de 1921, data do décimo sétimo artigo do conjunto “Contra a epidemia do integralismo lusitano”, publicado no *Correio do Sul*, nº88, 15 de Novembro de 1921. Cf. Francisco Fernandes LOPES, *Medicina e História – contra a epidemia do Integralismo Lusitano: cartas a um jovem integralista*, introdução e organização de A. Paulo Dias Oliveira, 2009, p.105.

³⁹ Cf. *A Águia: revista quinzenal ilustrada de literatura e crítica*, ano 1 – nº1 a ano 20 – nº3, Dezembro de 1910 a Maio/Julho de 1932. O nome de Francisco Lopes não consta igualmente na lista de sócios da *Renascença Portuguesa*, de cerca de 1915, elaborada por Paulo Samuel. Cf. Paulo SAMUEL, *A Renascença Portuguesa, um perfil documental*, 1990, pp.50-56. Para além de *A Águia* foram também consultadas as revistas *Nova Silva* e *A Vida Portuguesa*, a primeira dirigida por Leonardo Coimbra e Jaime Cortesão, e publicada em 1907, da qual os principais colaboradores integraram posteriormente a *Renascença Portuguesa*, e a segunda dirigida por Jaime Cortesão e publicada entre 1912 e 1915, propriedade da *Renascença Portuguesa*. Em nenhuma destas revistas se constata qualquer colaboração de Fernandes Lopes. Cf. *Nova Silva: revista ilustrada*, ano I, nº1 a nº7, 2 de Fevereiro de 1907 a 10 de Abril de 1907; *A Vida Portuguesa: quinzenário de inquérito à vida nacional*, nº1 a nº39, 31 de Outubro de 1912 a 2 de Novembro de 1915.

Francisco Fernandes Lopes concluiu o curso na Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa em Outubro em 1911⁴⁰, com uma classificação de 18 valores na dissertação final. O mérito académico de Fernandes Lopes teria motivado um convite, logo em 1912, para desempenhar funções de assistente na recém-estruturada Faculdade de Medicina de Lisboa, juntamente com Francisco Pulido Valente⁴¹. Este último desempenhou a partir dessa data, efectivamente, a função de primeiro assistente da disciplina de psiquiatria na referida faculdade, mas Fernandes Lopes declinou e instalou-se na sua terra natal, onde fixou consultório médico e casou, a 9 de Junho de 1915, com Raquel Pousão do Ó Ramos, sobrinha do falecido pintor Henrique Pousão, e prima do poeta João Lúcio⁴². Provavelmente por influência de Pulido Valente, Fernandes Lopes prosseguiu os estudos na sua área profissional e em 1916 prestou provas de Doutoramento em Medicina, na mesma faculdade onde se licenciara, com a tese *Drogas e Farmacopeia* – impressa logo nesse ano –, aprovada por unanimidade com a classificação de 19 valores⁴³.

Em 1919 recebe um novo convite, desta vez de Leonardo Coimbra, então Ministro da Instrução Pública, para Assistente da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa⁴⁴. Segundo testemunho do próprio Fernandes Lopes, na referida data ele e Leonardo Coimbra ainda não se conheciam pessoalmente⁴⁵: “Sem me conhecer pessoalmente – só ouvindo falar de mim a amigos comuns (e sei hoje que o principal fora Fernando Pessoa), Leonardo Coimbra, ministro da Instrução, convidara-me, um dia, por telegrama, para assistente de Filosofia na Faculdade de Letras de Lisboa. Médico em Olhão, minha terra, desde havia pouco, impossível me era aceder”⁴⁶.

Pode causar certa estranheza o facto de Leonardo Coimbra endereçar um convite a alguém que desconhecia e, ainda mais, formado numa área aparentemente tão diferente da Filosofia. Este convite, porém, deve necessariamente ser entendido no contexto da reforma do ensino universitário das ciências filosóficas por ele empreendida, enquanto Ministro da

⁴⁰ O curso de medicina, constituído por cinco anos lectivos, Fernandes Lopes completou-o, segundo um seu apontamento pessoal manuscrito, em sete anos, tendo repetido o 1º e 2º anos. A.H.M.O., *Fundo Documental Francisco Fernandes Lopes*, SR:A/1.7.

⁴¹ Antero NOBRE, *O Doutor Fernandes Lopes, apontamento bio-bibliográfico*, 1984, p.20.

⁴² Da longa união com Raquel Pousão Ramos nasceram cinco filhas – Belkiss, Melusina, Raquel, Ísis e Selma – e um filho, que herdou do pai o nome, Francisco Fernandes Lopes, e a profissão de médico.

⁴³ Antero NOBRE, *O Doutor Fernandes Lopes, apontamento bio-bibliográfico*, 1984, p.20.

⁴⁴ Antero Nobre – e todos os outros autores que, posteriormente, escreveram notas biográficas sobre Fernandes Lopes –, refere que o convite de Leonardo Coimbra se destinava a assistente da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, confusão que advém do facto de ter sido Leonardo Coimbra o fundador dessa Faculdade. Cf. Antero NOBRE, *O Doutor Fernandes Lopes, apontamento bio-bibliográfico*, 1984, p.20.

⁴⁵ Note-se que, sobre este assunto, há também alguma confusão no apontamento bio-bibliográfico de autoria de Antero Nobre, que refere erradamente que Fernandes Lopes e Leonardo Coimbra eram já amigos quando foi feito o convite. Cf. Antero NOBRE, *O Doutor Fernandes Lopes, apontamento bio-bibliográfico*, 1984, p.20.

⁴⁶ Francisco Fernandes LOPES, “Encontro”, in *Leonardo Coimbra, testemunhos dos seus contemporâneos*, 1950, p.223. Testemunho transcrito na íntegra no Anexo I, Texto II.

Instrução Pública. Leonardo Coimbra considerava que ao ensino da Filosofia nas Faculdades de Letras estavam em falta matérias indispensáveis ao desenvolvimento da alta cultura intelectual e, sendo assim, deveriam ser incluídas disciplinas que até então, tradicionalmente, eram apenas necessárias às Faculdades de Ciências. Assim sendo, com o Decreto nº5491 de 2 de Maio de 1919⁴⁷, “o plano de estudos filosóficos universitários passou a incluir treze novas disciplinas”⁴⁸ – de entre as quais se contavam as Matemáticas Gerais, a Física Geral, a Química Geral, a Biologia, entre outras –, e, simultaneamente, os quadros docentes das Faculdades de Letras de Coimbra e de Lisboa foram alargados a dois novos lugares de professores ordinários, de nomeação directa pelo Governo⁴⁹.

Logo a 5 de Maio de 1919, publica-se no Diário do Governo a nomeação dos novos professores: Francisco Newton de Macedo e Lúcio Pinheiro dos Santos, para Coimbra, e Amadeu de Almeida da Rocha e Manuel de Sousa Coutinho Júnior, para Lisboa⁵⁰. Tivesse Fernandes Lopes aceite o convite, o seu nome figuraria certamente nesse diploma. Apesar de formado em Medicina, a clara intenção de reformar o ensino da Filosofia incluindo disciplinas do domínio científico explica o convite que lhe foi endereçado. Ainda mais se tivermos em consideração que provavelmente a indicação do seu nome teria partido de Fernando Pessoa. As cartas enviadas pelo poeta ao médico olhanense, datadas de 20 e 26 de Abril de 1919 – bem aproximadas, portanto, das datas a que nos referimos –, revelam que esse nunca se teria esquecido da boa impressão que Fernandes Lopes lhe causara nos momentos de convivência em Lisboa, discutindo a filosofia de Henri Bergson: “Se me dirijo a v. sobre este assunto, é que não esquecia aquelas horas magníficas em que v., sob a arcada do Teatro Nacional, desfez a golpes de raciocínio, o sistema filosófico de Bergson”⁵¹. E não era, à data, a filosofia de Bergson um dos principais interesses também de Leonardo Coimbra⁵²? Pode-se encontrar um paralelo no interesse por Fernandes Lopes com a nomeação de Lúcio Pinheiro dos Santos para a

⁴⁷ Note-se a rapidez com que o ministro Leonardo Coimbra, empossado a 30 de Março de 1919, empreendeu esta reforma do ensino da Filosofia, considerando-a um elemento fundamental para o desenvolvimento cultural do país.

⁴⁸ Pedro Luís da Rocha BAPTISTA, *O pensamento moral e político de Newton de Macedo*, Dissertação de Doutoramento em Filosofia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006, p.13. Segundo este autor, o novo plano de estudos incluía as seguintes disciplinas: “Matemáticas Gerais (anual), Física Geral (anual), Química Geral (anual), Biologia (anual), Sociologia (anual), Psicologia (anual), Curso Prático de Psicologia (anual), Teoria da Experiência (ciência, arte e moral) (anual), Metafísica (anual), História da Filosofia Antiga (anual), História da Filosofia Medieval (semestral); História da Filosofia Moderna e Contemporânea (anual), Curso prático de História da Filosofia (leitura e interpretação de textos – cinco semestres)”.

⁴⁹ Cf. *Idem, ibidem*, p.19.

⁵⁰ Cf. *Idem, ibidem*, p.19. Note-se que na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra as reacções à reforma das ciências filosóficas não foram positivas, e como consequência de vários desentendimentos de ordem administrativa, essa Faculdade foi desanexada e transferida para a Universidade do Porto. A Faculdade de Letras da Universidade do Porto foi, assim sendo, criada oficialmente pelo artigo 11º da Lei nº 861, de 27 de agosto de 1919.

⁵¹ Francisco Fernandes LOPES, “Duas cartas inéditas de Fernando Pessoa”, in *Seara Nova*, nº795, 7 de Novembro de 1942, p.297.

⁵² Cf. Leonardo COIMBRA, *A Filosofia de Henri Bergson*, 1994. Veja-se o prefácio de Manuel Ferreira Patrício, no qual o autor dá conta que o interesse de Leonardo Coimbra por Henri Bergson data de, pelo menos, 1909, e que foram vários anos de reflexão e estudo que deram origem à obra referida, escrita em 1934 (pp.9-34).

Faculdade de Letras de Coimbra – é que este não era médico, mas era formado em matemática, física e engenharia e, além disso, havia seguido no *Collège de France* os cursos de Henri Bergson⁵³.

A indicação por parte de Fernando Pessoa⁵⁴ teria sido decisiva para que Leonardo Coimbra remetesse o convite, por telegrama, com a mesma urgência com que empreendeu a reforma. Fernandes Lopes recusou, uma vez mais, uma oportunidade que lhe permitiria instalar-se no principal centro cultural do país, Lisboa, preferindo permanecer em Olhão. Não deixa de ser notório, porém, que já nessa data Fernandes Lopes granjeava de uma certa reputação entre outros destacados vultos da cultura portuguesa, e não por exercer medicina, mas sim pela sua diversidade de conhecimentos e interesses, à qual se somava também a filosofia.

Com a criação das Escolas Primárias Superiores, ainda nesse ano de 1919, Leonardo Coimbra endereça novo convite a Fernandes Lopes, para que ocupasse o cargo de director da Escola Primária Superior de Faro. Desta feita, e tendo certamente em conta a proximidade entre Olhão e Faro, Fernandes Lopes aceita o convite⁵⁵ e ocupa essa posição “durante o tempo que a Escola viveu”⁵⁶, ou seja, até à extinção desse tipo de estabelecimentos de ensino, em Junho de 1926⁵⁷, aí leccionando a disciplina de História Universal⁵⁸.

Por sinal, Fernandes Lopes, na sua existência passada na modesta Vila de Olhão, não se dedicou apenas à Medicina. Ainda no que concerne ao ensino, para além de professor efectivo e director da Escola Primária Superior de Faro, foi também professor de Francês, História e Ciências Naturais nos Colégios Restauração e Dr. João Lúcio, professor provisório do Liceu

⁵³ Cf. Pedro Luís da Rocha BAPTISTA, “Newton de Macedo: *da filosofia da história para a sociologia*”, in *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras*, Série I, vol.19, 2009, p.370.

⁵⁴ Acerca das relações de Francisco Fernandes Lopes com Fernando Pessoa, veja-se também Manuel Cadafaz MATOS, *Francisco Fernandes Lopes (1884-1969), um historiador na sua diversidade, elementos para uma biografia*, 1994, pp.12-21.

⁵⁵ As Escolas Primárias Superiores foram oficialmente criadas pelo Decreto nº 5787-A, de 10 de Maio de 1919, e pelo Decreto Regulamentar nº 6137, de 19 de Setembro do mesmo ano. Uma missiva dirigida por Honorato Santos a Fernandes Lopes, datada de Faro, 17 de Setembro de 1919, denuncia que nessa data já estavam em curso todos os preparativos para que a Escola Primária Superior se tornasse uma realidade. A.H.M.O, *Fundo Documental Francisco Fernandes Lopes*, SR: A/2.2. Veja-se no Anexo II, Doc.1, a reprodução do edital fundador da Escola Primária Superior de Faro.

⁵⁶ Francisco Fernandes LOPES, “Encontro”, in *Leonardo Coimbra, testemunhos...*, 1950,p.223. O dicionário *Quem é Alguém/Who's who in Portugal* indica que Fernandes Lopes teria sido director da Escola Primária Superior de Faro entre 1916 e 1926, algo que seria impossível uma vez que as Escolas Primárias Superiores apenas foram criadas em 1919. Cf. *Quem é Alguém/Who's who in Portugal, Dicionário biográficos das personalidades em destaque no nosso tempo*, 1947, p. 422.

⁵⁷ As Escolas Primárias Superiores começaram a ser suprimidas a partir de Março de 1924 e são extintas pelo Decreto nº9763, de 4 de Junho, voltando a reabrir após a reestruturação e reorganização do ensino, pelo Decreto de 4 de Novembro desse ano. Foram oficial e definitivamente extintas pelo Decreto nº11730, de 15 de Junho de 1926.

⁵⁸ Francisco Fernandes LOPES, “Um notável trabalho de Alberto Iria”, in *Correio do Sul*, nº2028, 22 de Novembro de 1956, p.1.

Nacional João de Deus, em Faro⁵⁹, e durante algum tempo leccionou na Universidade Popular do Algarve⁶⁰. Ocupou também os cargos de Médico Municipal, subdelegado de Saúde, director clínico do Hospital de Nossa Senhora da Conceição, Médico das Caixas de Previdência, mas foi também representante das Ordens dos Médicos, Advogados e Engenheiros no Conselho Municipal e Juiz do Tribunal da Tutoria da Infância⁶¹.

É muito profusa e diversificada a obra publicada por Fernandes Lopes ao longo da sua vida, pois não se revelou ele, desde cedo, um verdadeiro enciclopedista que cultivava o gosto pelo estudo das mais diversas áreas do saber? Em 1928, o testemunho de um jornalista do *Correio do Sul* dá conta precisamente desta vincada característica de Francisco Fernandes Lopes, numa descrição do seu escritório de trabalho, aquando de uma entrevista sobre a tuberculose em Olhão: “Há três grandes estantes. Uma com todas as coisas relativas à música e uma outra cosmopolita, enciclopédica. No chão há cestos e alcofas com livros, jornais e papéis vários, ambulantes por mudança recente, à espera de arrumação nos armários e prateleiras. Sobre a vasta secretária, dominando-a, uma fotografia de rapazito – olhos profundos, inteligentes. Nesta mesa de trabalho, empilhados, espalhados ao acaso, alguns em linha de batalha, livros e revistas. Compulso-os. *Fenícios e Cartagineses, Patologia Cirúrgica*, números do *Mercure de France*. Depois os *Povos primitivos da Lusitânia* e exemplares de *Monde Medicale*, e ainda uma obra de Leite Vasconcelos, um número da *Alma Nova* enrolado no invólucro. Encobrendo a pasta, um trabalho seu, evidentemente, entre mãos, *Guia da História da Música em Portugal* e ao lado um caderno de música com o começo da 3ª cena da ópera Belkiss, passada na Praça dos Obeliscos em Axum... Estava eu explicando aos meus botões a razão por que o homem que procurávamos é uma enciclopédia viva, quando a porta se abriu e apareceu o dr. Fernandes Lopes”⁶².

Desta descrição fica bem patente a multiplicidade de áreas de estudo que despertavam o interesse de Fernandes Lopes. É possível destacar, porém, três das áreas que maior relevância detêm nos seus estudos: Música, História dos Descobrimentos, e a sua terra

⁵⁹ Escreve Joaquim da Rocha Peixoto Magalhães por ocasião das comemorações do centenário do nascimento de Francisco Fernandes Lopes, a 27 de Outubro de 1984, que quando foi colocado como professor do ensino liceal em Faro, em Outubro de 1933, foi precisamente para substituir um professor provisório, Francisco Fernandes Lopes: “Recebi nesse dia, e sem disso me aperceber, o facho de uma missão, a de ensinar, ou, melhor me exprimindo, ajudar a aprender, que um qualquer professor apenas isso pode fazer”. Biblioteca da UAlg, *Espólio Documental Joaquim Magalhães*, PT-UAlg/EJM/A/1/006.8.

⁶⁰ A Universidade Popular do Algarve foi um estabelecimento particular de ensino livre que existiu em Faro na década de 20 do século XX e era dirigida e mantida por alguns professores do ensino liceal dessa cidade. Foi inaugurada a 8 de Abril de 1923, tendo ficado a conferência inaugural ao cargo do Professor José Dentinho. A Fernandes Lopes coube também uma das conferências iniciais, sobre o Homem do ponto de vista anatómico, fisiológico e psicológico. Cf. *Correio do Sul*, “Uma obra em marcha... A Universidade Popular do Algarve”, nº177, 5 de Abril de 1923, p.1.

⁶¹ Antero NOBRE, *O Doutor Fernandes Lopes, apontamento bio-bibliográfico*, 1984, p.21.

⁶² J. T., Entrevista “Fernandes Lopes diz coisas interessantes sobre a tuberculose”, in *Correio do Sul*, nº586, 13 de Maio de 1928, p.2. Entrevista transcrita na íntegra no Anexo I, Texto III.

natal, Olhão. De destacar as obras exemplares: *As Cantigas de Santa Maria do Rei Afonso X, o Sábio, e a sua música* (Faro, 1952); *A figura e obra do Infante D. Henrique* (Lisboa, 1960), à qual foi atribuído o 2º prémio no Concurso das Comemorações Henriquinas; ou ainda o interessantíssimo artigo “Olhão, terra de mistérios, de mareantes e de mirantes”, publicado no *Correio Olhanense* de 18 de Março de 1948. Interessado em diversas áreas do saber, Fernandes Lopes foi autor de algumas entradas na *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, precisamente relacionadas com os três temas acima referidos: “Fado”, “Cristóvão Colombo”, “Infante D. Henrique”, “Terçanabal”, “Olhão”, entre outras.

Fernandes Lopes colaborou assiduamente, escrevendo sobre os mais variadíssimos temas, em diversas revistas culturais, tais como a *Seara Nova*, a *Brotéria*, a *Petrus Nonius*, a *Diabo*, a *Bracara Augusta*, a *Atlântico*, entre outras, em jornais diários de Lisboa – *Diário Popular*, *Diário Liberal*, *Diário de Lisboa*, etc. – e do Porto – *O Primeiro de Janeiro*, *O Comércio do Porto* –, e em jornais algarvios do seu tempo, tais como *O Algarve*, o *Correio do Sul*, o *Diário do Algarve*, o *Povo Algarvio*, o *Jornal do Algarve*, o *Notícias do Algarve*, o *Correio Olhanense*, a *Gazeta de Olhão*, o *Sporting Olhanense*, entre outros. Para além disso, colaborou em revistas estrangeiras, como *La Revue Musicale*, de Paris, e a *Revista de Las Ciencias*, de Madrid, e foi director da *Afinidades*, revista de cultura luso-francesa, publicada entre 1942 e 1946. Apesar de, em Portugal, o contexto sociopolítico não ser muito favorável à França, uma vez que o Salazarismo era “neutro” mas evidentemente pró-alemão, “a revista *Afinidades*, foi, por opção dos seus redactores e alguma passividade da política lisboeta entre 1940 e 1946, um espaço de confessa francofilia, diria mesmo um espaço aberto da resistência francesa”⁶³. Foram vinte os números publicados, sendo o chefe de redacção, até Dezembro de 1945 (nº14/15), Lionel de Roulet⁶⁴, e de entre os reputados colaboradores destacam-se André Malraux, Jean-Paul Sartre, Simone de Beauvoir⁶⁵, Adolfo Casais Monteiro, Ramada Curto, Joaquim Magalhães, João Gaspar Simões, entre outros. Fernandes Lopes, apesar de director da revista durante o curto período em que esta existiu, não teve nenhuma colaboração escrita com a sua assinatura⁶⁶, e

⁶³ A. Ferreira de BRITO, “Vozes da resistência na revista luso-francesa *Afinidades* durante o período da ocupação”, in *Revista da Faculdade de Letras: Línguas e Literaturas*, Série II, vol.12, 1995, p.374.

⁶⁴ Lionel de Roulet ocupou durante algum tempo o cargo de director da delegação do Instituto Francês em Faro, onde teve oportunidade de privar com alguns dos intelectuais algarvios. Esteve, inclusive, entre os fundadores do Círculo Cultural Camões, em 1940. Era casado com Hélène de Beauvoir, irmã da escritora Simone de Beauvoir. Roulet foi autor de uma pequena nota biográfica sobre Francisco Fernandes Lopes: Cf. Lionel de ROULET, “Le Docteur Francisco Fernandes Lopes”, in *Le Cercle Culturel Camoens a Faro*, 1941, pp.15-16.

⁶⁵ Para além de colaboradora na revista *Afinidades*, Simone de Beauvoir visitou também Faro no âmbito de um ciclo de conferências proferidas por essa escritora em território português, promovido pelo Instituto Francês em Portugal. Simone de Beauvoir chegou a Lisboa no dia 3 de Março de 1945, tendo realizado a sua primeira conferência na capital e deslocando-se de seguida para Beja e Faro, onde também se pronunciou, e daí para o Porto. Para mais informações sobre este tema, consultar: Cecília Maria da Silva MONTEIRO, *Simone de Beauvoir e Portugal*, Dissertação de Mestrado em Estudos Franceses apresentada à Universidade de Aveiro, 2004.

⁶⁶ As notas publicadas, não assinadas, eram provavelmente da autoria do chefe de redacção, Lionel de Roulet.

tudo leva a crer que fosse Lionel de Roulet o verdadeiro impulsionador e responsável pela publicação e pela escolha dos colaboradores⁶⁷.

Ainda assim, foi muito provavelmente devido ao cargo de director da *Afinidades* que a “idoneidade moral e política” do médico olhanense esteve sob escrutínio da Direcção dos Serviços de Censura. O primeiro número dessa revista foi publicado em Setembro de 1942. Datam de 26 de Junho e de 1 de Julho de 1942 duas missivas dirigidas pelo capitão Mário Lopo do Carmo, Delegado de Faro, ao então Presidente da Câmara Municipal de Olhão, José Martins Xavier, com pedido de informações sobre Francisco Fernandes Lopes e indicação de que a solicitação viera directamente da Direcção dos Serviços de Censura⁶⁸. Não foi possível apurar concretamente qual a motivação de tal pedido de informação, e nesse período Fernandes Lopes mantinha-se bastante activo, colaborando em diversas publicações, inclusivamente na *Seara Nova* com artigos sobre Fernando Pessoa⁶⁹. Porém, certamente que a direcção de uma nova revista luso-francesa em período de guerra despertaria muito mais o interesse aguçado dos Serviços de Censura.

Data de 7 de Julho de 1942 a atenta resposta do Delegado de Faro ao Director dos Serviços de Censura, de Lisboa, que seguiu nos seguintes termos: “informo que o Dr. Francisco Fernandes Lopes, residente em Olhão, tem idoneidade moral, pois trata-se de uma pessoa séria, de carácter e culta, muito dedicada às letras e à música. Quanto à idoneidade política, parece não ser pessoa integrada na actual situação política, não constando porém que a hostilize ou seja capaz de a hostilizar”⁷⁰.

De facto, Francisco Fernandes Lopes parece nunca se ter integrado na situação política do país durante o salazarismo. Igualmente interessante é a sua posição algo controversa no que respeita à religião. O médico olhanense era reconhecidamente descrente. Segundo um testemunho oral recolhido por João Villares, “na Igreja de Olhão sentava-se do lado direito em frente ao púlpito. Com uma das mãos a fazer de leque por detrás da orelha, ouvia atentamente. Por vezes mostrava no semblante que concordava com o pregador, ou então tinha um sorriso de dúvida”⁷¹. Ficaram igualmente registados testemunhos do seu perspicaz

⁶⁷ Sendo Fernandes Lopes o director de *Afinidades*, não parece ser muito activa a sua participação na revista, visto que era o próprio Lionel de Roulet a dirigir-se ao médico olhanense, numa curta missiva, pedindo-lhe “o favor de comunicar o título exacto e nº aproximado de páginas do artigo prometido para o próximo nº5 de «Afinidades»” – artigo este que não foi publicado, nem no número 5, nem em qualquer outro número da revista. A.H.M.O., *Fundo Documental Francisco Fernandes Lopes*, SR:A/2.5.

⁶⁸ A.H.M.O., *Fundo Câmara Municipal de Olhão*, SR: C/A.2.5. Veja-se transcrição integral das duas cartas referidas, de 26 de Junho e 1 de Julho de 1942, no Anexo II, Docs. 2 e 3.

⁶⁹ Cf. Francisco Fernandes LOPES, “Duas cartas inéditas de Fernando Pessoa”, in *Seara Nova*, nº195, 7 de Novembro de 1942; *Idem*, “Sobre a questão da antologia de poesias de Fernando Pessoa”, in *Seara Nova*, nº784, 22 de Agosto de 1942.

⁷⁰ Arquivo Histórico Municipal de Faro (A.H.M.F.), *Fundo Delegação de Faro dos Serviços de Censura à Imprensa*, SR: A/2.1. Veja-se transcrição integral deste documento no Anexo II, Doc.4.

⁷¹ João VILLARES, *Quem é quem em Olhão – vida de olhanenses de ontem e de hoje que honram Olhão*, 2004, p. 302.

sentido de humor aquando da inauguração de um lavador público em Pechão, na qual havia sido convidado a discursar: tendo o apresentador das individualidades presentes referido que tinha acabado de “falar o representante de Deus, teria ele dito que, referindo-se a si próprio, ia falar o representante do Diabo...”⁷². Mas mais do que os testemunhos orais que chegaram até hoje, veja-se a sua própria convicção acerca da existência de Deus, registada pela sua mão num documento inédito de 16 de Dezembro de 1934: “como porém não há maneira, por mais que eu indague, de a existência de Deus se me apresentar como verdade, não posso deixar de ser ateu e de organizar a minha vida segundo a ordem que me aparece como mais d’acordo com a verdade que se me impõe”⁷³.

Intelectual de fortes convicções, foi em Olhão que Francisco Fernandes Lopes desenvolveu grande parte dos seus estudos e se dedicou a variadíssimas actividades. De Olhão apenas saiu já com 80 anos, indo residir para Lisboa onde acabou por falecer, a 6 de Junho de 1969. Mas mesmo enquanto residiu na capital portuguesa, já em final de vida, doente, e tendo sido vítima de atropelamento⁷⁴, Fernandes Lopes nunca perdeu o entusiasmo pelos seus projectos e diversos interesses. Num pequeno bilhete dirigido ao então vice-reitor do Liceu Nacional de Faro, Joaquim Magalhães, datado de 12 de Maio de 1969 – portanto, menos de um mês antes do seu falecimento –, Fernandes Lopes pede ao professor e seu “querido amigo” que lhe devolva os volumes emprestados das *Sonatas de Valle-Inclán*, expressando toda a motivação e vontade de os reler⁷⁵. Igualmente revelador é o testemunho de Botelho Júnior: “Num daqueles almoços, o Dr. Lopes falou-nos nos seus projectos literários, creio que se tratava de uma antologia comentada de Bocage, mais adiante manifestou a vontade de regressar a Olhão e para tanto mandaria restaurar uma das casas que herdara de seus pais, creio que situada em Piores, para nela se instalar. O Dr. Anahory ouviu-o com uma ternura comovida, pousou-lhe a mão sobre o pulso e disse-lhe: “Oh Lopes, eu acho melhor que mandes restaurar o jazigo de família...” Não muito tempo depois faleciam estes amigos com meses de intervalo”⁷⁶. Testemunho bem demonstrativo dos projectos que ainda ocupavam Fernandes Lopes, já octogenário, e da sua vontade de regressar à terra natal. A sua obra, porém, extravasa largamente os limites geográficos locais, regionais e até nacionais, como veremos de seguida.

⁷² J. Carlos SILVESTRE, “Subsídios para uma biografia do Dr. Francisco Fernandes Lopes”, in *A Voz de Olhão*, nº345, 20 de Dezembro de 1986, p.2.

⁷³ A.H.M.O., *Fundo Documental Francisco Fernandes Lopes*, SR:A/1.14. Veja-se a transcrição integral e reprodução do documento no Anexo II, Doc.5.

⁷⁴ Segundo o testemunho de Alberto Iria, na obra *Centenário de Francisco Fernandes Lopes, cartas coligidas e comentadas por Alberto Iria*, 1986, p.74.

⁷⁵ Biblioteca da UAlg, *Espólio Documental Joaquim Magalhães*, PT-UAlg/EJM/A/2/001.2.

⁷⁶ J. H. Botelho JÚNIOR, “O Saudoso Dr. Fernandes Lopes”, in *O Olhanense*, nº842, 1 de Agosto de 2003, p.3.

Em Olhão

Os autores das escassas notas biográficas que sobre Francisco Fernandes Lopes se escreveram são unânimes em salientar a sua ligação à vila de Olhão. Manuel Cadafaz de Matos, por exemplo, dedica algumas páginas do seu escrito biográfico ao programa de divulgação musical promovido por Fernandes Lopes em Olhão: “já depois dele desempenhar funções docentes no Liceu de Faro ele decidiu, ainda na primeira metade dos anos vinte, começar a incentivar na sua terra natal diversos concertos”⁷⁷. Maria Amélia Machado Santos, no seu discurso proferido por ocasião do centenário do nascimento de Fernandes Lopes, refere que há que “considerá-lo no que ele teve de particular, de *sui generis*, de feição mais característica e digna nesta terra de Olhão, e assim esboçar um *croquis*, isto é, a faceta psicológica ou filosófica, (como queiram dizer) de um homem que pôs em primeiro plano tudo o que servisse para dignificar a sua terra natal, tudo o que pudesse elevá-la”⁷⁸. Antero Nobre, no entanto, vai um pouco mais além na exaltação do amor de Fernandes Lopes à sua terra natal, ao escrever que “não foi, porém, apenas em parte da sua obra escrita, e na sua actividade cultural em Olhão, que se revelou o grande amor do Doutor Francisco Fernandes Lopes pela terra onde nasceu. Também por amor dela, nela ficou depois de concluídos os seus estudos superiores e desprezou algumas posições de relevo no meio universitário português e as possibilidades de realização de uma obra mais vasta”⁷⁹.

Se não há dúvida que Fernandes Lopes em muito contribuiu para promover a sua terra natal, não parece ser tão certo que aí teria decidido ficar por “amor dela”, tal como sugerem os discursos panegíricos. Na verdade, numa missiva enviada por Fernandes Lopes à mãe, datada de Lisboa, 16 de Novembro de 1911 – portanto, já findo o curso de Medicina –, ele dá conta do muito que lhe custa mudar a resolução de ficar em Lisboa e ter de voltar para Olhão, deixando claro que apenas o faz para atender à necessidade de seus pais: “Mas foi unicamente porque eu entendi que o pai não estava já muito novo e vossemecê tão pouco e que, nestas

⁷⁷ Manuel Cadafaz de MATOS, *Francisco Fernandes Lopes (1884-1969), um historiador na sua diversidade*, 1994, p.21.

⁷⁸ Mariana Amélia Machado SANTOS, *No centenário do nascimento do Dr. F. Fernandes Lopes*, separata de *A Voz de Olhão*, 1985, s/p.

⁷⁹ Antero NOBRE, *O Doutor Fernandes Lopes, apontamento bio-bibliográfico*, 1984, p.17.

circunstâncias, sendo eu o único filho, seria uma crueldade da minha parte insistir em não ficar aí, quando vossemecês tanto lhes custaria não me terem ao pé de si, como sempre naturalmente tinham esperado. Aqui está o motivo porque eu desistira, embora me custasse, porque me tinha resolvido firmemente e de gosto”⁸⁰.

Mais à frente, nessa mesma missiva, Fernandes Lopes declara que já se tinha decidido por uma especialidade – daí a vontade de ficar em Lisboa – e mostra-se bem consciente quanto ao destino de um médico de província, que tem de ser “médico e cirurgião e em tudo”, o que significa ser “mau médico e mau cirurgião porque não é possível ser doutro modo”. Parece repugná-lo também a ideia de “ter que explorar”, no exercício da sua profissão, as pessoas de Olhão, na sua grande maioria muito pobres e com escassos recursos.

A ideia de voltar a Olhão não parecia ter percorrido os planos de Francisco Fernandes Lopes mesmo em períodos anteriores. Num seu manuscrito intitulado “Jornal da minha vida”, datado de 1907, na entrada correspondente ao dia 3 de Novembro, escreve: “pensei esta manhã como visão de orientar intelectual e praticamente a minha vida, em concorrer a lente da E. Médica. Vou falar disto ao Pulido e animá-lo no mesmo sentido”⁸¹. Se, de facto, é interessante notar que Pulido Valente seguiu esse rumo profissional alguns anos mais tarde, Fernandes Lopes, como já se referiu, instala-se na sua terra natal e abre consultório médico.

Não obstante ser com alguma contrariedade que, inicialmente, se estabelece em Olhão, o certo é que ele próprio admitia que arranjaria “maneira de poder ter um pouco de tempo, o máximo tempo livre de preocupações, para me entregar às coisas de que gosto e desejo mais que tudo”⁸² – e assim o fez, de facto, nunca se dedicando apenas à medicina, mas empregando o seu tempo em estudos de cariz diversificado, em actividades culturais, no exercício de diversos cargos e funções, e na promoção da sua terra natal, algo que parece tê-lo motivado durante toda a vida.

De entre as actividades promovidas por Francisco Fernandes Lopes em Olhão, há que destacar os concertos de divulgação musical que decorreram no Grémio Olhanense entre 1924 e 1929 e que constituíram um vasto programa dividido essencialmente em três temas: “a vida e a obra dos grandes músicos”, “a música antes de Bach”, “a música no tempo de Bach”⁸³. Esta iniciativa fez deslocar à vila olhanense algumas personalidades consagradas do meio musical contemporâneo, de entre as quais se destacam os maestros-compositores Luís de Freitas Branco (à época director artístico do Teatro de S. Carlos em Lisboa) e Ruy Coelho, os maestros

⁸⁰ A.H.M.O., *Fundo Documental Francisco Fernandes Lopes*, SR: A/3.2.

⁸¹ A.H.M.O., *Fundo Documental Francisco Fernandes Lopes*, SR: A/8.1.

⁸² A.H.M.O., *Fundo Documental Francisco Fernandes Lopes*, SR: A/3.2.

⁸³ A respeito deste assunto, veja-se o que escreve mais pormenorizadamente Manuel Cadafaz de MATOS, *Francisco Fernandes Lopes (1884-1969), um historiador na sua diversidade*, 1994, pp.21-26.

Pedro de Freitas Branco e Pedro Blanc, a professora, musicóloga e crítica musical Francine Benoit⁸⁴, o pianista e compositor José Viana da Mota e a musicóloga Ema Romero (casada com Luís da Câmara Reis). Olhão conseguia ombrear, desta forma, com a capital portuguesa, onde Ema Romero dos Santos Fonseca da Câmara Reis⁸⁵ promovia também, desde 1923, sessões de “Divulgação Musical” para as quais o próprio Fernandes Lopes foi convidado a colaborar na década de 30⁸⁶ – foi, inclusivamente, na primeira das suas conferências, intitulada “Concerto Austríaco” e proferida a 25 de Janeiro de 1932 na Sala do Conservatório Nacional, que pela primeira vez se fez ouvir em Portugal o *Pierrot Lunaire*, de Schoenberg⁸⁷.

Não sofre qualquer dúvida que a música apaixonou Fernandes Lopes desde cedo⁸⁸, e pela música tentou elevar culturalmente a vila de Olhão. Tarefa árdua, mas cumprida, se tivermos em consideração o que se escreveu no *Correio do Sul* de 1 de Junho de 1926, aquando da realização do 10º serão musical em Olhão: “Estas conferências trouxeram ao meio olhanense uma educação musical completa, de maneira que inúmeros valores que por desconhecimento ou falta de incentivo estavam amorfos, hoje, rapidamente vão progredindo, estimulados. O que causou espanto foi o acolhimento do público. A vasta sala do Grémio enche-se de gente interessada e em que, subitamente aguçado, vai florescendo um sentido crítico e de compreensão, que as palavras elucidativas de Fernandes Lopes têm esclarecido e guiado”⁸⁹.

⁸⁴ Cf. Antero NOBRE, *O Doutor Fernandes Lopes, apontamento bio-bibliográfico*, 1984, p.9.

⁸⁵ Ema Romero dos Santos Fonseca (da Câmara Reis) era filha do Coronel António dos Santos Fonseca (1858-1937), natural de Faro. Também Ema Romero nasceu nessa cidade, em 1897, o que permite perceber a próxima relação desta musicóloga com a região algarvia.

⁸⁶ Das quatro conferências proferidas por Fernandes Lopes nas sessões de “Divulgação Musical” ficaram os artigos publicados em quatro dos cinco volumes de *Seis anos de divulgação musical: programas, conferências, críticas*, coordenados e organizados por Ema Romero da Câmara Reis e publicados entre 1929 e 1940. No segundo volume, de 1934, Fernandes Lopes publicou a conferência “Concerto Austríaco”; no terceiro, de 1936, a “Música de Câmara de Florent Schmitt”; no quarto, de 1938, “A Melodia Francesa Contemporânea: Migot, Durey, Ravel”; e, no quinto e último volume, de 1940, publicou “A Música dos Autos de Gil Vicente”. Cf. Ema Romero Santos Fonseca da Câmara REIS, *Seis anos de divulgação musical: programas, conferências, críticas*, 5 volumes, 1929-1940.

⁸⁷ Cf. Manuel Cadafaz de MATOS, *Francisco Fernandes Lopes (1884-1969), um historiador na sua diversidade*, 1994, pp.25-28.

⁸⁸ Não nos alongaremos no âmbito deste trabalho sobre os interesses musicais de Fernandes Lopes, já largamente apontados por Antero Nobre e Manuel Cadafaz de Matos. Fica apenas a referência de que para além de ter composto a ópera *Belkiss* e de ter promovido a realização dos serões musicais no Grémio Olhanense, também publicou diversos artigos e ensaios em revistas da especialidade nacionais e internacionais; proferiu uma polémica conferência num programa radiofónico da Emissora Nacional sobre a “Origem e Evolução do Fado: da guitarra à sinfonia”, em 1935, e foi o autor da entrada “Fado” na *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*; foi convidado pelo poeta Cândido Guerreiro para compor a música de cena para o *Auto das Rosas de Santa Maria*, executado publicamente pela Orquestra Sinfónica da Emissora Nacional em Sagres no ano de comemoração da Fundação da Nacionalidade, 1940; inventou um “diafragma” especial destinado a melhorar a qualidade de reprodução da música gravada; e dedicou-se à investigação aturada das *Cantigas de Santa Maria*, de Afonso X de Castela (um subsídio atribuído pela Junta de Educação Nacional permitiu-lhe fazer pesquisas sobre este tema em Madrid, no Escorial e em Sevilha), da qual resultaram alguns ensaios republicados postumamente sob o título comum *A Música das Cantigas de Santa Maria e outros ensaios* (1985).

⁸⁹ *Correio do Sul*, “Um serão musical do Dr. Fernandes Lopes”, nº471, 1 de Junho de 1926, p.1.

Fernandes Lopes parece ter granjeado, devido a esta sua iniciativa cultural de relevo, algum reconhecimento por toda a região, o que pode explicar o facto de constar caricaturado por José Dias Sancho entre as principais “Figuras

Não foi, porém, apenas através da música que Fernandes Lopes procurou elevar a cultura olhanense, uma vez que também na sua obra escrita essa vila ocupa um papel importante. Numa perspectiva histórico-etnográfica, é possível destacar o artigo, e posteriormente separata do *Correio Olhanense*, “Olhão, terra de mistérios, de mareantes e de mirantes”, de 1948⁹⁰, no qual Fernandes Lopes procura destacar a típica e singular arquitectura da vila de Olhão. Faz, inclusive, um apelo: “fico à disposição dos simples turistas curiosos ou estudiosos, bem como de todos os senhores arquitectos... do Universo, para lhes mostrar, como inegáveis realidades exemplares que se metem aqui pelos olhos adentro, estas e outras novidades e originalidades da estranha e misteriosa arquitectura local genuína, inerudita...”⁹¹.

Na verdade, trata-se de um apelo que não ficava apenas no vago domínio das palavras escritas, uma vez que sempre que alguma destacada figura visitava Olhão era a Fernandes Lopes que cabia o papel de cicerone. E houve, de facto, vários visitantes ilustres, sobretudo numa época em que a vida cultural algarvia era dinamizada essencialmente a partir da capital regional, Faro, através das actividades promovidas pela *Alliance Française* e pelo Círculo Cultural do Algarve, o primeiro fundado em 1942, e o segundo com estatutos aprovados em Novembro de 1941, mas cuja actividade cultural foi inaugurada apenas a 3 de Fevereiro 1943, com uma conferência proferida pelo Prof. Hernâni Cidade. Em Olhão, Francisco Fernandes Lopes foi cicerone dos reputados escritores Émile Henriot, Jean-Louis Vaudoyer, Daniel-Rops, do também escritor e presidente da Academia Francesa Georges Duhamel, e da pianista Germaine Leroux⁹².

Foi também ele quem guiou a visita à vila olhanense de Jacob Job, director da Rádio Zurich, que visitou Portugal nos finais da década de 40 e publicou as impressões sobre o país na obra *Portugal: land der christusritter*⁹³; referindo-se aí à sua visita ao Algarve e a Olhão, Jacob Job, para além de deixar bem claro o quanto o impressionou a vila “cubista”, traça também uma imagem muito amigável de Fernandes Lopes: “O Dr. Lopes é a glória de Olhão. Quando se vai a seu lado pelas ruas, a cada passo que se dá, tem-se logo a consciência disso! Quase não há pessoa que o não saúde! (...) Subo com o Doutor a uma dúzia de telhados e construções sobrepostas. Ele conhece todas as casas que têm especial interesse ou oferecem

do Algarve”, em 1925, juntamente com António Santos, Bernardo Passos, Boaventura Passos e Cândido Guerreiro na *Revista do Algarve*. Veja-se no Anexo III, Fig.2, a reprodução destas caricaturas.

⁹⁰ Cf. Francisco Fernandes LOPES, *Olhão, terra de mistérios, de mareantes e de mirantes*, separata do jornal *Correio Olhanense*, 1948.

⁹¹ *Idem, ibidem*, página não numerada.

⁹² Veja-se o que diz a respeito dos visitantes o próprio Francisco Fernandes LOPES, “Olhão e os estrangeiros” in *Correio Olhanense*, nº137, 12 de Fevereiro de 1952, pp.1 e 5.

⁹³ Jacob JOB, *Portugal: land der christusritter*, 1951.

panorama digno de nota”⁹⁴ – o que incluía, obviamente, também uma visita privilegiada à sua própria casa⁹⁵.

Quando não eram os visitantes interessados a deslocarem-se espontaneamente a Olhão, era o próprio Fernandes Lopes quem fazia esse apelo, sempre que lhe era possível. Veja-se o caso do filósofo espanhol Miguel de Unamuno, com quem Fernandes Lopes travou conhecimento aquando das suas deslocações a Madrid e ao Escorial, subsidiado pela Junta de Educação Nacional, para o estudo das Cantigas de Santa Maria. A correspondência enviada por Fernandes Lopes a esse reconhecido filósofo basco-salmantino atesta os seus esforços para promover a “vila cubista”⁹⁶, e quando em Junho de 1935 toma conhecimento da sua visita a Portugal, não perde ensejo de lhe enviar uma missiva “para lhe recordar que não deveria deixar de visitar Beja que tanto lhe interessa (conforme me dizia), e o Algarve de que eu lhe falava: Sagres, Lagos, a Rocha, Faro, as ruínas de Ossónoba e a *minha Olhão* (onde teria muito prazer de o ver e muito honra em lhe servir de *cicerone*)”⁹⁷.

E se não era o próprio Fernandes Lopes a lançar o convite, acontecia precisamente o inverso, ou seja, procuravam-no, uma vez que o sabiam sempre disponível e prestimoso. Assim se explica que o reconhecido filósofo espanhol José Ortega y Gasset a ele se tenha dirigido, numa carta datada de 16 de Março de 1939, informando que tencionava deslocar-se para Faro no dia seguinte e que pretendia visitar São Brás de Alportel no sábado, pedindo-lhe indicação de uma casa para arrendar nessa povoação, e deixando a sugestão de que “si fuera posible visitar la casita de su propiedad lo haríamos con gusto ese día”⁹⁸.

Também visitavam Olhão aqueles que já haviam ouvido falar da “vila cubista”, atraídos pela perspectiva de apreciar um mar de açoteias que evocava algo de exótico. É o caso de Evariste Lévy-Provençal, arabista e historiador do Islão, que visitou Olhão e a casa de Francisco Fernandes Lopes em Setembro de 1952. Ainda antes disso, quando em Abril de 1949 decorreu em Lisboa o *XVI Congresso Internacional de Geografia*, um grupo de trinta e cinco geógrafos de diversas nacionalidades visitou, por essa ocasião, a vila olhanense – é o próprio Fernandes Lopes quem recorda esta visita num seu artigo no *Correio Olhanense* de 12 de Fevereiro de 1952⁹⁹, no qual destaca a figura proeminente de Pierre Deffontaines e o seu estudo sobre a

⁹⁴ Elviro Rocha GOMES (trad.), “Olhão, «a vila cubista», e a personalidade singular do Dr. Fernandes Lopes”, tradução de um excerto da obra *Portugal: land der christusritter*, de Jacob JOB, in *A Voz de Olhão*, suplemento do quinzenário *O Sporting Olhanense*, nº298, 30 de Novembro de 1984, p.1

⁹⁵ Veja-se no Anexo III, Fig.3, a reprodução de uma fotografia de Francisco Fernandes Lopes pousando numa açoteia olhanense.

⁹⁶ Cf. *Epistolario Portugués de Unamuno*, introdução, leitura e notas de Ángel Marcos de Dios, 1978, pp.205-208.

⁹⁷ *Idem, ibidem*, pp.207-208.

⁹⁸ A.H.M.O. Fotocópia de uma carta de Ortega y Gasset, datada de Lisboa 16 Marzo 39, que integra um *dossier* com documentação de apoio sobre Francisco Fernandes Lopes.

⁹⁹ Francisco Fernandes LOPES, “Olhão e os estrangeiros”, in *Correio Olhanense*, nº137, 12 de Fevereiro de 1952, p.1.

Geografia Humana do Brasil. No âmbito da geografia humana, não poderia deixar de se referir igualmente a visita do geógrafo Orlando Ribeiro, que na sua obra de 1961, *Geografia e Civilização*, dedica um capítulo às “açoteias de Olhão e telhados de Tavira”, não deixando aí de agradecer, em nota, a Francisco Fernandes Lopes, que descreve como “profundo conhecedor da sua terra, espírito erudito e de insaciável curiosidade”¹⁰⁰, acrescentando que a ele se deveu a visita a inúmeras açoteias e a oportunidade de discutir a sua origem. Os contactos com Orlando Ribeiro remontam, pelo menos, à década de 40, tal como atesta uma missiva do reputado geógrafo, datada de 7 de Fevereiro de 1945, agradecendo a Fernandes Lopes a “bela lição acerca das açoteias (...) que só foi pena não ter sido proferida do alto de uma das ditas”¹⁰¹.

Cicerone na sua própria terra não era tarefa que desgostasse a Francisco Fernandes Lopes¹⁰². Antes pelo contrário, escreveu diversos artigos nos quais exaltava as qualidades turísticas de Olhão e defendia o seu reconhecimento por parte das entidades oficiais¹⁰³. Foi, sem dúvida, o principal divulgador da vila de Olhão entre as décadas de 30 a 50, tanto nacional, como internacionalmente. De Olhão todos os aspectos lhe interessavam: a arquitectura típica e original¹⁰⁴, os usos e costumes da população, a história das origens da localidade¹⁰⁵... Nenhum pormenor escapava ao seu olhar atento. Teria sido essa uma estratégia para colmatar o seu relativo isolamento na região algarvia? Porque, mais do que ter mantido diversos contactos com importantes personalidades da cultura nacional e até internacional, Fernandes Lopes parece ter tido intenção de levar essa vila cubista ao mundo, dando-a a conhecer e apelando a uma visita atenta.

2.1. Perspectiva histórico-etnográfica

Francisco Fernandes Lopes era, portanto, um dos mais entusiastas e incessantes divulgadores da vila de Olhão. Fazia-o através de artigos publicados em periódicos regionais,

¹⁰⁰ Orlando RIBEIRO, *Geografia e Civilização*, 3ª edição, 1992, p.71, nota 23.

¹⁰¹ A.H.M.O., *Fundo Documental Francisco Fernandes Lopes*, SR:A/2.5. Carta transcrita e reproduzida integralmente no Anexo II, Doc.6.

¹⁰² Podem referir-se ainda as visitas de outras personalidades de relevo internacional, tais como o Marechal Carl Gustaf Emil Mannerheim, líder militar da Guerra Russo-Filandesa e sexto presidente da Finlândia (entre 1944 e 1946), a Princesa de Lichtenstein, o Barão Boris Von Skossyreff que se autoproclama rei de Andorra em 1934, e ao ser expulso vem para Portugal, passando uma temporada em Olhão. Cf. António Paula Brito de PINA, “Francisco Fernandes Lopes”, 2007.

¹⁰³ Cf. Francisco Fernandes LOPES, “Olhão, zona de turismo”, in *Gazeta de Olhão*, semanário regionalista, nº28, 27 de Março de 1952; *Idem*, “Olhão e os estrangeiros”, in *Correio Olhanense*, nº137, 12 de Fevereiro de 1952, pp.1 e 5; e *Idem*, “Surpreende que os propagandistas ainda não tenham reparado no panorama típico de Olhão, único em todo o mundo!”, in *Correio do Sul*, nº2401, 23 de Abril de 1964, pp.1 e 6.

¹⁰⁴ Cf. Francisco Fernandes LOPES, *Olhão, terra de mistérios, de mareantes e de mirantes*, separata do jornal *Correio Olhanense*, 1948.

¹⁰⁵ É ele o autor da entrada “Olhão” na *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* (1949).

recebendo e ciceroneando importantes visitantes à “vila cubista”, mas, também, estudando e investigando a sua história e os tradicionais usos e costumes de suas gentes. Por isso, contrariamente ao que acontece relativamente a outras temáticas históricas a que Fernandes Lopes se dedicou, a sua perspectiva sobre Olhão não se enquadra no âmbito da historiografia tradicional, mas sim numa vertente histórico-etnográfica, que utiliza como metodologia fundamental de estudo a arguta observação do meio que o envolvia e tão bem conhecia.

Na verdade, não poderia ser de outra forma, uma vez que à data em que Fernandes Lopes escreve o seu primeiro artigo sobre Olhão mais voltado para as questões histórico-etnográficas, em Julho de 1928¹⁰⁶, e que constituiu uma resposta ao que no segundo volume do *Guia de Portugal*¹⁰⁷ se escrevera sobre essa vila, não se conheciam fontes e não existia nenhum escrito mais aturado a não ser o do próprio *Guia* e, sobretudo, a *Monografia do Concelho de Olhão* (1906)¹⁰⁸, de Ataíde Oliveira – e deste estudioso louletano, bem sabemos, não se pautavam as suas obras por grande rigor científico e interpretativo.

Relembrando ainda outros estudos relevantes sobre Olhão nos três primeiros quartéis do século XX, há que salientar os escritos de Alberto Iria sobre “O Compromisso Marítimo da vila de Olhão da Restauração”, publicados faseada e inacabadamente no *Mensário das Casas do Povo* entre Outubro de 1955 e Outubro do ano seguinte¹⁰⁹; e os estudos de Antero Nobre, o primeiro dos quais, *Do “logo do Olham” à “Vila do Olhão da Restauração”*, publicado em 1959, seguindo-se mais alguns escritos nas décadas seguintes que culminaram, em 1984, com a publicação da *História breve da Vila de Olhão da Restauração*¹¹⁰.

Porém, antes disso, o principal contributo para a história e etnografia olhanenses coube sobretudo a Francisco Fernandes Lopes, pois para além da publicação do artigo crítico ao escrito sobre Olhão do *Guia de Portugal*, em Julho de 1928, e que por si só já constitui um interessante estudo histórico-etnográfico, o médico olhanense fez publicar no *Correio Olhanense* e posteriormente em separata, em 1948, um artigo com o sugestivo título *Olhão, terra de mistérios, de mareantes e de mirantes*¹¹¹, e no ano seguinte, aproveitando esse trabalho prévio, elabora a entrada “Olhão” para a *Grande Enciclopédia Portuguesa e*

¹⁰⁶ Cf. Francisco Fernandes LOPES, “Corrigenda et Addenda... Olhão no «Guia de Portugal»”, in *Correio Olhanense*, nº262, 19 de Julho de 1928, p.3.

¹⁰⁷ Cf. Aquilino RIBEIRO, “Olhão”, in PROENÇA, Raul (coord.), *Guia de Portugal*, vol. II, 1983, pp. 244-252.

¹⁰⁸ Cf. Ataíde OLIVEIRA, *Monografia do Concelho de Olhão*, 2ª edição, 1986.

¹⁰⁹ Os artigos de Alberto Iria foram publicados no *Mensário das Casas do Povo*, nºs 112 (Out./1955), 115 (Jan./1956), 116 (Fev./1956), 118 (Abr./1956), 119 (Maio/1956), 120 (Jun./1956), 121 (Jul./1956), 126 (Set./1956) e 117 (Out./1956).

¹¹⁰ Das obras de Antero NOBRE veja-se: *Opúsculos históricos sobre Olhão*, 2008; e *História breve da Vila de Olhão da Restauração*, 1984.

¹¹¹ Cf. Francisco Fernandes LOPES, *Olhão, terra de mistérios, de mareantes e de mirantes*, separata do jornal *Correio Olhanense*, 1948.

*Brasileira*¹¹². Excluindo os artigos com objectivos de divulgação do panorama típico da vila olhanense, são precisamente os estudos supracitados que constituem o essencial *corpus* bibliográfico de Fernandes Lopes sobre a história e etnografia da localidade de onde era natural, e que procuraremos analisar de seguida.

2.1.1. Olhão no *Guia de Portugal*

Em 1919 Jaime Cortesão foi nomeado director da Biblioteca Nacional de Lisboa, cargo que ocupou até 1927. É durante este período que se forma o já referido “Grupo da Biblioteca”, ao qual pertenceram vultos de relevo da cultura da época tais como: Raul Proença – que ocupou, durante a direcção de Jaime Cortesão, a chefia dos Serviços Técnicos da Biblioteca Nacional¹¹³ –, Aquilino Ribeiro, Afonso Lopes Vieira, Reinaldo dos Santos, Raul Brandão, entre outros. Este grupo foi responsável por uma importante acção cultural e, sob a chancela da Biblioteca Nacional de Lisboa, promoveu a publicação do *Guia de Portugal*.

Ficou ao cargo de Raul Proença a coordenação dos dois primeiros volumes do *Guia*, o primeiro publicado em 1924 e dedicado a *Generalidades, Lisboa e arredores*, e o segundo publicado já no final de 1927, que incluía a *Estremadura, Alentejo, Algarve*¹¹⁴. Contando com diversas colaborações dos intelectuais que integravam o “Grupo da Biblioteca”, o *Guia* pretendia reunir simultaneamente informações práticas (transportes, museus, hotéis, restaurantes...), descrições do clima e geografia e conteúdos relativos à história e etnografia dos vários locais. Raul Proença elucida acerca do objectivo do *Guia de Portugal*, no prefácio ao II volume: não poderia, refere Proença, ser o “Guia de Portugal um álbum esplendorosamente ilustrado, com sua encadernação magnífica, para ter o fútil destino de ornamentar as estantes e os móveis das saletas, e servir, quando muito, de diversão nos longos serões familiares. (...) Antes, pelo contrário, quis fazer dele um comentário vivo, um companheiro de viagem, um fácil e constante colaborador, pronto a ser consultado a cada momento, diante de cada trecho de arte ou de paisagem, e a guiar mesmo os portugueses nos seus passeios e peregrinações”¹¹⁵. Animado pela ideia da divulgação cultural, pretendia igualmente Raul

¹¹² Cf. Francisco Fernandes LOPES, “Olhão”, in *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. XIX, 1949.

¹¹³ Cf. Manuela D. DOMINGOS, *Subsídios para a História da Biblioteca Nacional*, 1995, p.63.

¹¹⁴ O *Guia de Portugal* publicou-se em cinco volumes, mas apenas os dois primeiros foram da responsabilidade da Biblioteca Nacional de Lisboa e coordenados por Raul Proença. É Sant’Anna Dionísio quem dá continuidade ao projecto, já na década de 40, coordenando os volumes seguintes, editados pela Fundação Calouste Gulbenkian: em 1944 publica-se o terceiro volume, que inclui a regiões da *Beira Litoral, Beira Baixa e Beira Alta*; em 1965 o quarto volume, *Entre Douro e Minho*, é publicado em dois tomos; e apenas em 1969-70 se publica, também em dois tomos, o quinto e último volume, dedicado a *Trás-os-Montes e Alto Douro*. Cf. A. H. de Oliveira MARQUES, *Guia de História da 1ª República Portuguesa*, 1981, p.106.

¹¹⁵ Raul PROENÇA (coord.), *Guia de Portugal*, vol. II – Estremadura, Alentejo, Algarve, fac-símile da 1ª edição publicada pela Biblioteca Nacional de Lisboa em 1927, 1983, p.XL.

Proença que o *Guia* tivesse um carácter utilitário, acompanhando o viajante no território português.

O volume II – *Estremadura, Alentejo, Algarve*, do *Guia de Portugal* segue, no que diz respeito ao Algarve, a tendência de desvalorização dessa região um tanto comum à época. O Algarve padecia ainda dos efeitos nefastos do prolongado afastamento em relação ao restante território português, resultado de séculos de isolamento derivado, sobretudo, das suas características geográficas próprias. A serra muito densa a norte, difícil de transpor, era impeditiva de comunicações frequentes, e, por isso, a região e suas especificidades culturais – feição da população, usos, costumes... – eram mal conhecidas e, talvez, pouco compreendidas no restante país. À data de publicação do *Guia* esse isolamento tinha já sido colmatado com a linha do caminho-de-ferro¹¹⁶, mas os seus prolongados efeitos ainda se faziam sentir. Não é, pois, de estranhar o quadro algo negativo traçado por Raul Proença no que toca à descrição da população algarvia: da mulher algarvia diz que “não prima pela beleza. O sangue mourisco corrompeu-a”¹¹⁷, e caracteriza os algarvios como “interesseiros, mesquinhos, poucos hospitaleiros, estreitos de espírito, não vendo nada para além da sua nesga de terra ou do seu barco de pesca, cultivando diligentemente o solo, mas sem capacidade de iniciativa, satisfeitos com o fruto que lhes cai nas mãos e o peixe que lhes vem ter à borda de água”¹¹⁸. Mesmo no que respeita ao património cultural edificado, Raul Proença afirma assertivamente que “pouco interesse que tem o Algarve sob o ponto de vista artístico e monumental”¹¹⁹. Neste âmbito, porém, a desvalorização não se deve tanto à incompreensão e desconhecimento da região, mas mais à concepção vigente de património cultural, em que apenas eram considerados de interesse os grandes monumentos, e às correntes históricas em voga, que valorizavam sobretudo a época medieval e os Descobrimentos marítimos¹²⁰.

A descrição que no volume II do *Guia de Portugal* se faz sobre a vila de Olhão ficou a cargo de Aquilino Ribeiro, que à data da publicação, 1927, era já um escritor reconhecido, de

¹¹⁶ O caminho-de-ferro chegou a Faro em 1889, a Olhão em 1904, a Tavira em 1905, a Vila Real de Santo António em 1906 e a Lagos apenas em 1922.

¹¹⁷ Raul PROENÇA, *Guia de Portugal*, vol. II, 1983, p.203.

¹¹⁸ *Idem, ibidem*, p.204.

¹¹⁹ *Idem, ibidem*, p.210.

¹²⁰ Note-se, por exemplo, que mesmo nos anos 50 e 60, as obras de restauro no Algarve promovidas pela Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais incidiram apenas na Sé Catedral de Silves (Junho de 1955), nos monumentos de Sagres (Junho 1960), nas muralhas de Lagos (Junho de 1961) e na Igreja Matriz de Vila do Bispo (Março de 1962) – o primeiro por ser símbolo da consolidação da nacionalidade e os restantes pela sua ligação ao períodos dos Descobrimentos. Nada ou pouco mais era, nessa época, considerado relevante a nível de património cultural na região algarvia.

vasta obra publicada¹²¹. Aquilino Ribeiro (1885-1963) era natural de Carregal de Tobosa, no concelho de Sernancelhe. Em 1895 ingressou no Colégio de Nossa Senhora da Lapa, tutelado pelos jesuítas, onde completou os estudos primários, e logo em Outubro de 1900 entrou no Colégio do Padre Alfredo, em Lamego. Em 1902 seguiu para Viseu, onde estudou filosofia, mas permaneceu aí pouco tempo, pois ainda nesse ano ingressou no Seminário de Beja para estudar teologia. Fez apenas o primeiro ano e parte do segundo, apercebendo-se então que não tinha vocação para prosseguir uma vida religiosa. Foi então residir para Lisboa em 1906, onde se ocupou com o jornalismo e contactou com os ideais republicanos revolucionários, sendo que no ano seguinte, a explosão de uma bomba no quarto onde residia o levou para o cárcere, de onde se conseguiu evadir; foi obrigado a viver escondido em Lisboa e, em 1908, seguiu clandestinamente para Paris. Voltou a Portugal no final de 1910, depois de implantada a República, mas por pouco tempo, regressando de novo a Paris onde começou a frequentar na Universidade de Sorbonne a Faculdade de Letras, tendo como professores Georges Dumas, Durkheim, André Lalande, Léon Brunswick, Levy Bruhl, entre outros. É aí que conhece a sua primeira mulher, Grete Tiedemann, com quem casou na Alemanha, em 1913, e com quem residiu em Paris até 1914, ano em que nasceu o seu primeiro filho e em que a eclosão da I Guerra Mundial o fez regressar a Portugal com a sua família. Em 1915 iniciou-se como professor no Liceu Camões, onde leccionou durante três anos.

A sua estreita ligação à Biblioteca Nacional de Lisboa iniciou-se em 1919, quando a convite de Raul Proença aí entrou para ocupar o cargo de segundo bibliotecário. Fez parte do referido “Grupo da Biblioteca” e quando desse grupo de intelectuais nasceu, em 1921, a *Seara Nova*, revista de “doutrina e crítica”, Aquilino foi um dos membros do primitivo corpo directivo. Colaborou com diversos escritos no *Guia de Portugal* e foi ele quem escreveu sobre Olhão no volume II, publicado no final de 1927. Porque teria Raul Proença encarregue Aquilino Ribeiro de escrever sobre essa vila algarvia? É de supor que Aquilino Ribeiro tivesse efectivamente alguma relação com Olhão, mas qual? E é igualmente de supor que, para estar apto a escrever no *Guia*, teve de visitar a vila, mas quando? Em *Um Escritor Confessa-se*, Aquilino Ribeiro refere que “o meu primeiro artigo, pueril de todo, foi no *Jornal de Olhão*”¹²², numa altura em que contava apenas 17 anos e era ainda aluno do Seminário Episcopal de Beja. Enganou-se, porém, tantos anos volvidos, pois não se tratava do *Jornal de Olhão*, mas sim de *O*

¹²¹ À data, Aquilino Ribeiro publicara já as seguintes obras: *O Jardim das Tormentas* (1913), *A Via Sinuosa* (1918), *Terras do Demo* (1919), *Filhas de Babilónia* (1920), *Valeroso Milagre* (1921), *A Traição* (1921), *O Malhadinhas* (1922), *Estrada de Santiago* (1922), *O Romance da Raposa* (1924), e *Andam Faunos pelos Bosques* (1926).

¹²² Aquilino RIBEIRO, *Um Escritor Confessa-se*, 2ª edição, 2008, p.87 (a 1ª edição data de 1972).

*Cruzeiro do Sul*¹²³, no qual publicou, sob o pseudónimo A. Bias Agros, não um artigo, mas um conto, a 9 de Abril de 1903, datado de “Beja, 1” e intitulado “Para os Anjos”¹²⁴. A explicação para esta primeira publicação no jornal de uma localidade desconhecida a Aquilino poderá residir no próprio Seminário de Beja: aí estabeleceu relações de amizade com João Machado Gonçalves, colaborador assíduo de *O Cruzeiro do Sul* e que veio a ser ordenado sacerdote e a exercer na cidade de Faro; e o vice-reitor do Seminário, o Padre José Maria Ançã, era também colaborador literário desse periódico¹²⁵. Se estas relações elucidam acerca da primeira aventura jornalística de Aquilino Ribeiro, não são suficientes, porém, para compreender por que motivo foi ele o responsável pela descrição de Olhão no segundo volume do *Guia de Portugal*, e tampouco permitem lançar alguma luz sobre a data da sua visita à vila olhanense. Poder-se-ia supor que, tendo o segundo volume do *Guia* sido editado em finais de 1927, a visita de Aquilino não seria muito anterior; porém, e como veremos adiante, tendo em consideração a crítica de Francisco Fernandes Lopes, existe na sua descrição alguma informação desactualizada que parece apontar para uma visita alguns anos anterior.

Publicado, portanto, nos finais de 1927 o II volume do *Guia*, a resposta de Fernandes Lopes não se fez esperar: a 19 de Julho de 1928, escreveu para o *Correio Olhanense* o artigo titulado “Corrigenda et addendda... Olhão no «Guia de Portugal»”¹²⁶ e o objectivo era mesmo esse: corrigir e acrescentar algo mais ao que no *Guia* se tinha escrito sobre Olhão. Fernandes Lopes propõe-se a fazer “alguns reparos fundamentados ao que de informação e de impressão ali [no Guia] se consignou pela pena de Aquilino Ribeiro”¹²⁷. De facto, ninguém melhor que o médico olhanense para elaborar uma crítica informada a tal escrito, pois para além de residente na vila de Olhão, era também um intelectual atento aos usos, costumes e especificidades da população que lhe era mais próxima e na qual se integrava. O cotejo do seu artigo com o texto de Aquilino Ribeiro permite, por um lado, perceber as desactualizações,

¹²³ *O Cruzeiro do Sul*, “semanário literário noticioso e charadístico”, teve uma curta existência, pois foi publicado apenas entre 22 de Janeiro e 2 de Julho de 1903. Dirigido por José Marques Corpas Centeno, este semanário contou com a colaboração de poetas como Bernardo de Passos (1876-1930), Cândido Guerreiro (1871-1953), Marcos Algarve (1875-1960), João Lúcio (1880-1819), e também da republicana Maria Velede (1871-1955), entre outros.

¹²⁴ Cf. Antero NOBRE, “A imprensa periódica no concelho de Olhão” (1983), in *Opúsculos Históricos sobre Olhão*, 2008, p.189; Patrícia de Jesus PALMA, *A produção literária impressa no Algarve durante os séculos XIX e XX*, Dissertação de Mestrado em Estudos Portugueses – Literatura Portuguesa (Época Contemporânea, 2008, pp.106-107; António Rosa MENDES, *Faro – roteiros republicanos*, 2010, p.12.

¹²⁵ Foi o Padre José Maria Ançã o responsável pela expulsão de Aquilino do Seminário de Beja, em 1904. Segundo Patrícia Palma, por esse motivo este não estaria “entre os amigos do jovem escritor”; parece-nos, porém, que nada garante que a relação entre ambos não fosse mais cordial de início, e que não tivesse sido o próprio Padre Ançã a lançar Aquilino nas colaborações jornalísticas n’*O Cruzeiro do Sul*. Cf. Patrícia de Jesus PALMA, *A produção literária impressa no Algarve durante os séculos XIX e XX*, 2008, p.107.

¹²⁶ Francisco Fernandes LOPES, “Corrigenda et addendda... Olhão no «Guia de Portugal»”, in *Correio Olhanense*, nº262, 19 de Julho de 1928, p.3. Artigo transcrito na íntegra no Anexo I, Texto IV.

¹²⁷ *Idem, ibidem*, p.3.

omissões e pequenos lapsos cometidos pelo escritor, mas permite também descortinar a própria perspectiva histórico-etnográfica de Fernandes Lopes acerca da vila de Olhão.

Fernandes Lopes começa por fazer reparo às desactualizações, referindo que tendo o *Guia* acabado de se imprimir no final de 1927, “não se percebe no entanto que as suas informações apareçam deficientes e desactualizadas, de modo a darem a impressão de que só há muitos anos é que foram colhidas”¹²⁸. Destas informações desactualizadas, Fernandes Lopes dá alguns exemplos: Aquilino Ribeiro não referiu o modesto hotel Antónia, localizado na Rua dos Murraceiros, mas em vez disso refere a Pensão Júlia, de há muito desaparecida; indica a melhor água como a do poço da Vila, porém, este poço, diz Fernandes Lopes, “de há muito que foi entupido”¹²⁹; e menciona apenas uma diligência para Faro, com partida às 13h, que Fernandes Lopes diz já “defunta” e substituída pelas carreiras de camionetas. Prosseguindo a sua crítica, Fernandes Lopes repara também em algumas omissões, nomeadamente a falta de referência à localização do edifício dos correios e telégrafos e a falha na indicação dos três clubes da vila: a Sociedade Recreativa Olhanense (Rua Dr. Teófilo Braga), o Grémio Olhanense (Rua Carlos da Maia), e a Recreativa Progresso (Praça Patrão Joaquim Lopes).

Sem dúvida, algumas desactualizações e omissões que permitem perceber que Aquilino Ribeiro teria muito provavelmente visitado Olhão alguns anos antes da elaboração do seu texto. Só assim se compreende também a descrição que o escritor faz das ruas da vila: “Hoje a parte moderna, distribuída por alegres e largos bairros, bem iluminada, cintura contra o mar o Olhão velho, dédalo de ruas e becos estreitos e imundos, em que se acotovelam casas brancas dum só piso, com açoteias à mourisca. (...) A via pública é o colector máximo”¹³⁰. A esta descrição Fernandes Lopes contra-argumenta que “Era assim, era assim... pouco mais ou menos! Mas, hoje, quase inteiramente deixou de ser assim: desde a penúltima edilidade, feita uma canalização geral e modificadas quase todas as vielas de valeta ao centro, passou a ser... outra coisa”¹³¹. Na verdade, as actas das sessões da Câmara Municipal de Olhão datadas de 2 e 3 de Janeiro de 1923 parecem corroborar a afirmação de Fernandes Lopes, pois permitem verificar que a determinação para melhorar as condições de higiene das ruas olhanenses data desse ano: “a bem da higiene pública”, dever-se-ia “proceder, sem delongas, aos esgotos da vila, começando pela parte onde isso se tornasse mais urgente”¹³². Mais se decidia ainda que “todos os donos dos prédios situados nas ruas onde existem colectores” deveriam realizar

¹²⁸ *Idem, ibidem*, p.3.

¹²⁹ *Idem, ibidem*, p.3

¹³⁰ Aquilino RIBEIRO, “Olhão”, in PROENÇA, Raul (coord.), *Guia de Portugal*, vol. II, 1983, p.246.

¹³¹ Francisco Fernandes LOPES, “Corrigenda et addenda... Olhão no «Guia de Portugal»”, in *Correio Olhanense*, nº262, 19 de Julho de 1928, p.3.

¹³² A.H.M.O., *Fundo Câmara Municipal de Olhão*, SR: B/A.1.17.

num prazo de “sessenta dias, por meios apropriados, os esgotos dos seus prédios”¹³³, o que permite inferir que as obras terão sido realizadas com alguma rapidez, ou pelo menos era o que se pretendia. O grande impulsionador destas obras foi o Capitão João Carlos de Mendonça (1881-1938), presidente da Câmara de Olhão e que havia tomado posse precisamente no dia 2 de Janeiro de 1923, tendo sido esse um dos seus principais contributos para a vila¹³⁴.

A descrição de Aquilino Ribeiro no *Guia* indicia que a sua visita a Olhão foi anterior a essas obras de remodelação. Resta supor que, sendo esse o caso, o escritor teria visitado a vila entre 1914, data em que voltou de Paris, e talvez 1923, se partirmos do princípio que as remodelações ocorreram logo nesse ano, dada a certa urgência expressa nas actas das sessões da Câmara Municipal; a crermos que essa visita tenha ocorrido quando o escritor havia já integrado o corpo profissional da Biblioteca Nacional de Lisboa, então poderá ter sido algures entre 1919 e 1923-24, aproximadamente. Difícil é compreender se o motivo da sua visita teria sido já no âmbito de um projectado segundo volume do *Guia* que incluísse a região algarvia.

Não parece ser este o caso, no entanto, pois isso faria supor um levantamento mais rigoroso e exaustivo, por parte do escritor, de todos os pormenores relacionados com a vila susceptíveis de serem incluídos no *Guia de Portugal*. O próprio Fernandes Lopes, sabendo que Aquilino visitou, efectivamente, a vila olhanense, sugere que o escritor “viu Olhão à vol d’oiseau”¹³⁵, portanto, muito superficialmente, acrescentando que “as lacunas de visão e de informação foi o sr. Aquilino preenchê-las com o que outros olhos viram e outras cabeças concluíram...”¹³⁶. E, de facto, Aquilino Ribeiro parece ter-se socorrido, na sua descrição, da *Monografia do Concelho de Olhão* da autoria de Ataíde Oliveira e publicada em 1906 – aliás, é essa a única indicação bibliográfica patente no *Guia*, no que à vila de Olhão diz respeito. É o que sucede com a designação das ruas, largos, travessas, becos e vielas, acerca das quais escreve Aquilino Ribeiro o seguinte: “Mas fuja de passear pelo *ghetto* que vai do Estaleiro ao Campo da Feira, à hora indiscreta dos despejos, que é ao primeiro espreguiçar da doce manhã

¹³³ A.H.M.O., *Fundo Câmara Municipal de Olhão*, SR: B/A.1.19.

¹³⁴ Cf. João VILLARES, *Quem é quem em Olhão – vida de olhanenses de ontem e de hoje que honram Olhão*, 1º volume, 2004, pp.258-262; e Antero NOBRE, “Doze olhanenses que muito honram a sua terra” (1987), in *Opúsculos Históricos sobre Olhão*, 2008, p.253-255. Acerca das obras impulsionadas por João Carlos de Mendonça, escreveu Antero Nobre na obra supracitada as seguintes significativas palavras: “Dos olhanenses de hoje (1987), só os com mais de 70 anos de idade podem de algum modo avaliar bem o que foi a obra grandiosa do Capitão João Carlos de Mendonça, pois só esses poderão ainda lembrar-se das ruas de Olhão do primeiro quartel deste século, em que os esgotos se reduziam a uma valeta que praticamente reunia e canalizava todos os despejos domésticos, do tempo em que a própria Avenida principal era atravessada por um caneiro de vaza e imundice e era um lamaçal tremendo, do cheiro nauseabundo que pairava constantemente sobre a vila (...); o Consulado de João Carlos de Mendonça, como localmente ficou conhecido o período de sua passagem pela presidência do Município, pela sua obra de saneamento, urbanização e aformoseamento, é que fez de Olhão a terra de aspecto civilizado e progressivo onde nasceram os olhanenses que têm agora menos de 50 anos de idade” (p.255).

¹³⁵ Francisco Fernandes LOPES, “O que nos escreve o intelectual algarvio Dr. Fernandes Lopes”, in *Notícias do Sul*, 5 de Agosto de 1928, publicado in Raul PROENÇA, *Polémicas, organização, prefácio e cronologia de Daniel Pires*, 1988, p.697. Artigo transcrito na íntegra no Anexo I, Texto V.

¹³⁶ *Idem, ibidem*, p.697.

algarvia. (...) Os próprio nomes das ruas (...) advertem, semelhante a rótulos nos frascos dos laboratórios, do quanto de judiaria árabe ou levantina, mal cheirosa, encerram aqueles lugares: Rua do Enxarroco, – do Pité, – do Pé Comido, – da Majuca, – da Rosa Peti, – dos Sete Cotovelos, – do Salá, – dos Micanos, – dos Abraços, – do Sol-Posto; Bairro do Gaibéu, – dos Arménios, – do Guacho; Cabanas de S. Bartolomeu, – de Ferro, – das Lavadeiras; Barreta, etc.”¹³⁷. A esta descrição contrapõe Fernandes Lopes que em Olhão se diz “o *largo da Feira* ou *as Prainhas*, e não o *Campo da Feira*. *Estaleiro* nada diz de preciso, pelo que havia dois: o *Estaleiro do Moinho do Sobrado* ou do *Lourenço da Graça*, a levante e o do *Moinho da Barreta* ou do *João da Carma* a «ponente». Nem na memória da gente mais velha subsiste lembrança de bairros, ruas, travessas, largos ou becos do *Enxarroco*, do *Pité*, do *Pé Comido*, do *Guacho*? O nome de *Micanos* que se encontra hoje na placa nova da respectiva rua é mera estropeação do nome verdadeiro: Mohicanos que os meus olhos, em menino, ainda leram na antiga chapa...”¹³⁸. Ora, a tomar como certo que na memória dos mais idosos não subsistiam tais designações, portanto inexistentes, a verdade é que Ataíde Oliveira também as reproduziu na sua *Monografia*, na qual Aquilino Ribeiro se terá certamente baseado: refere, efectivamente, o *Campo da Feira*, as Ruas do Enxarroco, do Pé Comido e do Pité, e o Bairro do Guacho¹³⁹.

Estranho é, porém, que Fernandes Lopes não tenha notado esta coincidência no que respeita à toponímia, pois quando menciona no seu artigo o “contexto da notícia histórico-lendária de Olhão”, alude claramente ao facto de ter o *Guia* seguido “docilmente a tradição corrente que Ataíde na sua *Monografia* também adoptou”¹⁴⁰. Esta “tradição” que Fernandes Lopes menciona é alusiva à origem da povoação, de que Aquilino Ribeiro diz pouco ou nada se conhecer a não ser que se tratava de um acervo de palhotas até aos inícios do século XVIII¹⁴¹. Contrapõe o médico olhanense que “antes de haver a *praia* de Olhão, haveria já o *sítio* ou *logar* de Olhão; e assim, as *palhotas dos homens do mar* desta *praia* teriam vindo encontrar já aqui algumas *casas de pedra e cal* da gente do campo, dos *montanheiros*”¹⁴². Segundo a perspectiva historiográfica de Fernandes Lopes já existiriam, no lugar onde os pescadores instalaram as suas cabanas, casas de pedra e cal; parece, porém, que esta teoria cai um pouco

¹³⁷ Aquilino RIBEIRO, “Olhão”, in PROENÇA, Raul (coord.), *Guia de Portugal*, vol. II, 1983, p.246.

¹³⁸ Francisco Fernandes LOPES, “Corrigenda et addenda... Olhão no «Guia de Portugal»”, in *Correio Olhanense*, 19 de Julho de 1928, p.3.

¹³⁹ Cf. Ataíde OLIVEIRA, *Monografia do Concelho de Olhão*, 1986, pp.162-164.

¹⁴⁰ Francisco Fernandes LOPES, “Corrigenda et addenda... Olhão no «Guia de Portugal»”, in *Correio Olhanense*, 19 de Julho de 1928, p.3

¹⁴¹ Aquilino RIBEIRO, “Olhão”, in PROENÇA, Raul (coord.), *Guia de Portugal*, vol. II, 1983, p.245.

¹⁴² Francisco Fernandes LOPES, “Corrigenda et addenda... Olhão no «Guia de Portugal»”, in *Correio Olhanense*, 19 de Julho de 1928, p.3

por terra quando procuramos argumentos válidos que a sustentem, e que o próprio Fernandes Lopes falha em explicar¹⁴³.

Maiores divergências encontramos entre o texto de Aquilino Ribeiro e a crítica construída por Fernandes Lopes quando entramos na descrição pitoresca e etnográfica da vila de Olhão. Diz Aquilino que “os carros de aguadeiro, sorte de longa e pesada padiola, montada sobre duas rodas baixas, com cacifos para assento das bilhas e uma boleia ao alto em que se empoleira o agareno de carapuço até as orelhas, vão tropeçando, puxados por um jerico lanzudo ou um macho anão, a um de frente”¹⁴⁴. A tal descrição contra-argumenta Fernandes Lopes que já quase não existirem aguadeiros com carapuço até às orelhas, sendo o mais comum a utilização de um chapéu ou boné – será esta referência mais um reflexo da desactualização do texto do *Guia*?

Referindo um dos trajes femininos pelo qual a vila ficou conhecida, o bioco – que mesmo depois de proibido em 1892 pelo Governador Civil do Algarve, Júlio Lourenço Pinto, continuou a ser utilizado em Olhão até finais dos anos 20 do século seguinte –, Aquilino descreve-o da seguinte forma: “Um capote de comprido cabeção e fralda ancha, um véu espesso em volta da frente, de modo a deixar uma estreita rótula para os olhos, eis o *biúco*, consoante a designação local. Cortados em merino de lei ou em casimira de boa dura, à força de ver sóis e correr prazos-dados, de ouvir missas e ser orvalhado pelo mar, de andar de ombros de mães para ombros de filhas, o bioco, todos ou quase todos os biocos de Olhão estão verdes, verdes de velhos, verdes de obsoletos, verdes de morte próxima”¹⁴⁵. É interessante notar como Aquilino parece adivinhar o fim próximo deste traje que, de facto, praticamente se extingue passada essa década de 20. À sua descrição Fernandes Lopes objecta que “o *bioco* consta dum capote com cabeção, feito dum pano acetinado e especial (e não em *merino* ou *casimira*) e de um xaile preto ou de cor escura em geral (e não *véu espesso*). (...) Do capote não se pode dizer *orvalhado pelo mar* pois é vestuário de terra”¹⁴⁶. De facto, o bioco não era feito em tecidos tão nobres como o merino ou a casimira, mas a referência de Fernandes Lopes a um pano acetinado e especial também não parece correcta, pois o bioco comum era cortado num tecido de lã grossa¹⁴⁷. Quanto à adjectivação utilizada por Aquilino

¹⁴³ Estudos mais recentes acerca das origens da povoação olhanense revelam que a autorização para a construção da primeira casa de pedra e cal data de 1715, tendo sido requerida por um mareante aí residente à Rainha D. Maria Ana de Áustria, mulher de D. João V. Antes disso, portanto, apenas existiriam aí as modestas cabanas dos pescadores. Cf. Antero NOBRE, *História Breve da Vila de Olhão da Restauração*, 1984, pp.25-40; e António Rosa MENDES, *Olhão fez-se a si próprio*, 2009, pp.31-33.

¹⁴⁴ Aquilino RIBEIRO, “Olhão”, in PROENÇA, Raul (coord.), *Guia de Portugal*, vol. II, 1983, p.247.

¹⁴⁵ *Idem, ibidem*, p.250.

¹⁴⁶ Francisco Fernandes LOPES, “Corrigenda et addenda... Olhão no «Guia de Portugal»”, in *Correio Olhanense*, 19 de Julho de 1928, p.3.

¹⁴⁷ Cf. Tomaz Ribas, *O traje regional em Portugal*, 2004, p.200.

acerca do capote, certamente que este estava ciente que sendo o bioco utilizado por mulheres, não era vestuário de mar, mas dizê-lo “orvalhado” não parece de todo descabido, visto tratar-se de uma povoação marítima, ainda mais descrita por um exímio escritor como Aquilino Ribeiro, com um estilo metafórico próprio.

Francisco Fernandes Lopes não deixa escapar nenhum pormenor: Aquilino escreve que o zimbório da Igreja da Nossa Senhora da Soledade é vermelho¹⁴⁸, e logo Fernandes Lopes corrige que o zimbório é branco¹⁴⁹; o escritor indica que no nicho da fachada do Compromisso Marítimo está Nossa Senhora do Rosário, “de ar afável e muito ataviada de vestes”¹⁵⁰, e Fernandes Lopes contrapõe muito correctamente que a imagem no nicho é da Nossa Senhora da Graça¹⁵¹. Seguindo o seu intuito inicial, anunciado logo no título do artigo, de “addendda”, Fernandes Lopes acrescenta que “Aquilino Ribeiro não fala das *procissões* de Olhão que são uma coisa muito típica: sem nada da garridice do arraial da aldeia, nem tão pouco do luzimento e pompa convencional das capitais”¹⁵².

Parece, no entanto, que um dos assuntos mais caro a Francisco Fernandes Lopes é o da Igreja Matriz¹⁵³, que Aquilino Ribeiro caracteriza de uma “simplicidade rústica, própria da gente cuja fé não tem necessidade de aparato”¹⁵⁴. Argumenta o médico que “...discordam de certo da sua impressão de *simplicidade rústica* da Igreja Matriz, dos «homens do mar», todos aqueles que tiverem especialmente visto por dentro esta igreja, de uma única nave, larga sob uma nada vulgar abóbada em berço, com a esquisita decoração sobretudo do seu altar-mor (...). A *simplicidade rústica* mais justamente se encontraria no templo antigo – a Igreja da Soledade – que teria sido o da população campestre”¹⁵⁵. Fernandes Lopes reitera o seu argumento de que as cabanas dos pescadores teriam vindo encontrar já instalados no mesmo local habitações de uma população campestre; argumento mais uma vez pouco sólido, visto que também a construção dessa primitiva Igreja de Nossa Senhora da Soledade se justificou pela presença numerosa de mareantes no local¹⁵⁶.

Também ao retrato que Aquilino traça da capela das traseiras da Igreja Matriz Fernandes Lopes se opõe. É que o escritor atribui a capelinha à Nossa Senhora dos Aflitos e diz

¹⁴⁸ Cf. Aquilino RIBEIRO, “Olhão”, in PROENÇA, Raul (coord.), *Guia de Portugal*, vol. II, 1983, p.249.

¹⁴⁹ Cf. Francisco Fernandes LOPES, “Corrigenda et addendda... Olhão no «Guia de Portugal»”, in *Correio Olhanense*, 19 de Julho de 1928, p.3

¹⁵⁰ Cf. Aquilino RIBEIRO, “Olhão”, in PROENÇA, Raul (coord.), *Guia de Portugal*, vol. II, 1983, p.251.

¹⁵¹ Cf. Francisco Fernandes LOPES, “Corrigenda et addendda... Olhão no «Guia de Portugal»”, in *Correio Olhanense*, 19 de Julho de 1928, p.3.

¹⁵² *Idem, ibidem*, p.3.

¹⁵³ Veja-se um outro artigo de Francisco Fernandes LOPES, “A Igreja Matriz de Olhão”, in *Correio Olhanense*, nº138, 12 de Fevereiro de 1953.

¹⁵⁴ Aquilino RIBEIRO, “Olhão”, in PROENÇA, Raul (coord.), *Guia de Portugal*, vol. II, 1983, p.250.

¹⁵⁵ Francisco Fernandes LOPES, “Corrigenda et addendda... Olhão no «Guia de Portugal»”, in *Correio Olhanense*, 19 de Julho de 1928, p.3.

¹⁵⁶ Cf. Antero NOBRE, *História Breve da Vila de Olhão da Restauração*, 1984, pp.25-40.

que aí se ouve o coro lancinante das mulheres dos pescadores em noites de mar bravo¹⁵⁷; Fernandes Lopes contradiz que a capelinha é a de Nosso Senhor Jesus dos Aflitos e que não apenas as mulheres dos pescadores lá vão rezar, e não em coro lancinante, mas toda a “espécie de gente”¹⁵⁸.

Fernandes Lopes conclui o seu artigo fazendo reparo a mais um dos retratos vivos que Aquilino procura descrever da vila olhanense: “Através da rua do Rosário, em que vêm lançar-se várias vielazinhas mesteirais, vai abater-se à praça e ao porto. (...) Galeões a vapor, caíques, chalupas, fragatas, a barcaça da lota, ruidosa como um arraial, e uma população acobreada, peluda, mexida, cruzando de quando em quando gritos rápidos, cantantes”¹⁵⁹. Lopes elucida que as vielas que se lançam na rua do Rosário – actual rua do Comércio – “não são *mesteirais* senão de impressão”¹⁶⁰, e que a barcaça da lota é o que mais comumente se chama o “barco da lota”¹⁶¹; também discorda da adjectivação empregue pelo escritor, pois considera que “a população da baixa mar melhor se diria *tostada* que *acobreada*, e o adjectivo *peluda* parece impróprio”¹⁶². Se assumirmos que o adjectivo “peluda” significaria, neste contexto, gente com muito pêlo, parece, de facto, um pouco desadequado e “impróprio”. Porém, talvez Aquilino Ribeiro, na sua veia de escritor, estivesse a empregar o adjectivo num sentido figurativo, o que poderia significar gente rebelde ou susceptível. Já no que diz respeito à diferença entre *tostada* e *acobreada* que Fernandes Lopes salienta, parece-nos meramente uma questão de gosto estilístico.

A crítica elaborada por Fernandes Lopes a Aquilino Ribeiro tem, de facto, algum fundamento, pois não há dúvida que existem algumas falhas no texto do escritor que parecem indicar a sua desactualização em relação à data de publicação do segundo volume do *Guia de Portugal*, assim como alguns exageros descritivos e utilização de fontes bibliográfica com incorrecções – como é o caso da *Monografia do concelho de Olhão*, de Ataíde Oliveira. Aquilino Ribeiro é, talvez, um pouco exagerado na sua descrição da vila de Olhão, nomeadamente a nível da adjectivação, muitas vezes nada lisonjeira: “becos estreitos e imundos”, “cheiro persistente a cadáver”, “indiferença muçulmana pelo autoclismo”... As desactualizações que apresenta, e que Fernandes Lopes fundadamente critica, demonstram que a sua visita a Olhão terá sido alguns anos anterior à elaboração do texto destinado ao *Guia*

¹⁵⁷ Cf. Aquilino RIBEIRO, “Olhão”, in PROENÇA, Raul (coord.), *Guia de Portugal*, vol. II, 1983, p.251.

¹⁵⁸ Francisco Fernandes LOPES, “Corrigenda et addenda... Olhão no «Guia de Portugal»”, in *Correio Olhanense*, 19 de Julho de 1928, p.3.

¹⁵⁹ Aquilino RIBEIRO, “Olhão”, in PROENÇA, Raul (coord.), *Guia de Portugal*, vol. II, 1983, p.251.

¹⁶⁰ Francisco Fernandes LOPES, “Corrigenda et addenda... Olhão no «Guia de Portugal»”, in *Correio Olhanense*, 19 de Julho de 1928, p.3.

¹⁶¹ *Idem, ibidem*, p.3.

¹⁶² *Idem, ibidem*, p.3.

de Portugal, e muito provavelmente, quando visitou a vila, ainda não existia sequer essa intenção de sobre ela escrever a sua impressão – caso contrário teria existido certamente uma maior preocupação por parte do escritor em anotar todos os detalhes relacionados com a vila, que tantas incorrecções teriam evitado. Pode-se ainda levantar a questão se Aquilino Ribeiro teria realmente visitado Olhão, ou se para a sua descrição se teria socorrido meramente de bibliografia e fotografias do local. Porém, a imagem vívida que o escritor traça das ruas olhanenses, na qual inclui as sensações despertadas, indicia, de facto, a sua visita à localidade.

Difícil é perceber em que altura teria Aquilino Ribeiro efectuado essa visita. Apesar de se ter iniciado no jornalismo publicando o seu primeiro conto, “Para os Anjos”, no semanário olhanense *O Cruzeiro do Sul*, a 9 de Abril de 1903, não parece datar dessa altura tão jovem da sua vida uma visita a Olhão. Será mais acertado supor que essa visita terá ocorrido depois de 1914, altura em que volta para Portugal com a eclosão da I Grande Guerra, ou então, mais provavelmente, depois de 1919, altura em que entra para a Biblioteca Nacional de Lisboa como segundo bibliotecário. Nunca, porém, depois da realização das obras de melhoramento das condições de higiene das ruas e vielas olhanenses – 1923 ou 1924, aproximadamente – uma vez que na sua descrição é evidente a imagem negativa da vila nesse aspecto. A motivação da sua visita – se não foi, de facto, com intenção de escrever um texto para o *Guia* – é igualmente difícil de esclarecer: talvez tivesse empreendido uma viagem ao Algarve por mero lazer e contacto com a região; ou poderia aí ter algum amigo que o motivou a deslocar-se para uma visita.

Se havia em Olhão alguém capaz de elaborar uma crítica ao conteúdo patente no *Guia*, esse alguém seria, certamente Fernandes Lopes. Residente nessa vila – terra de onde não saiu quase até ao fim da sua vida – e intelectual de alta envergadura, Fernandes Lopes esteve sempre atento às tradições, usos e costumes da sua terra, escrevendo, aliás, diversos textos e artigos sobre Olhão. Não só estava apto a elaborar a crítica ao texto de Aquilino Ribeiro, como também poderia ter sido ele próprio a escrevê-lo. Assim sendo, porque não o fez? Porque não pediu Raul Proença a colaboração de Fernandes Lopes para o texto sobre Olhão?¹⁶³ Sabe-se que eram amigos “de longa data”¹⁶⁴, que foi o próprio Fernandes Lopes quem tirou as três fotografias de Olhão que figuram no *Guia*, e, além disso, a pedido do seu amigo Sebastião da Costa, copiou para essa obra as “duas inscrições que estão na fachada da Igreja Matriz e uma

¹⁶³ O mesmo se poderá inquirir acerca de Raul Brandão, colaborador dos volumes I e II do *Guia de Portugal*, e que à data tinha já publicado a obra *Os Pescadores* (1923), na qual inclui uma interessante descrição da feição típica de Olhão e sua população.

¹⁶⁴ Francisco Fernandes LOPES, “Corrigenda et addenda... Olhão no «Guia de Portugal»”, in *Correio Olhanense*, 19 de Julho de 1928, p.3.

outra de sob o nicho da fachada do Compromisso”¹⁶⁵. Se, como parece ser evidente, Raul Proença não lhe pediu colaboração, isso poderá explicar a crítica algo desproporcionada – talvez reflexo de algum ressentimento – a pequenas nugas do texto de Aquilino, como sucede, por exemplo, nos casos da teima contra o adjectivo “acobreado” ou no reparo à designação de “barcaça da lota” – e não é o próprio Fernandes Lopes que, num texto vinte anos posterior, e que analisaremos de seguida, utiliza essa mesma designação de “barcaça da lota”? E, inclusive, cita nessa mesma passagem o próprio Aquilino e os seus adjectivos de uma população “acobreada” e “peluda”.¹⁶⁶

O texto que sobre o Algarve se publicou no *Guia* suscitou diversas reacções de intelectuais algarvios, que manifestaram as suas críticas em periódicos regionais. Perspectivas como a de que a mulher algarvia não primava pela beleza, ou que no Algarve não existiam monumentos e obras artísticas de interesse, foram, inclusive, motivo para que no *Correio do Sul* se publicassem, entre Junho e Agosto de 1928, diversos artigos de acesa discussão sobre esse assunto, alguns de autoria de Mário Lyster Franco – também colaborador no segundo volume do *Guia* – e de José Dias Sancho¹⁶⁷. E o próprio Fernandes Lopes não se limitou ao artigo de “Corrigenda et addenda” publicado no *Correio Olhanense*: pouco tempo depois, a 5 de Agosto, publica novo artigo sobre o mesmo tema, no jornal vilarealense *Notícias do Sul*, no qual expressa estranheza pelo facto de Raul Proença não ter entregue a alguém conhecedor da vila de Olhão o texto de Aquilino Ribeiro para revisão¹⁶⁸; e a 19 de Agosto o *Correio do Sul* publica uma sua carta, datada de 15, na qual um Fernandes Lopes mais esclarecido assegura saber de fonte fidedigna que Olhão “foi uma das poucas terras do Algarve onde Raul Proença, para o *Guia*, não pôs os pés”¹⁶⁹ e que é o próprio a espantar-se que Lyster Franco, Sebastião da Costa e Bernardo de Passos, a quem enviou provas do texto sobre a região, não lhe tivessem feito qualquer observação e correcção. Fernandes Lopes parece procurar, neste artigo,

¹⁶⁵ *Idem*, “O que nos escreve o intelectual algarvio Dr. Fernandes Lopes”, in *Notícias do Sul*, 5 de Agosto de 1928, publicado in Raul PROENÇA, *Polémicas*, 1988, p.697.

¹⁶⁶ Cf. Francisco Fernandes LOPES, *Olhão, terra de mistérios, de mareantes e de mirantes*, 1948, página não numerada. A passagem em questão é a seguinte: “A evocação marroquina impõe-se, todavia – em especial junto à barcaça da lota, «ruidosa como um arraial», perante uma «população acobreada, peluda e mexida, cruzando de quando em quando gritos rápidos, cantantes» (Aquilino Ribeiro)”.

¹⁶⁷ Dos artigos publicados no *Correio do Sul* destacam-se os seguintes: “O Algarve no Guia de Portugal” (nº591, 17/06/1928), assinado por *Um farese*; “A conferência de José Dias Sancho – Roteiro do Algarve” (nº593, 1/07/1928), que não está assinado, mas refere-se a uma conferência em que José Dias Sancho defender o verdadeiro roteiro algarvio, por oposição ao que se escreve no *Guia*; “A mulher algarvia no «Guia de Portugal» - por toda a província abundam tipos de beleza” (nº594, 8/07/1928), assinado por Lyster Franco e que conclui no número seguinte; “Os vinhos do Algarve e o «Guia»” (nº597, 29/07/2011), também de autoria de Lyster Franco; “O Guia de Portugal – no pelourinho – impugnando as alegações do réu” (nº597, 29/07/2011), assinado por José Dias Sancho; e “Como se depreciam as mulheres no Algarve” (nº598, 5/08/2011), também de autoria de José Dias Sancho.

¹⁶⁸ Cf. Francisco Fernandes LOPES, “O que nos escreve o intelectual algarvio Dr. Fernandes Lopes”, in *Notícias do Sul*, 5 de Agosto de 1928, publicado in Raul PROENÇA, *Polémicas*, 1988, pp.697-698.

¹⁶⁹ *Idem*, “Esclarecendo...”, in *Correio do Sul*, nº600, 19 de Agosto de 1928, p.1. Artigo transcrito na íntegra no Anexo I, Texto VI.

colocar-se numa posição mais neutra no que respeita a toda a polémica suscitada pela publicação do *Guia de Portugal*.

No que respeita à perspectiva histórica de Fernandes Lopes sobre Olhão, facilmente se entende que este defende uma preexistência de casas de alvenaria pertencentes à população campestre, no local onde posteriormente se teriam instalado os pescadores com as suas cabanas de colmo; segundo ele, teria sido também essa população campestre a erguer a Igreja de Nossa Senhora da Soledade. A verdade é que Fernandes Lopes não apresenta, neste breve artigo, argumentos que consolidem esta sua teoria, que mais parece ser resultado de uma tentativa de enobrecimento das origens da povoação de Olhão, do que propriamente de factos concretos que a permitam justificar.

Perspicaz, nada do que era humano lhe era alheio – parafraseando a célebre frase do dramaturgo romano Terêncio, “*Homo sum; humani nihil a me alienum puto*” –, por isso a sua perspectiva dos usos e costumes da vila que o vira nascer, e onde decidiu residir, era muito rigorosa e apurada. Criticando Aquilino, Fernandes Lopes deixa antever a sua própria visão da feição característica da população olhanense. Considera que aí predomina o “elemento marítimo”, algo, de facto, inegável; mostra-se conhecedor do bioco, típico traje das mulheres dos mareantes; defende as típicas procissões da vila, tão diferentes das realizadas nas aldeias e nas cidades; e refere o espírito de íntima devoção da gente que durante a noite ora silenciosamente em frente à capela de Nosso Senhor Jesus dos Aflitos. Um retrato que só a sua erudição lhe permitia elaborar com algum rigor.

2.1.2. Panorama típico da «vila cubista»¹⁷⁰

Data de 18 de Março de 1948 a publicação original de *Olhão, terra de mistérios, de mareantes e de mirantes*¹⁷¹. O artigo foi posteriormente editado por esse periódico em separata, e foi também incorporado por Francisco Fernandes Lopes no texto que compôs acerca de Olhão, em 1949, para a *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*.

Olhão, terra de mistérios, de mareantes e de mirantes insere-se na perspectiva e motivação de Francisco Fernandes Lopes de dar a conhecer a vila e as suas singularidades¹⁷². O médico olhanense começa por se referir às origens históricas da povoação, para depois expor

¹⁷⁰ No Anexo III, Figs. 4 e 5, estão reproduzidas duas fotos antigas bastante representativas do panorama típico das açoteias olhanenses.

¹⁷¹ Cf. *Idem, Olhão, terra de mistérios, de mareantes e de mirantes*, 1948. Artigo transcrito na íntegra no Anexo I, Texto VII.

¹⁷² Note-se que o próprio título do artigo procura ser chamativo, com a deliberada aliteração na letra “m”: mistério, mareantes, mirantes.

o que tem de singular a “cubista vila de Olhão da Restauração”¹⁷³. Contrariando a teoria corrente e lendária, de que os pescadores que montaram as suas cabanas de junco no lugar de Olhão eram oriundos de Ovar e Ílhavo, Fernandes Lopes alude a um documento oficial de 1765 em que os próprios mareantes declaram que o lugar foi fundado com alguns pescadores da cidade de Faro, o que se coaduna, segundo ele, com a tradição local de que esses pescadores vinham ao sítio de Olhão para utilizarem a água de boa qualidade do olho de água aí existente, na confecção de caldeirada. Fernandes Lopes contribui, muito correctamente, para desmitificar a origem dos pescadores que na praia de Olhão se instalaram.

Porém, tal como já tinha enunciado no artigo de 1928, Lopes persiste e labora na ideia de que as cabanas dos pescadores teriam já encontrado, no “sítio da vila actual”, “casas de pedra e cal, do tipo das do campo algarvio”¹⁷⁴, que não teriam subsistido além da época pombalina, e que “da praia para o campo contíguo foram proliferando tentacularmente as cabanas de junco, infiltrando-se por entre as casas de pedra e cal pré-existentes no sítio, até, na metamorfose comum, terem desaparecido há menos de um século”¹⁷⁵. Esta interpretação parece evidenciar, quer no artigo de 1928, quer no escrito de 1948, alguma confusão relativamente à área geográfica que Fernandes Lopes considerava estar compreendida nas variantes primitivas do topónimo Olhão, uma vez que existe uma diferença substancial entre “lugar” e “sítio” de Olhão, geograficamente mais abrangentes, e “praia” de Olhão¹⁷⁶, mais restrito e que corresponde mais rigorosamente ao núcleo genético da vila olhanense. Se, de facto, o “*Logo de Olham*” remonta pelo menos à Idade Média, o que pressupõe a existência de, provavelmente, algumas construções dispersas, talvez de alvenaria, a área correspondente à “praia” de Olhão estaria despovoada até os mareantes terem aí instalado as suas cabanas.

Fernandes Lopes prossegue a sua teoria referindo que a ermida de Nossa Senhora do Rosário tinha afluência dessa gente campestre, tendo sido depois aproveitada pelos mareantes para o seu culto religioso. Mas desta feita, numa perspectiva evolutiva relativamente ao artigo de 1928, o intelectual olhanense apresenta como argumento para a sua teoria o facto dos oragos da ermida serem nitidamente campestres – Santa Clara, Santa Luzia e São Sebastião – tendo os mareantes “encaixado o monumental Senhor dos Passos, da sua devoção”¹⁷⁷. Na realidade, à luz dos actuais conhecimentos sobre as origens de Olhão, sabe-se que data de 1715 a primeira autorização para a construção de uma casa de pedra e cal

¹⁷³ Francisco Fernandes LOPES, *Olhão, terra de mistérios, de mareantes e de mirantes*, 1948, página não numerada.

¹⁷⁴ *Idem, ibidem*.

¹⁷⁵ *Idem, ibidem*.

¹⁷⁶ Sobre os diferentes topónimos primitivos de Olhão veja-se o que escreve Antero NOBRE, *História Breve da Vila de Olhão da Restauração*, 1984, pp.18-20.

¹⁷⁷ Francisco Fernandes LOPES, *Olhão, terra de mistérios, de mareantes e de mirantes*, 1948, página não numerada.

na “praia” de Olhão¹⁷⁸, e que a ermida de Nossa Senhora do Rosário (actual Igreja de Nossa Senhora da Soledade) foi construída na primeira metade do século XVII e dependeu, pelo menos até 1695 – data em que foi criada a freguesia de Nossa Senhora do Rosário de Olhão –, da Igreja de São Sebastião de Quelfes¹⁷⁹, esta sim a igreja paroquial onde afluía toda a população «campestre» das redondezas. Em torno da “igrejinha pequena” olhanense, aglomerar-se-iam apenas as modestas cabanas dos pescadores. Fernandes Lopes não aparenta ter ainda conhecimento e acesso aos documentos que Alberto Iria publicou alguns anos depois no seu estudo *O Compromisso Marítimo da vila de Olhão da Restauração* (1956)¹⁸⁰, e como tal parece basear-se apenas nos dados que a sua experiência empírica lhe permitia alcançar, argumentando: “mas estaria deserto, porventura este sítio – o campo contíguo à praia de areia – sabendo-se que por toda a costa algarvia similar, o «montanheiro» lavra a terra até ao mar e incorpora os próprios salgados”¹⁸¹.

Toda esta introdução histórica das origens da povoação dá mote ao tema que Fernandes Lopes pretende verdadeiramente desenvolver: “E pela metamorfose sucessiva das cabanas em casas ficou... o que temos aqui, ainda, diante dos olhos”¹⁸². Segundo a sua perspectiva, a arquitectura “inerudita” que caracteriza a vila, única em todo o Algarve, aparece como resultado do singular carácter da população olhanense. Por isso mesmo, antes de se referir ao que de característico existe nessa arquitectura, Lopes elucida acerca da “raça da gente olhanense”: tendo em consideração que Olhão é uma “terra aberta a todas as imigrações por mar e por terra”, aí se denotam influências de “gente celta”, de “ibero-berberes” e onde a “evocação marroquina”¹⁸³ se impõe – influências estas que podemos, evidentemente, colocar em dúvida.

Para Fernandes Lopes, todos os que escreveram acerca da arquitectura de Olhão – Paul Stefan, Wilhelm Geise e Mariana Machado Santos são os nomes que refere – focaram demasiado a questão da vila cubista e das açoteias, mas ficaram alheios ao “ponto basilar”. É que Fernandes Lopes considera que “Olhão não é só um «mar de soteias» (como a próxima aldeia da Fuzeta)”¹⁸⁴ e que açoteias existem por todo o campo no sotavento algarvio. As casas e açoteias olhanenses diferem das restantes por apresentam algumas particularidades que

¹⁷⁸ Cf. Antero NOBRE, *História Breve da Vila de Olhão da Restauração*, 1984, pp.25-40; e António Rosa MENDES, *Olhão fez-se a si próprio*, 2009, pp.31-33.

¹⁷⁹ Cf. António Rosa MENDES, *Olhão fez-se a si próprio*, 2009, pp.24-25.

¹⁸⁰ Cf. Alberto IRIA, *O Compromisso Marítimo da vila de Olhão da Restauração (subsídios para a história das corporações de mareantes e pescadores do Algarve)*, in *Mensário das Casas do Povo*, nº112 (Out./1955), nº115 (Jan./1956), nº116 (Fev./1956), nº118 (Abr./1956), nº119 (Mai./1956), nº 120 (Jun./1956), nº121 (Jul./1956), nº126 (Set./1956), nº127 (Out./1956).

¹⁸¹ Francisco Fernandes LOPES, *Olhão, terra de mistérios, de mareantes e de mirantes*, 1948, página não numerada.

¹⁸² *Idem, ibidem*.

¹⁸³ *Idem, ibidem*.

¹⁸⁴ *Idem, ibidem*.

tornam a sua arquitectura tão singular: a existência de pangaaios, de mirantes e contra-mirantes. E Fernandes Lopes descreve com acuidade todos estes elementos, pintando uma vívida imagem da arquitectura típica olhanense.

Descreve os pangaaios como estruturas que rompem “forçosamente o terraço, quando se sobe à soteia por dentro da casa e não pelo quintal (...), pangaaios onde a chaminé cúbica e simples ficou incorporada ou coalescente”¹⁸⁵. Porém, segundo ele, não foi suficiente ao olhanense as açoteias com pangaio, estrutura esta que rapidamente evoluiu para “uma nova soteia que se circundou de parapeito alto, e à qual se sobe sistematicamente por escada exterior, de alvenaria”¹⁸⁶ – a esta nova estrutura deu-se o nome de mirante. Mas por vezes este mirante é de tão largas dimensões que deixa a açoteia primitiva reduzida a um pequeno quintal no primeiro andar, constituindo ele próprio uma nova açoteia; em alguns destes casos, segundo Fernandes Lopes testemunha, surge ainda uma terceira estrutura, o contra-mirante, que é “um segundo mirante, ocupando de lado a lado, quase metade do terraço do primeiro, ou metido a um canto desde e minúsculo, quase simples púlpito ou torre de vigia”¹⁸⁷. Segundo Fernandes Lopes, portanto, a singularidade da arquitectura olhanense residia nesta multiplicidade de terraços, “três terraços sobrepostos, em pirâmide!...”¹⁸⁸. É, em suma, como a caracteriza no final do seu artigo: uma “estranha e misteriosa arquitectura local, genuína, inerudita...”¹⁸⁹.

Não obstante as limitações deste pequeno escrito de Fernandes Lopes, nomeadamente no que se refere às origens históricas da povoação olhanense e à sobrevalorização do resquício mouro da arquitectura¹⁹⁰, não há dúvida que constitui uma das melhores descrições da feição característica da vila, onde a metamorfose das cabanas em casas de pedra e cal originaram, a poente, o “bairro da *Barreta*, com a sua típica *travessa dos abraços*, outro na *Banda do Levante* com a sua não menos típica *rua dos sete cotovelos*”¹⁹¹. O texto de Fernandes Lopes é, aliás, muito mais do que uma mera descrição da arquitectura singular de Olhão; possui um importante valor documental, pois foi escrito por alguém que vivia efectivamente em Olhão (mais concretamente na Rua Vasco da Gama, nº20, como ele próprio declara no último parágrafo do artigo), que conhecia a fundo todos os aspectos

¹⁸⁵ *Idem, ibidem.*

¹⁸⁶ *Idem, ibidem.*

¹⁸⁷ *Idem, ibidem.*

¹⁸⁸ *Idem, ibidem.*

¹⁸⁹ *Idem, ibidem.*

¹⁹⁰ Sobrevalorização que, de resto, também encontramos em Orlando Ribeiro, no capítulo já referido “Açoteias de Olhão e Telhados de Tavira” da obra *Geografia e Civilização* publicada pela primeira vez em 1961. Cf. Orlando RIBEIRO, *Geografia e Civilização*, 1992, pp.66-78.

¹⁹¹ Francisco Fernandes LOPES, *Olhão, terra de mistérios, de mareantes e de mirantes*, 1948, página não numerada.

característicos da vila e a sua arquitectura, e que deixou um testemunho valioso de um património actualmente muito destruído e pouco estimado.

2.1.3. A “mal sabida Olhão” de Fernandes Lopes

A “mal sabida Olhão” foi uma expressão cunhada pelo próprio Fernandes Lopes¹⁹², que considerava que a sua terra, apesar dos encantos e singularidades, era muito pouco apreciada, desconhecida da maioria e até marginalizada. Por isso mesmo, o médico olhanense tentou empenhadamente que a “mal sabida Olhão” ganhasse lugar de destaque no mapa português, e fê-lo através das visitas guiadas que proporcionava aos visitantes, lançando apelos aos seus amigos e conhecidos do meio cultural português para que a visitassem, e também através dos artigos que escreveu, nos quais procurou desvelar o panorama único dessa vila algarvia de quase todos desconhecida. Quer o artigo de crítica ao *Guia de Portugal*, de 1928, quer o texto *Olhão, terra de mistérios, de mareantes e de mirantes*, vinte anos posterior, inserem-se nessa perspectiva de dar a conhecer a verdadeira Olhão ao mundo.

Na crítica ao *Guia*, parece evidente que não agradou a Fernandes Lopes a pouca importância que tanto o autor do texto, Aquilino Ribeiro, como o coordenador da obra, Raul Proença, atribuíram à vila de Olhão: o primeiro, que a visitou efectivamente, mas não foi rigoroso na sua observação; e o segundo, que na sua tarefa de responsabilidade visitou quase todos os lugares incluídos no *Guia*, mas Olhão foi um dos poucos que não mereceu visita. Assim, Fernandes Lopes esforçou-se por corrigir, na sua crítica, todas as falhas sobre Olhão que a falta de rigor do *Guia* deixara transparecer, sobretudo as que davam à vila uma imagem negativa e que em nada a dignificava. No que respeita ao artigo de 1948, Fernandes Lopes traça um retrato vívido e erudito do panorama de açoteias que cobrem Olhão. O objectivo era evidente: mostrar o quão singular e única em todo o mundo era essa vila de vocação marítima, porque em nenhuma outra se encontra semelhante panorama, tão digno de interesse. Apesar dos seus empenhados esforços, já na década de 60 e com o desenvolvimento do turismo no Algarve, Fernandes Lopes ainda se surpreendia “que os propagandistas que têm os olhos abertos ainda não hajam reparado em que, entre as maravilhas que nos exornam, não pode ser esquecido, como se não existisse, o panorama típico de Olhão, conjunto de soteias e de mirantes, único em todo o mundo”¹⁹³.

Ainda que Fernandes Lopes não tivesse intenção de se fixar em Olhão, após a conclusão dos estudos na capital portuguesa, a verdade é que, uma vez aí instalado, procurou

¹⁹² Cf. *Centenário de Francisco Fernandes Lopes, cartas coligidas e comentadas por Alberto Iria*, 1986, p.64.

¹⁹³ Francisco Fernandes LOPES, “Surpreende que os propagandistas ainda não tenham reparado no panorama típico de Olhão, único em todo o mundo!”, in *Correio do Sul*, nº2401, 23 de Abril de 1964, p.6.

que esse afastamento dos principais centros culturais do país não o condicionasse. Assim, se não tinha sido possível, como era sua vontade, ficar em Lisboa, então por que não mostrar que a “mal sabida Olhão” também tinha o seu encanto e as suas potencialidades? Fernandes Lopes nunca perdeu o fulgor e o interesse intelectual que sempre o caracterizaram desde os tempos da mocidade; porém, pode-se indagar o quão diferente a sua vida teria sido se o seu percurso tivesse sido outro. Seguindo a máxima orteguiana “Yo soy yo y mi circunstancia”, a verdade é que não se pode compreender verdadeiramente o homem, se não se tiver em consideração a circunstância em que viveu e, assim sendo, em relação a Fernandes Lopes, não se pode ignorar que foi em Olhão que viveu a maior parte da sua vida e que foi também aí que desenvolveu os seus estudos e as suas actividades. E, é claro, se a circunstância fosse outra, o resultado também não seria, certamente, o mesmo.

Sobre Olhão, a perspectiva de Fernandes Lopes insere-se numa vertente histórico-etnográfica, uma vez que são mormente as suas observações empíricas do meio que lhe servem de base aos escritos. Mas esta visão de Olhão deixa também antever um pouco do seu posicionamento ideológico relativamente à historiografia tradicional. É que não podemos deixar de notar que Fernandes Lopes, tão interessado na sua terra, nunca se tenha interessado pelo estudo da revolta popular olhanense contra as tropas francesas, a 16 de Junho de 1808 – que constitui, sem dúvida, um dos episódios mais marcantes da história de Olhão. Sobre este tema, apenas sabemos que a 20 de Setembro de 1931, na inauguração do Monumento aos heróis da Restauração, Fernandes Lopes leu, pela primeira vez em público, o manuscrito de João da Rosa, no qual este escrivão do Compromisso Marítimo relata a revolta popular olhanense contra os invasores franceses, e que a 18 de Junho de 1948 também proferiu algumas palavras na inauguração da placa de homenagem aos heróis que combateram contra as tropas francesas, junto à ponte de Quelfes¹⁹⁴. Nada indica, porém, que Fernandes Lopes tenha dedicado algum estudo mais sério a essa temática, e seria de supor que na entrada “Olhão”, da *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, abordasse e desenvolvesse esse tema; mas, ao invés, limita-se a aflorar a questão, escrevendo: “Foi, após a expulsão dos Franceses, que se iniciara aqui a 16-VI-1808, a viagem célebre ao Brasil do pequeno caíque de pesca «Bom Sucesso», com os seus dezassete tripulantes, indo levar a faustosa notícia a D. João VI que não só os galardoou, mas elevou (em Novembro do mesmo ano) o lugar de Olhão a vila, com o título de Vila de Olhão da Restauração”¹⁹⁵. Um mero apontamento, portanto, no qual não há qualquer tentativa de interpretação do significado histórico da revolta de 16 de

¹⁹⁴ António Paula Brito de PINA, “Fotobiografia de Francisco Fernandes Lopes”, [s.d.].

¹⁹⁵ Francisco Fernandes LOPES, “Olhão”, in *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. XIX, 1949, p.298.

Junho de 1808¹⁹⁶. Na realidade, se tivermos em consideração os principais temas de história que interessaram a Fernandes Lopes, talvez possamos levantar a ponta do véu sobre a sua concepção historiográfica, provavelmente mais inclinada para o estudo dos grandes feitos e dos grandes heróis – de que o Infante D. Henrique é o exemplo mais evidente –, sendo que pouco interesse lhe suscitaria um episódio como o de Olhão, protagonizado pela população local.

¹⁹⁶ Alberto Iria, na sua obra *A invasão de Junot no Algarve* (1941), também não interpreta o significado histórico da revolta popular olhanense contra os franceses, que só mais recentemente veio a ser verdadeiramente compreendido por António Rosa MENDES, no seu estudo *Olhão fez-se a si próprio* (2009).

PARTE II

**O LABOR HISTORIOGRÁFICO DE FRANCISCO FERNANDES
LOPES**

Francisco Fernandes Lopes, historiador

De entre os múltiplos interesses de Fernandes Lopes é possível destacar os estudos de História. Estudou e escreveu mormente sobre temáticas relacionadas com os Descobrimentos Portugueses, de que são exemplo o Infante D. Henrique, Cristóvão Colombo, Duarte Pacheco Pereira e os irmãos Corte-Real. Porém, o interesse pelas temáticas henriquinas é o que mais se evidencia, uma vez que Fernandes Lopes escreve a primeira série de artigos sobre “Sagres e a Vila do Infante”, em 1933, para o *Diário do Algarve*¹⁹⁷, e encerra esse ciclo de publicações quase três décadas depois, em 1961, ano em que a revista *Portugal d’aquém e d’além mar* publicou o seu artigo “O Infante D. Henrique e a Guiné”, e no volume XXXI da *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* saía mais um artigo de sua responsabilidade sobre “Terçanabal”¹⁹⁸. Segundo testemunho do próprio Fernandes Lopes, o gosto pela temática henriquina surgiu “desde a excursão que, com os alunos do Liceu de Faro, onde era professor provisório, acidentalmente fiz a Marrocos em 1932 e da qual resultou ter sido chamada a minha atenção para o Infante D. Henrique e os problemas relativos à localização da sua vila em Sagres”¹⁹⁹.

Não sendo, portanto, as ciências históricas a formação académica de Fernandes Lopes – e nada fazia crer, numa fase inicial da sua vida, que ele se dedicaria com tanto empenho a essa área, visto que desenvolveu o gosto pelos temas históricos perto dos 50 anos de idade –, a verdade é que parece ter granjeado alguma notoriedade nesse meio. Como o teria conseguido, ele, um médico de província, residente em Olhão a maior parte da sua vida? A resposta parece residir nos seus esforços para não se deixar limitar pelo meio onde se encontrava, pois apesar de afastado dos principais centros culturais do país, não deixou por isso de se fazer associado dos principais grupos e centros de estudos históricos do país, nem de participar em congressos da especialidade de relevo nacional e internacional, e, além disso, nunca deixou dissolver a sua vasta rede de contactos com personalidades do meio intelectual

¹⁹⁷ Cf. Francisco Fernandes LOPES, “Sagres e a Vila do Infante”, I-VIII, in *Diário do Algarve*, nºs 127-128, 5 de Março a 18 de Abril de 1933.

¹⁹⁸ Cf. Francisco Fernandes LOPES, “O Infante D. Henrique e a Guiné”, in *Portugal d’aquém e d’além-mar, Revista ilustrada*, nº95, Março de 1961, pp.11-13 e 28; e *Idem*, “Terçanabal”, in *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. XXXI, 1961.

¹⁹⁹ Francisco Fernandes LOPES, “Declarações do Sr. Dr. Francisco Fernandes Lopes”, in *Notícias do Algarve*, semanário regionalista, nº383, 13 de Novembro de 1960, p.4.

nacional que conseguira adquirir e aumentar desde os seus tempos de mocidade na capital, mantendo uma correspondência activa e regular com outros historiadores.

Nesta ordem de ideias, podemos constatar que Fernandes Lopes foi membro do *Grupo Português da História das Ciências*, da *Sociedade de Geografia de Lisboa*²⁰⁰, do *Instituto Português de Arqueologia, História e Etnografia* e da *Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências*, e era sócio honorário da Casa do Algarve, sediada em Lisboa. Em reconhecimento pelos seus trabalhos sobre História dos Descobrimentos, data de 2 de Julho de 1960 o convite do *Centro de Estudos Históricos Ultramarinos* para que Fernandes Lopes fosse seu vogal: “O Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, de Lisboa, tem seguido, com muito interesse, os trabalhos históricos, por V. Ex^ª. realizados, relacionados com a expansão portuguesa. Muito honrado se sentiria, portanto, se V. Ex^ª. aceitasse o convite para ser seu Vogal”²⁰¹. O médico olhanense nunca integrou, porém, a Academia Portuguesa da História, assunto que parece ter sido assaz delicado, como se constata pela ironia com que a tal se referia numa missiva enviada a Alberto Iria, em Março de 1961: “Agradece-te a prontidão, – «a bem da verdade» da história nacional – este teu velho amigo (apesar de não ser indivíduo de número da venerada Academia da História)”²⁰². Alberto Iria, membro recente dessa Academia, refere que sugeriu, sem conhecimento de Fernandes Lopes, o seu nome para membro, e que alguém lhe dera “fundamentadas esperanças” de que o médico receberia convite para aí ingressar; no entanto, esse convite, que, segundo Iria, seria considerado um gesto de reconhecimento pelo trabalho historiográfico desenvolvido sobretudo sobre o Infante D. Henrique, nunca foi concretizado²⁰³.

De entre os congressos nos quais Fernandes Lopes participou, podemos destacar: o *1º Congresso da História da Expansão Portuguesa no Mundo*, organizado pelo Ministério das Colónias e realizado em Lisboa em 1937²⁰⁴, no qual apresentou o pequeno estudo preliminar

²⁰⁰ Foi pela Sociedade de Geografia de Lisboa que Fernandes Lopes publicou, em 1960, o estudo *Consequências dos Descobrimentos Henriquinos na Lusitanização do Ultramar*. A sua participação na Sociedade de Geografia de Lisboa parece ter sido bastante activa, tendo aí apresentado uma conferência sobre o Infante D. Henrique a 29 de Dezembro de 1949 da qual subsistiu um rascunho no seu espólio documental. A.H.M.O., *Fundo Documental Francisco Fernandes Lopes*, SR: A/1.25.

²⁰¹ A.H.M.O. Fotocópia de uma carta do Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, datada de 2 de Julho de 1960, que integra um dossier com documentação de apoio sobre Francisco Fernandes Lopes. Foi o Centro de Estudos Históricos Ultramarinos a publicar, em 1957, o estudo de Fernandes Lopes sobre *Os irmãos Corte-Real*, e anos mais tarde, em 1963, edita também em separata da revista STVDIA o ensaio *Nota sobre a Ilha Rodrigues*.

²⁰² *Centenário de Francisco Fernandes Lopes, cartas coligidas e comentadas por Alberto Iria*, 1986, p.68.

²⁰³ Cf. *Ibidem*, pp. 68-69.

²⁰⁴ Datam de 22 de Julho e 9 de Agosto de 1937 duas missivas dirigidas a Fernandes Lopes por Manuel Múrias, secretário-geral do *1º Congresso da História da Expansão Portuguesa no Mundo* e à data também director do Arquivo Histórico Colonial: na primeira missiva informa-se sobre a sessão solene inaugural do congresso, decorrida a 25 de Julho e com a presença do Presidente da República; na segunda agradece-se a cooperação no congresso, informando que se vai iniciar a publicação dos trabalhos apresentados. A.H.M.O., *Fundo Documental Francisco Fernandes Lopes*, SR:A/2.4.

“Em favor do plano henriquino das Índias”²⁰⁵; o *Congresso Luso-Espanhol para o progresso das ciências* do Porto, em 1942, onde apresentou o “Novo Sistema de Transliteração Árabe-Latina”; o *Congresso Luso-Espanhol para o progresso das ciências* de Córdoba, em 1944, no qual realizou uma comunicação sobre “A Terça Naval e a Escola de Sagres”²⁰⁶; e o *XIII Congresso Luso-Espanhol para o progresso das ciências*, decorrido em Lisboa no ano de 1950, para o qual estudou os temas “O palácio do Infante D. Henrique em Sagres”²⁰⁷ e “Bataça e Miróbriga”²⁰⁸.

Entre 26 e 28 de Janeiro de 1951 decorreu em Lisboa, organizado pela Casa do Algarve, o II Congresso Regional Algarvio. No final desse Congresso, e com o intuito de aprofundar a questão de Sagres, a Comissão Cultural da Casa do Algarve ficou incumbida de organizar uma série de conferências e palestras subordinadas ao tema “Consagração Nacional do Infante D. Henrique”, cujos principais objectivos, para além da óbvia glorificação da imagem do Infante, eram a revalorização urbanística de Sagres e a sua inserção nos roteiros históricos do turismo internacional. Fernandes Lopes prestou também o seu contributo à iniciativa, proferindo a 2 de Maio de 1953 uma palestra sobre “O Infante D. Henrique e o Algarve”²⁰⁹.

A Casa do Algarve rejubilou quando, em 1954, o Governo tomou a decisão de incluir nas *Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique* a edificação em Sagres de um monumento de homenagem ao Infante D. Henrique – também este despertou o interesse de Fernandes Lopes, uma vez que integrava a delegação algarvia das comemorações henriquinas²¹⁰ quando, em 1958, se abriu concurso para projectos do referido monumento. Defendia Fernandes Lopes que se deveria erguer um monumento-farol, isto é, um farol com a figura do Infante D. Henrique: “Ora, devendo o actual farolim ser substituído por outro mais condigno a todos os respeitos com a dignidade do local, sugeria eu, como se sabe já, que este novo farol afectasse precisamente a forma de uma figura do próprio Infante – alto farol das gerações futuras – na poética frase de Cândido Guerreiro, – e como base para a realização

²⁰⁵ Cf. Francisco Fernandes LOPES, *Em favor do plano henriquino das Índias*, sep. do I Congresso da História da Expansão Portuguesa no Mundo, 1938.

²⁰⁶ Não encontramos sobre esta comunicação no Congresso Luso-Espanhol de Córdoba qualquer publicação, porém, é o próprio testemunho de Fernandes Lopes que indica ter sido esse o tema tratado. Cf. Francisco Fernandes LOPES, “Declarações do Sr. Dr. Francisco Fernandes Lopes”, in *Notícias do Algarve*, nº383, 13 de Novembro de 1960, p.4.

²⁰⁷ Cf. Francisco Fernandes LOPES, *O palácio do Infante D. Henrique em Sagres*, XIII Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências, Separata do Tomo VIII, 7ª Secção – Ciências Históricas e Filológicas, 1950, pp. 276-287.

²⁰⁸ Francisco Fernandes LOPES, *Bataça e Miróbriga*, XIII Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências, Separata do Tomo VIII, 7ª Secção – Ciências Históricas e Filológicas, 1950.

²⁰⁹ Cf. Mateus MORENO, *Sagres e o Infante*, 1956, pp.11-15.

²¹⁰ A Delegação do Algarve para as *Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique* foi presidida por José Correia do Nascimento, secretariada por Mário Lyster Franco, e teve como vogais: Francisco Fernandes Lopes; Alberto Iria; José Formosinho, director-fundador do Museu Regional de Lagos; o Major Mateus Moreno, presidente da direcção da Casa do Algarve em Lisboa; o Capitão-Engenheiro José António Madeira, do Observatório Astronómico de Coimbra; o Engenheiro Alberto Arcanjo Pessanha Viegas, da Direcção das Obras Públicas do Distrito de Faro; e José Maria Estêvão, presidente da Câmara Municipal de Vila do Bispo. Cf. *Centenário de Francisco Fernandes Lopes, cartas coligidas e comentadas por Alberto Iria*, 1986, p.44.

monumental recordara a estátua da Liberdade à entrada do Novo Mundo e a do Cristo-Rei que sob modalidades várias por toda a parte hoje se vai erguendo”²¹¹. A sua ideia, porém, não parece ter tido muitos defensores, como se depreende do discurso algo inflamado dos artigos que publicou sobre o assunto, em Julho e Outubro de 1958²¹². Na verdade, uma vez aberto o concurso e tendo vencido o projecto “Mar Novo”, de autoria de João Andersen, Barata Feio e Júlio Resende, o monumento em homenagem ao Infante D. Henrique em Sagres nunca chegou a ser edificado, tendo-se optado por uma campanha de restauro da hipotética “Vila do Infante”, concretizada pela Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais²¹³.

Não podem ficar esquecidas as colaborações de Francisco Fernandes Lopes com artigos sobre História dos Descobrimentos em várias obras de referência publicadas em Portugal. É o exemplo da *História da Expansão Portuguesa no Mundo*, obra composta em três volumes cuja publicação se iniciou em 1937, sob a direcção de António Baião, Hernâni Cidade e Manuel Múrias²¹⁴, e para a qual Fernandes Lopes contribuiu no segundo volume, publicado em 1940, com um artigo sobre a “Colaboração portuguesa no descobrimento da América não-brasileira”²¹⁵. Correspondência datada de 25 de Fevereiro e 2 de Dezembro de 1939, endereçada por Hernâni Cidade a Fernandes Lopes, permite-nos depreender que provavelmente não lhe foi feito um convite para colaboração e terá sido o próprio a propor-se. Escreve Hernâni Cidade, na primeira carta: “Acho mtº bem que em dois parágrafos trate, como sugere, da matéria relativa ao Novo Mundo, excluindo o Brasil, é claro”²¹⁶ – mas o que seria apenas matéria para “dois parágrafos”, acabou por resultar num capítulo inteiro dedicado ao tema, como fica patente na missiva alguns meses posterior, de 2 de Dezembro de 1939.

Alguns anos mais tarde, é também numa obra de referência dirigida por Hernâni Cidade que Fernandes Lopes colabora, desta feita com capítulos sobre o “Infante D. Henrique” e “Fernão de Magalhães”. Trata-se de *Os Grandes Portugueses*, publicada no início da década de 60 pela Arcádia²¹⁷. Também nesta década de 60 e, aliás, já nos anos finais de vida de Fernandes Lopes, não pode ficar esquecida a importante colaboração no *Dicionário de História*

²¹¹ Francisco Fernandes LOPES, “O monumento do Infante em Sagres”, in *Correio Olhanense*, nº163, 10 de Julho de 1958, pp. 1 e 4. Artigo transcrito na íntegra no Anexo I, Texto VIII.

²¹² Cf. *Idem, ibidem*, pp. 1 e 4; *Idem*, “Sagres e as comemorações henriquinas. O caso do monumento-farol”, in *Correio Olhanense*, nº165, 24 de Julho de 1958, pp.1-2; *Idem*, “O monumento do Infante em Sagres”, in *Diário Popular*, nº5748, 9 de Outubro de 1958, p.11. O artigo do *Correio Olhanense* de 24 de Julho de 1958 encontra-se transcrito na íntegra no Anexo I, Texto IX.

²¹³ *Boletim da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*, nº100 “Monumentos de Sagres”, Junho de 1960.

²¹⁴ Cf. António BAIÃO; Hernâni CIDADE; Manuel MÚRIAS (dir.), *História da Expansão Portuguesa no Mundo*, 1937.

²¹⁵ Francisco Fernandes LOPES, “Colaboração Portuguesa no descobrimento da América não-brasileira”, in *História da Expansão Portuguesa no Mundo*, direcção de António BAIÃO, Hernâni CIDADE e Manuel MÚRIAS, vol. II, 1939, pp.331-359.

²¹⁶ A.H.M.O., *Fundo Documental Francisco Fernandes Lopes*, SR:A/2.4.

²¹⁷ Cf. Hernâni CIDADE (dir.), *Os Grandes Portugueses*, [196-].

de Portugal, dirigido por Joel Serrão e publicado em fascículos pela Iniciativas Editoriais, entre 1963 e 1968²¹⁸, no qual tem uma importante entrada, no segundo fascículo, sobre a “Pesca do Atum”²¹⁹.

Se ainda incluirmos neste rol os artigos que Fernandes Lopes escreveu sobre assuntos de história na *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* – Colombo, Infante D. Henrique, Terçanabal... – entre 1941 e 1964, conseguimos traçar uma ideia do seu importante contributo para obras de referência nacional no âmbito dos estudos historiográficos, o que corrobora a convicção de que alcançou algum reconhecimento nesse meio.

Porém, talvez o culminar do reconhecimento dessa sua faceta de historiador ocorra em Novembro de 1960, altura em que lhe é atribuído o 2º prémio do concurso “Grande prémio Infante D. Henrique”, promovido pela *Comissão Executiva do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique*. Esse concurso, de cariz internacional, destinava-se a distinguir o melhor livro editado “até 30 de Junho de 1960, sobre a figura e a obra do Infante, consideradas no âmbito geral da História de Portugal”²²⁰. O primeiro e segundo classificados ganhariam prémios, respectivamente, de 100.000\$00 e de 30.000\$00, instituídos pelo Banco Nacional Ultramarino. O júri do concurso²²¹ decidiu por unanimidade, porém, não atribuir o primeiro prémio, atribuindo a Francisco Fernandes Lopes o segundo prémio pela sua obra *A figura e a obra do Infante D. Henrique*²²², recém-editada nesse ano de 1960.

O objectivo do concurso parece ter sido o de projectar internacionalmente a figura heróica do Infante D. Henrique e apelar a candidaturas internacionais, uma vez que podiam concorrer obras escritas em português, francês, espanhol, italiano, inglês e alemão; porém, as expectativas do concurso parecem ter ficado, de certa forma, malogradas, uma vez que o júri deliberou não atribuir primeiro prémio, provavelmente por não ter concorrido, como se

²¹⁸ Não havendo acesso à edição original, a edição consulta para este trabalho foi: Joel SERRÃO (dir.), *Dicionário de História de Portugal*, 1981.

²¹⁹ Num pequeno bilhete, não datado, da Iniciativas Editoriais dirigido a Fernandes Lopes, pede-se-lhe que entregue o mais rapidamente possível o artigo sobre o “Algarve” para integrar o segundo fascículo (A.H.M.O., *Fundo Documental Francisco Fernandes Lopes*, SR:A/2.4). Dado que no *Dicionário de História de Portugal* não existe nenhuma entrada “Algarve” ou “Algarve, Reino do”, teria Fernandes Lopes ficado incumbido de realizar um artigo sobre esse tema e nunca o fez? Ou, por outro lado, pode tratar-se de uma confusão relativa ao tema da “Pesca do Atum”, uma vez que nesse artigo Fernandes Lopes se refere à história da pesca do atum, evidentemente, na região algarvia. O próprio Fernandes Lopes refere, numa carta dirigida a Alberto Iria, que ficara incumbido de escrever “umas 400 palavras sobre a história da pesca do atum”, não fazendo qualquer alusão a uma entrada “Algarve”. Cf. *Centenário de Francisco Fernandes Lopes, cartas coligidas e comentadas por Alberto Iria*, 1986, p. 52.

²²⁰ Comissão Executiva do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, *Regulamento do “Grande Prémio Infante D. Henrique”*, 1958, p.8.

²²¹ O júri do concurso, presidido pelo Prof. Dr. José Caeiro da Mata, era constituído pelos professores Damião Peres, Gonçalves Rodrigues, Gustavo Cordeiro Ramos, Manuel Lopes de Almeida, Délio Nobre dos Santos e Fernando Magano, e pelo escritor Costa Brochado. Note-se que Caeiro da Mata era também presidente da Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, tendo tomado posse desse cargo em 1954, altura em que já ocupava a presidência da Academia Portuguesa de História; anteriormente tinha sido Ministro da Educação Nacional (1944-1947) e Ministro dos Negócios Estrangeiros (1947-1950).

²²² Francisco Fernandes LOPES, *A figura e a obra do Infante D. Henrique*, 1960.

pretenderia, nenhuma obra de relevo internacional²²³. Quem mais se teria apresentado, para além de Fernandes Lopes, é difícil apurar. Sabemos, segundo o seu testemunho, que ele próprio concorreu no último dia do prazo, 30 de Junho, tendo-lhe sido atribuído um recibo com o número 10²²⁴, o que pressupõe que teriam sido submetidos a concurso à volta de uma dezena de trabalhos – e desses, o de Fernandes Lopes foi o que se mais destacou de acordo com o júri.

Fica também por apurar o que teria motivado Fernandes Lopes a concorrer a esse prémio henriquino. Teria sido pelo valor bastante significativo do prémio? Pois, como podemos calcular, a sua vida de médico de província não lhe proporcionaria grande conforto material. Ou teria sido uma tentativa de reconhecimento do seu trabalho de quase três décadas? O seu próprio testemunho permite-nos concluir que a sua obra fora editada pouco tempo antes da submissão ao concurso, e que ele apenas concorreu no último dia do prazo; permite-nos, igualmente, perceber que essa obra foi fruto dos estudos de quase três décadas e constitui na sua essência um desenvolvimento e actualização do que Fernandes Lopes publicara já sobre o Infante D. Henrique na *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*²²⁵. Teria ele precipitado a edição da obra junto do seu amigo Agostinho Fernandes, sócio-gerente da Portugália Editora, com o intuito de concorrer ao prémio, ou teria tomado essa decisão no último minuto?

A correspondência trocada com Alberto Iria em Março desse ano²²⁶ parece apontar para alguma urgência na publicação da obra, pois segundo testemunho do próprio Iria o trabalho de Fernandes Lopes “sobre o Infante D. Henrique continuava febrilmente. E tinha de sair o quanto antes do prelo”²²⁷. Meses mais tarde, a correspondência datada entre Novembro e Dezembro permite igualmente esclarecer que, se não foi a motivação financeira, pelo menos Fernandes Lopes teria alguma necessidade de receber os 30.000\$00 do prémio, o que tardou a acontecer. Num postal de 16 de Novembro, escreve a Iria queixando-se de ainda não ter recebido notificação oficial acerca da atribuição do prémio e pedindo-lhe se não tem maneira de averiguar se “o famoso premiozinho não terá passado de uma blague da Rádio e da Imprensa”²²⁸. Alguns dias mais tarde, a 29 do mesmo mês, envia novo postal informando Iria

²²³ Notícia o *Diário de Lisboa* de 9 de Novembro de 1960 que “o facto é que havia um valioso prémio para o trabalho escolhido pelo júri, melhor sobre o Infante D. Henrique. Ora o júri reuniu, analisou as obras e não encontrou nenhuma que merecesse o prémio. Desolação! Havia um segundo prémio, instituído pelo Banco Nacional Ultramarino, no total de 30 contos. Esse prémio foi atribuído à obra do dr. Francisco Fernandes Lopes, «A Figura e a Obra do Infante D. Henrique»”. *Diário de Lisboa*, “O Prémio Henriquino”, nº 13618, 9 de Novembro de 1960, p.2.

²²⁴ Cf. Francisco Fernandes LOPES, “Declarações do Sr. Dr. Francisco Fernandes Lopes”, in *Notícias do Algarve*, nº383, 13 de Novembro de 1960, p.4. Artigo transcrito na íntegra no Anexo I, Texto X.

²²⁵ Cf. *Idem, ibidem*, p.4.

²²⁶ Cf. *Centenário de Francisco Fernandes Lopes, cartas coligidas e comentadas por Alberto Iria*, 1986, pp. 64-66.

²²⁷ *Idem, ibidem*, p.47.

²²⁸ *Idem, ibidem*, p.64.

que já recebera a comunicação oficial, mas ainda não o prémio, situação que ainda se arrasta mais algumas semanas. Não há dúvida que a demora o exasperou, pois numa missiva de 16 de Dezembro refere que a situação já está ganhando contornos muito estranhos: “Então eu, o premiado único, não há maneira de ser contemplado com o montante devido, desde há quase 2 meses, nem sequer, obscuramente, pelo famoso cheque enviado pelo correio, quando os outros prémios e premiozitos já têm sido entregues em grande cerimônia, como o que eu vi, outro dia no caso Moreira de Campos e vejo hoje no *Diário de Lisboa* igualmente com o representante da Educação a assistir? Mas que pouca vergonha é esta então?”²²⁹. Segundo Alberto Iria, Fernandes Lopes recebeu o prémio, ainda que sem cerimónia pública, o que provavelmente teria constituído um duro golpe para o seu orgulho.

Fosse qual fosse a sua motivação, e não obstante todas as vicissitudes envolvidas, é certo que recebeu algum reconhecimento e notoriedade por ter alcançado o segundo prémio, ainda mais na invulgar circunstância de não ter sido atribuído o primeiro. O acontecimento foi também noticiado em periódicos de relevo nacional²³⁰, mas foram sobretudo os periódicos algarvios que teceram os maiores elogios a Francisco Fernandes Lopes. O semanário *Notícias do Algarve* publicou, logo a 13 de Novembro, as “Declarações do Sr. Dr. Francisco Fernandes Lopes”²³¹, sobre o seu estudo e a participação no concurso. Um outro semanário, *O Algarve*, publica nessa mesma data um pequeno artigo de congratulações a Fernandes Lopes, afirmando que “não é só a sua terra natal, é o Algarve todo que deve ao dr. Fernandes Lopes um gesto de reconhecimento”²³². É, no entanto, no *Correio do Sul*, dirigido por Mário Lyster Franco, que se fazem os maiores elogios: “o «Correio do Sul», que tem a satisfação de contar de há muito com o sr. Dr. Fernandes Lopes entre o número escolhido dos seus mais ilustres, mais dedicados e mais assíduos colaboradores (...), rejubila com a grande honra que para o Algarve e para si próprio indirectamente vem, e abraça o sr. Dr. Fernandes Lopes com a estima, o grande apreço de sempre”²³³.

Progressivamente, Fernandes Lopes foi criando a sua reputação no meio, fosse através de regular correspondência, ou de participação em congressos e realização de conferências, ou ainda através de publicações constantes dos seus estudos de história. Além disso, mantendo-

²²⁹ *Idem, ibidem*, p.66.

²³⁰ Foram publicadas pequenas notícias no já referido número de 9 de Novembro de 1960 do *Diário de Lisboa*, nos números da mesma data do *Diário de Notícias* e d'O Século, e também na revista *Portugal d'âquém e d'âlem mar* de Dezembro de 1960.

²³¹ Cf. Francisco Fernandes LOPES, “Declarações do Sr. Dr. Francisco Fernandes Lopes”, in *Notícias do Algarve*, nº383, 13 de Novembro de 1960, pp.1 e 4.

²³² J. M., “O ilustre escritor algarvio Dr. Francisco Fernandes Lopes foi vencedor do concurso de obras sobre o Infante D. Henrique”, in *O Algarve*, semanário independente fundado em 1908, nº2746, 13 de Novembro de 1960, p.1.

²³³ *Correio do Sul*, semanário regionalista, “O nosso ilustre colaborador Dr. Fernandes Lopes – Prémio Nacional do Infante D. Henrique”, nº2230, 17 de Novembro de 1960, pp. 1 e 4.

se activo colaborador nos periódicos regionais e da capital, e expondo ideias sobre os temas que estudava, ou opinando sobre estudos alheios, Fernandes Lopes parece ter reclamado alguma atenção para si próprio enquanto historiador, procurando que as suas investigações fossem do conhecimento público. Fica, porém, em aberto a questão da sua originalidade, sobretudo no que respeita aos estudos henriquinos, que são os que constituem o volume mais substancial dos seus estudos históricos. Seria Fernandes Lopes apenas mais um historiador fascinado pela figura do Infante D. Henrique, que o Estado Novo tanto se preocupou em promover como “herói da Nação” aproveitando o ensejo das comemorações do quinto centenário da sua morte? Ou teria a sua obra historiográfica trazido alguma originalidade e constituído um contributo assinalável para o conhecimento da história henriquina? É o que procuraremos apurar, adiante.

3.1. Rede de correspondência

Francisco Fernandes Lopes, pela sua multiplicidade de interesses, de entre os quais se destacam a literatura, a filosofia, a história, a arte – portanto, as convencionalmente designadas ciências humanas – pode ser considerado um verdadeiro humanista em pleno século XX, a quem nada do que era humano lhe era alheio e lhe escapava à atenção. Mas, para além das variadas áreas de estudo que captaram o seu interesse, também um outro aspecto caracteriza geralmente os eruditos humanistas desde o Renascimento, e Fernandes Lopes não foi excepção: a vasta rede de correspondentes e o denso epistolário daí resultante²³⁴.

É impossível dissociar Fernandes Lopes do contexto regional algarvio. Residindo em Olhão, e exercendo a sua actividade principal de médico, como conseguiria manter-se sempre tão actualizado, com conhecimento da realização de congressos, da abertura de concursos, das últimas publicações sobre história? O seu “enciclopedismo inveterado”²³⁵ deixa antever que estaria sempre preocupado em adquirir novas informações e em dar a conhecer as suas ideias, mas “isolado” no Algarve e numa época em que os contactos telefónicos não eram ainda muito usuais, esta sua característica pressupõe também que manteria uma rede de correspondentes regulares muito variada. É precisamente o que ressalta da sua correspondência pessoal, na qual, para além do habitual epistolário entre familiares e amigos

²³⁴ Recorde-se, a título de exemplo, Erasmo de Roterdão (1466-1536), grande humanista do Renascimento, cujo epistolário, que ele próprio polia e publicava, permite conhecer a vasta rede de contactos que mantinha com outros eruditos do seu tempo, com fervorosas trocas de ideias.

²³⁵ Segundo descrição do próprio Fernandes LOPES: “Declarações do Sr. Dr. Francisco Fernandes Lopes”, in *Notícias do Algarve*, nº383, 13 de Novembro de 1960, p.4.

mais próximos, encontramos igualmente missivas trocadas com diversas figuras do meio cultural nacional e internacional, sobre os mais variados temas do seu interesse. Essa densa correspondência, para além de ser uma forma de colmatar o seu isolamento no Algarve, permitia-lhe também cultivar antigas relações de amizade com intelectuais dos meios académicos do tempo de estudos em Lisboa, assim como criar novos relacionamentos. Através da correspondência, Fernandes Lopes mantinha-se informado e actualizado acerca das novidades dos centros culturais mais relevantes do país – Lisboa, Porto, Coimbra... – trocava e debatia opiniões e, além disso, era também uma forma de dar a conhecer o seu trabalho, através da oferta dos seus estudos ou obras, ou indicando em que periódico saíra um artigo de sua autoria.

Reveladora da troca de reflexões propiciada por este meio de comunicação é, por exemplo, a correspondência trocada entre Fernandes Lopes e Joaquim de Carvalho (1892-1958), professor de Filosofia na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e, provavelmente, um dos maiores pensadores e historiadores da cultura e da filosofia do século XX em Portugal²³⁶. Ainda que seja difícil descortinar quando se teria iniciado uma relação de amizade entre ambos, a correspondência trocada denuncia uma profunda afinidade intelectual e, ainda, o interesse de Joaquim de Carvalho pela obra historiográfica de Fernandes Lopes. Numa missiva datada de Coimbra, 19 de Janeiro de 1943, Joaquim de Carvalho revela a sua vontade de ler e possuir o livro de Fernandes Lopes, publicado pela Junta de Província do Algarve²³⁷. Refere-se ao estudo *O Algarve e o Infante D. Henrique*²³⁸, publicado nesse mesmo ano, pedido que Fernandes Lopes trata logo de satisfazer. Tanto que, numa carta pouco tempo posterior, de 7 de Fevereiro de 1943, Joaquim de Carvalho faz uma apreciação ao artigo de Fernandes Lopes, referindo-se-lhe nos seguintes termos: “O seu artigo no Boletim li-o com m.^{to} gosto, e de um modo geral a colaboração literária é boa; pelo que me respeita, tocou os pontos que interessam ao Algarve com domínio do assunto, boa ordenação e apresentação dos factos capitais. M.^{to} bem.”²³⁹.

Já em 1946, uma outra missiva, datada da Figueira da Foz a 25 de Abril, revela a leitura atenta de Joaquim de Carvalho a um outro trabalho de Fernandes Lopes, *Terçanabal e a “Escola de Sagres”*²⁴⁰, publicado no ano anterior. Trata-se do principal cavalo de batalha de Fernandes Lopes no âmbito da história henriquina, referente à origem toponímica de

²³⁶ Sobre a vida e obra de Joaquim de Carvalho leia-se o artigo de José V. de Pina MARTINS, “Joaquim de Carvalho – o homem e a obra”, 1978 [disponível em linha: www.joaquimdecarvalho.org, consultado a 23/03/2013].

²³⁷ A.H.M.O., *Fundo Documental Francisco Fernandes Lopes*, SR: A/2.5. Carta transcrita e reproduzida no Anexo II, Doc.7.

²³⁸ Francisco Fernandes LOPES, *O Algarve e o Infante D. Henrique*, sep. do Boletim da Junta da Província do Algarve, 1943.

²³⁹ A.H.M.O., *Fundo Documental Francisco Fernandes Lopes*, SR: A/2.5. Carta transcrita no Anexo II, Doc.8.

²⁴⁰ *Terçanabal e a “Escola de Sagres”*, Cadernos da «Seara Nova» – Estudos Históricos e Económicos, 1945.

Terçanabal e sua consequente localização no complexo geográfico Sagres-São Vicente. De entre as críticas que Fernandes Lopes recebeu à sua interpretação – sobretudo a de Duarte Leite, que analisaremos mais à frente –, deve ter sido gratificante que Joaquim de Carvalho emitisse uma opinião bastante favorável: “Parece-me penetrante e exacta a sua interpretação de «Terçanabal» e respectiva identificação com Portus Annibalis. A sua observação do regime dos ventos corrobora-a, pois na rota do estanho, as naves fenícias, ou antes cartaginesas, careceriam de um abrigo”²⁴¹.

A correspondência entre Fernandes Lopes e Joaquim de Carvalho manteve-se até ao ano da morte do último, em 1958, e não apenas com troca de ideias sobre historiografia, mas também sobre outros assuntos, nomeadamente filosofia, paixão partilhada por ambos²⁴². É também de salientar a correspondência relacionada com a música, tema tão caro a Fernandes Lopes, ele próprio musicólogo, com vultos de relevo da cultura musical portuguesa tais como o musicólogo, compositor e maestro Francisco de Lacerda (1869-1934), os compositores Ruy Coelho (1889-1986) e Frederico de Freitas (1902-1980) e o maestro e compositor Fernando Lopes Graça (1906-1994)²⁴³.

Acompanhando sempre os principais movimentos culturais, Fernandes Lopes contactou também com importantes personalidades do Modernismo português, tais como Almada Negreiros (1893-1970) ou Fernando Pessoa (1888-1935). Do primeiro ficou a dedicatória em *A Invenção do Dia Claro* (Lisboa: Olisipo, 1921), datada de Lisboa, 1 de Abril de 1924: “Para o dr. Fernandes Lopes e apesar de me pedir para não pôr mais nada quero dizer-lhe que ele está para mim, no meio da primeira fila dos que estão à frente disto tudo”. De Fernando Pessoa ficaram as duas cartas de 1919 publicadas depois da morte do poeta por Fernandes Lopes na *Seara Nova*, nas quais Pessoa pede empenhadamente a Fernandes Lopes colaboração num projecto organizado por um “grupo «intelectual»” para publicação de uma revista portuguesa destinada ao estrangeiro²⁴⁴ – projecto que, segundo consta, nunca se chegou a concretizar.

No que ao âmbito do presente estudo diz respeito, porém, convém ressaltar sobretudo a correspondência trocada com outros historiadores, e cujo volume e interesse é bastante

²⁴¹ A.H.M.O., *Fundo Documental Francisco Fernandes Lopes*, SR: A/2.5. Carta transcrita no Anexo II, Doc.9.

²⁴² Veja-se a missiva dirigida por Joaquim de Carvalho a Fernandes Lopes, datada de Coimbra a 14 de Janeiro de 1958, na qual o professor conimbricense agradece o envio do livro de Schelling e pede a Fernandes Lopes que lhe envie também o volume primeiro das obras de Diderot. A.H.M.O. Fotocópia de uma carta de Joaquim de Carvalho, datada de 14 de Janeiro de 1958, que integra um *dossier* com documentação de apoio sobre Francisco Fernandes Lopes. Carta transcrita no Anexo II, Doc.10.

²⁴³ A.H.M.O., Fotocópias das cartas dirigidas a Fernandes Lopes por: Francisco Lacerda, datada de Lisboa, 13 de Abril de 1931; Frederico de Freitas, sem data; Fernando Lopes Graça, sem data; e Ruy Coelho, sem data. Integram um *dossier* com documentação de apoio sobre Francisco Fernandes Lopes.

²⁴⁴ Cf. Francisco Fernandes LOPES, “Duas cartas inéditas de Fernando Pessoa”, in *Seara Nova*, nº795, 7 de Novembro de 1942.

substancial. Alberto Iria (1909-1992), por exemplo, natural de Olhão mas residente em Lisboa, e que desde 1946 ocupava o cargo de director do Arquivo Histórico Ultramarino, era um dos correspondentes frequentes de Fernandes Lopes, a quem não raras vezes pedia informações e documentação para os seus estudos²⁴⁵. Outros estudiosos faziam parte desta rede de correspondentes – e que analisaremos no seu devido contexto neste trabalho –, de entre os quais podemos destacar: Jordão de Freitas (1866-1950), Veiga Simões (1888-1954) ou Vitorino Nemésio (1901-1978). Fernandes Lopes parecia acompanhar de perto o trabalho de Jordão de Freitas, director da Biblioteca da Ajuda entre 1927 e 1936 e um dos sócios fundadores da Academia Portuguesa da História, instituição sucessora, em 1936, da Academia Real Portuguesa da História. Veja-se o exemplo da nota enviada por Jordão de Freitas a Fernandes Lopes, de 6 de Outubro de 1937, na qual informa que colocou termo à série de artigos de sua autoria, publicados no jornal *A Voz*, sobre *A Fortaleza de Sagres nos séculos XV a XVIII*²⁴⁶. Fernandes Lopes possuía inclusive, de autoria de Jordão de Freitas, um exemplar autografado da obra *Na enseada do Beliche*²⁴⁷.

A correspondência com Veiga Simões atesta uma relação de amizade de longa data, visto que a primeira missiva de que temos conhecimento data de 14 de Julho de 1922, perto da data em que Veiga Simões foi nomeado ministro plenipotenciário de 2ª classe em Berlim. Também Veiga Simões se dedicou aos estudos henriquinos, o que, para além da longa amizade, partilhava em comum com Fernandes Lopes. Não é, pois, de estranhar a correspondência frequente entre ambos, que podemos exemplificar com uma missiva de 10 de Março de 1945, dirigida por Fernandes Lopes a Veiga Simões, na qual responde minuciosamente a uma série de questões de história henriquina que este lhe colocara em missivas anteriores²⁴⁸.

O contacto com Vitorino Nemésio partiu do próprio Fernandes Lopes, aquando da publicação, pelo primeiro, em 1959 da obra *Vida e obra do Infante D. Henrique*. Sempre interessado nas novidades de historiografia henriquina, Fernandes Lopes publica no *Diário de Lisboa*²⁴⁹ uma crítica ao estudo de Nemésio, ao qual este responde em carta de 2 de Janeiro de 1960, gerando toda uma discussão amigável de ideias em torno do tema²⁵⁰.

Os exemplos supramencionados servem para demonstrar que, sem outro meio de comunicação mais eficaz à época, manter uma rede regular de correspondentes era essencial

²⁴⁵ Cf. *Centenário de Francisco Fernandes Lopes, cartas coligidas e comentadas por Alberto Iria*, 1986.

²⁴⁶ A.H.M.O., *Fundo Documental Francisco Fernandes Lopes*, SR: A/2.4.

²⁴⁷ A.H.M.O., *Fundo Documental Francisco Fernandes Lopes*, SR: A/3.2.

²⁴⁸ A.H.M.O., *Fundo Documental Francisco Fernandes Lopes*, SR: A/3.2. Carta transcrita no Anexo II, Doc.11.

²⁴⁹ Cf. Francisco Fernandes LOPES, "Temas da história henriquina – à volta do Infante", in *Diário de Lisboa*, nº 13276, 23 de Novembro de 1959, pp. 6 e 11. Artigo transcrito na íntegra no Anexo I, Texto XI.

²⁵⁰ A.H.M.O., *Fundo Documental Francisco Fernandes Lopes*, SR: A/2.6 e SR: A/3.2. Cartas transcritas no Anexo II, Doc.12 e Doc.13.

para que os estudiosos e intelectuais mantivessem contacto frequente entre si, partilhando novas ideias, transmitindo conhecimentos e as notícias mais relevantes do meio. Para Fernandes Lopes, inserido num contexto algo limitado, como o era o Algarve e a vila de Olhão, que o mantinha afastado dos principais centros de produção cultural no país, a rede de correspondentes aliada à imprensa nacional – igualmente recebida por assinatura, na maioria dos casos – era a forma mais eficaz de se manter actualizado. No que respeita à historiografia, a correspondência com outros estudiosos revela-se útil não apenas na troca de frutuosas ideias, mas também nas informações frequentes de bibliografia e de fontes arquivísticas, proporcionado igualmente a análise crítica de trabalhos de outras autorias. E, para Fernandes Lopes, era também uma forma de dar a conhecer os seus estudos, que fazia questão de enviar aos seus contactos e que, muitas vezes publicados no contexto regional, não tinham o impacto que o estudioso olhanense almejava...

O Infante D. Henrique na historiografia

4.1. Perspectiva histórica da historiografia portuguesa

4.1.1. O desenvolvimento da historiografia moderna no século XIX: de Alexandre Herculano a Oliveira Martins

É possível remontar o estudo da historiografia portuguesa à Idade Média, época em que encontramos cronistas como Fernão Lopes, ou Gomes Eanes Zurara, e daí em diante; porém, a historiografia enquanto ciência moderna e independente²⁵¹ surge verdadeiramente em Portugal – e não só! – apenas no decurso do século XIX, altura em que se desenvolve uma metodologia historiográfica e se assiste a um processo de secularização dessa área do saber.

Neste contexto, a grande obra que marca a viragem da historiografia oitocentista é a *História de Portugal* de Alexandre Herculano, publicada entre 1846 e 1853, e que “é ainda hoje considerada o grande monumento historiográfico português do século XIX”²⁵². Não se pode dissociar a produção historiográfica de Alexandre Herculano (1810-1877) do Romantismo, movimento cultural que está, por seu turno, intimamente ligado, em Portugal, ao triunfo do liberalismo. Com a derrota do absolutismo miguelista, em 1834, inicia-se um processo de consolidação do liberalismo monárquico-constitucional e de uma nova sociedade liberal, que substitui a estagnada hierarquia social do Antigo Regime. Neste processo, rapidamente se tornou evidente que para legitimar o novo poder seria necessário “lançar as bases de uma educação verdadeiramente nacional”²⁵³, na qual o que se pretendia era formar novas gerações através do ensino da história, aliado ao da literatura e da moral²⁵⁴.

²⁵¹ Note-se que a disciplinaridade, isto é, a demarcação das fronteiras entre os vários domínios do saber – nomeadamente da História – foi um processo que se iniciou na Europa do Século das Luzes com a *Enciclopédia*, que trouxe a ruptura definitiva entre «ciência» e «filosofia», ainda que no caso das ciências naturais o processo seja anterior, pois remonta ao século XVII.

²⁵² Luís Reis TORRALBA; José Amado MENDES; Fernando CATROGA, *História da História em Portugal, sécs. XIX-XX*, 1996, p.10.

²⁵³ Fernando CATROGA, “Alexandre Herculano e o Historicismo Romântico”, in *História da História em Portugal*, 1996, p.39.

²⁵⁴ No que respeita à “educação nacional”, é preciso relembrar que a obra pioneira é de autoria de Fichte, *Discursos à Nação Alemã*, que resultou de uma série de catorze conferências proferidas entre 1807-08, nas quais defendia a existência de uma identidade nacional germânica. Veja-se a tradução portuguesa desta obra: J. G. FICHTE, *Discursos à Nação Alemã*, trad. Alexandre Franco de Sá, int. Diogo Ferrer, 2009.

Os intelectuais românticos, imbuídos da missão de irradiação de cultura herdada do século XVIII, procuraram sobretudo reformar a “alma nacional”, ou seja, a criação cultural deveria contribuir para que a sociedade se sentisse identificada enquanto nação, um todo unificado, o que passava pelo apelo à cultura popular, à memória colectiva, aos costumes, à valorização dos monumentos e, sobretudo, ao estudo da história²⁵⁵. Pretendia-se uma valorização da Nação, o que se repercutiu não apenas num movimento nacionalista, mas também num interesse renovado pela História de Portugal, sobretudo pelas suas origens, época considerada gloriosa e que contrastava fortemente com a decadência Oitocentista e, por isso, era para os românticos uma importante fonte de inspiração²⁵⁶. Tal como refere Fernando Catroga, a “invocação e evocação do passado passou a constituir uma das características essenciais do romantismo”²⁵⁷, o que se reflectiu na produção poética, no estudo da etnologia, e também no desenvolvimento do romance histórico, de grande êxito na época²⁵⁸. E para a divulgação desse passado histórico de Portugal, para muito contribuíram os novos meios de difusão cultural que acompanharam o desenvolvimento do Romantismo, tais como as revistas, os almanaques, as colecções de divulgação popular, entre outros²⁵⁹.

A grande obra historiográfica de Alexandre Herculano, a *História de Portugal*, foi publicada em 4 volumes, entre 1846 e 1853, e deve ser analisada à luz deste contexto de valorização da História como forma de legitimar, moralizar e educar o presente. Repare-se que para Alexandre Herculano o estudo da história tinha uma missão cívica, ou seja, cumpria o dever de reabilitar uma nação que tinha caído em decadência²⁶⁰. Herculano encarnou, melhor que ninguém no seu tempo, o papel patriótico de recordar e divulgar o passado, rico em tradições, alumiado pelo princípio de que o presente poderia ser auxiliado pela sabedoria desse passado, que também já tinha sido progresso²⁶¹. A *História de Portugal* de Alexandre Herculano compreende apenas o período que vai desde as origens do Reino de Portugal até ao reinado de Afonso III. Não obstante as vicissitudes várias que o impediram de alargar o âmbito

²⁵⁵ Cf. Fernando CATROGA, “Alexandre Herculano e o Historicismo Romântico”, in *História da História em Portugal*, 1996, pp.39-41.

²⁵⁶ Também a nível artístico, sobretudo arquitectónico, se revelou este gosto Romântico pelas origens, com o revivalismo dos estilos medievais românico e gótico.

²⁵⁷ Fernando CATROGA, “Alexandre Herculano e o Historicismo Romântico”, in *História da História em Portugal*, 1996, p.40.

²⁵⁸ Veja-se mais pormenorizadamente a este respeito o subcapítulo “O Romance Histórico” de Fernando CATROGA, “Alexandre Herculano e o Historicismo Romântico”, in *História da História em Portugal*, 1996, pp.42-48.

²⁵⁹ Cf. Sérgio Campos MATOS, História, positivismo e função dos grandes homens no último quartel do séc. XIX, separata de *Penélope*, nº8, 1992, p.51.

²⁶⁰ Cf. *Idem*, *Historiografia e Memória Nacional – 1846-1898*, 1998, p.240.

²⁶¹ Cf. Fernando CATROGA, “Alexandre Herculano e o Historicismo Romântico”, in *História da História em Portugal*, 1996, p.49.

de estudo, é também revelador do interesse dos intelectuais Românticos pelo processo de “formação da nacionalidade”²⁶².

No que respeita ao desenvolvimento de uma história de carácter científico, ou seja, de exigência documental e crítica, Herculano foi em grande parte influenciado pelo importante papel da Academia Real das Ciências, fundada em 1779, instituição de pendor iluminista que apostava no desenvolvimento das ciências e na sua divulgação²⁶³. Pode-se considerar que quando em 1858 se fundou, nessa Academia, o Curso Superior de Letras²⁶⁴, ficou definitivamente consolidada a “profissionalização da história”²⁶⁵ e a “autonomização do estatuto do historiador e do seu ofício”²⁶⁶, que a partir de então estava dotado de “critérios próprios de fundamentação, em larga medida distanciados das pressões políticas e ideológicas”²⁶⁷. E a *História de Portugal* de Alexandre Herculano é precisamente um reflexo da construção da história como ciência, tendo-se destacado esse historiador pela laboriosa e escrupulosa recolha de fontes e a sua subsequente análise crítica, que teria de estar distanciada de todo e qualquer preconceito que impedisse o alcance da verdade.

Na década de 60 do século XIX, uma “nova geração”, constituída sobretudo por jovens universitários, focaliza-se nos problemas da sociedade portuguesa, a nível cultural e político. É a geração responsável pela chamada *Questão Coimbrã* (1865) e que ficará posteriormente conhecida como a *Geração de 70*, da qual fizeram parte Antero de Quental (1842-1891), Eça de Queirós (1845-1900), Teófilo Braga (1843-1924), Oliveira Martins (1845-1894), Ramalho Ortigão (1836-1915), entre outros. Se inicialmente esta geração se ocupou mais de questões literárias – como foi o caso da disputa e polémica coimbrã com os escritores ultra-românticos encabeçados por Feliciano de Castilho (1800-1875) –, a realidade é que muito rapidamente esses contornos foram ultrapassados, e o impacto na cultura portuguesa foi bastante significativo.

No que à história diz respeito, a nova geração de intelectuais manteve a ideia de que o seu estudo deveria estar ao serviço da actualidade, concorrendo para a renovação moral,

²⁶² Note-se que a valorização do período medieval está também intimamente relacionada com a questão do municipalismo. A problemática de organização do poder local em Portugal foi muito discutida após o triunfo do liberalismo e Alexandre Herculano procurou estudar as origens do município medieval como forma de legitimar a sua posição sobre uma questão em debate no seu tempo. Sobre este assunto veja-se: João Pedro BRANCO, *O municipalismo no pensamento de Alexandre Herculano (1834-1859)*, Dissertação de Mestrado em Cultura e Formação Autárquica, 2007.

²⁶³ A este respeito veja-se o subcapítulo “Um novo espírito científico – a Academia Real das Ciências”, da autoria de Luís Reis TORRAL, “Antes de Herculano”, in *História da História em Portugal*, 1996, pp.27-31.

²⁶⁴ O Curso Superior de Letras, criado por D. Pedro V por decreto de 30-10-1958, foi precursor da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Cf. José Amado MENDES, “Desenvolvimento e estruturação da historiografia portuguesa”, in *História da História em Portugal*, 1996, pp.166-170.

²⁶⁵ Sérgio Campos MATOS, *Historiografia e Memória Nacional – 1846-1898*, 1998, p.29.

²⁶⁶ Idem, ibidem, p.29

²⁶⁷ Idem, ibidem, p.29.

social e política, mas desenvolveu sobretudo uma visão filosófica da história, que se pautava pela análise do processo evolutivo da humanidade²⁶⁸. Pode-se tomar como referência as Conferências Democráticas do Casino, iniciadas em Lisboa em 22 de Maio de 1871, e em particular o discurso proferido por Antero de Quental, intitulado *Causas da Decadência dos Povos Peninsulares*, no qual Portugal é entendido numa visão de conjunto na Península Ibérica, cuja decadência tinha sido causada pelo exacerbado catolicismo pós-tridentino, jesuítico e inquisitorial, obstáculo ao progresso científico. Fica claro que, para esta geração de intelectuais, apenas a compreensão da evolução da história poderia permitir uma regeneração da nação²⁶⁹. A Idade Média perde alguma importância face aos Descobrimientos, considerados agora o momento de apogeu na História de Portugal, para logo serem sucedidos por uma conjuntura político-religiosa que lançara o país numa decadência moral, política e económica que a monarquia constitucional do século XIX não fora ainda capaz de ultrapassar. E a solução, ou seja, a regeneração a todos esses níveis “implicava, segundo a lição de Proudhon, a futura federalização de povos, degrau necessário à edificação da almejada República Federativa e Universal”²⁷⁰.

Por outro lado, de entre as várias visões filosóficas que dominaram a produção historiográfica, há que dar devido destaque à doutrina positivista. Numa época em que se definia o valor universal das ciências naturais e sociais, passou-se a incorporar a concepção de Auguste Comte de que explicações de teor religioso ou metafísico acerca do mundo e da humanidade eram desnecessárias – o verdadeiro conhecimento, de cariz científico, provinha das leis naturais que se podiam extrair da observação e correlação entre sequências de acontecimentos²⁷¹. Aplicando esta filosofia positivista à história, há uma clara identificação entre a evolução da humanidade e o evolucionismo cósmico, visto atribuir-se à história um sentido naturalista²⁷². Os historiadores positivistas pautaram-se sobretudo pela procura imparcial e incessante de factos históricos, aos quais tentaram atribuir uma ordem lógica e cronológica que não deixasse margem para qualquer dúvida na sua compreensão. Porém, apesar de defenderem um posicionamento científico e imparcial, também os historiadores positivistas não estavam totalmente isentos de fazerem interpretações do passado que

²⁶⁸ As teorias evolucionistas, desde há muito aplicadas ao estudo da história, ganharam nova força nesta época ao serem também aplicadas no domínio das ciências da natureza. Talvez o melhor exemplo seja a *Origem das Espécies* de Charles Darwin, publicada pela primeira vez em 1858.

²⁶⁹ Cf. Fernando CATROGA, “Positivistas e Republicanos” in *História da História em Portugal*, 1996, pp.89-90.

²⁷⁰ *Idem, ibidem*, p.89.

²⁷¹ Sobre este tema veja-se mais aprofundadamente o capítulo “Filosofia Positiva e o Estudo da Sociedade” da obra de Patrick GARDINER, *Teorias da História*, 3ª ed., 1984, pp.90-103.

²⁷² Cf. Fernando CATROGA, “Positivistas e Republicanos” in *História da História em Portugal*, 1996, p.92.

servissem os interesses republicanos²⁷³. Antes pelo contrário, a filosofia positivista cabia perfeitamente no papel de legitimadora dos ideários republicanos, visto que a selecção e análise de vários dados históricos permitiam concluir “naturalmente” que desde os seus primórdios a nação portuguesa revelava uma predisposição para a democratização que, numa perspectiva evolucionista, estaria prestes a consumir-se²⁷⁴. Segundo Teófilo Braga, um dos vultos mais significativos da filosofia positivista em Portugal, o estudo da história servia para a formação moral e cívica e deveria ser uma condição *sine qua non* para que o povo pudesse lutar e defender a sua liberdade²⁷⁵.

É interessante notar que no mesmo contexto cultural em que se afirmava uma historiografia de tendência republicana e positivista, Oliveira Martins prossegue os seus estudos historiográficos numa vertente completamente antagónica. Deste autor, também ele integrante da *Geração de 70*, podemos salientar as obras *História da Civilização Ibérica e História de Portugal*, ambas publicadas em 1879, e *Portugal Contemporâneo*, de 1881. Tal como outros membros influentes da sua geração, Oliveira Martins preocupou-se com a evolução da sociedade; porém, enquanto a historiografia positivista recusava qualquer interpretação metafísica e teológica, para Oliveira Martins o conhecimento científico por si só não era suficiente, precisava de uma base metafísica: “Ao verdadeiro historiador não bastava esclarecer com minúcia os factos do passado, nem subsumi-los a leis gerais”²⁷⁶ – o historiador deveria ser capaz de interpretar e retirar da história uma lição moral, tendo sempre em vista a regeneração da nação. Para Oliveira Martins, o sujeito tinha primazia sobre o objecto, a teoria sobre os factos e a interpretação sobre a observação. A sua obra historiográfica poderia passar, por vezes, pela ironia e melancolia, mas não era “derrotista ou antinacional”²⁷⁷; poderia transmitir um sentimento algo trágico, mas desdobrava-se no culto aos heróis, sempre revelando um historiador que se procurava colocar ao serviço da reconstrução da nação²⁷⁸.

Oliveira Martins desenvolveu uma linha historiográfica que entre muitos dos seus contemporâneos, adeptos da história metódica e positivista, foi bastante criticada, e continuou a sê-lo durante parte do século XX, pelos que prestavam culto ao documento como

²⁷³ Note-se que no principal órgão do movimento positivista em Portugal, a revista *O Positivismo*, fundada em 1878 por Teófilo Braga e Júlio de Matos, a esmagadora maioria dos colaboradores eram republicanos, pelo que se compreende que o positivismo tivesse adquirido no país uma orientação claramente republicana, nomeadamente no que diz respeito à historiografia. Cf. Fernando CATROGA, “Positivistas e Republicanos” in *História da História em Portugal*, 1996, p. 91.

²⁷⁴ Cf. *Idem, ibidem*, pp.106-115.

²⁷⁵ Cf. Sérgio Campos MATOS, *História, positivismo e função dos grandes homens no último quartel do séc. XIX*, separata de *Penélope*, nº8, 1992, p. 51.

²⁷⁶ Carlos MAURÍCIO, *A Invenção de Oliveira Martins – política, historiografia e identidade nacional no Portugal Contemporâneo*, 2005, p.21.

²⁷⁷ *Idem, ibidem*, p.150.

²⁷⁸ Cf. *Idem, ibidem*, pp.149-154.

fonte primordial. Porém a sua história-pátria acabou por ser parcialmente recuperada durante o Estado Novo, nomeadamente no que diz respeito ao culto dos “heróis da nação”, como adiante se constatará.

4.1.2. Primeira República: a reafirmação da historiografia nacionalista

É no século XIX que se desenvolve a História enquanto disciplina autónoma, com fundamentos e metodologias próprios. Não é, pois, de estranhar que o crescente interesse pelo estudo da história tenha redundado, entre os finais do século XIX e inícios do XX, na reestruturação de várias instituições que serviam de apoio ou onde se produzia investigação.

Tal sucedeu nos arquivos, que adquiriram um papel relevante pela importância atribuída aos documentos históricos como fontes primordiais. E se, até finais do século XIX, as medidas relativas à organização arquivística incidiram particularmente no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, a partir de então também outros fundos documentais foram tidos em consideração, tomando-se diversas medidas para a sua preservação e, inclusive, incorporação no Arquivo Nacional, como sucedeu com a reforma de 29 de Dezembro de 1887, presidida por José Luciano de Castro²⁷⁹. Na mesma linha, também as bibliotecas foram alvo de reorganização e desenvolvimento, visto que foram criadas bibliotecas públicas em algumas capitais de distrito (Évora, Braga, Castelo Branco, Vila Real e Ponta Delgada), bibliotecas associadas a sociedades científicas e a universidades, bibliotecas populares e bibliotecas móveis²⁸⁰.

É ainda de salientar os papéis da já referida Academia Real das Ciências, e da Sociedade de Geografia de Lisboa: a primeira, Real até 1910, manteve o seu importante papel na investigação, desenvolvimento e divulgação de obras de carácter historiográfico e também de fontes documentais²⁸¹; a segunda, criada em 1875, foi particularmente importante no que concerne ao desenvolvimento de investigações relacionadas com o império colonial português, exaltando figuras de heróis da nação e “factos singulares de índole essencialmente política, militar e diplomática”²⁸² – daí o seu elevado interesse pela História dos Descobrimentos e pelo engrandecimento dos seus heróis, nomeadamente do Infante D. Henrique.

A 5 de Outubro de 1910 a monarquia constitucional é derrubada, dando lugar à implantação da República em Portugal. Durante essa conjuntura efémera, de graves

²⁷⁹ Cf. José Amado MENDES, “Desenvolvimento e estruturação da historiografia portuguesa”, in *História da História em Portugal*, 1996, pp.161-164.

²⁸⁰ Cf. *Idem, ibidem*, p.164.

²⁸¹ Cf. *Idem, ibidem*, pp.174-177.

²⁸² *Idem, ibidem*, p.180.

conturbações políticas e sociais, afirma-se um movimento nacional e nacionalista²⁸³ que, porém, não é novo nos meios intelectuais, pois vinha já sendo desenvolvido desde o século XIX. Recorde-se, por exemplo, efemérides como o III Centenário de Camões (1880), que originou uma grande “festa nacional”, ou o I Centenário do Marquês de Pombal (1882), mobilizado por republicanos, ou ainda o centenário da «Guerra Peninsular» (1909), que originou um surto bibliográfico significativo, de cariz tradicionalista e nacionalista²⁸⁴. Recorde-se também o impacto mental e cultural do Ultimato Inglês de 1890, responsável por uma exacerbada reacção patriótica, nacionalista e colonial de uma ampla facção republicana²⁸⁵.

Não deixa de ser curioso notar que é precisamente durante o período republicano que a historiografia, sempre ligada a questões políticas, se afirma sobretudo pelo nacionalismo e pelo colonialismo, e não tanto pela “universalidade democrática e racionalista”²⁸⁶. Para tal se compreender, é necessário ter em linha de conta toda a conflituosa conjuntura internacional durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918)²⁸⁷, assim como a crise das democracias e subseqüentes surtos autoritários, sobretudo a partir de 1920. Quer isto dizer que a desilusão política motivou soluções autoritárias e conservadoras, de carácter nacional(ista) – foi o que sucedeu em Portugal, por exemplo, com o Sidonismo (1917-1918).

Os movimentos culturais desenvolvidos durante a República parecem revelar uma intenção de reconstrução nacional, o que redireccionou a produção historiográfica para uma vertente nacionalista, embora com diferentes sabores. Particular destaque merecem os grupos da Renascença Portuguesa, do Integralismo Lusitano e da *Seara Nova*. Do primeiro, nascido no Porto em 1912, fizeram parte Raul Proença (1884-1941), Jaime Cortesão (1884-1960), Teixeira de Pascoaes (1877-1952) e o principal órgão divulgador foi a revista *A Águia* (1912). Descontentes com o rumo da República, defendiam a sua renovação ideológica e a construção de uma nova imagem da pátria portuguesa. Tinham como objectivo a divulgação cultural, não sendo, pois, de estranhar que o futuro historiador Jaime Cortesão defendesse, no que respeita ao ensino da história, que dever-se-ia dar a conhecer a verdadeira alma da “raça portuguesa”, sendo que os melhores representantes dessa raça seriam as grandes figuras heróicas da nação:

²⁸³ Luís Reis Torgal distingue da seguinte forma os conceitos «nacional» e «nacionalista»: “Quando se fala de movimentos de carácter «nacional», inclusivamente no campo da historiografia, queremos referir-nos a movimentos que colocam a «nação» no centro da sua ideologia ou do conhecimento. (...) Ao utilizarmos o termo «nacionalista» já estamos num mundo conceptual diferente, dado que a «nação» aparece agora como o centro obsessivo da ideologia ou da cultura.”, Luís Reis TORGAL, “Sob o signo da «reconstrução nacional»”, in *História da História em Portugal*, 1996, p.219.

²⁸⁴ Cf. Luís Reis TORGAL, “Sob o signo da «reconstrução nacional»”, in *História da História em Portugal*, 1996, p.219.

²⁸⁵ Cf. Sérgio Campos MATOS, *Historiografia e Memória Nacional – 1846-1898*, 1998, p.238; e Luís Reis TORGAL, “Sob o signo da «reconstrução nacional»”, in *História da História em Portugal*, 1996, p.219.

²⁸⁶ Luís Reis TORGAL, “Sob o signo da «reconstrução nacional»”, in *História da História em Portugal*, 1996, p.220.

²⁸⁷ Portugal entrou na Primeira Guerra Mundial sobretudo devido à motivação de manter a sua soberania sobre os territórios coloniais portugueses.

Nun'Álvares Pereira, símbolo do amor pátrio; o Infante D. Henrique, personificação do espírito empreendedor das Descobertas; ou Camões, defensor da pátria²⁸⁸. Uma história de cariz nacional, sem dúvida, mas não tradicionalista – essa ficaria ao cargo do Integralismo Lusitano.

De entre os Integralistas Lusitanos, grupo formado em 1914 e cujo principal órgão divulgador foi a revista *Nação Portuguesa*, ressalta a figura de António Sardinha, sem dúvida principal impulsionador do movimento e defensor acirrado do tradicionalismo monárquico e do nacionalismo. Se António Sardinha chegou inclusivamente a traçar um plano para uma “História de Portugal”, é certo que a sua concepção seria de «revisionismo historiográfico» que “procurava valorizar conjuntamente a «nação» e a «tradição»”²⁸⁹ – concepção esta que frutificará durante o Estado Novo. Na sua esteira, Manuel Múrias (que dirigiu a *Nação Portuguesa* depois de Sardinha) em *O Seiscentismo Português* (1923) defende o século XVII e elogia o papel dos jesuítas, da inquisição e da censura como elementos que teriam contribuído para a manter o país unido. Esta visão gerou polémica entre os integralistas, encabeçados por Sardinha, e os *seareiros*, encabeçados por António Sérgio, que mantinham a opinião dos intelectuais republicanos de que o século XVII havia contribuído significativamente para o atraso da cultura portuguesa²⁹⁰. A *Seara Nova* – revista de «doutrina e crítica» fundada em 1921 por Raul Proença – foi também muito importante, na medida em que teve um relevante papel na divulgação cultural e nela colaboraram intelectuais republicanos como António Sérgio e Jaime Cortesão, animados pela ideia de reconstrução nacional, com repercussões evidentes na produção historiográfica.

Em suma, a historiografia no tempo da Primeira República (1910-1926) ficou marcada por um movimento de cunho nacionalista que, na realidade, não vai diferir assim tanto da historiografia sucessora; antes pelo contrário, e como se verá adiante, no decurso deste trabalho, durante o Estado Novo acentua-se o carácter nacionalista e coloca-se a História verdadeiramente ao serviço da Nação.

4.1.3. Estado Novo: a História ao serviço da Ditadura

Com o golpe de 28 de Maio de 1926, o país mergulha num período de Ditadura Militar que culmina, em 1933, com a afirmação do Estado Novo – um novo regime que se queria forte e unificado e, conseqüentemente, procurou acima de tudo tornar vigente um modelo político e cultural assente num sistema de valores indiscutíveis, que não admitia transgressões. No que à historiografia concerne, este clima mental teve repercussões evidentes, ainda mais se se

²⁸⁸ Cf. Luís Reis TORRAL, “Sob o signo da «reconstrução nacional»”, in *História da História em Portugal*, 1996, p.223.

²⁸⁹ *Idem, ibidem*, p.224.

²⁹⁰ Cf. *Idem, ibidem*, p.224.

tomar em consideração a aposta salazarista na educação como uma forma de moldar consciências – e, aí, o campo da história poderia tornar-se verdadeiramente útil.

Na historiografia do Estado Novo procurou-se sobretudo engrandecer os feitos da Nação Portuguesa nos longos séculos da sua existência e construir-se uma imagem de uma Pátria grandiosa. A grandiosidade residia no período de Monarquia nacional, cuja integridade tinha sido ameaçada pelos erros do liberalismo e da I República. Neste sentido, salientavam-se na História portuguesa sobretudo os momentos e actos patrióticos – as batalhas de Ourique e Aljubarrota, os Descobrimentos, ou a Guerra da Restauração – e os seus heróis – D. Afonso Henriques, D. Nun'Álvares Pereira, o Infante D. Henrique, entre outros. No que aos Descobrimentos diz respeito, pode-se dizer que a sua exaltação na historiografia desta época esteve também intimamente ligada ao conceito de nação, que correspondia não apenas ao Portugal europeu, mas também ao Portugal do Ultramar, e esta soberania portuguesa tinha de ser historicamente legitimada²⁹¹.

De uma forma geral, a ideologia subjacente à historiografia produzida durante o regime era a de uma Nação gloriosa e superior a todas as outras, constituída pelo povo²⁹², e a de que em todas as épocas tinham existido homens superiores a colocar os interesses da Nação acima dos seus interesses individuais – o objectivo do regime era, precisamente, apresentar-se como o legítimo herdeiro desses antepassados ilustres, na defesa da Nação. É, em suma, a colocação da História ao serviço do poder político.

A historiografia salazarista assumiu um carácter integralista que, como já foi referido, tendia para o nacionalismo e, portanto, tinha todas as condições para se adequar aos interesses do novo regime. De entre os historiadores integralistas mais relevantes, destacam-se: João Ameal (1902-1982), historiador do regime que se dedicou à propaganda da história verdadeiramente imbuída dos valores do Estado Novo, e publicou em 1940 uma *História de Portugal*; Rodrigues Cavalheiro (1902-1984), responsável pela publicação, em 1939, da obra *Erratas à História de Portugal – De D. João V a D. Miguel*, em que, para além do óbvio interesse de purificação da história, procurava demonstrar que o pombalismo e o reinado de D. José I (1750-1777) haviam sido responsáveis por criar solo fértil para os liberais, enquanto apresentava D. João V, D. Maria I e D. Miguel como defensores da monarquia tradicional e, conseqüentemente, da Nação portuguesa; Caetano Beirão (1892-1968), autor, entre outras, da obra *D. Maria I 1777-1792*, publicada em 1934, na qual opunha o reinado exemplar da

²⁹¹ Cf. Luís Reis TORGAL, “A história em tempo de «ditadura»”, in *História da História em Portugal*, 1996, pp.241-243.

²⁹² A este respeito veja-se o que diz Daniel Melo: “O povo não constitui uma comunidade de cidadãos na qual reside a soberania da nação, é a própria nação. (...) Em última instância, permite retirar ao povo uma identidade própria; evacuando a enunciação da sua especificidade, evita-se a conotação do conceito e o seu potencial afastamento do centro do poder, lugar onde ele é convocado”, Daniel MELO, *Salazarismo e Cultura Popular (1933-1958)*, 2001, p.48.

tradicional e católica D. Maria I ao antitradicionalismo do Marquês de Pombal; e Alfredo Pimenta (1882-1950), que assumia polemicamente a subjectividade da interpretação histórica, destacando-se, da sua autoria, as obras; *Elementos de História de Portugal*, publicada em 1934 e que pretendia ser um manual escolar para a 4ª e 5ª classes dos liceus, mas que acabou por se assumir como uma obra de grande erudição e divulgação; e a obra *Subsídios para a História de Portugal (Textos e Juízos Críticos)*, publicada em 1937, que seguia na linha de revisionismo histórico-ideológico de António Sardinha²⁹³.

Porém, se por um lado se deve ter em conta estes historiadores do regime que, de certa forma, colocaram nas suas obras os valores e ideologias do salazarismo, também não devem ser descuradas as obras ou historiadores profissionais e eruditos que, embora inseridos no regime, abriram novas linhas de investigação e contribuíram para uma renovação da historiografia. Nesse campo, deve-se sublinhar a importância da grande obra monumental da historiografia portuguesa publicada em tempo de Ditadura Militar e início do Estado Novo: a *História de Portugal* dirigida por Damião Peres, que saiu em sete volumes de 1928 a 1935 (o volume de índices data de 1937) e que ficou mais conhecida como a “História de Barcelos”, por ter sido editada pela Portucalense Editora sediada nessa cidade. A lista de colaboradores da obra é extensa e variada (professores do ensino superior universitário e não universitário, do ensino secundário, arquivistas, políticos, intelectuais...) e, não obstante o seu carácter nacionalista – resultado do ambiente político-cultural da época –, teve a virtude de não ter sido uma obra de ideologia integralista ou salazarista²⁹⁴ e de ter inaugurado em Portugal uma nova forma de fazer história, com metodologia, profissionalismo e erudição.

Nesta perspectiva de renovação da historiografia durante o Estado Novo também não devem ficar de fora os contributos fundamentais de historiadores como António Sérgio (1883-1969), Jaime Cortesão (1884-1960) ou Vitorino Magalhães Godinho (1918-2011). O primeiro contribuiu substancialmente para o desenvolvimento de uma nova forma de pensar a história: o ensaísmo. António Sérgio defendia “uma história interpretativa, alicerçada em hipóteses ousadas e criativas”²⁹⁵. Não ignorava os dados fornecidos pelas fontes e por historiadores eruditos, mas era defensor de uma superação da mera informação e descrição, valorizando-as com a interpretação²⁹⁶, daí o significativo título de uma das suas obras historiográficas, *Breve*

²⁹³ Sobre toda esta temática relacionada com a historiografia integralista, veja-se o subcapítulo “Historiografia Integralista e Historiografia «de Regime»”, da autoria de Luís Reis TORRALBA, “A história em tempo de «ditadura»”, in *História da História em Portugal*, 1996, pp.243-250.

²⁹⁴ Antes pelo contrário, admitiu a colaboração de nomes ligados à extinta I República, tal como Jaime Cortesão, cuja obra sobre o Infante D. Henrique serão analisados mais à frente, neste trabalho.

²⁹⁵ J. Amado MENDES, “A renovação da historiografia portuguesa”, in *História da História em Portugal*, 1996, p.281.

²⁹⁶ Segundo Victor de Sá, o grande papel de Sérgio e o seu contributo para revolucionar e renovar a historiografia portuguesa passou pela ideia de que “para que a História pudesse responder esclarecedoramente aos problemas que lhe eram postos em busca do porvir, os próprios métodos de a escrever tinham de ser repensados e

Interpretação da História de Portugal. Acresce a importância deste autor o facto de ter sido um dos principais líderes da *Seara Nova*, cujo corpo directivo integrou a partir de Abril de 1923 e no qual se manteve mesmo durante os sete anos em que esteve exilado, entre 1926 e 1933, em Madrid e Paris, tendo sido colaborador muito activo sobretudo durante a década de 30. Não se deve descurar, portanto, o grande papel divulgador dessa revista de “doutrina e crítica” e a sua influência nos intelectuais da época.

De Jaime Cortesão há que salientar sobretudo a sua investigação renovadora no que respeita aos Descobrimentos Portugueses e à busca de raízes democráticas na formação de Portugal. Já Vitorino Magalhães Godinho destacou-se por ter procurado introduzir no meio universitário uma “História Nova” de influência francesa²⁹⁷, e pela importância que atribuiu a duas áreas do saber: “os descobrimentos e problemáticas com ele relacionadas; a teoria e metodologia da história e historiografia”²⁹⁸. Destes dois historiadores e nomeadamente da sua obra relacionada com o Infante tratar-se-á pormenorizadamente mais adiante, neste trabalho.

Como se pode concluir, o clima mental fechado que se viveu em Portugal durante a ditadura repercutiu-se numa historiografia oficial do regime, de cariz mais popular e com grande divulgação, pois tinha como principal objectivo veicular os valores do salazarismo e moldar as mentalidades. Isso não impediu, porém, que vários intelectuais que não foram afectos ao regime, embora por ele condicionados, tivessem procurado produzir obras historiográficas renovadoras e inovadoras, seguindo metodologias críticas e científicas que, apesar das limitações evidentes, abriram novos caminhos na historiografia portuguesa.

4.2. O Infante D. Henrique na historiografia anterior ao Estado Novo

O interesse historiográfico pela figura e obra do Infante D. Henrique iniciou-se ainda durante a sua vida, quando, por volta de 1453, Gomes Eanes de Zurara principia a redacção do escrito de glorificação da vida e feitos henriquinos que ficou conhecido por *Crónica da Guiné*. Zurara (1410/20-1473/74) sucede a Fernão Lopes nos cargos de guarda-mor da Torre do

substituídos, em função de problemáticas novas”, Victor de Sá, *A historiografia sociológica de António Sérgio*, 1979, p.12.

²⁹⁷ Vitorino Magalhães Godinho, no prefácio à segunda edição da sua obra *A Expansão Quatrocentista Portuguesa*, deixa antever que se esforçou por introduzir em Portugal a historiografia veiculada pela revista francesa *Annales* e as linhas ideológicas dos historiadores Lucien Febvre, Marc Bloch e Fernand Braudel, embora com pouca expressão. Na verdade, os seus métodos inovadores no ensino da história no meio universitário português, que se encontrava relativamente estagnado, fizeram com que ficasse sob suspeita e conduziram, aliás, ao seu afastamento. Cf. Vitorino Magalhães GODINHO, *A Expansão Quatrocentista Portuguesa*, 2ª edição, 2008, pp.9-14.

²⁹⁸ J. Amado MENDES, “A renovação da historiografia portuguesa”, in *História da História em Portugal*, 1996, p.325.

Tombo e cronista-mor do reino. Era, portanto, o cronista oficial de Afonso V, e deveu-se ao próprio monarca a iniciativa de composição de um texto panegírico em homenagem ao seu tio, certamente em reconhecimento pelo apoio na batalha de Alfarrobeira, na qual se manteve a seu lado contra o próprio irmão, o Infante D. Pedro²⁹⁹.

Zurara foi contemporâneo do Infante D. Henrique, e é provável que tenha tido contacto directo com ele – aí reside a importância do seu escrito. Com a *Crónica da Guiné*, que tinha como principal finalidade enaltecer e destacar os elevados e nobres feitos do Infante D. Henrique, foram lançadas as bases do mito henriquino que ao longo dos séculos se foi sucessivamente reinventando na historiografia portuguesa. O cronista atribui à vontade inabalável do Infante o início da empresa gloriosa dos Descobrimentos e descreve-o como um solitário, abnegado e de religiosidade fervorosa, servidor de Deus e do Reino. Em suma, o Infante D. Henrique era detentor de “todos os predicados morais de um bom cristão e a grandeza de um verdadeiro senhor do seu tempo”³⁰⁰.

Não foi, porém, directamente na *Crónica da Guiné* que se basearam as sucessivas gerações de historiógrafos interessados no Infante D. Henrique, mas sim nos cronistas renascentistas João de Barros (1496-1570) e Damião de Góis (1502-1574)³⁰¹. A *Crónica da Guiné* permaneceu manuscrita até 1841, altura em que foi descoberta na Biblioteca Nacional de Paris por Ferdinand Denis e editada pelo Visconde de Santarém com o título *Crónica do Descobrimento e Conquista de Guiné*. Não há dúvida que a crónica de Zurara foi a principal fonte de informação de João de Barros, na *Primeira Década da Ásia*, mas pouco tempo depois, Damião de Góis já a dá como desaparecida³⁰².

Os humanistas João de Barros e Damião de Góis vão reflectir uma concepção mais humanizada do Infante D. Henrique, ao desvalorizarem o aspecto divino e ao colocarem ênfase nas suas capacidades enquanto indivíduo. Para João de Barros, por exemplo, o Infante era favorecido por Deus, mas os seus feitos deveram-se mormente à sua acção como homem, que soube rodear-se de sábios e de mestres versados em várias áreas da navegação e valorizar o papel da ciência e da cosmografia³⁰³. Já Damião de Góis vai ainda mais longe, negando que a empresa iniciada pelo Infante se tenha devido a inspiração divina, e transformando-o “num

²⁹⁹ Cf. Maria Isabel JOÃO, *Mito e memória do Infante D. Henrique*, 2004, p.16.

³⁰⁰ *Idem, ibidem*, p.21.

³⁰¹ Cabe ainda referir as crónicas de Rui de Pina (1440-1522), cronista dos reinados de D. João II e de D. Manuel I, que traça a imagem do Infante D. Henrique nas crónicas relativas a D. Duarte e a D. Afonso V. Apesar de ter sido ainda contemporâneo de D. Henrique, Rui de Pina não teria convivido directamente com ele, uma vez que o retrato traçado é muito estereotipado, daí que seja de destacar para o século XV a importância primordial dos escritos de Zurara.

³⁰² Maria Isabel JOÃO, *O Infante D. Henrique na historiografia*, 1994, p.10.

³⁰³ Cf. João de BARROS, *Década Primeira da Ásia*, 1628, livro primeiro.

autêntico príncipe do Renascimento”³⁰⁴, ou seja, um homem sábio, dedicado ao estudo da cosmografia, sequioso de conhecimento e autor de um plano com o auge na descoberta do caminho marítimo para a Índia³⁰⁵. João de Barros e Damião de Góis contribuíram, assim sendo, para consolidar a visão de um Infante D. Henrique mais humanizado, mas também sábio e determinado.

Nos finais de Quinhentos e primeira metade de Seiscentos, em pleno domínio filipino, destacam-se sobretudo as obras de Pedro de Mariz (?-1615) e de Manuel de Faria e Sousa (1590-1649). O primeiro, em *Dialogos de Varia Historia*, editados em 1594, consagra algumas linhas ao Infante D. Henrique, nas quais engloba todos os outros mitos comumente lhe estão associados, com exceção da escola náutica de Sagres, mito introduzido e enraizado apenas em finais do século XVIII, início dos XIX. Mariz coloca o Infante em Sagres, de onde cumpria as suas diligências, descreve-o como homem sábio e de profunda erudição nas áreas da astronomia e cosmografia, reformador dos estudos no reino, e principal responsável pelo início dos descobrimentos marítimos para Oriente³⁰⁶. Manuel de Faria e Sousa, no *Epitome de las historias portuguesas*, dado à estampa em Madrid, em 1628, descreve o Infante como um estudioso de matemática a cujo empenho se deveu o início das navegações, e também o coloca em Sagres, onde teria morrido solitário, sem descendência e casto³⁰⁷. Não deixa de ser significativo que Manuel de Faria e Sousa sublinhe que o papel do Infante foi pioneiro para toda a Espanha – Faria e Sousa, apesar de ser português, era servidor da realeza de Filipe III³⁰⁸.

Já em pleno *Século das Luzes* é criada a Academia Real de História Portuguesa, em 1720, e a historiografia, ainda que não enquanto disciplina científica moderna e independente, e com pretensões evidentemente laudatórias, passa a ser pautada pela pesquisa de fontes e compilação de documentos. Porém, a obra que de maior relevância se escreveu na centúria de Setecentos sobre o Infante D. Henrique, aliás, a primeira biografia redigida sobre essa personagem histórica, está longe de seguir esses preceitos de maior erudição e rigor. Trata-se da obra *Vida do Infante D. Henrique*, de Cândido Lusitano, frade oratoriano cujo verdadeiro nome era Francisco José Freire (1719-1773). A *Vida do Infante D. Henrique* está imbuída da “mentalidade religiosa e beata”³⁰⁹ que caracterizava Cândido Lusitano, vendo em todos as acções da vida do Infante a intervenção divina. É uma verdadeira hagiografia, na qual o autor apresenta um infante D. Henrique nascido com uma cruz esculpida no peito, “presságio de

³⁰⁴ Maria Isabel JOÃO, *O Infante D. Henrique na historiografia*, 1994, p.14.

³⁰⁵ Cf. Damião de GÓIS, *Chronica do Principe D. Joam*, 1724, cap. VII, pp. 18-22.

³⁰⁶ Cf. Pedro de MARIZ, *Dialogos de Varia Historia*, 1594, dialogo quarto, cap. II.

³⁰⁷ Cf. Manuel de Faria e SOUSA, *Epitome de las historias portuguesas*, tomos I e II, 1628, pp. 465-466.

³⁰⁸ Cf. Filipe Nunes de CARVALHO, “Historiografia henriquina: um pretérito imperfeito”, in *Revista Oceanus*, nº17, Março de 1994, p.75.

³⁰⁹ Maria Isabel JOÃO, *O Infante D. Henrique na historiografia*, 1994, p.18.

seus descobrimentos e conquistas”³¹⁰, dado como uma dádiva especial de Deus ao seu império e como propagador da fé ortodoxa. Em suma, D. Henrique é retratado como um modelo de virtude, um verdadeiro santo, embora Cândido Lusitano não se esqueça de ressaltar também as suas qualidades de sábio e de protector das ciências³¹¹.

No século XIX, a conjuntura político-ideológica complexifica-se e, conseqüentemente, também a produção historiográfica dessa época. As primeiras décadas de Oitocentos são marcadas por uma forte instabilidade no país: no plano internacional devido à ocupação inglesa (1800-1820) e às sucessivas invasões francesas do território português (1807-1810); e a nível interno, com a corte a deslocar-se para o Brasil, a crise económica e o descontentamento das elites políticas – que se intensificaram em 1822 com a independência do Brasil –, e, posteriormente, com a Guerra Civil que opôs miguelistas e liberais (1832-34). No que respeita à historiografia, as temáticas henriquinas e relacionadas com os Descobrimentos marítimos não foram, durante esse período, uma prioridade, mas também não ficaram totalmente esquecidas. Veja-se os exemplos, de inícios do século XIX, as obras sobre História da matemática em Portugal de António Ribeiro dos Santos (1745-1818) e Garção Stockler (1759-1829)³¹², nas quais sobressai “a figura do Infante D. Henrique sábio”³¹³, alimentando os mitos do observatório astronómico e da escola náutica de Sagres. Aliás, ficou a dever-se ao académico António Ribeiro dos Santos a grande difusão do mito, entre os escritores e historiadores portugueses, da existência de uma escola náutica em Sagres, à qual acrescenta também um observatório astronómico³¹⁴.

Após o triunfo do liberalismo monárquico-constitucional, em 1834, há uma tendência no meio intelectual português para a redefinição do conceito de “nação”, o que na historiografia se traduziu em nacionalismo, com a exaltação de momentos gloriosos e heróis pátrios da História portuguesa, sobretudo dos que estavam relacionados com as origens de Portugal. Neste contexto, portanto, não havia ainda um verdadeiro interesse pelos

³¹⁰ Cândido LUSITANO, *Vida do Infante D. Henrique*, 1758, p.3.

³¹¹ Cf. *Idem, ibidem*, p.391.

³¹² Francisco de Borja Garção Stockler, 1º Barão da Vila da Praia, teve um importante contributo a nível do desenvolvimento da matemática em Portugal: leccionou essa disciplina na Academia Real da Marinha, foi secretário da Academia das Ciências de Portugal e membro da Royal Society londrina. Foi, inclusivamente, Governador de Armas do Algarve no final da sua vida e foi nessa região que faleceu, em 1829.

³¹³ Maria Isabel JOÃO, *O Infante D. Henrique na historiografia*, 1994, p.19.

³¹⁴ A primeira referência à existência de uma escola náutica localizada em Sagres e fundada pelo Infante D. Henrique aparece em 1625, por autoria do inglês Samuel Purchas na obra *Hakluytus Posthumus*, na qual refere que o Infante D. Henrique foi fundador de uma escola de marinharia para cuja direcção mandara chamar de Maiorca o mestre Jácome. Esta invenção do autor inglês passou rapidamente ao Instituto Náutico de França, onde foi reproduzida e acrescentada por alguns escritores. De entre os escritos portugueses, aparece pela primeira vez a ideia de uma escola-academia em Sagres num diploma pombalino de 1761, de criação do Colégio dos Nobres, no qual se toma como exemplo os estudos e a companhia que o “memorável Infante D. Henrique estabeleceu e fundou na vila de Sagres e na cidade de Lagos para a astronomia, geografia, navegação e comércio marítimo”. Foi, porém, com os escritos laudatórios de António Ribeiro dos Santos que mais rapidamente se enraizou esse mito, desde então associado à história henriquina.

Descobrimientos e pela figura do Infante D. Henrique – basta, para tal, que se tome como exemplo a *História de Portugal* (1846-1853) de Alexandre Herculano, que compreende apenas o período desde as origens do Reino de Portugal até ao reinado de Afonso III. Porém, a valorização dos Descobrimientos como período áureo da História da “nação” e, conseqüentemente, da figura heróica do Infante D. Henrique intensifica-se ainda nas décadas de 30 e 40 por motivos políticos, uma vez que nessa altura são publicadas, em França, diversas obras que retomam a teoria setecentista de que tinham sido os marinheiros franceses os primeiros a chegar à costa da Guiné, desvalorizando o papel dos portugueses e do Infante D. Henrique. O objectivo era legitimar a ocupação francesa da região do rio Casamansa, onde em 1828 havia sido fundada uma feitoria, região desde há muito reivindicada por Portugal³¹⁵.

Os historiadores franceses não ficaram sem resposta da parte dos portugueses. Em 1830, Frei Francisco de S. Luís (1766-1845) – posteriormente Cardeal Saraiva –, escreve as *Reflexões gerais acerca do Infante D. Henrique e dos descobrimientos de que ele foi autor no século XV*, texto apenas publicado em 1840, no qual salienta a genialidade e sabedoria do Infante D. Henrique e o descreve como o pioneiro autor do projecto “de circum-navegação africana, e por meio dela abrir caminho marítimo para o Oriente”³¹⁶. Frei Francisco de S. Luís procura demonstrar os “altos méritos” do Infante D. Henrique contra aqueles “que por diferentes modos, e com diferente fundamento, ou pretextos (...) pretenderam despojar o ilustre Príncipe da sua maior glória, levando ao mesmo tempo em vista deslustrar a fama do nome português, já que de todo não podiam escurecer”³¹⁷ – referia-se, claro está, aos franceses, prosseguindo com o exemplo do Padre Labat, o primeiro “que intentou roubar a este Príncipe a originalidade dos seus descobrimientos na costa ocidental de África”³¹⁸.

Esta obra de Frei Francisco de S. Luís tem o evidente significado político de demonstrar historicamente os direitos portugueses sobre as diversas regiões africanas e de contribuir para “a afirmação das virtualidades de um pequeno Estado-nação, num tempo politicamente conturbado em Portugal e em geral na Europa”³¹⁹. É também nesta perspectiva que se enquadram os estudos decisivos do 2º Visconde de Santarém, Manuel Francisco de Macedo Leitão e Carvalhosa (1791-1855) que, como já vimos, foi o responsável pela edição, em 1841, da *Crónica do Descobrimento e Conquista de Guiné*, de Zurara, fonte essencial para os estudos henriquinos que até então permanecera manuscrita e desaparecida.

³¹⁵ Cf. Sérgio Campos MATOS, *A historiografia portuguesa dos Descobrimientos no século XIX*, Separata de *Los Ibéricos y el mar*, 2, 1998, p.58.

³¹⁶ Frei Francisco de S. Luís, “Reflexões gerais acerca do Infante D. Henrique e dos descobrimientos de que ele foi autor no século XV”, in *Obras Completas do Cardeal Saraiva*, Tomo V, 1875, p.22.

³¹⁷ *Idem, ibidem*, p.10.

³¹⁸ *Idem, ibidem*, p.11.

³¹⁹ Sérgio Campos MATOS, *A historiografia portuguesa dos Descobrimientos no século XIX*, 1998, p.59.

O Visconde de Santarém foi encarregue pelo Conde de Vila Real, Ministro dos Negócios Estrangeiros entre 1839-40, de combater as pretensões francesas, e a descoberta da *Crónica da Guiné* veio beneficiar os interesses nacionais, pois confirmava a precedência dos descobrimentos portugueses na costa ocidental africana, e reafirmava o Infante D. Henrique como o autor genial de um plano que iria culminar com a chegada dos portugueses à Índia³²⁰. O Visconde de Santarém publicou, em 1841 – traduzida para francês no ano seguinte –, a *Memória sobre a prioridade dos descobrimentos portugueses na costa ocidental de África para servir de ilustração à «Crónica da conquista da Guiné» por Azurara*; foi também o autor da introdução que precedia a *Crónica do Descobrimento e Conquista de Guiné*, na qual fica patente a sua visão apologética dos feitos dos portugueses, fazendo inclusive a comparação com o Império Romano, que não atingia a grandeza da nação portuguesa: “Se examinamos a mesma história de Roma vemos que esta nação, quando chegara ao apogeu da sua grandeza, não conquistara ao mesmo tempo, como fizeram os Portugueses, tantos povos, e tantos estados, não dominara sobre tantas nações, nem se apossara com tanta rapidez de tantos ceptros”³²¹.

De um modo geral, no terceiro quartel do século XIX, o Infante D. Henrique continuou a ser comumente descrito na historiografia como um herói, precursor das navegações e dos Descobrimentos, suscitando mesmo o interesse por parte de historiadores estrangeiros. É o caso de Richard Henry Major (1818-1891), conservador da secção de mapas e cartas do British Museum e secretário honorário da Royal Society of Geography, que publica em 1868 a obra *The Life of Prince Henry the Navigator*. Traduzida para português por José António Ferreira Brandão, vai influenciar decisivamente “a representação mental que grande número de Portugueses adquiriram daquela figura histórica”³²². Henry Major apresenta o Infante como o iniciador de todo um processo de descobrimentos que conduziu ao alargamento de horizontes e conhecimento das regiões do planeta³²³, colocando em relevo a dívida histórica dos ingleses, senhores de um vasto império, para como os portugueses e para com o Infante, iniciador do movimento³²⁴.

Na década de 70 do século XIX, a temática dos Descobrimentos ganha ainda maior significado, acompanhando o crescente interesse económico e político das elites de várias nações europeias pelo continente africano. Com a fundação, em 1875, da Sociedade de

³²⁰ Cf. Maria Isabel JOÃO, *O Infante D. Henrique na historiografia*, 1994, p.20.

³²¹ Visconde de Santarém, “Introdução” à *Crónica do Descobrimento e Conquista de Guiné*, de Gomes Eanes Zurara, 1841, p.VI.

³²² Filipe Nunes de CARVALHO, “Historiografia henriquina: um pretérito imperfeito”, in *Revista Oceanus*, nº17, Março de 1994, p.78.

³²³ Cf. Maria Isabel JOÃO, *O Infante D. Henrique na historiografia*, 1994, p.20.

³²⁴ Filipe Nunes de CARVALHO, “Historiografia henriquina: um pretérito imperfeito”, in *Revista Oceanus*, nº17, Março de 1994, p.78.

Geografia de Lisboa, dinamizam-se os debates e estudos em torno dos Descobrimentos e Expansão portugueses. Também a Academia Real das Ciências de Lisboa não fica indiferente a esta temática tão em voga, promovendo entre 1877 e 1880 uma série de conferências subordinadas ao tema “Descobrimentos e Colonizações” – e ainda que, de entre essas conferências se destaque a de Sousa Holstein, “A Escola de Sagres e as tradições do Infante D. Henrique”, na qual o autor procura analisar e subtrair alguma proporção à lenda criada em torno do Infante D. Henrique³²⁵, o que predomina é uma tendência cada vez mais exacerbada de enaltecimento dos feitos henriquinos como símbolo de uma nacionalidade gloriosa.

Tal visão historicista como legitimadora da soberania colonial portuguesa esteve na base do projecto do Mapa Cor-de-Rosa (1886), que representava a pretensão portuguesa de domínio dos territórios situados entre Angola e Moçambique, e que conduziu ao Ultimato Britânico de 1890, exigindo a retirada dos portugueses. É interessante notar que mesmo neste contexto conturbado de interesses políticos, a figura do Infante D. Henrique continuava a captar a atenção dos ingleses, também preocupados em exaltar as glórias do seu Império. O Infante, “filho de uma senhora inglesa e supostamente herdeiro de todas as virtudes da raça materna”³²⁶ era enaltecido como o iniciador dos Descobrimentos marítimos, e digno de receber o cognome internacional de *Navegador*, apesar de poucas vezes ter realizado viagens por mar. Neste contexto, para além da obra já referida de Henry Major, há que referir igualmente a publicação em 1895 de *Prince Henry the Navigator*, de autoria de Raymond Beazley (1868-1955).

Nos finais do século XIX, também outros dois acontecimentos foram fundamentais para o desenvolvimento historiográfico com enfoque nos Descobrimentos: as comemorações, em 1880, do tricentenário da Morte de Camões, e em 1894, do quinto centenário do nascimento do Infante D. Henrique. Aquando das comemorações de 1894, as duas visões dominantes na historiografia henriquina, embora antagónicas, eram as de Oliveira Martins e Teófilo Braga – o primeiro, numa perspectiva mais romântica e de cunho interpretativo, que salientava o papel do herói na nação e que colocava ênfase numa época áurea de conquistas e descobertas da História de Portugal, por oposição à “decadência” de Oitocentos; o segundo,

³²⁵ Escreve Sousa Holstein, ao analisar a actividade do Infante D. Henrique: “Em 1438 chama o Infante a Sagres o ilustro cosmógrafo Jacome de Maiorca, e com o auxílio de tão abalizado mestre, prepara com os necessários estudos os homens a quem entrega o comando das suas caravelas. Foi este porventura o fundamento com que alguns dos nossos historiadores quiseram fantasiar a existência na vila do Infante de uma verdadeira escola náutica, no sentido restrito da palavra, e não escola como me parece que ela deva aqui entender-se, no sentido lato que também admite o vocábulo, de centro de acção, de princípio inspirador, de norma e começo de uma tradição que se prolonga por largo tempo, mesmo depois de cessar a causa que primeiro lhe deu vida”. Marquês de Sousa HOLSTEIN, “A Escola de Sagres e as tradições do Infante D. Henrique”, in *Conferências celebradas pela Academia Real das Ciências de Lisboa acerca dos Descobrimentos e Colonizações dos Portugueses na África (1877-1880)*, 1892, p.54.

³²⁶ Maria Isabel JOÃO, *O Infante D. Henrique na historiografia*, 1994, p.21.

numa linha de tendência republicana e positivista, com evidente antipatia pela figura do Infante D. Henrique e que se opunha à infundamentada imagem lendária.

Foi, porém, a perspectiva de Oliveira Martins (1845-1894) que teve maior impacto e divulgação historiográfica. Isto porque foi através de Oliveira Martins e da sua *História de Portugal* (1879) e, sobretudo, do seu trabalho *Os filhos de D. João I* (1891), que do Infante D. Henrique se traçou um firme retrato do herói de acção, inventor do Império e homem de fé inabalável, capaz de se aventurar no “mar tenebroso”³²⁷ e desconhecido. Ao retratar a *Íncrita Geração*, Oliveira Martins descreve o Infante como o homem “em cujo cérebro ferviam os destinos futuros de Portugal”³²⁸, afirmando mesmo que com a sua morte, em 1460, “parou o movimento das navegações”³²⁹. Este historiador foi também responsável por aumentar e consolidar todo o mito em torno de Sagres, “berço da nossa epopeia histórica”³³⁰, local onde o Infante teria criado uma academia náutica de ponta, e de onde partiam as suas expedições: “Em Sagres reunia o Infante todos os recursos de que então dispunha a cosmografia e a arte de navegar. (...) A bússola, o astrolábio e o quadrante já guiavam as expedições marítimas enviadas anualmente de Sagres pelo Infante, a sondar o Oceano, ou a descer a costa para o Sul”³³¹.

Oliveira Martins atribui à empresa marítima do Infante dois objectivos fundamentais: “queria saber que terras se escondiam para longe, encobertas no manto cerúleo das ondas”³³² e “reconhecer e ir ocupando gradualmente a costa ocidental da África”³³³, o que permitia garantir o monopólio do comércio do Sudão. Atingir os reinos do Preste João era também um objectivo, mas segundo Martins, o Infante pretendia alcançá-lo por terra e não por mar, daí a conquista de Ceuta. A circum-navegação africana teria surgido posteriormente, com o fracasso da política marroquina³³⁴. Em suma, o historiador atribuía aos primórdios da expansão marítima portuguesa impulsionada pelo Infante D. Henrique um plano previamente estabelecido, com objectivos concretos, que na verdade não mais seriam que um reflexo quer da sua fé, quer do seu engenho científico.

Como se pode ver a partir desta breve análise, Oliveira Martins caracterizava o Infante D. Henrique como um verdadeiro herói da nação e contribuiu para consolidar o mito que em

³²⁷ Oliveira MARTINS, *História de Portugal*, 1977, p.163.

³²⁸ *Idem, ibidem*, p.164.

³²⁹ *Idem, ibidem*, p.168.

³³⁰ *Idem, Os filhos de D. João I*, 1993, p.72.

³³¹ *Idem, História de Portugal*, 1977, pp.166-167.

³³² *Idem, Os filhos de...*, 1993, p.62.

³³³ *Idem, História de Portugal*, 1977, p.163.

³³⁴ Vitorino Magalhães Godinho inicia precisamente o capítulo “O plano henriquino no âmbito dos desígnios do Infante” de *A Expansão Quatrocentista Portuguesa* aludindo aos objectivos que Oliveira Martins delinea no âmbito do plano expansionista do Infante D. Henrique. Cf. Vitorino Magalhães GODINHO, *A Expansão Quatrocentista Portuguesa*, 2008, p.209.

torno dele se desenvolveu, nomeadamente no que respeita à Escola Náutica de Sagres. E esta visão romântica e nacionalista do Infante como figura heróica não se vai diluir até meados do século XX, e foi sobejamente divulgada na produção historiográfica do Estado Novo, apesar de ter tido mais sucesso na historiografia de cariz popular do que na historiografia dita erudita.

A linha seguida por Teófilo Braga (1843-1924) é claramente oposta à de Oliveira Martins. Enquanto defensor dos ideais republicanos, foi o principal responsável pelas comemorações do tricentenário de Camões, vulto excepcional que considerava simbolizar o génio nacional; nutria igualmente clara simpatia também pela figura do Marquês de Pombal, verdadeiro homem de Estado, cujo centenário da morte se comemorou em 1882. No entanto, a visão do Infante D. Henrique enquanto cavaleiro medieval, cruzado fervoroso e representante dos valores da nobreza de sangue, não se coadunava à visão positivista e democrática de Teófilo de Braga, para quem o movimento dos Descobrimentos era visto como resultado da afirmação de uma nação, do colectivo, e não apenas pela acção de um só homem³³⁵.

Logo, Teófilo Braga desvaloriza a acção do Infante D. Henrique, sobretudo em comparação com D. João II, este sim o verdadeiro impulsionador dos Descobrimentos, cujos “esforços cientificamente preparados e realizados”³³⁶ haviam sido obliterados pelo seu sucessor, D. Manuel I, e pela sobrevalorização sistemática da acção do Infante D. Henrique. Para Teófilo Braga, o período de actuação do Infante era intermediário, e a sua acção vista com fins meramente utilitaristas: “É então [1433] que começa o período intermediário do Infante D. Henrique, que se caracteriza por exploração de concessões régias e mercantilismo utilitário até aos lucros da escravatura”³³⁷. Numa linha claramente “anti-henriquina”, Teófilo Braga desvaloriza, assim sendo, a acção cientificamente preparada do Infante D. Henrique, e nega a existência de uma Escola de Sagres e de toda a lenda em torno do Infante gerada.

Não obstante, ainda que no final do século XIX a corrente filosófica positivista – que colocava ênfase no papel das massas e relativizava a acção individual – tivesse tido algum peso, é a visão heróica do Infante D. Henrique que continua a predominar. Basta, para tal, que se veja o exemplo de Fortunato de Almeida (1869-1933), cuja obra *O Infante de Sagres* recebeu o segundo prémio num concurso de memórias lançado por ocasião das comemorações do quinto centenário do nascimento do Infante D. Henrique, em 1894. Na verdade, Fortunato de Almeida foi bastante relevante na produção historiográfica das primeiras três décadas do século XX, uma vez que são de sua autoria duas grandes obras de

³³⁵ Cf. Maria Isabel JOÃO, *Mito e memória do Infante D. Henrique*, 2004, pp.59-61.

³³⁶ Teófilo BRAGA, “A Lenda Infantista”, prefácio da obra de J. Tomé da Silva, *A Lenda de Sagres*, 1914, p.II.

³³⁷ *Idem, ibidem*, p.I.

referência, a *História da Igreja em Portugal* (1910-1928) e a *História de Portugal* (1922-1929). E, nos escritos desse historiador sobre o Infante, que se baseavam nas fontes e sobretudo na *Crónica da Guiné*, e seguiram na esteira de Oliveira Martins, também encontramos algumas linhas de pensamento que durante as décadas seguintes tanto se vão discutir, tais como a pretensão henriquina de atingir a Índia através da circum-navegação de África, a sua sapiência e interesse pelas ciências matemáticas e cosmográficas, e a sua fixação em Sagres “centro notável de cultura e arte náutica, donde irradiava, sob a direcção do Infante, o movimento marítimo de mais fecundas consequências”³³⁸. À semelhança de Oliveira Martins, Fortunato de Almeida colocava ênfase nas capacidades científicas do Infante D. Henrique; contudo, já na década de 20 do século XX algumas opiniões dissonantes se fazem ouvir, tais como a de Luciano Pereira da Silva (1864-1926) que, apesar de partilhar da ideia de existência de uma escola prática da arte de navegar e do projecto henriquino para atingir a Índia, chama a atenção, no seu artigo de 1924 – *A propósito das Leituras do Infante* – para os exageros e anacronismos cometidos por Oliveira Martins nos conhecimentos atribuídos ao Infante. Na sua esteira, muitos outros historiadores se seguirão.

4.3. O Infante D. Henrique na historiografia do Estado Novo

4.3.1. Divulgação popular do mito henriquino

Durante o Estado Novo (1933-1974) parece acentuar-se a diferença substancial entre a história que se fazia nos meios eruditos, académicos, e a história “popular”, ou seja, aquela que tinha maior divulgação e servia os interesses de propaganda, quer por ser de autoria de historiadores oficiais do regime e com maior projecção (João Ameal, Rodrigues Cavalheiro, Caetano Beirão, Alfredo Pimenta...), quer por ser a história que constava nos compêndios escolares³³⁹.

Uma das apostas fortes do salazarismo foi a educação, pois Salazar rapidamente se apercebeu que, se desejava impor na sociedade “regras de pensamento e de comportamento”³⁴⁰ que tinham em vista a manutenção de uma doutrina social, a melhor forma de o fazer era através do ensino. Garantindo a instrução primária gratuita, Salazar

³³⁸ Fortunato de ALMEIDA, *História de Portugal*, vol. III, [1985], p.36.

³³⁹ Note-se que os historiadores oficiais do regime eram, muitas vezes, também eles os responsáveis pelos compêndios escolares. Veja-se o exemplo de Alfredo Pimenta com a sua obra *Elementos de História de Portugal* (1934), que era um compêndio escolar para a 4ª e 5ª classes do ensino liceal. Cf. Luís Reis TORRALBA, “A História em tempo de «ditadura»”, in *História da História em Portugal*, 1996, p.248.

³⁴⁰ Rómulo de CARVALHO, *História do Ensino em Portugal*, 3ª ed., 2001, p.725.

garantia também que as mentes dos jovens que a frequentavam fossem moldadas de acordo com as ideologias e valores que procurava transmitir e que se podem resumir à sétima e última *Lição de Salazar*: “Deus, Pátria e Família: a trilogia da educação nacional”³⁴¹.

Portanto, a educação foi uma questão central para o salazarismo, e sobretudo a partir de 1936, com consolidação do Estado Novo, há a concentração de esforços para a construção de uma escola nacionalista onde se procurava inculcar ideologias e doutrinas morais³⁴². A *educação* sobreleva-se à *instrução*, ou seja, a escola era essencialmente “uma agência, não de transmissão de conhecimentos («instrução»), mas de formação da consciência («educação»)”³⁴³. E para essa formação de consciência, é facilmente reconhecida a importância que detinha o ensino da História de Portugal, forma ideal para a transmissão das glórias pátrias do passado, associadas às glórias do presente regime. O estudo e ensino da história tinham uma finalidade política bem definida que passava pela exaltação do nacionalismo e que “adquire no pensamento salazarista a importância de uma verdade revelada, ideologicamente estruturadora da acção política”³⁴⁴.

A tendência para o nacionalismo na história verificou-se logo a partir do século XIX, mas é sobretudo no Estado Novo que a história dita oficial vai ser verdadeiramente reescrita e mitificada, com a apologia dos grandes feitos e dos heróis da nação e com grande destaque para a temática ultramarina³⁴⁵, representação máxima da “vocação missionária e civilizadora de Portugal”³⁴⁶. São destacadas as personagens que, pela sua superioridade e pelos seus exemplos de coragem, sacrifício ou martírio em prol da pátria, ficaram para a posteridade – D. Afonso Henriques, D. Nun’Álvares Pereira, Infante D. Henrique, Camões, Afonso de Albuquerque... –, sendo que o período mais destacado passou a ser sobretudo o dos séculos XV e XVI, época de glória e expansão ultramarina. As possessões ultramarinas eram descritas como locais pacíficos, prósperos e largamente beneficiados com a colonização portuguesa³⁴⁷. Fundamentalmente, o que se procurava transmitir era a ideia de um império forte e legitimado historicamente, e a de que a História de Portugal era rica em homens de carácter exemplar, abnegados, e interessados apenas em sobrelevar a Nação Portuguesa – o regime procurava

³⁴¹ A *Lição de Salazar* foi um conjunto de sete cartazes editados em 1938 e distribuídos pelas escolas primárias do país, nos quais se exaltava a obra desenvolvida pelo regime para a criação de um estado modernizado e forte, e se divulgavam os seus princípios.

³⁴² Cf. António NÓVOA, “A «educação nacional»”, in *Nova História de Portugal*, direcção de Joel SERRÃO e A.H. de Oliveira MARQUES, vol. XII – Portugal e o Estado Novo (1930-1960), coord. Fernando ROSAS, 1992, p.456-461.

³⁴³ Maria Filomena MÓNICA, *Educação e Sociedade no Portugal de Salazar*, 1978, p.344.

³⁴⁴ Daniel MELO, *Salazarismo e Cultura Popular (1933-1958)*, 2001, p.46.

³⁴⁵ Acerca da mitificação da história em torno dos grandes heróis e da importância atribuída ao império veja-se Luís Reis TORRAL, *História e Ideologia*, 1989, pp.186-189.

³⁴⁶ Luís Reis TORRAL, *História e Ideologia*, 1989, p.188.

³⁴⁷ Cf. *Idem, ibidem*, pp.188-189.

transmitir a ideia de que era o legítimo herdeiro desses antepassados gloriosos, na defesa da Nação. Com o salazarismo, a história fica definitiva e oficialmente ao serviço do poder político.

Não é, pois, de estranhar a importância atribuída ao Infante D. Henrique na história oficial do regime, que simultaneamente se destacava pelos seus feitos heróicos e pela acção decisiva na expansão ultramarina, momento glorioso da História nacional. Na historiografia de propaganda salazarista, a perspectiva oitocentista de Oliveira Martins sobre o Infante D. Henrique foi reaproveitada e ainda mais exaltada: o Infante era retratado como herói de acção, inventor do Império e homem de profunda fé cristã e, paralelamente, desenvolveu-se todo o mito em torno da Escola de Sagres, centro polarizador da actividade do Infante, reflexo do seu génio científico avançado para a época³⁴⁸.

Durante o Estado Novo consolida-se a sua visão hagiográfica, ou seja, o Infante como um santo que “numa vida de dedicação, esforço, castidade renúncia teria contribuído para o engrandecimento e glória da Pátria”³⁴⁹, representando a “vocação apostólica de Portugal”³⁵⁰. Quanto à Escola de Sagres, é nesta altura mito comumente aceite que o Infante estabeleceu em Sagres um Observatório e uma Escola de Navegação, de onde teriam saído alunos como Cristóvão Colombo ou Fernão Magalhães.

Para melhor se exemplificar o mito em torno do Infante D. Henrique, veja-se o que acerca dele nos diz António Mattoso, autor do *Compêndio de História de Portugal (aprovado, oficialmente, como livro único para o 6.º ano dos liceus)*³⁵¹. Aí podem ser destacados os três temas essenciais que andam sempre associados ao Infante D. Henrique: o estabelecimento em Sagres e o contributo para o progresso da ciência náutica; a empresa gigantesca de atingir a Índia; e a interiorização da missão apostólica de Portugal. Acerca do primeiro tema, António Mattoso refere que “o infante D. Henrique, depois de voltar de Ceuta, fixou a sua residência no cabo de S. Vicente”³⁵², pressupondo que logo a partir de 1415 esse passou a ser o centro propulsor das expedições marítimas. E para que a empresa marítima tenha sucesso, D. Henrique “exercita-se no estudo da cosmografia e geografia; resolve problemas de astronomia. Dedicar-se a estudos matemáticos aplicados à marinha e à navegação; pratica a cartografia; faz leituras de livros de viagens e de tratados de geografia (...). Rodeia-se de astrónomos, de cosmógrafos, de geógrafos, de cartógrafos, de mareantes, de viajantes;

³⁴⁸ Cf. Sérgio Campos MATOS, *História, Mitologia, Imaginário Nacional – A História no Curso dos Liceus (1895-1939)*, 1990, pp.142-146.

³⁴⁹ Maria Cândida PROENÇA; Luís VIDIGAL; Fernando COSTA, *Os Descobrimientos no Imaginário Juvenil (1850-1950)*, 2000, p.65.

³⁵⁰ *Idem, ibidem*, p.63.

³⁵¹ António G. MATTOSO, *Compêndio de História de Portugal (Aprovado, oficialmente, como livro único para o 6º ano dos liceus)*, 10ª edição, 1947. Inclui um capítulo titulado “O Infante D. Henrique e a sua acção nos descobrimientos”, pp.148-160.

³⁵² António G. MATTOSO, *Compêndio de História de Portugal*, 1947, p.148.

procura por toda a parte informações sobre as terras desconhecidas; dá instruções a marinheiros e exploradores; transforma a sua corte numa escola prática de navegadores; organiza em bases científicas, metódicas e seguras o plano que há-de dar a Portugal, com a vitória sobre o Islão, o conhecimento de todos os caminhos do globo”³⁵³. Neste remate final ficam patentes os outros dois temas acima referidos: por um lado, o “conhecimento de todos os caminhos do globo” relaciona-se claramente com os objectivos atribuídos ao plano do Infante – a conquista do território marroquino, a descoberta de ilhas atlânticas e, mais importante, a navegação até à Índia; por outro lado, Mattoso salienta a “vitória sobre o Islão”, pois desvaloriza que os objectivos do Infante se prendessem meramente a questões mercantis e atribui-lhe “um ideal diferente, mais nobre e mais puro, em cuja consecução se empenhava a sua alma mística”³⁵⁴, ou seja, a luta contra o infiel e o espírito de cruzada.

Destaca-se o Infante D. Henrique, neste *Compêndio de História de Portugal*, “livro único” destinado ao 6º ano dos liceus e meio eficaz de difusão da ideologia do regime, como o homem que teve a acção mais decisiva no âmbito dos Descobrimentos, pois a ele se deveu o plano de alcançar a Índia, e foi o responsável por diversos e incontestáveis avanços científicos, tudo em nome da vocação apostólica de Portugal, numa “cruzada contra o infiel”³⁵⁵. D. Henrique incorpora o ideal da fé cristã, e é tido como o verdadeiro herói pátrio, obreiro de uma “actividade extraordinária”³⁵⁶, que dedicou a sua vida à construção de uma nação gloriosa, superior a qualquer outra.

Numa outra dimensão da historiografia oficial e de propaganda do regime, mas não propriamente destinada ao ensino nas escolas, também estão presentes as ideologias que o salazarismo procurava veicular. Tome-se o exemplo da *História de Portugal* (1940) e de *O Infante D. Henrique e o século português* (1960)³⁵⁷, escritos de autoria de João Ameal, historiador que Torgal considera mesmo “o mais salazarista de todos os historiadores portugueses” e cuja obra “constituiu verdadeiramente a História de Portugal do regime salazarista”³⁵⁸. Ameal, num discurso profundamente laudatório – que melhor se adequaria a uma obra romanceada que a uma obra historiográfica –, desfaz-se em elogios à figura e obra do Infante D. Henrique, reproduzindo os mitos que por força da tradição historiográfica

³⁵³ *Idem, ibidem*, p.148.

³⁵⁴ *Idem, ibidem*, pp.150-151.

³⁵⁵ *Idem, ibidem*, p.151.

³⁵⁶ *Idem, ibidem*, p.148.

³⁵⁷ A publicação de *O Infante D. Henrique e o século português* resultou de uma conferência proferida por João Ameal no Museu Nacional Soares dos Reis, em 9 de Junho de 1960, integrada no programa das festas do “Maio Florido” no Porto, promovidas pelo Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo, e que se associou às celebrações centenárias henriquinas.

³⁵⁸ Luís Reis TORGAL, “A história em tempo de «ditadura»”, in *História da História em Portugal*, 1996, p.246.

nacionalista andam sempre a ele associados³⁵⁹ e considera-o na sua figura heróica como o “homem representativo do génio prodigioso”³⁶⁰ português.

A acção do Infante D. Henrique é na perspectiva de Ameal um exemplo de amor pátrio. Um Infante que, animado pelo fervor cristão e espírito de cruzado, procurou fazer “recuar o Islão”³⁶¹; um Infante capaz de cogitar um “plano vastíssimo”, cujo objectivo era “atingir por fim os mares da Índia”³⁶²; um Infante que se ocupa em “estabelecer o centro propulsor das navegações”, sendo que para tal “fixa residência em Sagres e faz construir a Vila do Infante, junto ao Cabo de São Vicente”³⁶³. Ameal não é explícito quanto à Escola Náutica de Sagres, mas não tem necessidade de o ser, pois a sua existência fica subjacente a um suposto estabelecimento do Infante em Sagres – não em Lagos! – com vista a comandar daí as navegações.

Nota-se também, na obra de Ameal, uma identificação da acção do Infante D. Henrique com a criação do Império Ultramarino Português, numa clara tentativa de reafirmar a grandeza da Nação, que não se circunscrevia apenas ao território no continente europeu, mas também aos territórios ultramarinos. Nesse sentido, escreve Ameal: “Hoje como desde que D. Henrique o atirou às imensidades oceânicas, ainda Portugal é, essencialmente, o mesmo. São os seus destinos henriquinos, – atlânticos, imperiais, evangelizadores, – que, hoje ainda, comandam a sua presença no Mundo!”³⁶⁴. Segundo o historiador, foi D. Henrique o responsável pelo “início de um dos mais extraordinários empreendimentos que avultam na memória dos homens”³⁶⁵, ou seja, foi o impulsionador principal dessa época de apogeu da História de Portugal em que os portugueses se revelaram superiores e capazes de construir um império daquém e dalém mar. E era precisamente esta grandeza de Portugal que o salazarismo procurava enaltecer, não sendo pois de estranhar que uma obra historiográfica “oficial” fosse utilizada como um meio de propaganda das ideologias e valores do regime.

O interesse primordial da historiografia oficial do regime é o da divulgação da imagem que melhor se adequava aos ideais que o Estado Novo procurava inculcar, nomeadamente através da educação, e aí a imagem veiculada do Infante era aquela com a qual o regime melhor se poderia identificar: um símbolo de amor pátrio, de ardente fé cristã, responsável

³⁵⁹ Em *O Infante D. Henrique e o século português*, apesar de referir outros autores henriquinos seus contemporâneos quando as suas perspectivas lhe convêm, João Ameal não hesita em tomar como referência fundamental o historiador oitocentista Oliveira Martins. Cf. João AMEAL, *O Infante D. Henrique e o século português*, separata do *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, vol. XXIII, fascículos 1-2, 1960, pp.11-12.

³⁶⁰ João AMEAL, *O Infante D. Henrique e o século português*, 1960, p.11.

³⁶¹ João AMEAL, *História de Portugal, das origens até 1940*, 6ª edição, 1968, p.189.

³⁶² *Idem, ibidem*, p.189.

³⁶³ *Idem, ibidem*, p.192.

³⁶⁴ *Idem, O Infante D. Henrique e o século português*, 1960, p.15.

³⁶⁵ *Idem, História de Portugal, das origens até 1940*, 6ª edição, 1968, p.199.

pela construção de uma gloriosa nação – o regime autoproclamava-se precisamente o legítimo sucessor deste legado, o actual responsável pela administração da ilustre Pátria e pela continuidade, no presente, dos notáveis feitos do passado.

4.3.2. Estudos henriquinos

Para além dos historiadores com ligação óbvia ao regime, outros mais se ocuparam da temática henriquina, embora também estes não possam ser dissociados do contexto político-social do Estado Novo. A historiografia de carácter erudito e académico era mais rigorosa e procurava a análise crítica das fontes, mas não estava isenta da forte conotação ideológica dominante na época, de teor nacionalista. Por esse motivo, a produção historiográfica encontrava-se mais vocacionada para a exaltação de momentos gloriosos e heróis pátrios da História portuguesa. Neste âmbito, o interesse pela figura do Infante D. Henrique associada aos Descobrimentos marítimos reveste-se de duplo significado, uma vez que o nacionalismo e o próprio conceito de “nação” não se circunscreviam apenas ao Portugal do continente europeu, mas sim a todo o Império Colonial Português, cuja integridade se encontrava sob ameaça constante. A necessidade de reafirmar e legitimar a soberania portuguesa sobre o Império Colonial resultou num renovar de interesses na História dos Descobrimentos, com ênfase na vida e obra do Infante D. Henrique como o grande impulsionador desse período glorioso.

Para o interesse na figura e obra do Infante D. Henrique contribuíram igualmente as comemorações, em 1960, do quinto centenário da sua morte, data fundamental no que respeita à multiplicação de estudos e publicações que versavam sobre as mais diversas temáticas henriquinas. Antes disso, porém, já o interesse pelos grandes temas da História de Portugal se havia revestido de grande significado, quando em 1940 se comemorara o duplo centenário da Fundação da Nacionalidade (1140) e da Restauração da Independência (1640), do qual resultou a *Exposição do Mundo Português* – uma mega exposição projectada entre os Jerónimos e o Tejo, composta por vários pavilhões dedicados à História pátria, às regiões portuguesas e territórios do Ultramar, à cultura e às actividades económicas.

As comemorações de 1940, nas quais a dimensão imperial não ficou esquecida, desbravaram caminho para as de 1960, mas a conjuntura política era já, nessa altura, bastante diferente, uma vez que pairava sobre as possessões portuguesas na Índia e em África um clima de ameaça constante. Note-se que se trata de uma época em que o panorama político externo se altera profundamente e se assistem a movimentos de descolonização nos continentes asiático e africano. Em África, por exemplo, entre 1956 e 1960 nasceram vinte e dois novos estados independentes, alteração sobejamente significativa e preocupante para Portugal, visto

que os territórios portugueses de Angola e Guiné passaram desde então a fazer fronteira com os novos países. Tornava-se cada vez mais evidente que a posição do Estado Novo não era favorável a estas transformações, o que deixava Portugal cada vez mais isolado no panorama político internacional³⁶⁶.

Assim, por ocasião das comemorações do quinto centenário da morte do Infante D. Henrique, em 1960, o momento era propício a reflexões sobre a posição do país na Europa e no Mundo, e a história vista como valiosa para obtenção de elementos que permitissem esclarecer essa posição. Apesar das reflexões seguirem diversas linhas, de um modo geral, e segundo afirma Sérgio Campo Matos, “nos discursos oficiais, o recurso à história foi encarado como meio de legitimação de uma política considerada em consonância com a vocação civilizadora, ecuménica e missionária da nação”³⁶⁷ – e, neste contexto, a figura histórica do Infante D. Henrique era vista como a personificação máxima dessa vocação.

Deste modo, é possível destacar o período entre 1940 e 1960 como o mais profuso no que respeita aos estudos henriquinos. Em Julho de 1954 toma posse a *Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique*, que organiza desde então, e a longo prazo, o plano das comemorações que se repercutiu em diversos contributos historiográficos, de entre os quais é possível destacar: a abertura, em 1958, do já referido concurso “Grande Prémio Infante D. Henrique”; a edição, entre 1959 e 1960, da *Colecção Henriquina*, com o contributo de vários historiadores portugueses e composta por diversas obras sobre D. Henrique e os Descobrimentos henriquinos; a publicação, em 1960, dos *Portugaliae Monumenta Cartographica* e dos *Monumenta Henricina* (vol.I); e a organização, também em 1960, do Congresso Internacional de História dos Descobrimentos e do V Colóquio Internacional sobre a História e a Economia do Navio.

Fica atestada, pois, a importância do Infante D. Henrique na produção historiográfica do Estado Novo. Os estudos henriquinos deste período estão, por seu turno, invariavelmente associados a alguns tópicos-chave que acompanham a historiografia sobre o Infante D. Henrique. A generalidade dos historiadores procura traçar um retrato das qualidades morais do Infante, discutem acerca das suas motivações e desígnios, nomeadamente se já seria sua intenção premeditada a circum-navegação do continente africano para atingir a Índia por via marítima. No que respeita ao Algarve, associam frequentemente a figura do Infante a Sagres, tratam sobre a localização da vila aí fundada, mas contrariamente à historiografia popular, a historiografia de cariz mais erudito assume como mito a Escola de Sagres e o Observatório

³⁶⁶ Sobre a posição política de Portugal face à Europa e aos territórios ultramarino por ocasião do quinto centenário da morte do Infante D. Henrique veja-se o que escreve Sérgio Campos MATOS, “O V Centenário Henriquino (1960): Portugal entre a Europa e o Império”, 1996, pp. 153-169.

³⁶⁷ Sérgio Campos MATOS, “O V Centenário Henriquino (1960): Portugal entre a Europa e o Império”, 1996, p.155.

Astronómico e, quando muito, admite a existência de uma “escola” num sentido mais lato, como um local de aprendizagem empírica.

Serão precisamente estes tópicos que procuraremos salientar, de seguida, através da análise dos estudos de alguns dos historiadores que se dedicaram à temática henriquina durante o Estado Novo, assim como do trabalho desenvolvido por Francisco Fernandes Lopes³⁶⁸ nesse período.

a) Retrato moral, motivações e planos henriquinos

A historiografia henriquina de propaganda do Estado Novo, herdeira conveniente da historiografia nacionalista de Oitocentos, traça do Infante D. Henrique um perfil de herói pátrio, representante máximo da vocação apostólica de Portugal, fomentado a mitificação em torno da sua figura e obra. D. Henrique é, quase sem excepção, descrito herói de acção, inventor do Império, homem de profunda fé cristã e de grande sabedoria científica, nas áreas da cosmografia, geografia e astronomia. É, em suma, retratado como um dos exemplos máximos de amor e devoção à Pátria.

A historiografia de cunho mais erudito, realizada com seriedade e não vinculada directamente ao regime, vai atenuar esta imagem mitificada do Infante D. Henrique, ainda que muitas das características tradicionais permaneçam e o Infante continue a encaixar – pela força da tradição e das ideologias subjacentes – no seu papel de herói. É precisamente essa perspectiva de herói glorioso que sobressai na obra de Jaime Cortesão sobre o Infante D. Henrique, nomeadamente na sua colaboração, logo em 1931, na “História de Barcelos” dirigida por Damião Peres³⁶⁹. Cortesão, republicano convicto, “médico por formação, político por imperativo cívico e director da Biblioteca Nacional de Lisboa – vai revelar-se finalmente historiador em 1922, já com 38 anos”³⁷⁰. Atribuía ao estudo da história um papel fulcral na ideologia republicana, útil para a sua legitimação e para o conhecimento da verdadeira alma da “raça portuguesa”; era, nas palavras de Joaquim Romero Magalhães, “sempre a história

³⁶⁸ Não caberia no âmbito de estudo desta dissertação analisar a obra de todos os historiadores que estudaram o Infante D. Henrique, dada a profusão de publicações que durante o Estado Novo se fizeram com esse tema. Foram seleccionados, apenas, os que a nível do desenvolvimento historiográfico são mais relevantes, e também aqueles que sabemos seguramente terem contactado com Fernandes Lopes e que nos servirão de termo de comparação com a obra do médico algarvio.

³⁶⁹ Jaime CORTESÃO, “O desígnio do Infante e as explorações atlânticas até à sua morte”, in PERES, Damião (dir.), *História de Portugal*, vol.III, 1931, pp.352-384.

É vasta a obra de Jaime Cortesão relacionada com os Descobrimentos, da qual podemos destacar *Os Descobrimentos Portugueses*, publicada na década de 40. Porém, visto este trabalho ter em vista uma perspectiva da figura do Infante D. Henrique na historiografia do Estado Novo, optou-se por analisar, deste historiador, o capítulo que integrou a “História de Barcelos”, por ser o que apresenta informação mais condensada acerca da temática henriquina.

³⁷⁰ Joaquim Romero MAGALHÃES, “Cortesão, Jaime Zuzarte (Ançã, 1884 – Lisboa, 1960)”, in *Dicionário dos Historiadores Portugueses – Da Academia Real das Ciências ao final do Estado Novo*, [s.d.] [disponível em linha na Biblioteca Nacional de Portugal: <http://dichp.bnportugal.pt>, consultado a 19/10/2012].

como exemplos a seguir numa República que se queria heroicamente libertadora³⁷¹, o que passava, evidentemente, pelo estudo das grandes figuras heróicas da nação. Para Jaime Cortesão, sem dúvida um dos mais importantes historiadores dos Descobrimentos do século XX, a figura do Infante D. Henrique parecia deter um especial fascínio, a tal ponto que chegou a escrever o drama épico *O Infante de Sagres*, representado em Lisboa em 1916.

No capítulo “O desígnio do Infante e as explorações atlânticas até à sua morte”, da “História de Barcelos”, Cortesão traça de D. Henrique o retrato físico – “foi o Infante de estatura pouco mais que média, de membros longos e robustos, a tez morena e o cabelo alevantado³⁷² – e moral – “foi casto, sóbrio, austero³⁷³ –, ambos indiciadores de uma personagem sem dúvida heróica e com uma “gama rica de virtudes³⁷⁴. Cortesão descreve também o Infante como um homem de fé e de ciência: “Foi o Infante D. Henrique homem duma fé ardente³⁷⁵, “um cruzado³⁷⁶, o que não exclui o facto de se ter dedicado “aos estudos de astronomia e geografia³⁷⁷ e de ter sido “um organizador e um homem de ciência e que nesse aspecto reside o maior interesse da sua actividade³⁷⁸. Em estudos posteriores, Cortesão procurou conciliar a ideia de o Infante como um homem de ardente fé cristã com a do *homo economicus*, voltado para o domínio da natureza e da técnica, explicando que “tudo bem pesado, o Infante oscilou, na complexidade do seu carácter, cultura e acção, entre duas épocas – a Idade Média e o Renascimento – consideradas nas suas directivas essenciais. Colocado entre as duas, como um fiel de balança, pendeu pouco a pouco e cada vez mais para a última, que melhor se casava com a sua estrutura íntima³⁷⁹.

Fica bem patente, em Jaime Cortesão, o discurso elogioso sobre o Infante D. Henrique, e ainda que este historiador fosse republicano declarado, o seu discurso historiográfico de carácter nacional inspirado pelos valores republicanos, que procurava salientar os grandes feitos e heróis pátrios, também se adequava aos interesses do Estado Novo. Ainda mais do agrado da ideologia salazarista foi a obra de Joaquim Bensaúde (1859-1952), historiador voltado mormente para estudo do progresso das ciências náuticas e cosmográficas em Portugal, mas que paralelamente desenvolve uma visão verdadeiramente idealista do Infante D. Henrique como um cruzado de ardente fé cristã, empenhado na luta contra o Islão.

³⁷¹ *Idem, ibidem.*

³⁷² Jaime CORTESÃO, “O desígnio do Infante D. Henrique e as explorações atlânticas até à sua morte”, in Damião PERES (dir.), *História de Portugal*, vol.III, 1931, p.352.

³⁷³ *Idem, ibidem*, p.352.

³⁷⁴ *Idem, ibidem*, p.355.

³⁷⁵ *Idem, ibidem*, p.355.

³⁷⁶ *Idem, ibidem*, p.354.

³⁷⁷ *Idem, ibidem*, p.356.

³⁷⁸ *Idem, ibidem*, p.365.

³⁷⁹ *Idem, Os Descobrimentos Portugueses*, vol. II, 1975, p.628.

Bensaúde atribui ao Infante D. Henrique o plano de conquista das Índias que tinha por objectivo “esmagar o poderio oriental maometano” e “salvar a Europa, transformando ao mesmo tempo, em forma profunda, o comércio mundial”³⁸⁰. Descrevendo D. Henrique como “cavaleiro medieval”, Bensaúde atribui-lhe, assim sendo, uma missão que transcende a realidade portuguesa: “transformar o mundo, para defender a Cristandade e proteger a civilização ocidental, posta em perigo”³⁸¹ – ou seja, a cruzada do Infante levava não só ao domínio dos mares, como contribuíra também para a superioridade da Cristandade e para uma decisiva mudança económica do mundo. As teorias de Bensaúde casavam perfeitamente com a ideologia salazarista, que defendia a vocação apostólica e civilizadora dos portugueses como forma de justificar os domínios ultramarinos, e encontrava aí a sua legitimação histórica. De tal forma que os artigos redigidos por Bensaúde sobre esses temas, em 1930 e 1942, foram reeditados postumamente, numa edição comemorativa do *V Centenário da Morte do Infante D. Henrique*, em 1960³⁸².

Ainda na década de 30, Veiga Simões (1888-1954) traça um retrato do Infante D. Henrique bastante díspar do de Joaquim Bensaúde. Jornalista, político e diplomata, Veiga Simões também se interessou pelos estudos henriquinos, sendo de sua autoria o capítulo “O Infante D. Henrique. O seu tempo e a sua acção” do primeiro volume da *História da Expansão Portuguesa no Mundo*, publicado em 1937³⁸³. Veiga Simões procura demonstrar que quer o retrato físico dos painéis de São Vicente de Nuno Gonçalves, quer o retrato moral de Zurara na *Crónica da Guiné* não permitem tirar quaisquer conclusões sobre o verdadeiro retrato e carácter do Infante D. Henrique. No primeiro caso, considera que “fazendo as figuras de Nuno Gonçalves parte duma vasta alegoria religiosa, seria absurdo ante a expressão do Infante tirar conclusões sobre o seu carácter, como se tem pretendido”³⁸⁴. Quanto à crónica de Zurara, Veiga Simões observa que o retrato nela contido corresponde a uma idealização concordante com os valores da época, em que, para o cronista oficial, o Infante teria de ser necessariamente considerado “um grande cavaleiro, igual em feitos e em virtudes aos modelos estabelecidos”³⁸⁵. Por isso mesmo, remata Veiga Simões, de todos os relatos contemporâneos a D. Henrique, o de Zurara é o “menos idóneo”³⁸⁶ no que respeita a fornecer elementos que permitam caracterizar a linha de pensamento e acção henriquinas.

³⁸⁰ Joaquim Bensaúde, “O Plano das Índias”, conferência na Exposição de Sevilha, em 1930, in Joaquim Bensaúde, *A Cruzada do Infante D. Henrique*, 1960, p. 59.

³⁸¹ *Idem, ibidem*, p.76.

³⁸² Cf. *Idem, ibidem*.

³⁸³ Veiga Simões, “O Infante D. Henrique. O seu tempo e a sua acção”, in *História da Expansão Portuguesa no Mundo*, direcção de António Baião, Hernâni Cidade e Manuel Múrias, vol. I, 1937.

³⁸⁴ *Idem, ibidem*, p.311.

³⁸⁵ *Idem, ibidem*, p.314.

³⁸⁶ *Idem, ibidem*, p.317.

Veiga Simões contraria a historiografia henriquina generalizada, que tendia a traçar um retrato estereotipado do Infante com base no seu cronista oficial, Zurara. E, ao contrário de Joaquim Bensaúde, rejeita a ideia de que D. Henrique tivesse sido um “cruzado póstumo, um agente supremo da cristandade medieval, una e ecuménica, contra o islamita”³⁸⁷, procurando demonstrar que a historiografia tradicional não soube distinguir as particularidades das sociedades peninsulares ibéricas para as quais, habituadas durante séculos ao convívio com os infiéis, o ideal de cruzada não era o mesmo que na restante Europa medieval, e entrara já em declínio no século XV. Assim, para este historiador a ideia de cruzada associada ao Infante é anacrónica e através da análise minuciosa da sociedade portuguesa de Quatrocentos procura demonstrar que a principal preocupação da demanda henriquina se focava no desenvolvimento do comércio: “Ao ecumenismo da cruzada, substituíra-se o ecumenismo do comércio (...). Grande parte desse comércio tinha de fazer-se com os infiéis, que detinham nas suas mãos as rotas do tráfego das mercadorias ricas; ao *cruzadismo*, sobrepõem-se a comunidade de interesses entre fiéis de religiões que até aí se afrontavam”³⁸⁸.

Na década de 40, e passadas as comemorações centenárias de 1940, foram publicadas várias obras sobre o Infante D. Henrique. Logo em 1942, três publicações: Elaine Sanceau com *D. Henrique, o Navegador*, Costa Brochado³⁸⁹ com *O Infante D. Henrique* e Mendes de Brito com *O Infante D. Henrique (1394-1460)*. No ano seguinte, Damião Peres publica a *História dos Descobrimientos Portugueses*, sem dúvida a mais relevante das quatro, porquanto em 1959, no âmbito da *Colecção Henriquina*, o historiador é autor de uma outra obra homónima e logo em 1960, ano de comemorações henriquinas, é o próprio autor quem reedita o estudo de 1943.

Dos três estudos de 1942, é o de Elaine Sanceau que mais se destaca no que respeita ao retrato traçado do Infante D. Henrique, uma vez que quer o jornalista Costa Brochado, quer o médico Mendes de Brito se limitam a seguir a historiografia tradicional e nacionalista herdada do século XIX e adequada aos interesses do Estado Novo, descrevendo o Infante D. Henrique como uma figura de inigualáveis qualidades, uma “alma coroada de muitas e grandes virtudes”³⁹⁰, ou imbuído de “heroísmo religioso (...)”, alicerce ideológico onde assentava a mentalidade do Infante”³⁹¹. Elaine Sanceau (1896-1978), escritora inglesa residente no Porto, coloca ênfase inquestionável nos conhecimentos de matemática e astrologia do Infante D. Henrique e segue a linha tradicional de existência do observatório, não em Sagres, mas em

³⁸⁷ *Idem, ibidem*, p.319.

³⁸⁸ *Idem, ibidem*, p.327.

³⁸⁹ Costa Brochado foi também um dos membros do júri do concurso “Grande Prémio Infante D. Henrique”, de 1960, promovido pela Comissão Executiva do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, e que atribuiu a Francisco Fernandes Lopes o 2º prémio pela obra *A Figura e a Obra do Infante D. Henrique*.

³⁹⁰ Costa BROCHADO, *O Infante D. Henrique*, [1942], p.209.

³⁹¹ Francisco Mendes de BRITO, *O Infante D. Henrique, 1394-1460*, 1942, p.19.

Lagos³⁹²; não obstante, o estudo de Sanceau tem a virtude de conseguir traçar uma imagem equilibrada do Infante como uma figura de um período de crucial transição histórica, entre a Idade Média e a Modernidade³⁹³.

Ainda mais equilibrada é a visão apresentada por Damião Peres (1889-1976) no seu estudo titulado *História dos Descobrimentos Portugueses*, em 1943. O professor e historiador, que foi responsável pela direcção da magna “História de Barcelos”, prefere extrair o seu retrato henriquino da crónica de Zurara, considerando que o cronista oficial de D. Henrique é preferível “a qualquer das variadas apreciações modernas”³⁹⁴ que falham ou por personificarem no Infante um extremo espírito de cruzada, ou por o reduzirem um mero e mesquinho interesse mercantil. Assim sendo, Peres opta por apresentar um Infante D. Henrique marcado por uma forte personalidade na qual se reflectem todos os anseios e aspirações próprias da vida europeia do seu tempo, que passam pelo “espírito de cruzada e de proselitismo, interesse económico, curiosidade científica, que aliás não implica forçosamente grande saber”³⁹⁵. Em suma, na perspectiva de Damião Peres, o Infante era detentor de um admirável equilíbrio de qualidades que o votaram ao sucesso e lhe deram “arcaboço de um grande estadista”³⁹⁶.

A perspectiva equilibrada de Damião Peres manteve-se nos anos subsequentes, com a colaboração deste historiador, em 1959, na *Colecção Henriquina*. Para colaborador nessa mesma colecção, a Comissão Executiva do Quinto Centenário da Morte do Infante D. Henrique convidou Vitorino Nemésio (1901-1978)³⁹⁷, que deu à estampa, também em 1959, o volume *A Vida e Obra do Infante D. Henrique*. Nesse texto, o escritor não se sentiu compelido a ser original e a apresentar uma nova perspectiva sobre o Infante D. Henrique, mas sim a realizar uma síntese e recapitulação sobre a sua vida e obra, enquadrando-o devidamente nos seus antecedentes históricos. Para tal, Nemésio baseou-se nas crónicas de Fernão Lopes, Zurara, Fr. João Álvares e Rui de Pina, assim como nos documentos publicados por Pedro de Azevedo e João Martins da Silva Marques³⁹⁸, e recorreu a obras da historiografia mais actual, nomeadamente à *História dos Descobrimentos Portugueses*, de Damião Peres, bastante útil por apresentar o estado da questão relativamente aos estudos henriquinos. Assim, o retrato

³⁹² Cf. Elaine SANCEAU, *D. Henrique, o Navegador*, 1942.

³⁹³ Veja-se a este respeito o que escreve Maria Isabel JOÃO, *O Infante D. Henrique na historiografia*, 1994, p.39.

³⁹⁴ Damião PERES, *História dos Descobrimentos Portugueses*, 3ª ed., 1983, p.38.

³⁹⁵ *Idem, ibidem*, p.38.

³⁹⁶ *Idem, ibidem*, p.39.

³⁹⁷ Acerca de Vitorino Nemésio veja-se a síntese biográfica elaborada por David MOURÃO-FERREIRA, *Portugal, a Terra e o Homem*, II volume, 1ª série, 1979, pp.361-363.

³⁹⁸ Pedro de Azevedo foi responsável pela publicação em dois volumes, em 1915 e 1934, dos *Documentos das chancelarias reais anteriores a 1531 relativos a Marrocos*, e em 1945, João Martins da Silva Marques publica documentação vária nos dois volumes intitulados *Descobrimentos Portugueses*.

que Nemésio elabora de D. Henrique é também bastante equilibrado, colocando-o na linha tradicional de iniciador da empresa dos Descobrimentos; porém, Nemésio não dá grande atenção às actividades económicas do período henriquino e às capacidades de homem de negócios de D. Henrique, acabando por colocar maior ênfase nas motivações henriquinas relacionadas com o espírito de cruzada, e descrevendo um Infante “cheio de ardor proselítico”³⁹⁹ e de “consciência ainda bem medieval”⁴⁰⁰.

No que respeita aos estudos henriquinos de Francisco Fernandes Lopes, é interessante notar que o intelectual olhanense, ao longo dos quase trinta anos em que escreveu sobre o Infante D. Henrique, evitou prudentemente a delineação de um suposto retrato moral, referindo-se a essa figura histórica comumente como o “solitário de Sagres”⁴⁰¹. Porém, em 1960, quando concorreu com *A Figura e a Obra do Infante D. Henrique*⁴⁰² ao “Grande prémio Infante D. Henrique”, promovido pela *Comissão Executiva do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique*, Fernandes Lopes elabora, por fim, a sua perspectiva ponderada sobre D. Henrique, que igualmente reproduz, pouco tempo depois, no capítulo sobre o Infante D. Henrique na obra dirigida por Hernâni Cidade, *Os Grandes Portugueses*⁴⁰³. Fernandes Lopes, empenhado estudioso e sempre bem informado, recorre a diversas fontes henriquinas, de entre as quais se destacam sobretudo a crónica de Zurara, mas também as de Duarte Pacheco, João de Barros e Damião Góis; mas recorre, igualmente, à historiografia mais recente, nomeadamente aos trabalhos de Duarte Leite, Elaine Sanceau, Costa Brochado ou Veiga Simões. Na verdade, o médico olhanense estava sempre atento às novidades no âmbito da historiografia henriquina. Assim o atesta, como já se referiu, a correspondência bastante activa com alguns estudiosos do seu conhecimento, ou as críticas e reparos que escrevia para jornais da capital às obras henriquinas recém-publicadas.

Com Veiga Simões, por exemplo, de quem Fernandes Lopes era amigo de longa data, a correspondência trocada revela o interesse comum na figura do Infante D. Henrique e o conhecimento mútuo dos estudos de cada um. Em Agosto de 1942, numa carta dirigida ao médico olhanense, Veiga Simões transmite-lhe novidades sobre os seus estudos henriquinos, dizendo que era sua intenção enviar-lhe um “exemplar do *Retrato do Infante D. Henrique*, contendo as 400 e tantas páginas que escrevi para a *Hist. da Expansão* e que Hernâni Cidade condensou nas 60 ou 70 que lá saíram, sem ninguém ver as conclusões. (...) Entretanto, foi

³⁹⁹ Vitorino NEMÉSIO, *Vida e Obra do Infante D. Henrique*, 2ª ed., 1984, p.170.

⁴⁰⁰ *Idem, ibidem*, p.158.

⁴⁰¹ Cf. Francisco Fernandes LOPES, *Terçanabal e a «Escola de Sagres»*, 1945, pp.9 e 34.

⁴⁰² Cf. *Idem, A Figura e a Obra do Infante D. Henrique*, 1960.

⁴⁰³ Cf. *Idem, “Infante D. Henrique”, in Os Grandes Portugueses*, vol. I, dir. Hernâni Cidade, [196-?].

desabando sobre mim imensa documentação nova”⁴⁰⁴. Numa outra carta, endereçada a Veiga Simões a 10 de Março de 1945, Fernandes Lopes esclarece minuciosamente várias dúvidas sobre fontes e pormenores de história henriquina, sobretudo relacionadas com Sagres, pressupondo uma carta anterior do diplomata colocando diversas questões⁴⁰⁵.

Veja-se ainda as críticas que Fernandes Lopes publicou no Diário de Lisboa às obras de Elaine Sanceau⁴⁰⁶ e de Vitorino Nemésio⁴⁰⁷, *D. Henrique, o Navegador* e *Vida e Obra do Infante D. Henrique*, respectivamente, acerca das quais a sua minuciosa atenção o levou a rectificar diversos pormenores factuais. As rectificações a Nemésio suscitaram, inclusive, uma amigável troca de correspondência, na qual o escritor agradece, em carta de 2 de Janeiro de 1960, os reparos apontados: “Creia que estimo como o único escrito (do meu conhecimento) verdadeiramente crítico do que costumo chamar a minha “sebenta henriquina”. Foi coisa lavrada em condições precárias, que me sirvam de desconto para os deslizes que tão delicadamente me aponta, e que procuro corrigir na 2ª edição, no prelo”⁴⁰⁸. E como Nemésio lhe pede que indique outros “deslizes”, Fernandes Lopes responde logo a 11 de Janeiro de 1960 referindo que aplaude “inteiramente o seu propósito de uma 2ª edição, correcta e aumentada, segundo a velha fórmula; e, conforme ao seu pedido que muito me honra de lhe apontar outros deslizes (...) voltei a ler atentamente o seu excelente livrinho, e aqui estou já a dar-lhe conta do que aqui e ali, por vezes apenas saltuariamente, fui topando”⁴⁰⁹.

Sempre atento, como se pôde verificar, às novidades historiográficas, e incorporando os novos saberes produzidos nos seus próprios estudos, o retrato traçado por Fernandes Lopes é bastante cauteloso, balançando um pouco entre os retratos de outros autores seus contemporâneos. Desta forma, o estudioso olhanense não se aventurou a elaborar teorias muito originais sobre o suposto carácter do Infante D. Henrique. Da crónica de Zurara recolheu a ideia de um Infante com gosto pela vida activa, sobretudo pela caça, cavalgadas, façanhas guerreiras e aventuras, o que implicava “denodo, pertinácia, sacrifício heróico com finalidade

⁴⁰⁴ A.H.M.O, Fotocópia de uma carta de Veiga Simões, datada do Estoril, 5 de Agosto de 1942, que integra um dossier com documentação de apoio sobre Francisco Fernandes Lopes. Fica patente o descontentamento de Veiga Simões relativamente às alterações que Hernâni Cidade impôs ao seu capítulo no primeiro volume da *História da Expansão Portuguesa no Mundo*, editado em 1937.

⁴⁰⁵ A.H.M.O, *Fundo Documental Francisco Fernandes Lopes*, SR: A/3.2. Escreve Fernandes Lopes: “Muito obrigado pelas suas duas cartas. Estimo que do próprio boletim haja tirado resposta a parte das suas perguntas. Respondo às outras”. Veja-se a transcrição integral desta carta no Anexo II, Doc.11.

⁴⁰⁶ “Temas de história henriquina – indispensáveis rectificações”, in *Diário de Lisboa*, nº13198, 5 de Setembro de 1959, p.11.

⁴⁰⁷ “Temas da história henriquina – à volta do Infante”, in *Diário de Lisboa*, nº 13276, 23 de Novembro de 1959, pp. 6 e 11. Artigo transcrito na íntegra no Anexo I, Texto XI.

⁴⁰⁸ A.H.M.O., *Fundo Documental Francisco Fernandes Lopes*, SR: A/2.6. Veja-se a transcrição integral e reprodução desta carta no Anexo II, Doc.12.

⁴⁰⁹ A.H.M.O., *Fundo Documental Francisco Fernandes Lopes*, SR: A/3.2. Veja-se a transcrição integral desta carta no Anexo II, Doc.13.

mística embora, mas com fruto útil⁴¹⁰, descrevendo-o também como um homem “sóbrio e austero”⁴¹¹ e profundamente religioso. De Duarte Leite, Fernandes Lopes colhe a ideia de que a acção do Infante foi animada pelo desejo de combater os infiéis, mas quem nem por isso deixou de ter em vista outros projectos utilitários, que não eram necessariamente incompatíveis com a missão de converter os pagãos⁴¹². No que respeita às capacidades científicas do Infante D. Henrique, tão discutidas pelos vários historiadores, Fernandes Lopes procura manter-se numa posição mais neutra, afirmando que embora o Infante também aproveitasse a sabedoria dos livros e dos homens, procurava incorporar sempre a “lição positiva da experiência, que activa e porfiadamente procurou, por meio dos seus navegadores e exploradores”⁴¹³. O “solitário de Sagres” descrito por Fernandes Lopes é, em suma, um homem de acção e de profunda religiosidade e austeridade, mas igualmente equilibrado e sensato, porquanto a sua missão não era exclusivamente a de um cruzado medieval, mas também possuía fins utilitários e proveitosos.

De entre os historiadores que estudaram o Infante D. Henrique durante o período do Estado Novo, não podem ficar esquecidos aqueles cuja perspectiva não seria tão apologista e elogiosa da figura do Infante D. Henrique, mas que se inseriam numa perspectiva mais crítica e, por vezes, quase “anti-henriquina”. Essa perspectiva está, de certa forma, patente no já referido estudo de Veiga Simões, mas ao qual é necessário acrescentar os importantes contributos de Duarte Leite e de Vitorino Magalhães Godinho: o primeiro pela análise e revisão crítica dos mitos, e o segundo porque contribui decisivamente para a renovação da historiografia portuguesa.

Na sua vida bastante activa, Duarte Leite (1864-1950) foi professor de Geometria e Astronomia na Academia Politécnica do Porto, depois transferido para a Faculdade de Ciências da Universidade do Porto onde se doutorou em Ciências Matemáticas, ocupou diversos cargos políticos e foi diplomata republicano. De entre a sua actividade de investigador, destaca-se o interesse pela História da Expansão, temática acerca da qual redigiu diversos escritos, que se destacaram pela agudeza com que criticava e procurava desmontar os mitos históricos e analisava as fontes. No que respeita ao retrato moral do Infante D. Henrique, Duarte Leite não ficou impassível às perspectivas de Joaquim Bensaúde, que descrevia o Infante como um cruzado medieval imbuído de heroísmo religioso, ou de Jaime Cortesão, que via o Infante como um homem de ciência.

⁴¹⁰ Francisco Fernandes LOPES, *A Figura e a Obra do Infante D. Henrique*, 1960, p.21.

⁴¹¹ *Idem, ibidem*, p.21.

⁴¹² Cf. *Idem, ibidem*, p.21.

⁴¹³ *Idem, ibidem*, p.22.

Assim sendo, Duarte Leite opôs-se veementemente à perspectiva de Bensaúde, afirmando que o historiador, “seduzido por leituras perniciosas e arrastado pela imaginação, saiu da esfera serena da história e produziu um entrecho romanesco, entremeadado de contradições e erros históricos, que totalmente deforma os traços principais do Infante, e lhe empresta uma psicologia aberrante da realidade”⁴¹⁴. Para Duarte Leite, o Infante D. Henrique não pode ser apenas considerado num só aspecto, o do fervor cristão, porquanto também nele se destacava o aspecto utilitário da empresa que levou a cabo. Destarte, Duarte Leite afirma este duplo carácter de D. Henrique, procurando explicar que “ao mesmo tempo que combatia infieis africanos, redescobria e colonizava as ilhas da Madeira e dos Açores, de que tirava lucros, explorava mercantilmente a Guiné em regime de monopólio, e cuidava solícitamente da sua grande casa. (...) se curou de propagar o cristianismo entre mouros e azenegues africanos, não esqueceu a expansão territorial e económica do reino”⁴¹⁵.

À feição utilitária acresce Duarte Leite uma perspectiva que contraria a historiografia tradicional, na qual o Infante não é descrito como um homem de vasto saber literário, matemático, astronómico e geográfico. Baseando-se nas fontes disponíveis, que analisa criticamente, Duarte Leite afirma que o infante era instruído, “mas de cultura medíocre, muito inferior à dos irmãos mais velhos”⁴¹⁶, “desconhecia as matemáticas, além da aritmética elementar”⁴¹⁷, e “em matéria geográfica só se conhecem três autênticas opiniões do Infante, todas erradas”⁴¹⁸. Assim sendo, Duarte Leite dá primazia a uma perspectiva que toma o Infante como um homem sobretudo de acção, e não de estudo ou contemplação.

Com o historiador Vitorino Magalhães Godinho (1918-2011)⁴¹⁹, a perspectiva sobre o Infante D. Henrique altera-se substancialmente, como, aliás, está bem patente na obra *A Expansão Quatrocentista Portuguesa*, publicada pela primeira vez em 1962 sob o título *A Economia dos Descobrimentos Henriquinos*. Na verdade, a sua perspectiva é de tal forma radical, que a referida obra foi recusada pela *Comissão Executiva do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique* para integrar a *Colecção Henriquina*, por ter sido “orientada num espírito bem diferente do que presidiu às comemorações henriquinas”⁴²⁰. Possivelmente esta recusa

⁴¹⁴ Duarte LEITE, *História dos Descobrimentos, colectânea de esparsos*, vol.I, 1958, p.85.

⁴¹⁵ *Idem, ibidem*, p.80.

⁴¹⁶ *Idem*, “Uma teoria romantizada dos Descobrimentos Portugueses”, in *Coisas de Varia História*, 1941, p.14.

⁴¹⁷ *Idem, ibidem*, p.15.

⁴¹⁸ *Idem, ibidem*, p.17.

⁴¹⁹ Para uma melhor compreensão da obra historiográfica de Vitorino Magalhães Godinho veja-se: Joaquim Romero MAGALHÃES, “Godinho, Vitorino Barbosa de Magalhães (Lisboa, 1918 – Lisboa, 2011)”, in *Dicionário dos Historiadores Portugueses – Da Academia Real das Ciências ao final do Estado Novo*, [s.d.] [disponível em linha na Biblioteca Nacional de Portugal: <http://dichp.bnportugal.pt>, consultado a 26/03/2013].

⁴²⁰ Carta datada de 27 de Janeiro de 1961, dirigida pelo presidente da *Comissão Executiva do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique* a Vitorino Magalhães Godinho, publicada na edição de *A Expansão Quatrocentista Portuguesa* pela D. Quixote, em 2008 (p.16). No prefácio desta edição o autor explica mais pormenorizadamente as vicissitudes da primeira edição da obra, que ficou ao cargo da editora Sá da Costa e cuja recusa da Comissão

está relacionada com a concepção historiográfica do autor, influenciada pelas modernas correntes francesas e em particular pela revista *Annales*, que veiculava a concepção de que os acontecimentos históricos deveriam ser estudados no seu todo, através da análise crítica das fontes e incorporando diversas áreas do saber (economia, sociologia, antropologia, geografia...). Não era, portanto, uma história meramente factual, nem tampouco a história dos grandes feitos e heróis, como em Portugal se fazia. Ainda mais, em pleno período de comemorações henriquinas, era inconcebível que fosse aceite uma concepção historiográfica que colocasse em causa a ideologia subjacente à imagem laudatória que do Infante D. Henrique se procurava transmitir⁴²¹.

Vitorino Magalhães Godinho não dedica nem uma linha laudatória ao Infante, não tenta criar dele uma imagem de herói ou de homem de grandes feitos, fé e ciência. Por um lado, aproxima-se da linha veiculada por Veiga Simões e que se adequa à metodologia da sociologia histórica, ou seja, procura compreender as acções do período henriquino no contexto social próprio da época em que ocorreram; por outro lado, tal como Duarte Leite, de cuja obra era grande conhecedor⁴²², procura rever criticamente as fontes e reavaliar os métodos tradicionais da historiografia portuguesa, tão propensos à criação e propagação de mitos. Por isso mesmo, o seu estudo vai ser pautado pela oposição aos excessos do mito henriquino, do qual procura distanciar-se interpretando devidamente as fontes coevas: “Ao discutir-se a personalidade de D. Henrique, têm-na definido quer como um cruzado quer como um sábio ou como um comerciante, dominado ora pela fé, ora pelo espírito científico, ora pela cobiça do proveito. Tais disjunções revelam, porém, do pecado do anacronismo, e antolha-se-me mais equilibrada e plausível a figura que ressalta das próprias fontes coevas, cuja interpretação tem falhado demasiadas vezes”⁴²³.

Nesta ordem de ideias, Magalhães Godinho procura sintetizar, através do estudo das fontes, as razões que teriam motivado o Infante D. Henrique. Conclui que foram cinco principais: “curiosidade geográfica (pré-científica)”, “espírito de guerra aos infiéis”, “anseio de conversão das almas”, “preocupação comercial pelo ouro e outras mercadorias” e “ambição de honra e acrescentamento da sua casa senhorial”⁴²⁴. O historiador ressalva, no entanto, que talvez não seja possível discernir a verdadeira motivação da acção de D. Henrique, porquanto

Henriquina acabou por lhe valer o prestígio internacional. Cf. Vitorino Magalhães GODINHO, *A Expansão Quatrocentista Portuguesa*, 2008, pp.9-14.

⁴²¹ Sobre este tema veja-se o que escreve Fernando CATROGA, “Ritualizações da História”, in *História da História em Portugal*, 1996, pp.605-612.

⁴²² Note-se que foi Vitorino Magalhães Godinho o responsável pela organização da obra *História dos descobrimentos, colectânea de esparsos*, composta por textos de Duarte Leite e publicada postumamente, em dois volumes, em 1958 e 1960.

⁴²³ Vitorino Magalhães GODINHO, *A Expansão Quatrocentista Portuguesa*, 2008, p.137.

⁴²⁴ *Idem, ibidem*, p.140.

este poderia a “não declarar nem deixar adivinhar”⁴²⁵. Por isso mesmo, afigura-se-lhe mais apropriado tentar compreender alguns aspectos do carácter do Infante de acordo com a influência da educação e do meio em que se inseria, concluindo que, na verdade, não há prova concreta de qualquer dos traços de herói abnegado que comumente se encontravam associados, pela força da tradição, a essa figura histórica. Assim, segundo Magalhães Godinho, nada indica que o Infante fosse homem de “vasta cultura ou erudição, nem de forte preparação «científica»”⁴²⁶, nem há prova concreta de que fomentasse o desenvolvimento da ciência. Não possuía, igualmente, “excepcionais qualidades de organização prática”⁴²⁷, como o demonstra o desastre de Tânger, da sua inteira responsabilidade, e não há nada que prove “que fosse um carácter de dureza implacável, asceta que tudo sacrifica ao misticismo de abrasador amor de Deus”, ou, por outro lado, um “espírito meramente prático, dominado pelas ideias de utilidade e de lucro”⁴²⁸. Para concluir, Magalhães Godinho afirma que, de acordo com os valores da época, o Infante consideraria, seguramente, estar ao serviço de Deus – como, aliás, os seus contemporâneos – e que cumprirá esse serviço “pela exploração geográfica, pela conversão das almas, pelo incremento do comércio, pela guerra aos mouros – e dirá que o maior prazer da vida é ver o sangue dos infiéis”⁴²⁹.

Procurando compreender o contexto social do meado do século XV, Magalhães Godinho traça um retrato despojado do Infante D. Henrique, sem os ornamentos heróicos e mitos que habitualmente lhe estavam associados quer pela força da tradição, quer pela sucessiva reprodução na historiografia. Por isso mesmo, por não se adequar a uma linha historiográfica que em Portugal era, ainda, a dos grandes heróis, o seu estudo foi recusado pela *Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário do Infante D. Henrique* que, em ano de comemorações, estava mais interessada em trabalhos que glorificassem a figura e obra do Infante D. Henrique, do que com a validade histórica e científica dos mesmos.

São vastos e diversos os retratos traçados pelos historiadores henriquinos entre as décadas de 30 e 60. Porém, parte significativa do debate entre os historiadores gira em torno dos desígnios do Infante D. Henrique. Seria, ou não, sua intenção premeditada a circum-navegação do continente africano com o intuito de atingir a Índia por via marítima? E, da mesma forma que existe uma significativa diversidade de retratos, também nesta questão histórica são bastante divergentes as teorias.

⁴²⁵ *Idem, ibidem*, p.140.

⁴²⁶ *Idem, ibidem*, p. 140.

⁴²⁷ *Idem, ibidem*, p.141.

⁴²⁸ *Idem, ibidem*, p.141.

⁴²⁹ *Idem, ibidem*, p.141.

Joaquim Bensaúde é um dos defensores da teoria de que o Infante, imbuído pelo ideal de “heroísmo religioso”, planeava atingir a Índia por via marítima. O historiador principia a sua argumentação apresentando vários elementos históricos que considera cruciais, tais como “as relações da Europa Ocidental com a Abíssinia; a aliança proposta pelo Preste João; o progresso da invasão turca; os esforços pontificais no sentido de união das Igrejas de Roma e do Oriente; as diligências da Santa Sé no sentido de conseguir a unidade da acção cristã contra o perigo islâmico”⁴³⁰. Desta forma, Bensaúde procura reconstruir os objectivos do Infante: “em Marrocos, trata-se de manter Ceuta e outros postos avançados da costa marroquina, para proteger a Península contra os Mouros; no oceano, a acção visa conquistar os mares, para esmagar na Índia e no Mar Vermelho o poderio comercial do Islão”⁴³¹. Assim, para Bensaúde, o Infante movido por ideais profundamente religiosos teria em vista o domínio dos mares até à Índia, e o esmagamento do Islão no Oriente.

A esta perspectiva de Joaquim Bensaúde opõe-se veementemente Duarte Leite⁴³², que a desmonta através da análise crítica das fontes, metodologia que sempre caracterizou os seus estudos. Atribuindo ao Infante D. Henrique um “espírito eminentemente prático”⁴³³ e muito menos voltado para o fervor religioso, Duarte Leite acresce o facto de as fontes que atribuem a D. Henrique o plano da Índia serem todas Quinhentistas e, portanto, posteriores à descoberta do caminho marítimo para a Índia, e também a hesitação quanto a qual Índia se referem as fontes, uma vez que ao tempo do Infante existiam duas, “a gangética ou maior, e a etiópica ou menor”⁴³⁴. Por tudo isto, Duarte Leite defendia que no seu “fraco parecer, não está provado, conquanto seja possível, que o Infante tivesse em mente enviar caravelas até à Índia”⁴³⁵ e, quando muito, essa ideia poderia ter passado pelo seu pensamento já na última fase da sua vida, mas não com o intuito de guerrear contra os infiéis, mas sim de obter, pacificamente, compensações materiais.

Duarte Leite também se opõe à teoria apresentada por Jaime Cortesão, que sempre se mostrou convicto, nos seus estudos henriquinos, que seria intenção premeditada do Infante D. Henrique a circum-navegação do continente africano tendo em vista a Índia. Para este historiador, esse elevado desígnio da acção de D. Henrique ter-se-ia começado a delinear logo

⁴³⁰ Joaquim Bensaúde, *A Cruzada do Infante D. Henrique*, 1960, p.59.

⁴³¹ *Idem, ibidem*, p.60.

⁴³² Bensaúde defende pela primeira vez a sua teoria numa conferência em Paris, de 1929, intitulada *Origines du plan des Indes*. A esta sucede, com publicação no ano seguinte, um primeiro artigo crítico de Duarte Leite sugestivamente intitulado *Talent de bien faire*.

⁴³³ Duarte Leite, *Talent de bien faire*, 1930, p.11.

⁴³⁴ *Idem, ibidem*, p.8.

⁴³⁵ *Idem, ibidem*, p.11.

após a tomada de Ceuta⁴³⁶, ideia que defende em 1931, no capítulo “O desígnio do Infante e as explorações atlânticas até à sua morte” da “História de Barcelos”. Em 1940, na comunicação apresentada ao Congresso do Mundo Português sob o título *Teoria Geral dos Descobrimentos Portugueses*⁴³⁷, Cortesão incorpora algumas ideias do pensamento de Bensaúde, entretanto muito divulgadas, apurando a sua própria teoria. Destarte, Cortesão considera que a genialidade do plano do Infante foi ter projectado conjuntamente “a destruição do Islão nas fontes do seu poderio”⁴³⁸ – isto é, a finalidade ecuménica e universal – e a substituição desse poderio pelo monopólio português do tráfego oriental – ou seja, a finalidade estritamente nacional.

Ao atribuir ao Infante D. Henrique um plano tão arrojado, Jaime Cortesão não possuía, de facto, fontes que corroborassem as suas teorias, nomeadamente no que se refere ao plano da Índia e à defesa do monopólio económico. Por isso mesmo, o historiador desenvolve uma argumentação engenhosa que permitiria explicar a falta de fontes válidas: a “política de sigilo”. Devido à política de sigilo nacional, as crónicas e documentos dos séculos XV e XVI teriam sido deliberadamente eliminadas ou truncadas com o intuito de manter em segredo o ambicioso plano de D. Henrique, nomeadamente a principal fonte, a *Crónica da Guiné* de Zurara, acerca da qual Cortesão procurou demonstrar que faltavam trechos isolados e mesmo capítulos inteiros.

A Jaime Cortesão opõe-se criticamente Duarte Leite. Em “Uma teoria romantizada dos Descobrimentos portugueses”⁴³⁹, procura desmontar toda a teoria do plano da Índia e do suposto sigilo nacional de Cortesão. Quanto ao plano da Índia, defende o historiador que foi apenas depois de Damião de Góis (1563) que se introduziu nos escritores a ideia de que o plano para atingir a Índia remontava ao Infante D. Henrique, sendo que ao tempo do Infante apenas se conhecem duas bulas e, de datas posteriores, já manuelinos, um diploma e uma missiva régias com referência à Índia. Na bula de 1455, Nicolau V atribui a D. Henrique “a intenção de tornar navegável o Oceano até os índios, que se diz veneram o nome de Cristo, e deles obter auxílio contra sarracenos e pagãos”⁴⁴⁰; e na bula de Calisto III, do ano seguinte, repetem-se os termos da primeira, apenas se acrescentando a doação à Ordem de Cristo da espiritualidade das terras já na posse da coroa portuguesa. Para Duarte Leite, estas duas bulas não são decisivas quanto ao plano de atingir a Índia Oriental, uma vez que quer nessa, quer na

⁴³⁶ Jaime CORTESÃO, “O desígnio do Infante e as explorações atlânticas até à sua morte”, in PERES, Damião (dir.), *História de Portugal*, vol.III, 1931, p.361.

⁴³⁷ *Idem*, *Teoria Geral dos Descobrimentos Portugueses*, Cadernos «Seara Nova», 1940.

⁴³⁸ *Idem*, *ibidem*, p.16.

⁴³⁹ Duarte LEITE, “Uma teoria romantizada dos descobrimentos portugueses”, in *Coisas de Varia História*. Lisboa: Seara Nova, 1941.

⁴⁴⁰ *Idem*, *ibidem*, p.9.

Índia etiópica existiam cristãos: na primeira cristãos da seita nestoriana, e na segunda “os abexins do preste João, dito das Índias, cristãos da cisma jacobita que estavam em guerra com os seus vizinhos muçulmanos, da mesma forma como o Infante com os mouros e idolatras do noroeste africano”⁴⁴¹.

No que respeita ao diploma e missiva régios, datados de 10 de Janeiro e 1 de Março de 1500, respectivamente, D. Manuel também atribui ao seu tio Infante D. Henrique o desejo de alcançar a Índia por via marítima – porém, para Duarte Leite tais documentos “não inspiram confiança”⁴⁴², ainda mais se for tido em consideração o silêncio de Zurara, cronista oficial do Infante. Neste aspecto, contrapondo a teoria da política de sigilo, Duarte Leite não aceita que o cronista oficial não referisse tal empresa, “porquanto a intenção, se real, não era secreta, pois foi apregoada a toda a Cristandade nas bulas, e se sabe que as conheceu o cronista”⁴⁴³. Acresce igualmente o silêncio, quanto a um plano da Índia, de Rui de Pina, Duarte Pacheco Pereira, Lopes de Castanheda e João de Barros, numa altura em que já não haveria qualquer motivo para secretismos.

Duarte Leite acresce ainda muitos outros argumentos que permitem contrariar a teoria da política de sigilo de Jaime Cortesão⁴⁴⁴, acabando por se inclinar para a teoria de que o alvo mais longínquo dos planos do Infante D. Henrique foi a Índia etiópica, à qual pretendia chegar por terra e não por via marítima. Na sua esteira, também Vitorino Magalhães Godinho se opõe à teoria de política de sigilo de Jaime Cortesão e ao suposto plano henriquino da Índia⁴⁴⁵. Passando em revista os estudos de Cortesão, de Duarte Leite, entre outros, e fazendo referências às principais fontes relacionadas com os desígnios do Infante, Magalhães Godinho conclui que, não obstante o Infante ter procurado obter informações sobre “todas as Índias – incluindo pois as orientais”, não parece ter existido efectivamente um plano henriquino para atingir a Índia Oriental, pois os objectivos do Infante não parecem ter sido outros “que não fossem Marrocos e Granada, a Guiné com seu ouro e escravos, depois a sua malagueta, a suposta cristandade guineense, o Preste João sobre-Egipto e seus Abexins cristãos, as ilhas oceânicas a povoar e a valorizar de açúcar, pão e vinho”⁴⁴⁶.

Em oposição directa a Duarte Leite encontra-se Francisco Fernandes Lopes, que apresentou, em 1938, no I Congresso de História da Expansão Portuguesa no Mundo, a

⁴⁴¹ *Idem, ibidem*, p.10.

⁴⁴² *Idem, ibidem*, p.11.

⁴⁴³ *Idem, ibidem*, p. 11.

⁴⁴⁴ Cf. *Idem, ibidem*, pp.37-44.

⁴⁴⁵ Veja-se a análise que Magalhães Godinho desenvolve sobre a obra de Duarte Leite: Vitorino Magalhães GODINHO, “Duarte Leite e a evolução dos estudos de História dos Descobrimentos”, in LEITE, Duarte, *História dos Descobrimentos*, vol.II, 1960, pp.382-437.

⁴⁴⁶ Vitorino Magalhães GODINHO, *A Expansão Quatrocentista Portuguesa*, 2008, p.220.

conferência sugestivamente intitulada *Em favor do plano henriquino das Índias*⁴⁴⁷. O estudioso olhanense relembra uma importante referência de Zurara no capítulo XVI da *Crónica da Guiné*, datada de 1442, na qual o Infante, solicitando informações a Antão Gonçalves, que preparava a sua partida para o Rio do Ouro, dissera que “não somente daquela terra desejava haver sabedoria, mas ainda das Índias e da terra de Preste João”. Posto isto, recusa-se a aceitar a perspectiva simplista de Duarte Leite, a par de outros historiadores, que interpretara as Índias referidas nas fontes como as africanas, dos abexins do Preste João, porquanto, diz Fernandes Lopes, “de uma leitura acidental do «Livro de Marco Paulo», (que foi leitura indubitável do Infante D. Henrique), uma nova luz surge que torna capital e decisivo o argumento tirado de Zurara, em favor da existência do plano das Índias na mente do Infante, desde aquela referida data e, segundo toda a probabilidade, desde o início da sua empresa de expansão de Portugal pelo mundo desconhecido fora”⁴⁴⁸. Fernandes Lopes relembra que uma cópia do *Livro de Marco Polo* foi oferecida a D. Henrique pelo seu irmão D. Pedro, em 1428, quando este regressou de uma longa viagem pela Europa. Nessa obra são referidas várias índias: a *maior*, que compreendia a província de Malabar e as regiões e ilhas a ocidente dela no Oceano Índico; a *menor*, que se estende desde a Indochina até ao Himalaia ou Tibete, ou seja, que abrangia o conjunto de regiões que separam a Índia da China; e a *mediana*, chamada Abássia, que compreendia o reino do Preste João. Ora, partindo do princípio que o Infante estudou o *Livro de Marco Polo*, tudo indica, para Fernandes Lopes, que o Preste João que procurava era asiático e não africano e que eram várias, e não apenas uma, as Índias que almejava conhecer e atingir e sobre as quais delineou o seu plano das Índias. Sendo assim, conclui o médico olhanense que a referida frase henriquina imortalizada por Zurara demonstra que o Infante visava “não só a Índia verdadeira ou industânica, mas ainda a misteriosa terra do Preste João a oriente ou a norte dela; ou seja, visava as Índias em toda a sua extensão e prolongamento, no sentido em que Marco Paulo falava delas na terceira parte da sua obra”⁴⁴⁹.

Fernandes Lopes, convicto da sua teoria, retorna aos mesmos argumentos vinte anos mais tarde⁴⁵⁰. Porém, não sem alguma contestação por parte de outros historiadores, como foi o caso de Damião Peres, na *História dos Descobrimentos Portugueses* publicada pela primeira vez em 1943. Sempre ponderado, este historiador relembra que “embora não se conheçam devidamente as bases e a extensão da cultura geográfica de D. Henrique, uma afirmação pode

⁴⁴⁷ Cf. Francisco Fernandes LOPES, *Em favor do plano henriquino das Índias*, 1938.

⁴⁴⁸ *Idem, ibidem*, p.4.

⁴⁴⁹ *Idem, ibidem*, p.9.

⁴⁵⁰ Cf. Francisco Fernandes LOPES, “Sobre o plano henriquino das Índias e o reino do Preste João”, in *Diário de Lisboa*, nº13191, 29 de Agosto de 1959, p. 6 e 11.

fazer-se: que o *Livro de Marco Paulo* não foi a sua única fonte de conhecimento do Oriente”⁴⁵¹. Peres refere que o Infante D. Pedro também trouxe a D. Henrique, em 1428, um mapa-múndi veneziano, no qual é de supor a localização na África Oriental do reino do Preste João; o mesmo sugerem outras fontes geográficas, nomeadamente os conhecimentos dos mestres cartógrafos maiorquinos, de que não se pode excluir o célebre mestre Jácome de Maiorca, que esteve ao serviço de D. Henrique. Assim, conclui Damião Peres, “tudo leva, pois, a crer que o Infante julgava africano, e por isso o mandava buscar por via terrestre transafricana, o reino do Preste João”⁴⁵². O que não invalida, segundo este historiador, que o Infante não se preocupasse com as regiões asiáticas, como o demonstra o emprego intencional do plural *Índias* da frase apontada pelo cronista Zurara e que remonta a 1442.

Na verdade, o historiador Damião Peres consegue destacar-se pela perspectiva ponderada patente nos seus estudos henriquinos, apresentando algumas críticas a obras historiográficas contemporâneas acerca do Infante, que considera ou excessivamente laudatórias, ou depreciativas, o que denota que o historiador tem consciência que não deve cair em nenhum desses excessos. Desta forma, e baseando-se mormente na *Crónica dos feitos da Guiné*, de Zurara, Peres considera que os objectivos do Infante resumiam-se a “um programa de grande alcance, mas perfeitamente humano; intuitos de proselitismo, interesse económico, curiosidade científica, que, aliás, não implicava notável saber. (...) D. Henrique possuía em admirável equilíbrio dotes pessoais que, completando-se, constituíam uma personalidade forte; e porque teve também capacidade de organizador, metódico e persistente (...) tornou-se-lhe possível devotar-se à expansão ultramarina, àquilo que veio a constituir a maior grandeza de Portugal”⁴⁵³. Não exagerando, portanto, as qualidades do Infante, Peres destaca o seu papel decisivo nos Descobrimentos. Não exagera igualmente no que respeita aos objectivos expansionistas do Infante, salientando os interesses económicos e de difusão da fé cristã contra os infiéis, em África, mas colocando também a questão de a expansão africana ser unicamente o objectivo, ou se seria uma “via de alcançar o Oriente”⁴⁵⁴. Apesar de dar a entender que seria possível que a “miragem oriental, comum aos homens do seu tempo, embriagasse também a mente do Infante”⁴⁵⁵, Peres não é assertivo quanto a esta questão, possivelmente por considerar que as fontes disponíveis não lhe permitiam alcançar uma conclusão segura.

⁴⁵¹ Damião PERES, *História dos Descobrimentos Portugueses*, 3ª ed., 1983, p.44.

⁴⁵² *Idem, ibidem*, p.46.

⁴⁵³ Damião PERES, *História da Expansão Portuguesa*, 1959, p.28, 30-31.

⁴⁵⁴ *Idem, ibidem*, p.33.

⁴⁵⁵ *Idem, ibidem*, p.33.

Não se encontra no texto de Damião Peres a excessiva apologia ao Infante D. Henrique, como em Joaquim Bensaúde, e nem sequer o elogio nacionalista de Jaime Cortesão; na verdade, parece que este historiador se empenhou mais em realçar que o Infante, pelo seu papel pioneiro, teve um contributo decisivo para impulsionar a expansão ultramarina portuguesa, humanizando as suas capacidades, em vez de as heroificar. Considerava-o, sem dúvida, uma figura de capacidades excepcionais, mas não sobre-humanas; não se detém em largos elogios à sua figura e aos seus feitos, nem sequer às inovações científicas do seu tempo, e mesmo quando se refere aos desígnios de atingir o Oriente, Peres deixa sempre ficar um resquício de incerteza. Um historiador que procurava, sem dúvida, a objectividade, não tecendo considerações que colocassem em causa a seriedade do seu trabalho.

b) A Vila do Infante

A questão da localização da Vila do Infante foi bastante controversa na historiografia henriquina, mormente devido à falta de fontes e à confusão gerada pela interpretação das poucas que até então se conheciam. Há que destacar três principais: a carta de doação do Infante-regente D. Pedro ao Infante D. Henrique do “cabo de Trasmalmenar, com uma légua em redor dele, de termo”, para aí “fazer certa povoação ou povoações cercadas”, datada de 27 de Outubro de 1443; a carta de confirmação da anterior, por D. Afonso V, nos mesmos termos, datada de 2 de Setembro de 1448; e a carta do Infante D. Henrique, datada de 19 de Setembro de 1460, que doa à Ordem de Cristo a espiritualidade da Vila do Infante, cuja temporalidade pertenceria ao rei, aquando da sua morte.

Se nas cartas de 1443 e de 1448 é referida a doação do “cabo de Trasmalmenar” e de “uma légua em redor dele”, as referências geográficas da carta assinada pelo Infante D. Henrique, de 1460, são bastante diferentes. Começa por explicar que “ao cabo de Sagres vinham e vêm muitas carracas, naus, galés e outros navios” quando o tempo não é favorável, que aí não encontram nem mantimentos, nem água, e que a povoação mais próxima fica “a uma légua e meia de onde jaziam”, sendo que muitos acabam por falecer e os seus corpos são lançados nessas “barrocas e praias”. Logo, por piedade e para remediar estes problemas, o Infante declara ter mandado “edificar uma vila no outro cabo que ante do dito cabo de Sagres está aos que vêm do poente para levante que se chamava terça nabal à qual pus nome de Vila do Infante. Em reverência de minha Senhora Santa Maria mandei em ela fazer uma sua capela e fora da dita vila, acima do porto onde desembarcam” os referidos tripulantes, “mandei fazer uma igreja em honra da senhora Santa Catarina” e um cemitério.

Os documentos supracitados enunciados não são concordantes, nem explícitos, pelo que suscitaram, aos historiadores que a este tema se dedicaram, várias questões. Dos cabos e

pontas que compõem o conjunto São Vicente-Sagres, onde seria o “cabo de Trasmalmenar” referido nas cartas de 1443 e 1448? E onde se localizaria, afinal, a Vila do Infante, dado que na carta do Infante D. Henrique, de 1460, o próprio refere que a mandou edificar “no outro cabo que ante do dito cabo de Sagres está aos que vêm do poente para levante que se chamava terça nabál”? Que cabo seria esse que o Infante nomeia de “terça nabál”?... Várias questões que conduziram, como veremos, a diferentes reflexões, argumentos e conclusões⁴⁵⁶.

Fernandes Lopes parece ter feito desta questão o seu cavalo de batalha no que respeita aos estudos henriquinos e, aliás, versava sobre esse tema a primeira série de artigos por ele publicados no *Diário do Algarve*, no âmbito da historiografia, entre Março e Abril de 1933, titulados “Sagres e a Vila do Infante”. Pouco tempo depois, ainda nesse ano de 1933, escreve sobre o mesmo tema, mais elaboradamente, num periódico da capital, o *Diário Liberal*, através do qual as suas teorias conseguem ter mais ampla divulgação⁴⁵⁷. Tendo como referência a sua visita a Sagres e a São Vicente, algumas fontes e bibliografia disponíveis, Fernandes Lopes elabora um ensaio sobre a localização da Vila do Infante, que contraria as interpretações de outros autores por ele citados, nomeadamente João Baptista da Silva Lopes, Brito Rebelo e Jaime Cortesão.

João Baptista da Silva Lopes é o primeiro a colocar a hipótese de o *Carphanabal* descrito na *Relação da derrota naval, façanhas e sucessos dos cruzados que partiram do Escalda para a Terra Santa no ano de 1189, escrita em latim por um dos mesmos cruzados* – documento traduzido, anotado e publicado por ele em 1844⁴⁵⁸ –, ser *Terçanabal* do tempo do Infante D. Henrique: “A semelhança de *Carphanabal* com *Terçanabal* nos induz a crer que esse castelo era no sítio em que o ínclito Infante D. Henrique fundou depois a sua célebre *Vila Nova do Infante* na Angra de Sagres”⁴⁵⁹. No que respeita à localização da Vila do Infante, Silva Lopes, baseando-se na carta do Infante D. Henrique, de 19 de Setembro de 1460, considera que esta não se localizaria “no sítio em que hoje está a vila de Sagres, mas sim na angra do mesmo nome que fica para O. entre a Ponta de Sagres e a Ponta da Atalaia perto de Beliche”⁴⁶⁰.

⁴⁵⁶ Doravante, como referência, veja-se o mapa do Cabo de Sagres e do Cabo de São Vicente reproduzido no Anexo IV, Mapa 1.

⁴⁵⁷ Na dificuldade de acesso a estes artigos publicados no *Diário Liberal*, utilizaremos como bibliografia fundamental o escrito *Terçanabal e a «Escola de Sagres»*, publicado pela *Seara Nova* em 1945, mas que estamos em crer, pelas palavras do próprio Francisco Fernandes Lopes, que apresenta o mesmo conteúdo dos referidos artigos: “O resultado da minha peregrinação fundamental consignei-o (...) em uma série de oito artigos publicados num extinto *Diário do Algarve* (de 4 de Março a 18 de Abril de 1933), artigos corroborados, corrigidos e ampliados por 13 outros num também já extinto jornal, de Lisboa – *Diário Liberal* – (de 4 de Julho a 13 de Dezembro desse mesmo ano) (...). Resumindo o que então escrevi, direi o seguinte”. Francisco Fernandes LOPES, *Terçanabal e a «Escola de Sagres»*, 1945, p.22.

⁴⁵⁸ João Baptista da Silva LOPES, *Relação da derrota naval, façanhas e sucessos dos cruzados que partiram do Escalda para a Terra Santa no ano de 1189, escrita em latim por um dos mesmos cruzados*, 1844.

⁴⁵⁹ *Idem, ibidem*, p.100.

⁴⁶⁰ *Idem, ibidem*, p.102.

É Brito Rebelo, no artigo “Vila do Infante”, publicado por ocasião do quinto centenário do nascimento do Infante D. Henrique, em 1894, quem traz ao conhecimento a carta régia de doação de 27 de Outubro de 1443, desfazendo a ideia de que a vila teria sido fundada logo em 1415. Também ele, seguindo Silva Lopes, considera que *Terçanabal* se pode identificar com *Carphanabal*, acrescentando que seria aí também, provavelmente, o *Portus Annibalis* que Pompónio Mela identifica entre *Lacobriga* (Lagos) e o *Promontório Sacro*. Brito Rebelo conclui que “a Vila do Infante não é o que depois se chamou vila e hoje praça de Sagres; – que o seu assento era no *cabo de Traz Falmenar* ponta Gorda ou no Beliche”.⁴⁶¹

Apresentando uma teoria diferente – e que mantém nos anos subsequentes –, Jaime Cortesão escreve no segundo volume do *Guia de Portugal*, em 1927, ter sido “exactamente no extremo do Cabo [de São Vicente] que, em meados do séc. XV, D. Henrique mandou edificar a sua *Vila do Infante*. Ao construírem-se as vastas dependências do farol, arrasaram-se quase todos os vestígios do antigo povoado”⁴⁶². Cortesão baseia-se numa carta anterior ao terramoto de 1755, que diz pertencer à Biblioteca Nacional, na qual estão representadas as fortalezas do Algarve, sendo que na planta da antiga praça de S. Vicente um apontamento assinala “as ruínas do palácio do Infante D. Henrique”⁴⁶³.

Era este o estado da questão quando, em 1933, Fernandes Lopes formula a sua hipótese para o problema de localização da Vila do Infante, excluindo logo à partida São Vicente, Pontal Gordo e Beliche. Diz ele que “a *Vila do Infante e Sagres* são duas povoações distintas, com a diferença de... serem a mesmíssima coisa; esta povoação única foi sempre dispersa dentro da área de uma légua, e não foi em S. Vicente, nem no Beliche, mas tendo como base a angra de Sagres propriamente dita”⁴⁶⁴. Para chegar a tal conclusão, Fernandes Lopes baseia-se na carta de doação do Infante D. Henrique, de 19 de Setembro de 1460, procurando clarificá-la por meio de três hipóteses encadeadas entre si: os factores meteorológicos e geográficos que caracterizam a região do Promontório Sacro; a localização provável da igreja de Santa Catarina; e a identificação de *Terçanabal* com *Carphanabal*, desenvolvendo a hipótese anteriormente levantada por Silva Lopes.

Tomando por base os testemunhos de marítimos seus “patrícios”, e a “experiência dos eruditos, condensada nos roteiros, como o de Baldaque da Silva”⁴⁶⁵, Fernandes Lopes conclui que nos dois cabos – o de Sagres e o de São Vicente –, que constituem a região do Promontório Sacro, “o grosso da arribação forçada se faz à região de Sagres e não à de S.

⁴⁶¹ Cf. J. I. Brito REBELO, “Vila do Infante”, in *O Occidente*, vol. XVII, nº 548, 11 de Março de 1894, p.70.

⁴⁶² Jaime CORTESÃO, “Sagres”, in PROENÇA, Raul (coord.), *Guia de Portugal*, vol. II, 1983, p. 318.

⁴⁶³ *Idem*, *ibidem*, p. 318.

⁴⁶⁴ Francisco Fernandes LOPES, “Sagres e a Vila do Infante”, in *Diário do Algarve*, nº 127, 5 de Março de 1933, p.1

⁴⁶⁵ *Idem*, *Terçanabal e a «Escola de Sagres»*, 1945, p.24.

Vicente”⁴⁶⁶, tendo em conta que durante a maior parte do ano os ventos predominantes são os do quadrante Norte e Oeste. Teria sido aos marítimos que passavam por essa situação, vindos de leste, que o Infante D. Henrique queria prestar auxílio, logo a vila por ele fundada teria de se localizar na região de Sagres.

Mas onde, exactamente? É para responder a esta questão que Fernandes Lopes vai tentar localizar a Igreja de Santa Catarina, tendo em consideração que sobre ela o Infante refere, na carta de doação de 19 de Setembro de 1460, tê-la edificado fora da vila e acima do porto de desembarque. Partindo igualmente de um testemunho de um marítimo seu vizinho, de que a enseada de Sagres – localizada entre a Ponta de Sagres e a Ponta da Atalaia – é o melhor abrigo contra as nortadas, Fernandes Lopes atribui à Praia da Mareta as melhores condições para a localização do porto de desembarque referido pelo Infante. E, conseqüentemente, acima da Praia da Mareta localizar-se-ia a dita Igreja de Santa Catarina, com cemitério anexo. Porém, como dessa igreja já não subsistiam vestígios, Fernandes Lopes baseia-se no que escrevera Silva Lopes em meados do século XIX: “na enseada que formam as pontas de Sagres e da Atalaia (...) se tem encontrado alicerces de alguns edifícios e de dois fornos de telha, e entre aqueles os de uma igreja, que há tradição ser dedicada a Santa Catarina (...): ainda no ano 1839 se encontraram ali três caveiras e mais alguns ossos humanos em uma escavação que se fez”⁴⁶⁷ – prova irrefutável, considera Fernandes Lopes, da existência de um cemitério anexo à Igreja. Silva Lopes prossegue referindo que na capela da Fortaleza de Beliche existe uma imagem de vulto de Santa Catarina que se diz ter sido para ali levada pelos marítimos, “talvez quando se arruinasse a igreja de sua invocação”⁴⁶⁸, e como a Fortaleza de Beliche era dedicada a Santo António, a imagem de Santa Catarina seria proveniente da igreja de Santa Catarina mandada edificar pelo Infante D. Henrique.

Com tudo isto concorda Francisco Fernandes Lopes, excepto no que diz respeito à localização da vila propriamente dita, uma vez que Silva Lopes, crente de que a Igreja de Santa Catarina se edificara dentro da vila e não fora dela, concluiu que a vila se localizava na angra de Sagres. Para Fernandes Lopes, a hipótese mais plausível é a da Vila do Infante se situar no cabo de Sagres, tendo como apoio e porto de desembarque a enseada de Sagres. Mas se a vila se situava no cabo de Sagres, que cabo seria esse de *Trasfalmenar* referido das cartas de doação de 1443 e 1448? E como explicar, igualmente, que o Infante tenha escrito, na sua carta de 19 de Setembro de 1460, que mandara “edificar uma vila no outro cabo que ante do dito cabo de Sagres está aos que vêm do poente para levante que se chamava terça nabál à qual

⁴⁶⁶ *Idem, ibidem*, p.23.

⁴⁶⁷ João Baptista da Silva LOPES, *Relação da derrota naval, façanhas e sucessos dos cruzados que partiram do Escalda para a Terra Santa no ano de 1189, escrita em latim por um dos mesmos cruzados*, 1844, pp.100-101.

⁴⁶⁸ *Idem, ibidem*, p.100.

pus nome de Vila do Infante”? Quanto à primeira questão, Fernandes Lopes resolve-a desconstruindo o nome “Trasfalmenar” em “Trás da Almenara” e atribuindo a “almenara” o significado de “atalaia”. Logo, diz ele, “o cabo de trás da Almenara (ou Atalaia), isto é, o cabo que quem vinha de leste acolher-se ao Cabo de S. Vicente encontrava por *detrás* da ponta da Almenara ou Atalaia, – ou seja: a ponta, larga e arredondada, de Sagres”⁴⁶⁹. Para a segunda questão, igualmente complexa, Fernandes Lopes conjectura que para o Infante quer a ponta de Sagres, quer a ponta da Atalaia eram consideradas o “cabo global de Sagres”. Logo, na carta de 1460 o Infante ter-se-ia referido a esse “cabo global de Sagres” considerando o seu lado oriental, ou seja, a ponta da Atalaia, e assim, ao aludir “à fundação da vila noutra cabo de Sagres, quer definir a situação desse em relação ao primeiro, vê-se levado, naturalmente, a referir-se a este com a expressão «o dito cabo de Sagres», do qual assim distingue «o outro cabo que antes do dito cabo de Sagres está aos que vêm de poente para levante», ou seja, a Ponta de Sagres”⁴⁷⁰ – explicação algo rebuscada e escassamente fundamentada, no nosso entender.

Para concluir a sua teoria sobre a localização da Vila do Infante, Fernandes Lopes detém-se ainda, à semelhança de Brito Rebelo, na identificação dos nomes *Terçanabal* e *Carphanabal*, alterando ligeiramente a hipótese do seu predecessor. O médico olhanense considera que, na sua etimologia, *Terçanabal* “bem poderia ter sido, pronunciado e escrito, *Tarf Anabal*, copiado depois como se fosse *Terçanabal*, por errada interpretação do *f* como *ç*, e do *a* como *e*”⁴⁷¹. Este *Terfanabal* poderia ser também o *Carphanabal* da Relação do Cruzado, partindo Fernandes Lopes do princípio de que poderia ter existido um erro na transcrição do documento original, no qual estaria inicialmente *Tarphanabal*, ou talvez *Tarf Anabal*⁴⁷². Este *Tarf Anabal* cuja transmutação do nome em *Terçanabal* teria preexistido até à fundação da Vila do Infante, seria, por identificação etimológica, o Cabo de Aníbal, designação proveniente do tempo da ocupação islâmica do território, e sugeria também a identificação, na angra de Sagres, do *Portus Annibalis*⁴⁷³ descrito por Pompónio Mela no século I d.C., hipótese anteriormente colocada por Brito Rebelo.

A todas estas conclusões chegou Francisco Fernandes Lopes, considerando ficar assim “resolvido o problema da localização da Vila do Infante, em face da documentação, da tradição

⁴⁶⁹ Francisco Fernandes LOPES, “Sagres e a Vila do Infante”, in *Diário do Algarve*, nº 128, suplemento nº5, 9 de Abril de 1933, p.1

⁴⁷⁰ *Idem*, *Terçanabal e a «Escola de Sagres»*, 1945, p.27.

⁴⁷¹ *Idem*, *ibidem*, p.28.

⁴⁷² Fernandes Lopes apresenta, como confirmação da sua teoria, o parecer do arabista Prof. Ricardo Nikl, concordante com ele no que respeita à “interpretação do *Terçanabal* e do *Carphanabal* como o mesmo e único *Tarf. Anabal*”. Cf. Francisco Fernandes LOPES, *Terçanabal e a «Escola de Sagres»*, 1945, p.30.

⁴⁷³ Cf. Francisco Fernandes LOPES, *Terçanabal e a «Escola de Sagres»*, 1945, p.29.

e da realidade geográfica da costa e seu ambiente físico”⁴⁷⁴. Em suma, para o historiador e médico olhanense, o Infante D. Henrique fundou no Cabo de Sagres, que se chamava também Terçanabal, uma vila fortificada e dentro do recinto mandou edificar uma capela de invocação de Santa Maria; fora da vila, acima do porto de desembarque – que ficava na praia da Mareta – mandou edificar a Igreja de Santa Catarina com o seu cemitério, cujo intuito o Infante expressara piedosamente na sua carta de 19 de Setembro de 1460.

Fernandes Lopes apresenta e desenvolve a sua teoria entre Março e Dezembro de 1933, inicialmente numa série de artigos no *Diário do Algarve*, que desenvolve poucos meses depois numa outra série de artigos no *Diário Liberal*. Quase simultaneamente, também o Comandante Fontoura da Costa apresenta a sua interpretação acerca da localização da Vila⁴⁷⁵, aliás, com conhecimento de Fernandes Lopes, de quem era amigo. E é o próprio Fernandes Lopes que admite que foi o seu interesse coincidente com o de Fontoura da Costa que o levou a deslocar-se ao Promontório Sacro, para “estudar a questão *in loco*”⁴⁷⁶.

Fontoura da Costa avança uma interpretação muito semelhante à de Francisco Fernandes Lopes, afastando-se nalguns aspectos de somenos importância. Por exemplo, no que respeita à designação *Terça Nabal*, Fontoura da Costa afirma que foi o Infante quem atribuiu à vila esse nome, quando, na verdade, a carta de 19 de Setembro de 1460 deixa bem claro que o nome preexistia à vila. De resto, também Fontoura da Costa considera que o Infante teria baptizado de Sagres a actual Atalaia e que, assim sendo, o actual cabo de Sagres seria aquele onde, de facto, fundou a sua vila, e que correspondia ao antigo Trasfalmenar referido nas cartas de doação de 1443 e 1448 – afasta-se neste aspecto de Fernandes Lopes, o qual defendia que o antigo Trasfalmenar seria a actual Atalaia. Fontoura da Costa argumenta que “assim foi, na realidade, porque se o Cabo de Sagres do Infante fosse o actual *Cabo de Sagres*, o outro cabo (de Trasfalmenar) só poderia ser o actual *pontal Gordo*. Mas isso é impossível, quer pela significação do seu nome, quer por serem péssimos e sem água nativa os seus terrenos e os das suas proximidades, quer ainda por não se terem ali encontrado quaisquer ruínas, além das da *fortaleza de Beliche*, dedicada a Santo António, e as da sua *capela*, construída muito posteriormente à morte de D. Henrique”⁴⁷⁷.

Ainda nesse ano de 1933, enquanto Abel Fontoura da Costa e Francisco Fernandes Lopes apresentavam as suas teses sobre a localização da Vila do Infante, ergue-se uma voz

⁴⁷⁴ *Idem, ibidem*, p.29.

⁴⁷⁵ Cf. Fontoura da COSTA, “Vila do Infante, antes Terça Nabal e Sagres depois”, in *Arquivo Histórico da Marinha*, vol. I, 1933-1936.

⁴⁷⁶ Francisco Fernandes LOPES, *Terçanabal e a «Escola de Sagres»*, 1945, p.21.

⁴⁷⁷ Fontoura da COSTA, “Vila do Infante, antes Terça Nabal e Sagres depois”, in *Arquivo Histórico da Marinha*, vol. I, 1933-1936, citado por *Boletim da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*, nº100 “Monumentos de Sagres”, Junho de 1960, p.13.

dissonante, a de Duarte Leite, que se propõe a cumprir “a promessa de mostrar o erro da sua localização em Sagres, que o prof. Fernandes Lopes e, na sua esteira, o comandante Fontoura da Costa pretendem ter demonstrado irrefragavelmente”⁴⁷⁸. Duarte Leite inicia a controvérsia com as hipóteses concorrentes pelo apuramento dos significados e origens das diferentes designações mencionadas nas fontes já referidas: Trasfalmenar, Terçanabal e Sagres.

Ao cabo de Trasfalmenar, que Fernandes Lopes diz corresponder à ponta da Atalaia e ao qual atribuiu o significado de “Trás da Almenara”, e que Fontoura da Costa identifica como sendo o cabo de Sagres, Duarte Leite vai atribuir uma importância secundária, por não o considerar decisivo para a localização da Vila do Infante. Para o historiador crítico, é inquestionável que Trasfalmenar vem do árabe “Tarf-al-manar”, o que significa cabo da almenara ou da torre vigia – e, segundo a sua opinião, poderia existir uma almenara ou torre de vigia em qualquer um dos cabos ou pontas do conjunto Sagres-São Vicente, não oferecendo a etimologia qualquer elemento de identificação. Além disso, considera Duarte Leite que o facto de as cartas de 1443 e 1448 doarem ao Infante D. Henrique o cabo de Trasfalmenar e uma légua em seu redor para fazer povoação cercada, não é suficiente para concluir que seja esse Trasfalmenar a Terça Nabal onde se fundou a vila⁴⁷⁹. Assim, para Duarte Leite, são falaciosos os argumentos apresentados por Fernandes Lopes e Fontoura da Costa a esse respeito.

Duarte Leite discorda igualmente da hipótese defendida por Francisco Fernandes Lopes no que diz respeito à etimologia de Terçanabal. Como já anteriormente se expôs, o historiador olhanense considerava que *Terçanabal* poderia ter origem em *Tarf Anabal*, com a posterior interpretação do *f* como *ç* e do *a* como *e*, e que esse *Tarf Anabal* seria o mesmo *Carphanabal* da Relação do Cruzado, de 1189, por corrupção do *C* em *T* e do *p* em *f*. Fernandes Lopes interpretou *Tarf Anabal* como Cabo de Aníbal, associando-o logicamente a *Portus Annibalis*. Duarte Leite contra-argumenta que, mesmo não sendo arabista, não lhe parece plausível que na pronúncia o *f* viesse a ser substituído por *ç*: “ Em todas as palavras árabes onde entra o prefixo *Tarf*, a corrupção subsequente não alterou o *f*; assim Trafalgar, Trafaria, Trasfalmenar. Não se compreende, pois, que Terfa-nabál degenerasse em Terça nabal”⁴⁸⁰. Duarte Leite acrescenta que se os árabes tivessem conservado vestígio romano da passagem de Aníbal fá-lo-iam num porto e não num cabo, e para sustentar a sua tese, apresenta o argumento do arabista David Lopes o qual “julga fantasioso originar *anabál* em Aníbal”⁴⁸¹.

⁴⁷⁸ Duarte LEITE, *História dos Descobrimentos, colectânea de esparsos*, vol.I, 1958, p.188.

⁴⁷⁹ Cf. *Idem, ibidem*, pp.190-191.

⁴⁸⁰ *Idem, ibidem*, p.194.

⁴⁸¹ *Idem, ibidem*, p.194.

Por tudo isto, Duarte Leite considera refutada a etimologia sugerida por Fernandes Lopes. Porém, rejeitar uma hipótese significa colocar outra em seu lugar, e é precisamente a que se propõe Duarte Leite, formulando uma teoria bastante original. Para ele, *Terça nabal* poderia equivaler a *Terça do nabão*, sendo que “*Terça*” seria a terça parte de uma renda ou imposto pago ao rei, e o *nabão*, “o nabám, ou *nabulum* no latim medieval, era um tributo já vigente no tempo dos árabes na península, que consistia num peixe por cada navio que de fora viesse pescar nos portos fluviais e marítimos do termo de certas vilas”⁴⁸². Tendo em consideração os largos recursos piscícolas do Algarve, Duarte Leite supõe que a região do Promontório Sacro não seria excepção e que “no cabo *que se chamava Terça nabal* era exigido o tributo, cabendo a el-rei a terça do nabão ou nabal”⁴⁸³. E mesmo que à época henriquina essa prática já fosse obsoleta, a existência de tal tributo explicaria a designação de Terçanabal preexistente à fundação da Vila do Infante.

Colocada esta hipótese, Duarte Leite avança com a ideia que a identificação de Terçanabal depende da do cabo de Sagres referido na carta de doação henriquina de 19 de Setembro de 1460. Mais uma vez, Duarte Leite discorda de Fernandes Lopes, atribuindo-lhe a invenção de uma autêntica “charada”. Isto porque, considera Duarte Leite, a vontade de harmonizar o diploma de 1460 com a tradição de localização da vila no cabo de Sagres teria levado Fernandes Lopes a engendrar toda a teoria de que para o Infante o “cabo global de Sagres” englobava o cabo de Sagres e o cabo da Atalaia, e quando se referiu à vila que “no outro cabo que ante do dito cabo de Sagres está aos que vêm do poente para levante”, estava na verdade a situar a sua vila no cabo actualmente designado de Sagres.

Para além de discordar de toda esta argumentação, considerando-a engenhosa, “mas inadmissível”⁴⁸⁴, Duarte Leite também não entende por que motivo concluiu Fernandes Lopes que o porto de abrigo do tempo do Infante teria de ser necessariamente na Praia da Mareta, e para auxiliar os que iam de levante para poente, e não o contrário. Mesmo sendo certo que os ventos que predominam na região são os do sector N e NO, Duarte Leite considera que “tão numerosos eram os navios que vinham do levante, como os que para lá iam, regressando do norte. Se, no consenso unânime, é preferível para os primeiros abrigar-se na enseada de Sagres, para os outros todos convêm em que há imediato e bom abrigo na enseada de Beliche”⁴⁸⁵. E para Duarte Leite, a localização atribuída por Fernandes Lopes à Igreja de Santa Catarina, como mais uma forma de provar que o porto de desembarque ficava na praia da Mareta, é muito pouco segura: Fernandes Lopes não consegue chegar a qualquer conclusão

⁴⁸² *Idem, ibidem*, p.195.

⁴⁸³ *Idem, ibidem*, p.195.

⁴⁸⁴ *Idem, ibidem*, p.199.

⁴⁸⁵ *Idem, ibidem*, p.201.

que vá para além do que diz a tradição, e nem uma cronologia consegue atribuir aos alicerces da presumida igreja.

Duarte Leite desfaz com golpes críticos a tese de Fernandes Lopes, rematando que “é palpável a fragilidade da tese discutida. Seu engenhoso defensor não consegue firmar que o cabo de Sagres, no diploma henriquino de 1460, seja a ponta da Atalaia (o que já seria suficiente), nem que era praticamente impossível construir a Vila do Infante em sítio diverso do cabo de Sagres actual, nem que a primitiva igreja de Sta. Catarina campeava sobranceira à enseada de Sagres. *Quod erat demonstrandum*”⁴⁸⁶. Mas qual é, afinal, a tese de Duarte Leite sobre a localização da Vila do Infante? Opondo-se à observação *in loco* de Francisco Fernandes Lopes, Duarte Leite observa que o aspecto geomorfológico do actual promontório não seria “certamente idêntico ao dos tempos henriquinos, cinco séculos atrás”⁴⁸⁷. Considera o historiador que diversos fenómenos geocinéticos – tais como os orogénicos, ou os sísmicos, de que serve de exemplo o terramoto de 1755 – poderiam ter alterado as enseadas, praias e saliências do promontório. É, por isso, de admitir, sendo que a carta henriquina de 1460 o confirma, que “entre os cabos de Sagres e de S. Vicente existiu outrora uma ponta mais saliente que as tais minúsculas, chamada de Terça Nabal”⁴⁸⁸. Duarte Leite defende, portanto, que o cabo de Sagres referido no documento de 1460 seria o actual cabo de Sagres, e que entre esse e São Vicente – embora mais próximo do primeiro, que lhe servia de referência – teria existido um outro cabo entretanto desaparecido, ou pelo menos diminuído por diversos fenómenos geocinéticos, o que explicaria também a ausência de vestígio da vila henriquina.

Ainda que seja meritória a argumentação de Duarte Leite, sobretudo quando procura derrubar as teses “adversárias”, mais do que ao fundamentar a sua própria tese, Fernandes Lopes nunca se deixou convencer, reafirmando os seus argumentos e conclusões nos anos subsequentes e escrevendo, inclusive, que “à falta de um cabo real, houve quem inventasse um cabo, fantástico, subvertido por qualquer convulsão sísmica, – hipótese que destruí, mostrando que a costa não variara sensivelmente, pelo menos desde então até hoje”⁴⁸⁹ – alusão evidente à teoria apresentada por Duarte Leite.

De entre as teorias sobre a localização da Vila do Infante, não pode ficar por mencionar o trabalho de Jordão de Freitas⁴⁹⁰, que entra na discussão sobre o tema logo em 1933, ao publicar no periódico *A Voz*, de 7 de Outubro, em primeira mão, um relato de uma expedição datada de 1508, em viagem de Lisboa para Arzila. A sua teoria seria mais

⁴⁸⁶ *Idem, ibidem*, p.206.

⁴⁸⁷ *Idem, ibidem*, p.201.

⁴⁸⁸ *Idem, ibidem*, p.205.

⁴⁸⁹ Francisco Fernandes LOPES, *Terçanabal e a «Escola de Sagres»*, 1945, p.28.

⁴⁹⁰ Jordão de Freitas foi director da Biblioteca da Ajuda entre 1927 e 1936 e um dos sócios fundadores da Academia Portuguesa da História, instituição sucessora, em 1936, da Academia Real Portuguesa da História.

firmemente defendida no estudo *A vila e fortaleza de Sagres nos séculos XV a XVIII*, publicado em 1938. Jordão de Freitas estriba-se no referido relato e também na carta do Infante de 19 de Setembro de 1460, para concluir que o cabo de Sagres dos dois documentos é o mesmo e corresponderia ao actual cabo de Sagres, e que o Infante teria fundado não uma, mas duas vilas distintas, uma mais poente, em São Vicente, e a outra a nascente, no cabo de Sagres.

Do relato de princípios do século XVI extrai Jordão de Freitas que por altura do descobrimento da Guiné (1445) o Infante D. Henrique “fez tornar a povoar e *como de novo* o lugar de Sagres”⁴⁹¹; porém, para Jordão de Freitas a carta de 19 de Setembro de 1460 é a prova cabal que “pela mesma época, num *outro cabo* do sudoeste algarvio – *Cabo que se chamava Terçanabal*, situado a poente do Cabo de Sagres – foi igualmente fundada por D. Henrique uma outra vila, à qual ele próprio pôs o nome de *Vila do Infante*”⁴⁹². Assim sendo, teriam existido duas vilas distintas, sendo que a *Vila do Infante* localizada a nascente, no cabo de Sagres, teria passado a ser denominada Vila de Sagres somente após a morte do Infante D. Henrique, a 13 de Novembro de 1460⁴⁹³. Jordão de Freitas apresenta, assim, uma teoria alternativa que, de certa forma, vai ser retomada anos mais tarde por Vitorino Magalhães Godinho.

Decisivo para toda esta temática foi o contributo de Alberto Iria, não tanto pelo seu engenho enquanto historiador, mas mais pela sua qualidade de investigador de novas fontes. Foi Alberto Iria quem deu a conhecer, numa comunicação apresentada à Academia Portuguesa de História a 9 de Janeiro de 1959, uma carta “dirigida a Maomé II, Sultão dos Turcos, que D. Henrique diz ter sido *Escritta na minha Villa de Sagres*, a 16 de Dezembro de 1457”⁴⁹⁴. Iria pretendia, com esta nova fonte, desfazer a suposição de Jordão de Freitas, de que nunca em vida do Infante a sua vila se teria denominado “Vila de Sagres”. No entanto, Vitorino Magalhães Godinho coloca em causa a autenticidade do documento, uma vez que não é conhecido pelo original, nem por uma cópia coeva, mas sim por uma transcrição já muito tardia, do século XVIII⁴⁹⁵.

Não é, porém, apenas na carta de 1457 que Alberto Iria se baseia para concluir definitivamente que a denominação “Vila de Sagres” teria sido usada ainda em vida de D. Henrique e, inclusive, pelo próprio. Iria faz referência a uma carta de 17 de Agosto de 1459 concedida por D. Afonso V ao seu tio D. Henrique, na qual o monarca refere ter tido conhecimento de uma carta do seu muito “prezado e amado tio”, escrita na “sua villa de

⁴⁹¹ Jordão de FREITAS, *A vila e fortaleza de Sagres nos séculos XV a XVIII*, 1938, p.3.

⁴⁹² *Idem, ibidem*, p.3.

⁴⁹³ *Cf. Idem, ibidem*, p.6.

⁴⁹⁴ Alberto IRIA, *Itinerário do Infante D. Henrique no Algarve*, 2ª ed., 1989, p.53.

⁴⁹⁵ Cf. Vitorino Magalhães GODINHO, “Duarte Leite e a Evolução dos Estudos de História dos Descobrimentos”, in Duarte Leite, *História dos Descobrimentos, colectânea de esparsos*, vol.II, 1960, pp.438-439.

sagres”⁴⁹⁶ – testemunho indirecto, portanto, da carta perdida do próprio infante, de 17 de Maio de 1458. Daí extrai Iria que “esta nova carta henriquina prova também, de modo insofismável, a outrora discutida tese dos que sempre localizaram a *Vila do Infante* em Sagres, e comprova a primeira carta também de aqui igualmente datada”⁴⁹⁷.

A teoria de localização da Vila do Infante no cabo de Sagres parece ter sido a posição oficialmente aceite por ocasião das comemorações do quinto centenário da morte do Infante D. Henrique, em 1960. Nesse ano, a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais interveio na reabilitação dos Monumentos de Sagres e no seu Boletim – o nº100, publicado em Junho – justifica a posição defendida, que se baseia mormente nos documentos revelados por Alberto Iria, e no estudo de Fontoura da Costa: “Novos documentos recentemente revelados pelo Dr. Alberto Iria – duas cartas do Infante, ambas de 1457⁴⁹⁸ – parece confirmarem em absoluto as conclusões do Comandante Fontoura da Costa – a Vila de Sagres e a Vila do Infante são uma única vila, com duas designações diferentes”⁴⁹⁹.

No ano anterior, 1959, no estudo *Vida e obra do Infante D. Henrique*, de Vitorino Nemésio, publicado na *Colecção Henriquina*, o escritor defende igualmente a ideia de o Trasfalmenar doado em 1443 e 1448 ser “identificável com Sagres”⁵⁰⁰. Nemésio atribui ao topónimo Terçanabal uma origem obscura, mas nega peremptoriamente a derivação de Carphanabal, considerando-a “foneticamente impossível”⁵⁰¹. Esta ideia suscitou de Fernandes Lopes uma reacção contestadora. Em trinta anos de estudos henriquinos publicados, o médico olhanense nunca abandonou a sua ideia de que o topónimo Terçanabal derivaria do Cabo de Aníbal e, conseqüentemente, indicaria a localização do Portus Annibalis descrito por Pompónio Mela. Ao ler a obra de Nemésio, Fernandes Lopes publica uma crítica no *Diário de Lisboa*, na qual lamenta ter-se visto “agora na mais vergonhosa necessidade de chamar a esclarecida atenção do ilustre dr. Nemésio, para o meu folheto sobre «Terçanabal e a Escola de Sagres» onde o assunto do Terçanabal foi, julgo, exaustivamente tratado e definitivamente... posto em pratos limpos”⁵⁰². Fernandes Lopes considerava, portanto, ter resolvido o assunto, e nunca se deixou demover pelas argumentações contrárias.

⁴⁹⁶ Alberto IRIA, *Itinerário do Infante D. Henrique...*, 1989, p.58.

⁴⁹⁷ *Idem, ibidem*, pp.58-59.

⁴⁹⁸ Cremos tratar-se de um lapso, uma vez que, como já vimos, as cartas trazidas à luz por Alberto Iria não datam ambas de 1457, mas sim de 1457 e 1459.

⁴⁹⁹ *Boletim da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*, nº100 “Monumentos de Sagres”, Junho de 1960, p.18.

⁵⁰⁰ Vitorino NEMÉSIO, *Vida e obra do Infante D. Henrique*, 2ª ed., 1984, p.167.

⁵⁰¹ *Idem, ibidem*, p.167.

⁵⁰² Francisco Fernandes LOPES, “Temas da história henriquina – à volta do Infante”, in *Diário de Lisboa*, nº 13276, 23 de Novembro de 1959, p.11.

Apesar de a localização da Vila do Infante em Sagres parecer dominante e oficial, a problemática estava longe, porém, de ser um assunto arrumado, e ainda nesse ano 1960, de comemorações henriquinas, Vitorino Magalhães Godinho avança com uma teoria alternativa, na análise à obra por ele organizada e comentada de *História dos Descobrimentos*, de Duarte Leite. E, à semelhança do seu predecessor, Magalhães Godinho elabora uma extensa crítica das fontes, antes de iniciar a sua argumentação. No que respeita às cartas reveladas por Alberto Iria, Magalhães Godinho duvida, como já se expôs, da autenticidade da carta de 16 de Dezembro de 1457, mas considera que, até aparecimento de novos elementos, a carta afonsina de 17 de Agosto de 1459 é, de facto, o único que mostra que o topónimo “Vila de Sagres” começara a ser utilizado ainda em vida do Infante⁵⁰³. Refere-se o historiador também a duas outras fontes que ainda não eram conhecidas por Fernandes Lopes e Duarte Leite, aquando da exposição das suas teorias em 1933, mas eram já conhecidas por Jordão de Freitas na obra *A vila e fortaleza de Sagres nos séculos XV a XVIII*, em 1938: um desenho da costa algarvia da região de Sagres e São Vicente, datado do ataque de Francis Drake, em 1587; e o relato de 1508, já anteriormente referido, de uma viagem de Lisboa a Arzila, incluído no códice reunido por Valentim Fernandes, e publicado por Jordão de Freitas. Quanto ao desenho de Drake, aí figuram três fortificações, uma no cabo de S. Vicente, outra no Beliche, e uma última no actual cabo de Sagres, e uma vez que o desenho data já de finais do século XVI, é impossível, segundo Magalhães Godinho, perceber se se tratavam de construções quatrocentistas, e qual deles representaria a suposta Vila do Infante⁵⁰⁴.

Vitorino Magalhães Godinho vai atribuir verdadeira importância ao relato da expedição de 1508, considerando que essa “narrativa de viagem situa indubitavelmente a vila henriquina no actual Cabo de Sagres”, mas levantando a subsequente questão: “como conciliar o peremptório texto de 1508 com a não menos peremptória carta henriquina de 19 de Setembro de 1460”⁵⁰⁵, na qual o Infante diz ter edificado uma vila *no outro cabo que ante do dito cabo de Sagres está aos que vêm do poente para levante que se chamava terça nabal à qual pus nome de Vila do Infante?* É significativo que, das hipóteses colocadas para explicar os diversos topónimos identificados, Vitorino Magalhães Godinho exclua terminantemente a opção de Fernandes Lopes: “qualquer destes caminhos é preferível ao seguido por Francisco Fernandes Lopes e que Duarte Leite justamente criticou, o qual supunha um sentido global (actual Sagres com Atalaia e Baleeira) e um sentido restrito”⁵⁰⁶. Exclui igualmente a hipótese

⁵⁰³ Cf. Vitorino Magalhães GODINHO, “Duarte Leite e a Evolução dos Estudos de História dos Descobrimentos”, in Duarte Leite, *História dos Descobrimentos, colectânea de esparsos*, vol.II, 1960, p.439.

⁵⁰⁴ Cf. *Idem, ibidem*, p.440.

⁵⁰⁵ *Idem, ibidem*, p.441.

⁵⁰⁶ *Idem, ibidem*, p.442.

de derivação do topónimo *Terçanabal* de *Portus Hannibalis*, defendendo que o *Sacrum Promontorium* descrito na Antiguidade Clássica deve ser entendido num sentido mais lato, e não apenas circunscrito à região de Sagres-São Vicente⁵⁰⁷.

Apoiando-se na carta de doação ao Infante D. Henrique do cabo de Trásfalmenar, de 27 de Outubro de 1443, e na carta régia de confirmação dessa mesma doação, de 2 de Setembro de 1448, Magalhães Godinho conclui – como, aliás, Jordão de Freitas já o fizera anteriormente – que à data da confirmação a construção da vila ainda não se iniciara. Magalhães Godinho defende igualmente que a localização do cabo de Trásfalmenar não “tem relevância para a localização da vila ou vilas henriquinas, porquanto estas seriam não *no* cabo mas sim *ao* cabo de Trásfalmenar, até uma légua de distância”⁵⁰⁸. Assim, a povoação teria começado a levantar-se somente após Setembro de 1448, sendo certo que já existia em Abril de 1451, dado que uma fonte desta data atesta que o rei muda o degredo de um pescador de Castro Marim para a vila de Terçanabal, a pedido do Infante D. Henrique. Quanto ao significado toponímico de Terçanabal, Vitorino Magalhães Godinho parece inclinar-se para a hipótese colocada por Duarte Leite: derivaria da terça do nabão, isto é, o tributo devido ao rei de um peixe por navio que viesse pescar no termo de um porto.

Por conseguinte, qual é, afinal, a tese apresentada por Vitorino Magalhães Godinho? O historiador vai-se inclinar para a hipótese de existência de duas vilas, à semelhança de Jordão de Freitas. A primeira vila teria sido erguida a partir de 1448, no cabo de Terçanabal, e que D. Henrique teria baptizado de Vila do Infante, sendo que Terçanabal corresponderia à “zona do pontal Gordo à ponta do Beliche, ou uma ponta nesta enseada mais tarde desaparecida”⁵⁰⁹ – esta última hipótese, como já vimos, tinha sido levantada por Duarte Leite. Mais tarde, a partir de 1456, o Infante começa a edificar uma segunda vila, a Vila de Sagres, isto é, a vila que consta no documento de 1459 e no relato da viagem de 1508. Esta última teria ganho, rapidamente, maior importância que a primeira, sendo por isso que “desde 1464 figura só o topónimo «Vila de Sagres»”⁵¹⁰.

Vitorino Magalhães Godinho encontra, na sua argumentação e solução apresentadas, forma de conciliar a diversidade e confusão de topónimos compreendidos nas fontes. No entanto, o próprio historiador deixa em aberto a questão, referindo que “o problema da vila ou vilas do Infante D. Henrique e da sua localização não pode ainda considerar-se resolvido”⁵¹¹. Actualmente é convencionalmente aceite a localização da vila na ponta de Sagres.

⁵⁰⁷ *Idem, ibidem*, p.442.

⁵⁰⁸ *Idem, ibidem*, pp.444-445.

⁵⁰⁹ *Idem, ibidem*, p.451.

⁵¹⁰ *Idem, ibidem*, p.453.

⁵¹¹ *Idem, ibidem*, p.453.

c) A Escola de Sagres

A primeira referência à existência de uma escola náutica em Sagres não tem origem portuguesa, mas sim inglesa, de autoria de Samuel Purchas, que na obra *Hakluytus Posthumus*, datada de 1625, refere o Infante D. Henrique como fundador de uma escola de marinharia para cuja direcção mandara chamar, de Maiorca, o mestre Jácome. Não foi certamente indiferente aos autores ingleses o fascínio exercido por esse infante descobridor, filho de uma rainha inglesa, o qual cognominaram *Prince Henry the Navigator*.

Em Portugal, a ideia de existência de uma escola-academia em Sagres aparece pela primeira vez no diploma pombalino de 1761, de criação do Colégio dos Nobres, no qual se toma como exemplo os estudos e a companhia que o “memorável Infante D. Henrique estabeleceu e fundou na vila de Sagres e na cidade de Lagos para a astronomia, geografia, navegação e comércio marítimo”⁵¹². Foi, no entanto, através dos escritos laudatórios de António Ribeiro dos Santos (1745-1818) que mais rapidamente se enraizou o mito de uma escola náutica em Sagres, à qual acrescentou também a existência um observatório astronómico.

Apesar de algumas contestações ao mito ainda no século XIX – veja-se o exemplo já referido de Teófilo Braga –, a visão que perdurou e se acentuou no Estado Novo foi herdeira da linha historiográfica nacionalista de Oliveira Martins, sem dúvida a mais adequada aos interesses de glorificação da nação portuguesa. Assim, era oficialmente aceite que o Infante D. Henrique se estabeleceu no cabo de São Vicente após o seu regresso de Ceuta – o cabo de São Vicente, neste contexto, deve ser entendido num sentido mais lato que abarca toda a região Sagres-São Vicente – e aí se rodeara de astrónomos, cosmógrafos, geógrafos, cartógrafos e viajantes, fundando uma escola prática de navegadores, organizada com bases científicas e metódicas. É o que se extrai do já referido *Compêndio de História de Portugal*, de António G. Mattoso, livro único para o 6º ano dos liceus portugueses e excelente exemplo, senão mesmo o melhor e mais adequado, para se compreender a linha historiográfica propagandística que o regime procurava inculcar nas mentes jovens que formava.

No âmbito da historiografia henriquina sem vínculo directo ao regime, as posições quanto à Escola de Sagres não são unânimes, embora a tendência seja para a desmitificação da sua existência. Jaime Cortesão é o último grande defensor da teoria de existência de uma escola, embora no sentido mais alargado do termo e não enquanto instituição física. Segundo este historiador dos Descobrimentos, “no sentido comum e estrito da palavra dum lugar de ensino, como organização própria e distinção marcada entre corpo docente e discente, tal

⁵¹² “Estatutos do Colégio Real de Nobres da Corte e Cidade de Lisboa”, in *Collecção das leys, decretos e alvarás, que comprehende o feliz reinado del Rey fidelíssimo D. Jozé I*, Tomo II – de 1761 a 1769, 1770.

escola nunca existiu. Mas no sentido lato da expressão pode afirmar-se que a Casa do Infante, sempre aberta a sábios viajantes estrangeiros, foco de estudo e investigações científicas, animado duma sede ardente de saber e daquilo a que já podemos chamar o método experimental aplicado ao conhecimento da navegação e da geografia, foi a melhor e a mais fecunda das escolas e dos laboratórios”⁵¹³. Cortesão chama a atenção – e muito acertadamente – para o facto de a grande base naval do Infante se situar em Lagos, dando a entender que a escola henriquina seria onde quer que fosse a Casa do Infante, e não necessariamente em Sagres. Recorde-se que este historiador defendia, inclusivamente, que a Vila do Infante se localizaria no cabo de São Vicente e não no de Sagres.

Procurando demonstrar as origens da cultura astronómica portuguesa, Cortesão defende a ideia que que foi no período henriquino que verdadeiramente se deu o desenvolvimento da ciência náutica. O Infante ter-se-ia rodeado de competentes físicos, simultaneamente médicos e astrónomos, prova da significativa importância da Escola de Sagres. O historiador afirma que “desta arte a escola de Sagres ganha nova realidade. Na vila do Infante, na Raposeira ou em Lagos, *mestres astrólogos* ensinaram aos pilotos a manejar o quadrante e o astrolábio. Diogo Gomes, armador algarvio que na sua conhecida relação se refere às suas observações com o quadrante em 1462, terá sido um dos primeiros discípulos”⁵¹⁴. Assim, defende Cortesão que já no período henriquino se calculavam latitudes, pela observação da polar e com a ajuda do quadrante, e também parece inclinar-se para a hipótese de que date dessa época a avaliação do grau em léguas, e a gradação em latitudes nas cartas geográficas – tudo derivado dessa escola que acompanhava a Casa do Infante.

Na mesma linha historiográfica de Cortesão insere-se Costa Brochado, no seu estudo *O Infante D. Henrique*, publicado em inícios da década de 40. Para o escritor, o facto de não haver forma de documentar o funcionamento sistemático de uma escola em Sagres, e de esta ter ficado associada a essa povoação sem qualquer indício físico, não é prova de que não existisse. Brochado esclarece que “quando se diz *Escola de Sagres*, quer-se dizer centro de investigações e estudos práticos e teóricos que o Infante D. Henrique criou e manteve, primeiro em Lisboa, e depois no Algarve (...). Escola se chama a essa actividade, e muito bem, porque Escola, no sentido absoluto da palavra, não quer dizer somente estabelecimento de ensino, mas também encontro de homens esclarecidos e apostados num mesmo fim, que neste caso era o desejo de vencerem os segredos do mar e as formas da terra”⁵¹⁵. À

⁵¹³ Jaime CORTESÃO, “O desígnio do Infante e as explorações atlânticas até à sua morte”, in Damião PERES (dir.), *História de Portugal*, vol.III, 1931, pp.372-373.

⁵¹⁴ Jaime CORTESÃO, “A influência dos Descobrimentos dos portugueses na história da civilização”, in Damião PERES (dir.) *História de Portugal*, vol.IV, 1932, p.218.

⁵¹⁵ Costa BROCHADO, *O Infante D. Henrique*, [1942], p.254.

semelhança de Jaime Cortesão, Costa Brochado defende a existência da Vila do Infante em São Vicente, mais vai mais longe ao afirmar não restarem dúvidas quando ao carácter científico das instalações aí construídas, sendo indiferente que a tradição tenha feito vingar a designação de Escola de Sagres⁵¹⁶.

No lado inverso a Jaime Cortesão e aos que se seguiram na sua esteira encontra-se Duarte Leite, que com a sua crítica aguçada pretendeu retirar importância à actividade científica do período henriquino, para além de, como já vimos, ter procurado desconstruir o mito da sabedoria do Infante D. Henrique. Contrariando a tendência da época, Duarte Leite assume uma posição anti-henriquina, afirmando que D. Henrique “não curava de matemática e astronomia, sendo imaginária a junta astronómica, cuja criação lhe atribui o ilustre historiador Jaime Cortesão, e a conseqüente introdução na náutica de novos métodos e aparelhos”⁵¹⁷. Procurando evidenciar que a Escola de Sagres não passa de uma lenda, Duarte Leite procura a raiz da sua origem, encontrando-a em 1625, pela mão do inglês Samuel Purchas, introduzida posteriormente em Portugal pelo já referido diploma pombalino de 1761 e verdadeiramente enraizada na tradição histórica portuguesa no século XIX.

Esta desconstrução da origem do mito, aliada ao facto de o verdadeiro centro da actividade náutica henriquina ter sido Lagos e não Sagres, não pareceu ser suficiente, porém, para aqueles que “ainda insistem na escola” e “vêm nela um cenáculo científico, funcionando eventualmente em casa do Infante”⁵¹⁸ – corrente cujo principal defensor era Jaime Cortesão. Por isso mesmo, e para tentar demonstrar a inexistência de tal escola, Duarte Leite salienta que, para além do cartógrafo maiorquino – o mestre Jácome –, “não ficou memória de sábio ou técnico estrangeiro que ao tempo viesse trazer suas luzes a Portugal (...);”⁵¹⁹, e, para além disso, considera o historiador ser necessário averiguar se as técnicas dos capitães e pilotos henriquinos divergiam em algum aspecto dos outros que, à mesma época, navegavam o Mediterrâneo e o Atlântico. Assim, depois de analisar exaustivamente o uso da bússola, os métodos e instrumentos astronómicos, as cartas de marear e a caravela, conclui Duarte Leite que “os marítimos portugueses da era henriquina em nada se adiantavam aos doutras nações. Serviam-se da bússola e da carta de marear da mesma maneira que os navegadores catalães e italianos, das quais as receberam. Não se avantajavam na aplicação da astronomia à náutica, pois ignoravam o regimento do Norte, e não determinavam latitudes”⁵²⁰. Duarte Leite nega,

⁵¹⁶ Cf. *Idem, ibidem*, pp.253-257.

⁵¹⁷ Duarte LEITE, *História dos Descobrimentos, colectânea de esparsos*, vol.I, 1958, pp.160-161.

⁵¹⁸ *Idem, ibidem*, p.163.

⁵¹⁹ *Idem, ibidem*, p.163.

⁵²⁰ *Idem, ibidem*, p.183.

desta forma, a existência de uma escola, mesmo no sentido mais lato da palavra, por não ter existido verdadeiramente um avanço da ciência náutica durante o período henriquino.

As críticas de Duarte Leite parecem ter produzido algum impacto em Jaime Cortesão, porquanto este historiador, em obra posterior sobre os Descobrimentos, atenua ligeiramente o seu discurso sobre a Escola de Sagres, afirmando que, no seu sentido estrito, “o melhor conhecimento dos documentos desfez essa crença”⁵²¹. Cortesão recusa-se, no entanto, a aceitar a “lenda anti-infantista” que transformou o Infante D. Henrique num homem de poucas letras e fraca curiosidade científica, à testa da qual se encontra Duarte Leite, que Cortesão considera ter chegado à “conclusão absurda de que o iniciador da Era dos Grandes Descobrimentos não se interessou pela cultura geográfica de seu tempo e lhe ficou completa ou quase completamente alheio”⁵²². Ainda que não lhe ficassem indiferentes as ideias e críticas de Duarte Leite, Cortesão manteve a sua posição inicial, e parece responder à afirmação categórica do primeiro, de que não havia “memória de sábio ou técnico estrangeiro que ao tempo viesse trazer suas luzes a Portugal (...); nem consta de sábio ou técnico português agregado ao Infante”⁵²³, elencando uma vasta lista de físicos e astrólogos ao serviço de D. Henrique, aos quais acrescenta um matemático bolonhês, o P.^e Egídio, o cartógrafo Jácome de Maiorca e também “António de Noli, discípulo do cartógrafo Agostinho, seu irmão”⁵²⁴. Cortesão não considera plausível que uma tão vasta possibilidade de informação científica, de todo o conjunto elencado, tenha passado incólume ao Infante D. Henrique, sem que este a aproveitasse e colocasse ao serviço dos seus objectivos⁵²⁵.

Francisco Fernandes Lopes segue a linha historiográfica dos que consideravam a Escola de Sagres uma lenda e a procuraram desfazer. Apelida de “quarteto fantasmagórico”⁵²⁶ a fundação pelo Infante, em Sagres, de um palácio para sua residência, da escola de cosmografia, do observatório astronómico e das oficinas de construção naval. Fernandes Lopes vai procurar a raiz de formação da lenda nas fontes mais próximas ao Infante D. Henrique, e passando pela análise das obras de Zurara, Diogo Gomes, Duarte Pacheco Pereira e João de Barros, conclui que em nenhuma delas há qualquer referência à existência de tal escola. É com Damião de Góis, considera o médico olhanense, que começa por se formar a lenda, visto que é esse erudito humanista quem atribui ao Infante, pela primeira vez na historiografia, atributos de homem de letras e estudioso de astrologia e cosmografia. Daí em diante, a lenda expande-se enraíza-se na historiografia portuguesa, até que em 1761 a Escola

⁵²¹ Jaime CORTESÃO, *Os Descobrimentos Portugueses*, vol. II, 1975, p.628.

⁵²² *Idem, ibidem*, p.628.

⁵²³ Duarte LEITE, *História dos Descobrimentos, colectânea de esparsos*, vol.I, 1958, p.163.

⁵²⁴ Jaime CORTESÃO, *Os Descobrimentos Portugueses*, vol. II, 1975, p.635.

⁵²⁵ Cf. *Idem, ibidem*, p.635.

⁵²⁶ Francisco Fernandes LOPES, *Terçanabal e a «Escola de Sagres»*, 1945, p.10.

de Sagres aparece no preâmbulo da lei pombalina de estabelecimento do Colégio Real dos Nobres. Fernandes Lopes não refere a origem inglesa da famigerada Escola de Sagres – talvez por desconhecimento de tal informação –, mas atribui a António Ribeiro dos Santos a exaltação fervorosa de tal estabelecimento de ensino, dos trabalhos científicos do Infante e, também, do observatório astronómico⁵²⁷.

Fernandes Lopes não se detém na análise dos avanços tecnológicos e científicos da náutica – tal como o fazem Jaime Cortesão e Duarte Leite – embora dê mostras de estar a par das recentes controvérsias entre vários investigadores sobre o início da navegação científica e astronómica em Portugal⁵²⁸; para o historiador olhanense, a desmitificação da Escola de Sagres e dos restantes elementos do “quarteto fantasmagórico” encontra-se intrinsecamente correlacionada com a ausência de referências nas fontes e com a desconstrução da origem toponímica de Terçanabal. Se *Terçanabal* não advém de *taracena* ou *tercena*, isto é, de armazéns ou estaleiros navais, logicamente também não existiu qualquer “*observatório astronómico*, seu lógico pressuposto”⁵²⁹. Da mesma forma, também não existiu escola náutica, uma vez que “sabe-se hoje que Sagres nunca foi centro material ou pedagógico da actividade navegatória de D. Henrique. De Sagres é positivo não ter partido nenhuma das expedições marítimas conhecidas; o porto de armazenamento era Lagos, quando não era Lisboa, e o de chegada igualmente Lagos ou a capital”⁵³⁰. E no que respeita ao palácio do Infante, último componente do quarteto fantasmagórico, Fernandes Lopes admite mais facilmente uma morada condigna em Lagos, ou na Raposeira, do que em Sagres, vila construída com fins humanitários e onde D. Henrique apenas teria morado nos últimos “dois ou três derradeiros meses de sua vida”⁵³¹.

No final da sua reflexão ensaística, Fernandes Lopes aproxima-se um pouco de Jaime Cortesão, ao admitir que “Escola de Sagres” poderia servir como expressão da actividade científica, teórica e prática desenvolvida em torno do Infante, e que “essa *escola*, melhor chamada *do Infante*, teria sido... em toda a parte onde tivesse sido o seu centro e... a sua periferia também”⁵³². Porém, o historiador expressa as suas reservas relativamente a esta possibilidade, dada a controvérsia sobre a verdadeira cientificidade das navegações henriquinas, a qual podemos simbolizar, resumidamente, em Jaime Cortesão e em Duarte Leite – o primeiro no grupo dos que lhe são favoráveis, e o segundo no grupo dos que lhe são adversos.

⁵²⁷ Cf. *Idem, ibidem*, pp.11-15.

⁵²⁸ Cf. *Idem, ibidem*, pp.34-35.

⁵²⁹ *Idem, ibidem*, p.31.

⁵³⁰ *Idem, ibidem*, pp.30-31.

⁵³¹ *Idem, ibidem*, p.31.

⁵³² *Idem, ibidem*, p.34.

De uma forma geral, a historiografia de carácter mais erudito, e não directamente afecta ao regime, tendeu à desmitificação das lendas criadas em torno do Infante D. Henrique, de entre as quais a Escola de Sagres adquirira maior dimensão. Existem, porém, exemplos que rumam no sentido inverso, como o é o caso do, já anteriormente referido, Francisco Mendes de Brito (1894-?), médico e delegado de saúde na Golegã e assistente de Anatomia Topográfica na Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa, a quem a figura do Infante parece ter fascinado ao ponto de lhe ter dedicado uma obra biográfica, publicada em 1942, intitulada *O Infante D. Henrique, 1394-1460*.

Nesta obra, que parece desprovida de qualquer crítica ou reflexão histórica, e imbuída de um discurso profundamente laudatório, Mendes de Brito defende, sem qualquer questionamento, a existência de uma escola náutica, de um estaleiro de construção naval e de um observatório astronómico. Segundo o médico, “a águia henriquina incubava o seu sonho, já na volta de Ceuta, por 1418”, de se estabelecer em Sagres, onde mandou “construir habitações para si e para muitos escudeiros e criados da sua casa infantina” e “contratou em Marrocos o Mestre Jaime, que tinha fama de construtor de instrumentos náuticos”⁵³³. Mendes de Brito acrescenta que o Infante construiu uma fortaleza “onde se gerou o forte espírito dos empreendimentos henriquinos” e “se estudava a astronomia, a matemática, a astrologia, judiciária e médica, a cartografia, a geografia, a marinharia, a cosmografia, a técnica de construção náutica de barcas, barinéis, fustas, galés, caravelas e naus, que sucessivamente se aperfeiçoavam, conforme os ensinamentos da experiência de viagens e navegações que saíam de Sagres e voltavam a Lagos”⁵³⁴. E para completar a lenda, Mendes de Brito ainda refere que em Sagres “o Infante mandou construir, sob a sua sábia direcção, o primeiro observatório astronómico, o primeiro conhecido na Península e do qual hoje há vestígios no saibro promontório por entre detritos e ruínas”⁵³⁵. Médico arvorado historiador, Francisco Mendes de Brito não se parece ter preocupado em procurar esses “vestígios” físicos, ou quaisquer fontes escritas que corroborassem a sua teoria; passando ao lado dos contributos historiográficos de outros autores seus contemporâneos, vai inspirar-se em autores oitocentistas, tais como Fortunato de Almeida e Henry Major, e o seu estudo de pouco vale para o desenvolvimento da historiografia henriquina durante o Estado Novo, servindo apenas como exemplo do enraizamento do mito⁵³⁶.

⁵³³ Francisco Mendes de BRITO, *O Infante D. Henrique, 1394-1460*, 1942, p.25.

⁵³⁴ *Idem, ibidem*, p.27.

⁵³⁵ *Idem, ibidem*, pp.27-28.

⁵³⁶ Não podemos deixar de concordar com a opinião de Duarte Leite sobre a obra de Francisco Mendes de Brito: “O Dr. Francisco Mendes de Brito inspirou-se, ao que parece, em mais de 160 obras, que teve cuidado em enumerar na cauda do volume, mas é certo que se serviu sobretudo das piores, donde aproveitou todos os trapos e farrapos da

Ainda assim, apesar de alguns historiadores defenderem a existência da Escola de Sagres, tal como o demonstra o exemplo supracitado de Francisco Mendes de Brito, e de a historiografia de cariz mais popular continuar a difundir essa ideia associada à figura de herói pátrio do Infante D. Henrique, a grande tendência nos estudos henriquinos eruditos, à época, foi no sentido da desacreditação de tal estabelecimento de ensino e da lenda em torno dele formada, e, quando muito, aceitar-se o contributo henriquino para o avanço científico da náutica. Em síntese, é o que se pode ver no estudo de Damião Peres, *A acção do Infante D. Henrique no desenvolvimento da ciência*, apresentado no Congresso Internacional de História dos Descobrimentos, em 1960⁵³⁷.

Afastando-se da ideia de Escola Náutica – à qual nem faz referência –, consciente da escassez de fontes históricas e admitindo toda a controvérsia acerca dos progressos da navegação astronómica à época de D. Henrique, Damião Peres assume uma posição bastante ponderada e analítica das fontes disponíveis. Aceita que, inicialmente, as expedições henriquinas se fizeram “navegando segundo a prática tradicional”⁵³⁸, mas considera indubitáveis alguns avanços da ciência náutica adquiridos durante o período henriquino, sobretudo a partir de 1441 com a introdução da caravela, e aperfeiçoados após a morte do Infante D. Henrique. Baseando-se nas memórias de Diogo Gomes, nas quais deixou notícia de ter praticado navegação astronómica pelo menos em 1460, Damião Peres considera que com essa base documental, “embora escassa, é possível afirmar que o sistema de navegação baseado na observação da Polar constitui inovação portuguesa, relacionada com viagens de descobrimento promovidas pelo Infante D. Henrique”⁵³⁹. E analisando os conhecimentos geográficos anteriores às expedições henriquinas, o historiador conclui igualmente que o “conjunto de noções geográficas – parcial, imperfeito, desconexo e fantasista – só começou a modificar-se desde que o Infante D. Henrique, utilizando a velha vocação marítima do povo português e dando realização à premente aspiração expansionista que agitava uma Europa incapaz de dar-lhe realização, abriu os caminhos oceânicos”⁵⁴⁰.

Esta posição historiográfica defendida por Damião Peres, por altura das *Comemorações do Quinto Centenário da Morte do Infante D. Henrique*, parece constituir um bom exemplo da evolução dos estudos henriquinos durante o Estado Novo. Ainda que, oficialmente, o regime adoptasse a visão heróica e apologética das figuras históricas da Pátria,

lenda henriquina, borrifando-os com fantasias suas, negligências, ignorâncias e erros inacreditáveis em quem assume ares de historiador”. Duarte LEITE, *História dos Descobrimentos, colectânea de esparsos*, vol.I, 1958, p.244.

⁵³⁷ Congresso organizado pela Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique.

⁵³⁸ Damião PERES, *A acção do Infante D. Henrique no desenvolvimento da ciência*, 1961, p.9.

⁵³⁹ *Idem, ibidem*, p.12.

⁵⁴⁰ *Idem, ibidem*, pp. 19-20.

os historiadores da época procuraram seguir uma linha historiográfica de análise crítica das fontes, sem cair em lendas e exageros laudatórios.

4.4. A perspectiva de Francisco Fernandes Lopes: metodologia, contributo, e originalidade

4.4.1 Linha historiográfica

Francisco Fernandes Lopes iniciou-se na historiografia em 1933, sobre a questão de “Sagres e a Vila do Infante”, mas os seus estudos historiográficos não se ficaram apenas pela figura e obra do Infante D. Henrique, expandindo-se a outras personalidades dos Descobrimentos Portugueses. Servem de exemplo: os artigos publicados na *Seara Nova* sobre Cristóvão Colombo, em 1936⁵⁴¹, nos quais o médico olhanense entra na discussão polémica acerca das origens do navegador genovês, sendo também de sua responsabilidade a entrada sobre essa figura histórica na *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*⁵⁴²; ou o ensaio sobre *Os Irmãos Corte-Real*, de 1957⁵⁴³, no qual se pronuncia sobre a extensão das incursões marítimas dos navegadores tavirenses; ou ainda o estudo sobre o navegador Fernão de Magalhães, publicado no primeiro volume da obra *Os Grandes Portugueses*, sob direcção de Hernâni Cidade⁵⁴⁴.

Apesar de se ter dedicado ao estudo de outras figuras históricas, não reside dúvida que o Infante D. Henrique foi a que maior relevância deteve nos estudos do intelectual olhanense, e que os Descobrimentos Portugueses constituíram o tema historiográfico que mais o incentivou, o que, de certa forma, é sintomático da linha historiográfica por ele seguida. Recorde-se que Fernandes Lopes nasceu no século XIX, e que a sua formação académica mais relevante se deu ainda antes da implantação da Primeira República; durante o período republicano, Fernandes Lopes não se dedica aos estudos de história, que só inicia precisamente no ano de afirmação constitucional do Estado Novo. Nessa área de estudos, como em muitas outras, o médico olhanense é um autodidacta, pelo que não é de somenos importância averiguar quais as obras que inicialmente influenciaram os seus estudos henriquinos, determinantes para a compreensão da sua linha historiográfica.

⁵⁴¹ Cf. Francisco Fernandes LOPES, “Cristóforo Colombo e Cristóbal Colón” in *Seara Nova*, nº468, 5 de Março de 1936, pp.179-181; *Idem*, “Cristóbal Colón”, in *Seara Nova*, nº473, 9 de Abril de 1936, pp.259-261.

⁵⁴² Cf. *Idem*, “Colombo (Cristóvão)”, in *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. VII, 1941.

⁵⁴³ Cf. *Idem*, *Os Irmãos Corte-Real*, 1957

⁵⁴⁴ Cf. *Idem*, “Fernão de Magalhães”, in *Os Grandes Portugueses*, vol. I, [196-?], pp.281-293.

Na série de artigos “Sagres e a Vila do Infante”⁵⁴⁵ é o próprio a afirmar as suas limitações bibliográficas, socorrendo-se para as suas indagações henriquinas das obras que lhe eram acessíveis no momento: “David Lopes, – o Mestre em ciências marroquinas – em várias publicações que por aqui pude alcançar, o meu colega e amigo Jaime Cortesão, nalguns dos seus conceituados estudos em matéria de descobertas e de conquistas, com o *Infante de Sagres* do operoso Dr. Fortunato de Almeida e poucas contribuições mais de diversos *poetae minores*, – tais foram os primeiros instrumentos ou auxiliares da minha indagação”⁵⁴⁶. A estes “instrumentos” iniciais acresceu progressivamente outros autores, nomeadamente: João Baptista da Silva Lopes e a sua *Corografia do Reino do Algarve* (1841); Estácio da Veiga e *As Antiguidades Monumentais do Algarve* (4 vols., 1886-1991); Baldaque da Silva e o *Roteiro Marítimo da Costa Ocidental e Meridional de Portugal* (1889); Cardeal Saraiva e o seu *Índice Cronológico das Navegações, Viagens, Descobrimentos e Conquistas dos Portugueses desde o princípio do século XV até 1811* (1841); e Brito Rebelo no artigo “Villa do Infante”, publicado na revista *O Occidente*, (vol. XVII, nº 548, 11 de Março de 1894). Evidencia-se, portanto, um peso considerável de historiadores e autores oitocentistas, alguns de transição, dos quais a única excepção significativa é Jaime Cortesão, historiador da mesma geração de Francisco Fernandes Lopes, nascido precisamente no mesmo ano de 1884. Deste último, porém, igualmente iniciante tardio nas lides da historiografia, Fernandes Lopes apenas se parecer ter socorrido da informação constante no *Guia de Portugal* relativamente a Sagres⁵⁴⁷.

Ora, no século XIX, como vimos, sobretudo após o triunfo do liberalismo monárquico-constitucional em 1834, houve a tendência no meio intelectual português para a redefinição do conceito de “nação”, o que a nível da produção historiográfica se repercutiu na formação de uma história de cariz nacionalista, na qual se exaltavam os momentos gloriosos e os grandes heróis da nação portuguesa. Nessa centúria de Oitocentos, o debate em torno da História dos Descobrimentos foi animado por motivações políticas, nomeadamente o projecto do Mapa Cor-de-Rosa, em 1886, que representava a pretensão portuguesa de domínio dos territórios situados entre Angola e Moçambique, e o subsequente Ultimato Britânico, de 1890, que exigia a retirada imediata dos portugueses. Neste âmbito, a historiografia era vista como uma forma de legitimar a soberania portuguesa nos territórios coloniais, e a figura heróica do Infante D. Henrique, considerado o grande iniciador do movimento expansionista, era sobejamente exaltada. É precisamente essa característica que ressalta da obra de Oliveira

⁵⁴⁵ Cf. *Idem*, “Sagres e a Vila do Infante”, I-VIII, in *Diário do Algarve*, nºs 127-128, 5 de Março a 18 de Abril de 1933.

⁵⁴⁶ *Idem*, “Sagres e a Vila do Infante I”, in *Diário do Algarve*, nº127, 5 de Março de 1933, p. 1.

⁵⁴⁷ Cf. Jaime CORTESÃO, “Sagres” in PROENÇA, Raul (coord.), *Guia de Portugal*, vol.II, 1983.

Martins, historiador que considera o Infante D. Henrique um herói da nação e em muito contribuiu para consolidar uma visão mítica reaproveitada e divulgada durante o Estado Novo.

No ano de comemoração do quinto centenário do nascimento do Infante D. Henrique, 1894, propício ao desenvolvimento de estudos laudatórios, podemos destacar Fortunato de Almeida e Brito Rebelo, o primeiro com *O Infante de Sagres* – obra vencedora do segundo prémio de um concurso de memórias lançado nessas comemorações centenárias –, e o segundo com o artigo “Villa do Infante”, publicado num número da revista *O Occidente*, inteiramente dedicado ao Infante D. Henrique. Em ambos está patente uma visão elogiosa do Infante, nas suas facetas de “navegador”, sábio e cristão fervoroso, e a ambos recorreu positivamente Fernandes Lopes para a elaboração da primeira série de artigos sobre “Sagres e a Vila do Infante”, em 1933.

Ideologicamente a historiografia oitocentista, com toda a sobrelevação da nação e exaltação dos grandes feitos e heróis da História de Portugal, não se afasta muito da historiografia nacionalista do período da Primeira República, e ainda menos da historiografia oficial do Estado Novo. Durante a Primeira República as linhas de orientação historiográfica desenvolveram-se sobretudo nas suas vertentes nacionalista e colonialista⁵⁴⁸, apesar de terem sido bastante diversos os movimentos culturais desenvolvidos nesses anos. Quer o grupo da Renascença Portuguesa, quer o do Integralismo Lusitano ou ainda o da *Seara Nova*, defendiam uma renovação ideológica e a construção de uma nova imagem da nação portuguesa, embora fossem consideravelmente diferentes as argumentações. No entanto, talvez possamos destacar a visão dos integralistas lusitanos, que procuravam aliar a valorização da “nação” à da “tradição”, por ter sido a concepção que vingou durante o Estado Novo. A produção historiográfica esteve desde sempre associada aos ideais e motivações políticos, mas com o salazarismo, enfim, fica definitivamente ao serviço do poder político, sendo utilizada como meio de propaganda dos ideais tradicionalistas que o regime procurava inculcar na população portuguesa.

Fernandes Lopes foi ainda “herdeiro” ideológico do século XIX. Era republicano convicto, apesar de ser notório o seu descontentamento com a República pouco tempo após o 5 de Outubro de 1910, evidenciado nos artigos que redigiu para o jornal *A República Portuguesa*, sobre a “Reforma eleitoral e eleições”, em Março de 1911⁵⁴⁹. Esse descontentamento, porém, não o levou a deixar de acreditar nos ideais republicanos, como

⁵⁴⁸ Recorde-se que a questão colonial foi fundamental para os republicanos e a entrada de Portugal na Primeira Grande Guerra deu-se sobretudo devido aos interesses coloniais e à tentativa de manutenção da soberania portuguesa nessas regiões.

⁵⁴⁹ Cf. Francisco Fernandes LOPES, “Reforma eleitoral e eleições – as nossas considerações” (I, II e III), in *República Portuguesa*, 16, 19 e 21 de Março de 1911.

aconteceu com alguns seus contemporâneos, nomeadamente António Sardinha (1887-1925), um dos principais iniciadores e defensores do Integralismo Lusitano. Pelo contrário, Fernandes Lopes prosseguiu na defesa da República e declarou-se, inclusivamente, anti-integralista, sendo de sua autoria a série de artigos publicados no *Correio do Sul*, “Contra a epidemia do Integralismo Lusitano”, entre Junho de 1921 e Julho de 1922⁵⁵⁰. Crítico da revista *Nação Portuguesa* e do jornal *A Monarquia*, principais órgãos divulgadores dos ideais integralistas, Fernandes Lopes tinha maior afinidade com a *Seara Nova*, publicada a partir de 1921 e em torno da qual se congregaram os intelectuais republicanos animados pela ideia de renovação ideológica. Durante o Estado Novo, a *Seara Nova* continuou a albergar aqueles que, apesar de não se poderem manifestar abertamente, não concordavam com as políticas do regime.

Entre esses contava-se certamente Francisco Fernandes Lopes. Recorde-se que em Junho e Julho de 1942 a “idoneidade moral e política” do médico olhanense esteve sob vigilância da Direcção dos Serviços de Censura⁵⁵¹, muito provavelmente devido ao cargo que ocupou, nesse ano, de director da revista luso-francesa *Afinidades*. Segundo Ferreira de Brito, a *Afinidades* foi “um espaço de confessa francofilia, diria mesmo um espaço aberto da resistência francesa”⁵⁵², pelo que, em pleno período de guerra e de ocupação da França e com o Portugal de Salazar numa posição “neutra” mas evidentemente simpatizante da posição alemã, uma revista de cultura luso-francesa não passaria incólume ao supervisionamento atento dos Serviços de Censura.

Nessa ocasião, a resposta do Delegado de Faro ao Director dos Serviços de Censura foi de que Fernandes Lopes “parece não ser pessoa integrada na actual situação política”⁵⁵³. E, de facto, o intelectual olhanense parece nunca se ter imiscuído na situação política do país durante o salazarismo. Desta forma, tendo em consideração a correlação da produção historiográfica com a situação política vigente, não se pode afirmar que a linha historiográfica seguida pelo médico olhanense tivesse por objectivo a adequação aos interesses do regime. Porém, Fernandes Lopes não esteve isento de influências ideológicas, que estiveram sempre presentes na sua formação. Dos autores oitocentistas, que parecem ter influenciado fortemente a sua produção historiográfica henriquina inicial, Fernandes Lopes parece ter

⁵⁵⁰ Cf. *Idem, Medicina e História – contra a epidemia do Integralismo Lusitano: cartas a um jovem integralista*, introdução e organização de A. Paulo Dias Oliveira, 2009.

⁵⁵¹ Recordem-se as missivas datadas de 26 de Junho e 1 de Julho de 1942, dirigidas pelo capitão Mário Lopo do Carmo, Delegado de Faro, ao então Presidente da Câmara Municipal de Olhão, José Martins Xavier, com pedido de informações sobre Francisco Fernandes Lopes. A.H.M.O., *Fundo Câmara Municipal de Olhão*, SR: C/A.2.5. Veja-se transcrição integral das duas cartas no Anexo II, Docs. 2 e 3.

⁵⁵² A. Ferreira de BRITO, “Vozes da resistência na revista luso-francesa *Afinidades* durante o período da ocupação”, in *Revista da Faculdade de Letras: Línguas e Literatura*, Série II, vol.12, 1995, p.374.

⁵⁵³ A.H.M.F., *Fundo Delegação de Faro dos Serviços de Censura à Imprensa*, SR: A/2.1. Veja-se transcrição integral deste documento no Anexo II, Doc.4.

herdado uma concepção historiográfica voltada para o nacionalismo e para a apologia dos grandes heróis e feitos da História Portuguesa. É o que se verifica nos já mencionados historiadores Brito Rebelo e Fortunato de Almeida, e também em Oliveira Martins, de cuja obra o médico olhanense em muito se socorreu, nomeadamente no estudo de 1960, *A figura e a obra do Infante D. Henrique*. Essa tendência nacionalista permaneceu durante o período republicano, à qual se acresceu a vertente colonialista, e ambas se mantêm também durante o Estado Novo, mais tradicionalista.

Destarte – e uma vez que para compreendermos a obra e o homem, temos de ter em consideração todo o contexto ideológico que o envolveu –, ainda que Fernandes Lopes não se integrasse na situação política do Estado Novo nem se identificasse com as suas ideologias, em termos de historiografia henriquina, a sua obra não se afastava muito dos interesses defendidos pelos regime. O intelectual olhanense aproximou a figura do Infante D. Henrique à de um herói, defendendo inclusivamente a tese de existência de um plano henriquino para atingir a Índia⁵⁵⁴, o que colocava o consumado herói Infante D. Henrique numa perspectiva de grande espírito empreendedor e iniciador do movimento dos Descobrimentos. Porém, é sobretudo na defesa da importância da acção henriquina para a lusitanização do Ultramar Português que Fernandes Lopes se parece aproximar mais das ideologias salazaristas.

Recorde-se que durante o Estado Novo se deu grande relevo à historiografia dedicada aos séculos XV e XVI, por ter sido a época da expansão ultramarina. As possessões ultramarinas eram descritas no discurso oficial do regime como locais pacíficos e prósperos, e a historiografia era utilizada para legitimar a presença portuguesa e para demonstrar os benefícios desses territórios ao terem sido colonizados pelos portugueses. Fernandes Lopes, defensor da manutenção das províncias ultramarinas portuguesas, escreve, em 1960 – altura em que eram mais que evidentes os irreversíveis movimentos de descolonização nos continentes asiático e africano –, um estudo que intitulou sugestivamente *Consequências dos Descobrimentos Henriquinos na Lusitanização do Ultramar Português*. Aí, defende e consagra a importante acção henriquina na “lusitanização do Ultramar”, que continuou após a morte de D. Henrique, e eleva os feitos dos portugueses na sua “tão intensa e extensa distribuição de índices civilizadores por terras e mares menos conhecidos do globo”, que criaram, “sob a égide das Quinas Portuguesas, um *mundo lusitano*”⁵⁵⁵. Ora, é evidente que Fernandes Lopes procurava atribuir aos territórios coloniais uma unidade e identidade portuguesas, reafirmando a legitimidade e soberania de Portugal. O médico olhanense encerra o seu discurso com um apelo significativo: “Não esqueçamos nunca, nós Portugueses, que na base

⁵⁵⁴ Cf. Francisco Fernandes LOPES, *Em favor do plano henriquino das Índias*, 1938.

⁵⁵⁵ *Idem*, *Consequências dos Descobrimentos Henriquinos na Lusitanização do Ultramar Português*, 1960, p. 40.

dessa apresentação do mundo moderno se encontra a lusitanização das ilhas e de toda a orla africana ocidental descoberta. É com os portugueses do Infante D. Henrique que os primeiros contactos se dão, é por eles que as primeiras influências se exercem, por todas as formas possíveis, desde a natural atracção entre os sexos das duas raças até à fundação de Igrejas e Missões da Fé Cristã (...). E da África por onde começara, propagar-se-ia a lusitanização até aos confins extremo-orientais da Ásia, como até aos extremos norte e sul do Novo Mundo”⁵⁵⁶.

Como se pode constatar, trata-se de uma posição bastante adequada aos discursos oficiais de regime, pela elevação atribuída à vocação civilizadora e missionária da nação portuguesa. Nos estudos henriquinos de Francisco Fernandes Lopes sempre esteve patente um discurso algo elogioso em torno dos feitos alcançados pelo Infante D. Henrique, que culminou nas obras mais tardias, sobretudo nas que foram escritas e publicadas em pleno ano de comemorações do quinto centenário da morte do Infante D. Henrique⁵⁵⁷ – aí o médico olhanense parece demonstrar um discurso mais exacerbado, no qual o Infante se assume plenamente como herói. A verdade, porém, é que Fernandes Lopes sempre foi, na maioria dos estudos publicados até então, bastante comedido no retrato moral que traça de D. Henrique, referindo-se-lhe comumente como o “solitário de Sagres” e não se aventurando a grandes panegíricos. A exaltação da figura heróica do Infante D. Henrique esteve sobretudo mais presente no seu discurso de carácter pessoal, como é o caso da defesa de edificação de um monumento em homenagem a D. Henrique em Sagres.

Já foi anteriormente referido que em 1954 o Governo português decidiu integrar nas *Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique* a edificação de um monumento ao Infante em Sagres, para a qual abriu concurso a projectos em 1958, mas que nunca se veio a concretizar. Nesse ano de 1958, Francisco Fernandes Lopes escreveu vários artigos inflamados sobre o assunto, nos quais defendia a edificação de “uma figura colossal do Infante englobando o farol (que ali não pode deixar de continuar como sinal para a navegação), em vez de qualquer inestético e insignificativo cartuxo ou caricato barrete de palhaço, ou aranhão vulgaríssimo de suporte à lanterna luminosa”⁵⁵⁸. O intelectual olhanense apresentava como símile a Estátua da Liberdade, em Nova Iorque e assim como essa efígie empunha uma tocha como símbolo da liberdade e da iluminação espiritual à entrada do Novo Mundo, também a escultura colossal do Infante D. Henrique em Sagres deveria empunhar um globo mundo que simultaneamente servisse a função de farol. Está contido nesta

⁵⁵⁶ *Idem, ibidem*, p.46.

⁵⁵⁷ Cf. *Idem, A Figura e a Obra do Infante D. Henrique*, 1960; *Idem, Consequências dos Descobrimentos Henriquinos na Lusitanização do Ultramar Português*, 1960.

⁵⁵⁸ *Idem*, “Sagres e as comemorações henriquinas. O caso do monumento-farol”, in *Correio Olhanense*, nº165, 24 de Julho de 1958, pp.1-2. Veja-se transcrição integral deste artigo no Anexo I, Texto IX.

representação um simbolismo bastante evidente: o Infante D. Henrique visto como um herói pátrio, iniciador do glorioso movimento expansionista da História de Portugal, capaz de iluminar os caminhos marítimos dos navegadores portugueses pelo globo.

O empenho de Francisco Fernandes Lopes em difundir a sua ideia de monumento-farol para Sagres é bastante sintomático da linha historiográfica por ele seguida: uma linha que acentuava o valor do herói e dos grandes feitos da História nacional. Acresce-se ainda o exemplo da História de Olhão, terra natal de Fernandes Lopes. Sempre empenhado em elevar o valor singular da arquitectura olhanense e em destacar as suas características histórico-etnográficas, é de notar o facto de nunca ter revelado interesse em estudar a revolta popular olhanense contra as tropas francesas, em 1808 – foi uma revolta protagonizada pelo povo, e não um testemunho da acção de um grande herói e, além do mais, decorrida numa época bastante desvalorizada em termos de produção historiográfica, sobretudo em comparação com o período áureo dos Descobrimentos, glória da História Portuguesa. Assim sendo, a perspectiva de Fernandes Lopes não se afastava muito da historiografia oficialmente divulgada durante o Estado Novo. Tanto assim o era, que Fernandes Lopes viu a sua obra historiográfica ser publicada por entidades oficiais, tais como a Agência Geral do Ultramar ou a Sociedade de Geografia de Lisboa, e o seu contributo para os estudos henriquinos foi publicamente reconhecido pela atribuição do segundo lugar do concurso “Grande Prémio Infante D. Henrique”, em 1960.

4.4.2. O Algarve no centro da acção henriquina

De entre os temas henriquinos, o que mais parece ter motivado Francisco Fernandes Lopes foi o da localização da Vila do Infante em Sagres. Cumpre-nos colocar a questão, recorrendo uma vez mais à máxima orteguiana “Yo soy yo y mi circunstancia”, se Fernandes Lopes teria mostrado o mesmo interesse pela figura do Infante D. Henrique se não fosse a circunstância de ter escolhido residir na vila algarvia de Olhão durante a maior parte da sua existência e a afinidade que o ligava à região algarvia. É o testemunho do próprio que permite elucidar a resposta, ao referir que foi a excursão que fez a Marrocos com os alunos do Liceu de Faro, em 1932, que despertou o seu interesse para o estudo da localização da vila do Infante em Sagres⁵⁵⁹.

Foi esse o tema a que se dedicou inicialmente, sem dúvida fortemente influenciado pela sua ligação à região algarvia. Apesar de, nos anos subsequentes, Fernandes Lopes ter alargado o âmbito da temática henriquina, o Algarve continuou a deter um peso

⁵⁵⁹ Cf. *Idem*, “Declarações do Sr. Dr. Francisco Fernandes Lopes”, in *Notícias do Algarve*, semanário regionalista, nº383, 13 de Novembro de 1960, p.4.

preponderante nos seus estudos, que culminou, em 1943, com a publicação de *O Algarve e o Infante D. Henrique*. Nesse trabalho, o intelectual olhanense propõe-se a fazer uma “resenha cronológica fiel da actividade do Infante D. Henrique nas suas relações com o Algarve”⁵⁶⁰. Partindo do facto seguro do falecimento do Infante D. Henrique, em 13 de Novembro de 1460, na Vila do Infante, Fernandes Lopes procura traçar, com base documental, quais as outras possíveis residências do Infante no Algarve – Raposeira, Quinta de Guadalupe, Lagos – analisando, depois, as expedições marítimas que, sob o comando o seu comando, partiram de Lagos.

Durante quase duas décadas, *O Algarve e o Infante D. Henrique* permaneceu como o único escrito sistematizado acerca da significativa presença de D. Henrique no Algarve. Quase duas décadas, mais concretamente até à publicação, em 1960, pela Delegação do Algarve para as Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, do *Itinerário do Infante D. Henrique no Algarve*, de Alberto Iria, que em muitos dos aspectos tratados seguiu o trabalho do seu mestre Fernandes Lopes, complementando-o com novas fontes que, entretanto, haviam sido descobertas.

Tal como Alberto Iria, Fernandes Lopes integrava a Delegação algarvia das comemorações henriquinas e foi também nessa qualidade que procurou defender e promover a região. Com a proximidade do ano de comemorações henriquinas, o médico olhanense parecia considerar que era o momento oportuno para não deixar esquecida a ligação do Infante D. Henrique ao Algarve, daí a sua incessante defesa da edificação do monumento-farol em Sagres, à semelhança “estátua da Liberdade à entrada do Novo Mundo”⁵⁶¹. Se esta insistência pode ser considerada um reflexo da sua visão historiográfica de D. Henrique como figura heróica, pode ser igualmente reveladora da tentativa de reafirmação do valor histórico da região, um pouco à semelhança do que havia feito relativamente à sua “mal sabida Olhão”, que tanto se empenhou em divulgar e dinamizar.

Acresce ainda a dificuldade sentida por Fernandes Lopes, um pouco durante toda a sua vida, em fazer vingar as suas teorias henriquinas⁵⁶². Daí a necessidade de divulgar o seu trabalho por meio de periódicos regionais e nacionais, e daí também a regular rede de contactos que mantinha com outros estudiosos. Porém, não obstante a insistência do intelectual olhanense, resistências várias se faziam sentir. Veja-se, como exemplo, as

⁵⁶⁰ Idem, *O Algarve o Infante D. Henrique*, 1943, página não numerada.

⁵⁶¹ Idem, “Sagres e as comemorações henriquinas. O caso do monumento-farol”, in *Correio Olhanense*, nº165, 24 de Julho de 1958, pp.1-2.

⁵⁶² Veja-se o caso da sua primeira série de artigos publicada sobre questões henriquinas, em 1933, intitulada “Sagres e a Vila do Infante”. Fernandes Lopes não parece ter considerado suficiente a publicação das suas teorias num periódico regional, o *Diário do Algarve*, publicando-as pouco tempo depois num periódico da capital, o *Diário Liberal*, no qual tiveram mais ampla divulgação.

dificuldades na publicação de artigos no *Diário Popular* e que Fernandes Lopes expressa a Alberto Iria, por meio de carta datada de 1 de Outubro de 1956, pedindo-lhe que contacte o Dr. Cunha Leão – director desse jornal – recordando-lhe o artigo enviado “há mais de uma semana, sobre Amerigo y el Nuevo Mundo do Dr. Aramigez e que, por outras coisas de urgência, ou de mais popular interesse ele tem relegado, com grande pena e... prejuízo para mim. Vê se ele me pode publicar pelo menos uns 2 artigos por mês, sobre os assuntos culturais interessantes que lhe posso dar. Eu bem sei que os *frades* serão muitos e a *ordem* será pequena, mas... quem não se faz lembrado é facilmente esquecido”⁵⁶³. Consciente, portanto, quanto às limitações que a sua localização no Algarve lhe impunha, o médico olhanense sabia que era essencial fazer-se lembrar, para não cair em esquecimento – e era igualmente importante desfazer a ideia enraizada de que a região à qual estava associado tinha pouco valor histórico e cultural.

O derradeiro reconhecimento a nível nacional dos estudos henriquinos de Francisco Fernandes Lopes ocorreu em Novembro de 1960, com a atribuição do 2º prémio do concurso “Grande Prémio Infante D. Henrique”, promovido pela *Comissão Executiva do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique*. Apesar de a obra premiada, *A figura e a obra do Infante D. Henrique*, ser de cariz mais abrangente, como o próprio título sugere, o autor prossegue na atribuição ao Algarve de um papel importante enquanto palco da actividade henriquina, particularmente incisivo, sobretudo quando cotejado com outros autores henriquinos da mesma época. Veja-se os casos de dois desses autores, que integraram a *Colecção Henriquina* em 1959, Damião Peres e Vitorino Nemésio, tomando como exemplo um simbólico episódio da história henriquina – a ultrapassagem do cabo Bojador, por Gil Eanes.

Damião Peres refere-se à dificuldade de ultrapassagem do cabo, para a qual foram necessárias quinze tentativas até Gil Eanes ter sucesso, em 1434. Este historiador coloca ênfase nesse feito com o intuito de demonstrar que nos anos subsequentes houve um avanço significativo no conhecimento da costa africana: “logo nos dois anos seguintes, portanto rapidamente, se conseguiu alongar até á Pedra da Galé o descobrimento português dos litorais africanos, como fruto de novas viagens”⁵⁶⁴. Numa linha semelhante segue o escritor Vitorino Nemésio, no capítulo sobre “O avanço na costa de África”⁵⁶⁵. Referindo-se igualmente às quinze tentativas empreendidas para se ultrapassar o Bojador, escreve que “o coroamento de tão porfiadas diligências veio a caber a Gil Eanes em 1434, ao tocar o cabo-termo”⁵⁶⁶.

⁵⁶³ *Centenário de Francisco Fernandes Lopes, cartas coligidas e comentadas por Alberto Iria*, 1986, p.33.

⁵⁶⁴ Damião PERES, *História dos Descobrimientos Portugueses*, Colecção Henriquina, 1959, p.50.

⁵⁶⁵ Cf. Vitorino NEMÉSIO, *Vida e obra do Infante D. Henrique*, 2ª ed., 1984, pp.151-157.

⁵⁶⁶ *Idem, ibidem*, p.151.

Diferença significativa se constata na obra de Francisco Fernandes Lopes, que aproveita o ensejo de se referir ao episódio do cabo Bojador para salientar as origens algarvias de Gil Eanes, natural de Lagos, e para colocar o Infante D. Henrique na região. Apesar de mencionar que “não se sabe se fora de Lagos que Gil Eanes partira”, Fernandes Lopes salienta, de seguida, as condicionantes históricas e geográficas que faziam do Algarve uma região privilegiada no contacto marítimo intercontinental, afirmando que dessa forma “teria o Infante encontrado já criado aqui o ambiente próprio e a gente preparada, sabendo ir e voltar dos mares atlânticos, tendo por aproveitado noutra sentida a actividade e sabedoria do mar dos algarvios..., e por isso teria acabado por vir assentar arraiais no Algarve, fazendo de Lagos o grande porto de armamento”⁵⁶⁷.

Ainda que seja comum – e tema, aliás, obrigatório – que os historiadores henriquinos se refiram à ligação do Infante D. Henrique ao Algarve, nomeadamente no que se refere a Lagos e ao complexo geográfico Sagres-São Vicente, não deixa de ser significativo que quer Damião Peres, quer Vitorino Nemésio não façam qualquer referência à naturalidade do navegador Gil Eanes; porém, para Fernandes Lopes esse pormenor assume uma importância fulcral, ainda mais se aliada à constante persistência, por parte do autor, em incluir na vida e obra do Infante D. Henrique todas as passagens e contactos com a região. Essa sua persistência revela-se ainda noutras passagens de *A figura e a obra do Infante D. Henrique*: quando se refere aos contactos com o Preste João da Índia, colocando a questão se “teria sido no Algarve que o Infante recebera, nesse ano de 1452, a embaixada do Preste João abexim propondo-lhe uma aliança contra o Islão?”⁵⁶⁸; na alusão ao arribamento forçado do navegador Cadamosto em Sagres, que se encontrou com D. Henrique na “sua vila ou quinta da Raposeira, junto à ermida de Guadalupe onde veraneava, como seria seu costume”⁵⁶⁹; ou ainda na descrição dos últimos anos da vida do Infante, ao escrever que “de 1459, o penúltimo ano da sua existência, não há notícia de D. Henrique ter saído mais do Algarve (...). Entre Lagos e Sagres repartiria a sua actividade, ocupando-se sobretudo da edificação da vila predilecta”⁵⁷⁰.

A faceta de “historiador do Algarve” de Francisco Fernandes Lopes assume, destarte, um duplo significado: é “historiador do Algarve” por ser algarvia a sua origem, mas é-o igualmente pelo estudo e valorização da história regional e sobretudo porque no âmbito da história de relevo nacional – como é o caso do Infante D. Henrique – procurou sempre incluir e valorizar a região de onde era natural e com a qual tinha uma especial ligação. Em suma, é

⁵⁶⁷ Francisco Fernandes LOPES, *A Figura e a obra do Infante D. Henrique*, 1960, p.37.

⁵⁶⁸ *Idem, ibidem*, p.92.

⁵⁶⁹ *Idem, ibidem*, p.93.

⁵⁷⁰ *Idem, ibidem*, p. 101.

possível concluir que a sua condição de algarvio foi, sem dúvida, determinante para os temas históricos que escolheu estudar.

4.4.3. Fontes e metodologia

Francisco Fernandes Lopes, autodidacta no campo da historiografia, começa a escrever sobre o Infante D. Henrique numa altura em que a História já estava plenamente desenvolvida enquanto disciplina autónoma, com fundamentos e metodologias próprios. Entre finais do século XIX, inícios do XX, foram fundadas, reestruturadas e reorganizadas várias instituições que serviam de apoio à investigação historiográfica, sobretudo no que diz respeito a arquivos e bibliotecas. O Arquivo Nacional da Torre do Tombo foi alvo de uma organização arquivística apurada, passando a incluir fundos que, outrora, não eram considerados importantes. Paralelamente, foram-se desenvolvendo outros arquivos, tais como o Arquivo Histórico Militar (1911), o Arquivo Histórico do Ministério dos Negócios Estrangeiros (1921) ou o Arquivo Histórico Ultramarino (1931) entre outros. Acresce-se, além do mais, a existência de instituições muito relevantes para a divulgação de obras historiográficas e, também, de importantes fontes documentais, como é o caso da Sociedade de Geografia de Lisboa e da Academia (Real) das Ciências⁵⁷¹.

Fernandes Lopes beneficiou, portanto, de uma conjuntura algo favorável no que respeita ao desenvolvimento de instituições destinadas à preservação dos testemunhos históricos, e são as suas próprias declarações que permitem compreender igualmente a importância das bibliotecas para a formação académica, ao referir, num artigo de recordações dos tempos passados em Lisboa, que “a Biblioteca Nacional foi desde então a minha verdadeira Universidade, em letras em ciências e filosofia...”⁵⁷².

Progressivamente, a historiografia portuguesa desenvolveu-se metodologicamente no sentido de procura e aprofundamento das fontes históricas. Neste campo deve ser devidamente sublinhado o importante e inovador contributo de Duarte Leite. Este historiador atribuía, como já foi anteriormente referido, um papel fundamental às fontes, sempre preocupado com a sua análise crítica e fundamentada. Além disso, recorria a vários tipos de fontes – narrativas, cartográficas, diplomáticas... –, experimentando já alguma interdisciplinaridade na análise das mesmas. Será legítimo ponderar que a metodologia de Duarte Leite poderá, em certa medida, ter influenciado Francisco Fernandes Lopes, tendo em consideração toda a argumentação trocada entre os dois historiadores em 1933, acerca da

⁵⁷¹ Cf. José Amado MENDES, “Desenvolvimento e estruturação da historiografia portuguesa”, in *História da História em Portugal*, 1996, pp.161-166.

⁵⁷² Francisco Fernandes LOPEZ, “Carta de Lisboa – Recordações...”, in *Notícias do Algarve*, nº168, 26 de Agosto de 1956, p. 4.

localização da Vila do Infante, e o facto de Fernandes Lopes ter incorporado, em trabalho subsequentes, os estudos desse historiador.

Efectivamente, parece ter existido da parte do médico olhanense uma preocupação desde logo inicial com o recurso a fontes documentais primárias. É o que se verifica nos artigos publicados no *Diário do Algarve*, em 1933, sobre “Sagres e a Vila do Infante”⁵⁷³, nos quais procurou interpretar nas fontes contemporâneas a D. Henrique – e não só – as referências à vila do Infante. Fernandes Lopes recorreu ao cronista oficial do Infante, Zurara, à carta de doação do Infante-regente D. Pedro ao Infante D. Henrique, de 27 de Outubro de 1443, e à carta assinada pelo próprio D. Henrique, de 19 de Setembro de 1460 – estas duas cartas, considera-as “documentos basilares”⁵⁷⁴. Além disso, complementou o seu estudo inicial com outras fontes historicamente próximas, tais como o *Esmeraldo de Situ Orbis*, de Duarte Pacheco Pereira, ou as crónicas renascentistas de João de Barros e Damião de Gois.

À medida que foi prosseguindo os estudos henriquinos, Fernandes Lopes manteve-se sempre atento às fontes disponíveis sobre a temática. Quando redige, em 1943, *O Algarve e o Infante D. Henrique*, amplia o seu leque de fontes ao incorporar outras crónicas como a *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*, de Zurara, ou a *Crónica d’El Rei D. Duarte*, de Rui de Pina, e também outros documentos, tais como os que estavam disponíveis numa edição da Imprensa Nacional, de 1892, de *Alguns documentos do Archivo Nacional da Torre do Tombo acerca das navegações e conquistas portuguesas*⁵⁷⁵. Em 1960, no estudo *A Figura e a Obra do Infante D. Henrique*, sem bem que a *Crónica da Conquista da Guiné* de Zurara seja a fonte primordial, Fernandes Lopes recorre igualmente às restantes fontes já conhecidas, inclusivamente à *Crónica de D. João I*, de Fernão Lopes, para redigir o capítulo acerca dos “primeiros anos e primeiros feitos” de D. Henrique, ou ao relato de 1508, de uma viagem de Lisboa a Arzila, incluído no códice de Valentim Fernandes⁵⁷⁶. Recorde-se que à data em que o intelectual olhanense escreve esta sua obra, ainda não havia sido publicada a magna obra de compilação de fontes henriquina, a *Monumenta Henricina*, cujo primeiro volume se publicou ainda nesse ano de 1960, e que em muito facilitou os estudos sobre o tema.

A preocupação com as fontes é evidente na correspondência trocada com Alberto Iria, que a partir de 1946 ocupou, o cargo director do Arquivo Histórico Ultramarino, e aí permaneceu durante cerca de 30 anos. Aproveitando a circunstância e a vantagem de Alberto Iria se encontrar em Lisboa – visto que para o médico olhanense não seria possível deslocar-se à capital para realizar pesquisas de todas as vezes que os seus múltiplos estudos o exigiam –

⁵⁷³ Cf. *Idem*, “Sagres e a Vila do Infante”, I-VIII, in *Diário do Algarve*, nºs 127-128, 5 de Março a 18 de Abril de 1933.

⁵⁷⁴ *Idem*, “Sagres e a Vila do Infante, VIII”, in *Diário do Algarve*, nº128, 28 de Abril de 1933, p.1.

⁵⁷⁵ Cf. *Idem*, *O Algarve e o Infante D. Henrique*, 1943.

⁵⁷⁶ Cf. *Idem*, *A Figura e a Obra do Infante D. Henrique*, 1960.

Fernandes Lopes pedia frequentemente ao seu amigo, conterrâneo e ex-aluno que lhe enviasse por correio fotocópias de documentos, gravuras ou bibliografia que lhe eram essenciais para a prossecução dos seus trabalhos⁵⁷⁷. Numa carta de 8 de Abril de 1950, por exemplo, pede a Alberto Iria que lhe envie uma reprodução da “gravura em que se vê o Promontório de Sagres à data das façanhas de Drake”, com o intuito de a publicar num “trabalho que estou elaborando para um Congresso Internacional”⁵⁷⁸. Tratava-se, à data, do seu escrito sobre *O Palácio do Infante D. Henrique em Sagres*, realizado no âmbito do XIII Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências, e no qual reproduziu efectivamente essa gravura do século XVI, fonte essencial para os estudos sobre a localização da vila henriquina desde que foi descoberta nas colecções do British Museum e reproduzida pela primeira vez em Portugal na edição crítica da *Crónica do descobrimento e conquista da Guiné*, de José de Bragança, em 1937.

Por volta de 1960, empenhado na redacção de *A Figura e a Obra do Infante D. Henrique*, Fernandes Lopes recorre por diversas vezes a Alberto Iria, com o intuito óbvio de ir ao fundo do contrafundo das questões henriquinas. Serve de exemplo a carta datada de 18 de Março de 1960, na qual Fernandes Lopes solicitava o envio dos textos completos de três bulas do tempo do Infante D. Henrique, que lhe permitiriam resolver alguns erros por ele detectados no cronista Rui de Pina e na obra historiográfica do Padre Domingos Maurício Gomes dos Santos: a bula de 1435, pelo Papa Eugénio IV, que concedia a D. Duarte a conquista das Canárias; e as bulas *Dudum cum*, de 31 de Julho de 1436, e *Rex Regum*, de 8 de Setembro do mesmo ano, nas quais o Papa Eugénio IV concedia a D. Duarte os territórios conquistados no continente africano⁵⁷⁹. A esta missiva outras mais se seguiram sobre as mesmas fontes documentais, que Fernandes Lopes, sempre minucioso e preocupado com o rigor, parecia considerar muito importantes para esclarecer o seu ponto de vista.

Das fontes mencionadas, um pormenor importante capta a atenção: são, na sua maioria, fontes documentais impressas, do conhecimento da generalidade dos historiadores da temática henriquina. Fernandes Lopes não era investigador que trouxesse à luz do dia fontes henriquinas ainda desconhecidas; não apresenta fontes inéditas nos seus trabalhos, provavelmente porque lhe seria difícil, uma vez que residia em Olhão, encetar pesquisas nos

⁵⁷⁷ Devido à área profissional, Alberto Iria era um contacto bastante profícuo para Fernandes Lopes, mas não era o único da sua confiança a fazer-lhe alguns “recados” na capital. Também a sua filha Raquel, residente em Lisboa, cumpria algumas diligências em nome do pai, tal como o comprova uma das cartas enviadas por Fernandes Lopes a Alberto Iria, datada de 1 de Abril de 1960, na qual escreve: “A minha filha Raquel que, segundo me diz, já foi por ti mandada outro dia saber umas coisas do que eu queria à Torre do Tombo, poderia, se tu o autorizasses, tornar lá a ver bem isto que para mim tem muito interesse”. Cf. *Centenário de Francisco Fernandes Lopes, cartas coligidas e comentadas por Alberto Iria*, 1986, p.51.

⁵⁷⁸ *Centenário de Francisco Fernandes Lopes, cartas coligidas e comentadas por Alberto Iria*, 1986, p.23.

⁵⁷⁹ Cf. *Ibidem*, pp. 47-48.

arquivos históricos nacionais, todos eles localizados em Lisboa. No entanto, toda a sua obra evidencia um interesse constante no aprofundamento dos conhecimentos henriquinos pelo estudo das fontes documentais disponíveis, que aliava a uma quase permanente pesquisa e estudo da bibliografia de autores seus contemporâneos.

Ainda assim, talvez a grande virtualidade da metodologia historiográfica de Fernandes Lopes tenha sido a capacidade de olhar para as fontes documentais sob novas perspectivas, formando teorias divergentes de muitos historiadores contemporâneos com quem inclusivamente entabulava controvérsias. É o caso da discussão sobre a localização da vila do Infante: ainda que as fontes e informações fossem as mesmas, acessíveis quer a Duarte Leite⁵⁸⁰ quer a Fernandes Lopes⁵⁸¹, ambos interpretaram-nas de forma completamente diferente e quase antagónica. Para além de se aventurar na interpretação dos documentos, Fernandes Lopes ensaiava – um pouco à semelhança de Duarte Leite – a interdisciplinaridade, uma vez que procurou também ver a questão da localização da vila do Infante em Sagres sob a perspectiva das condicionantes meteorológicas e geográficas do complexo Sagres-São Vicente, recorrendo inclusivamente quer “à experiência dos eruditos, condensada nos roteiros como o de Baldaque da Silva”, quer à experiência empírica de “marítimos [seus] patrícios”⁵⁸². O intelectual olhanense arriscou-se, inclusivamente, a interpretar linguisticamente a evolução dos topónimos “Carphanabal” e “Terçanabal”, socorrendo-se posteriormente do apoio de um certificado arabista espanhol, Ricardo Nikl – parecer este que afigura-se como um meio de resistir às críticas que lhe foram dirigidas pela sua arrojada teoria, nomeadamente da parte de Duarte Leite.

Como “enciclopedista” que era, dedicado a várias áreas do saber, não é de estranhar que Fernandes Lopes recorresse aos conhecimentos proporcionados por outras disciplinas, não se cingindo somente à historiografia. Igualmente interessante é o facto de ser o próprio a declarar que os seus trabalhos são “ensaios”⁵⁸³. Neste aspecto, não é de somenos importância lembrar a influência e o significado do ensaísmo de António Sérgio na cultura portuguesa do século XX e, para o caso em questão, o seu impacto na historiografia. Recusando a história erudita e factual, empenhada obsessivamente na procura de novas fontes arquivísticas, Sérgio optou por uma história mais interpretativa, isto é, não esquecia os dados fornecidos pelas fontes e pelos historiadores eruditos, mas mais do que a mera informação, valorizava a sua interpretação, colocando hipóteses inovadoras e ousadas, e mais do que a mera descrição,

⁵⁸⁰ Recorde-se o artigo de Duarte Leite, “A Vila do Infante” (1933): Duarte LEITE, *História dos Descobrimentos, colectânea de esparços*, vol.I, 1958, pp.188-213.

⁵⁸¹ Recorde-se os artigos e a separata: Francisco Fernandes LOPES, “Sagres e a Vila do Infante”, I-VIII, in *Diário do Algarve*, nºs 127-128, 5 de Março a 18 de Abril de 1933; *Idem*, *Terçanabal e a «Escola de Sagres»*, 1945.

⁵⁸² Francisco Fernandes LOPES, *Terçanabal e a «Escola de Sagres»*, 1945, p.24.

⁵⁸³ *Idem*, *O Palácio do Infante D. Henrique em Sagres*, 1950, p.277.

defendia sobretudo a problematização e sua consequente explicação. O ensaio é o género literário que mais azo dá ao espírito-crítico e à livre interpretação, e António Sérgio soube aproveitar bem estes predicados.

António Sérgio ingressou no corpo directo da revista *Seara Nova* em Abril de 1923. Forçado ao exílio com a implantação da Ditadura Militar, em 1926, regressou a Portugal em 1933, e apesar de nunca ter deixado de fazer parte da direcção dessa revista, é sobretudo nessa década de 30 que a sua influência na *Seara Nova* mais se fez sentir, escrevendo sobre os mais variados temas de cultura e da actualidade, passando pela literatura, filosofia, política, educação. Sérgio contava já com vasta obra publicada, nomeadamente alguns volumes dos seus *Ensaaios*, publicados faseadamente desde 1920. Ora, não era Fernandes Lopes também um seguidor próximo e, inclusivamente, colaborador da *Seara Nova*? E com o seu gosto multidisciplinar, não estava sempre atento ao que de novo, mormente na área humanística, se publicava em Portugal? Não é de todo despropositado colocar a hipótese de Fernandes Lopes, que se declara ele próprio autor de “ensaaios”, ter sido influenciado pelo ensaísmo inovador de António Sérgio, homem da sua geração – nascido em 1883 –, e um intelectual e pensador que reconhecidamente “marcou profundamente a cultura portuguesa”⁵⁸⁴ do século XX.

Na realidade, também a historiografia henriquina de Fernandes Lopes – ou, pelo menos, parte dela – se pauta pelo cunho interpretativo e pela problematização das várias temáticas. O médico olhanense não receia incluir nas suas interpretações a sua própria experiência empírica – como acontece na hipótese da localização da vila do Infante, para a qual toma como essencial a sua visita e conhecimento próprio do local –, aventurando-se em teorias ousadas e originais. Parece inclusivamente privilegiar essa interpretação a uma história meramente descritiva e factual. Esse cunho mais interpretativo está sobretudo presente: nos artigos sobre a localização da vila do Infante, “Sagres e a Vila do Infante”, de 1933, e *Terçanabal e a «Escola de Sagres»*, de 1945; na sequência dos anteriores, igualmente no artigo ensaio *O Palácio do Infante D. Henrique em Sagres*, de 1950, no qual pela análise dos vestígios remanescentes da suposta vila em comparação com o desenho inglês feito por ocasião do assalto de Francis Drake à região, Fernandes Lopes elabora toda uma teoria acerca da derradeira morada de D. Henrique em Sagres; ou ainda no breve estudo *Em favor do plano henriquino das Índias*, de 1938, no qual, baseando-se apenas na *Crónica da Guiné* e no suposto conhecimento pelo Infante D. Henrique do mapa de Marco Polo, procura demonstrar a intenção henriquina premeditada de circum-navegação do continente africano tendo em vista a Índia. A obra que menos parece dever à veia ensaística é precisamente *A Figura e a Obra do*

⁵⁸⁴ J. Amado MENDES, “A renovação da historiografia portuguesa”, in *História da História em Portugal*, 1996, p.277.

Infante D. Henrique, portanto, o culminar da carreira historiográfica do médico olhanense. Aí, apesar de serem incorporadas as teorias anteriores quase como se de uma súpula se tratasse, Fernandes Lopes é muito menos criativo. O livro está canonicamente dividido em quatro partes – “Sob D. João I”, “Sob D. Duarte”, “Sob a Regência” e “Sob D. Afonso V” –, e parece seguir uma linha metodológica mais tradicionalista, isto é, mais descritiva e menos dada à interpretação e problematização.

De certa forma, em termos metodológicos podemos encontrar nos estudos de Fernandes Lopes dois paralelos fundamentais, ainda que não fossem influências directamente assumidas: a de Duarte Leite e a de António Sérgio. No que ao primeiro diz respeito, é fundamental toda a questão da crítica fundamentada das fontes documentais e da interdisciplinaridade, de que Fernandes Lopes sempre fez uso para aprofundar os seus conhecimentos. Quanto ao segundo, através do ensaísmo deu primazia à interpretação em vez da descrição meramente factual, algo que na obra do intelectual olhanense foi também recorrente. A metodologia de Fernandes Lopes não se distingue tanto pelos temas henriquinos que estudou que, aliás, eram os mais comuns à época, mas mais pela forma como os abordou, pois mesmo que as suas teorias não se revelassem correctas, não receou aventurar-se, procurando sempre estabelecer argumentação coerente e fundamentada e interpretar os documentos, deixando o seu cunho pessoal em quase todos os escritos.

4.4.4. Contributo e originalidade

O período do Estado Novo foi frutuoso no que respeita à multiplicação de estudos sobre o Infante D. Henrique. Quer fosse por ocasião das comemorações do duplo centenário em 1940, quer fosse devido às comemorações do quinto centenário da morte do Infante D. Henrique em 1960, ou quer fosse ainda pela exaltação nacionalista dessa figura histórica, muitos foram os historiadores que se dedicaram aos estudos henriquinos. De entre esses estudos, para além dos pormenores da biografia henriquina, em traços gerais os temas foram recorrentes e bastante tradicionais: o retrato moral do Infante D. Henrique; quais as suas motivações e se seria intenção premeditada atingir a Índia por via marítima; a localização da Vila do Infante, no complexo geográfico Sagres-São Vicente; e a visão de D. Henrique como um homem de ciência e fundador, em Sagres, de uma Escola Náutica.

Como já se demonstrou, Fernandes Lopes não foi excepção, uma vez que abordou todas estas questões ao longo dos 30 anos em que se dedicou aos estudos henriquinos. É interessante salientar que os seus estudos iniciais, sobretudo os que redigiu nas décadas de 30 e 40, são mais originais e criativos do que propriamente a obra premiada de 1960, *A figura e a obra do Infante D. Henrique*. Nesse estudo, que foi quase um dos últimos sobre o Infante D.

Henrique de que se ocupou, Fernandes Lopes mais parece ter procurado incorporar, numa espécie de sùmula, todos os escritos que até então tinha redigido sobre essa temática⁵⁸⁵. Cuidadoso com os detalhes e sempre rigoroso – daí a preocupação evidenciada com a leitura das fontes documentais –, ainda procurou afinar alguns detalhes sobre a vida e os feitos do Infante D. Henrique, todavia esta derradeira obra não parece acrescentar grande novidade ao que ele próprio já tinha teorizado ao longo de quase três décadas, assim como não traz grande novidade comparada com outros estudiosos seus contemporâneos.

Ora veja-se, por exemplo, o caso do retrato moral do Infante D. Henrique, que Fernandes Lopes evitou traçar durante vários anos; quando o fez, no estudo de 1960, mostrou-se bastante ponderado e comedido, não entrando em excessos laudatórios e apologistas, mas também sem mostrar grande originalidade. Baseou a sua descrição em Zurara e era obviamente conhecedor dos trabalhos de outros historiadores, mas procurou prudentemente não entrar em qualquer polémica. Por isso mesmo, não seguiu a linha de Jaime Cortesão, que salientava as capacidades do Infante enquanto organizador e homem de ciência, nem tampouco enveredou pela via que o considerava um cruzado medieval de ardente fé cristã, encabeçada por Joaquim Bensaúde. Da mesma forma, também não procurou confrontar as perspectivas já existentes, como o tinha feito Duarte Leite, que entrou em confronto directo quer com Cortesão, quer com Bensaúde, ao salientar o aspecto utilitário da empresa henriquina e contrariando a ideia do Infante como um homem de vasto saber literário e científico. Neste aspecto, portanto, a perspectiva de Fernandes Lopes não é original nem apresenta qualquer novidade digna de se tomar nota, ainda que se possa valorar o facto de não se ter deixado enredar nos excessos apologistas comuns à época.

Quanto aos desígnios para atingir a Índia por via marítima, Fernandes Lopes encaixa-se na perspectiva tradicional que considerava o Infante D. Henrique o grande iniciador desse movimento expansionista – algo que obviamente se coadunava com a sua visão de que Portugal deveria manter as províncias ultramarinas depois de todo o empenho na criação de um “mundo lusitano”⁵⁸⁶ que se iniciara irreversivelmente com o Infante. Quanto a esta questão, Fernandes Lopes defende a sua perspectiva ao entrar em oposição directa a Duarte

⁵⁸⁵ O seu próprio testemunho permite, de certa forma, corroborar esta ideia, ao referir que tinha sido devido à redacção da entrada sobre o Infante D. Henrique para a *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, em 1945, que tinha ordenado os seus próprios estudos henriquinos, permitindo-lhe, posteriormente, a publicação de *A figura e a obra do Infante D. Henrique*: “Tudo veio, finalmente, a ordenar-se na biografia do Infante D. Henrique que dei à Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, e que refundida, desenvolvida e actualizada veio a constituir matéria do livro agora em questão”. “Declarações do Sr. Dr. Francisco Fernandes Lopes ao seu livro «A Figura e a Obra do Infante D. Henrique» - recentemente premiado”, in *Notícias do Algarve*, nº383, 13 de Novembro de 1960, p. 4. Veja-se este artigo transcrito na íntegra no Anexo I, Texto X.

⁵⁸⁶ Cf. Francisco Fernandes LOPES, *Consequências dos Descobrimentos Henriquinos na Lusitanização do Ultramar Português*, 1960.

Leite, o qual considerava que não se podia provar que “o Infante D. Henrique tivesse desde início em mente enviar caravelas até à Índia”⁵⁸⁷. O intelectual olhanense aborda de uma forma muito pessoal e até original esta temática, ensaiando toda uma teoria em torno do *Livro de Marco Polo*, que seria do conhecimento do Infante D. Henrique, para concluir que se o Infante estudara esse livro, teria certamente delineado o plano para atingir as Índias. Esta teoria é contestada por Damião Peres, que salienta o facto de o *Livro de Marco Polo* não ter sido a única fonte de conhecimento do Oriente para o Infante, sendo insuficiente para daí se extrair alguma conclusão⁵⁸⁸. Colocadas em evidência as fragilidades da sua teoria, Fernandes Lopes continuou no entanto a defendê-la, acabando por voltar aos mesmos argumentos vários anos depois de ter apresentado o ensaio original.

Estamos em crer, contudo, que a sua perspectiva mais inovadora e mais originalmente defendida foi a da localização da vila do Infante. Aliás, parece ter sido precisamente nesse ponto que Francisco Fernandes Lopes mais investiu nos seus estudos henriquinos, e parece igualmente ter sido ele o principal animador da discussão que sobre esse tema se gerou logo em 1933 e na qual entraram Fontoura da Costa, Jordão de Freitas e Duarte Leite. Este último, entrando em confronto directo com as hipóteses de Fernandes Lopes, coloca em evidência as falhas da sua argumentação, quer na etimologia do topónimo *Terçanabal*, quer na análise das condições geográficas e meteorológicas do local, ou quer ainda no que diz respeito à análise das fontes documentais que à época eram conhecidas. A verdade é que fontes documentais descobertas posteriormente vieram a dar razão à hipótese colocada por Fernandes Lopes de que a Vila do Infante estaria situada no Cabo de Sagres, mas toda a argumentação na qual baseou a sua teoria era muito frágil, por vezes forçada e algo imaginativa e rebuscada, sobretudo no que diz respeito à análise do topónimo *Terçanabal*, que associou a *Carphanabal* e daí ao *Cabo de Anibal* da tradição cartaginesa e ao *Portus Anibalis* do tempo dos Romanos – é Alberto Iria quem desmonta esta hipótese ao salientar a carta henriquina de 20 de Fevereiro de 1459, assinada na “villa de tercanaavall”, “cuja leitura paleográfica”, segundo Iria, “não admite quaisquer dúvidas”⁵⁸⁹.

Com a pertinácia que o caracterizava, Fernandes Lopes nunca deixou de defender a sua teoria nas três décadas de estudos henriquinos. Esse tema, quer fosse pela ligação à região algarvia, ou pelo debate que sempre suscitou, parece ter sido caro ao médico olhanense, que mesmo no livro premiado de 1960 não se poupou a críticas ao escritor Vitorino Nemésio, que tinha desmontado a etimologia de *Terçanabal* através de uma análise semântica no estudo da

⁵⁸⁷ *Idem*, *Em favor do plano henriquino das Índias*, 1938, p.3.

⁵⁸⁸ Cf. Damião PERES, *História dos Descobrimentos Portugueses*, 3ª ed., 1983.

⁵⁸⁹ Alberto IRIA, *Itinerário do Infante D. Henrique no Algarve*, 2ª ed., 1989, p.57.

Colecção Henriquina. A esse respeito escreve Fernandes Lopes que “em face de tudo isto, de meridiana evidência, não compreendo francamente como é que um espírito lúcido como o do Dr. Vitorino Nemésio haja podido ainda manter-se apegado à concepção fantasiosa e sedida que transparece no que se encontra escrito a págs. 168 do seu recente livrinho sobre a *Vida e obra do Infante D. Henrique*”⁵⁹⁰. Fernandes Lopes não aceitou mais nenhuma teoria como certa a não ser a sua própria, da qual fez o principal cavalo de batalha no que respeita aos estudos henriquinos.

Cumpre ainda lembrar que se na questão do plano henriquino das Índias Fernandes Lopes se coloca numa posição mais tradicionalista, o mesmo não acontece relativamente ao debate em torno da Escola Náutica de Sagres, que faz questão de esclarecer tratar-se de uma lenda. Apelida de “quarteto fantasmagórico”⁵⁹¹ a fundação pelo Infante, em Sagres, de um palácio para sua residência, da escola de cosmografia, do observatório astronómico e das oficinas de construção naval. Não é o primeiro a procurar demonstrar as falsas raízes da Escola Náutica – lembre-se o caso de Duarte Leite, que se opõe veemente a Jaime Cortesão, último grande defensor dessa ideia –, contudo deve-se tomar nota do seu mérito por ter procurado desmitificar essa lenda tão enraizada na tradição histórica portuguesa.

Talvez o grande contributo de Fernandes Lopes para a historiografia henriquina produzida durante o Estado Novo tenha sido precisamente a insistência e persistência em debater os seus pontos de vista, levantando várias questões e animando as discussões que então se formavam, de que serve de exemplo a questão da localização da vila do Infante. O contributo do médico olhanense residiu não tanto na argumentação ou no avanço de novos dados, mas sobretudo na capacidade de olhar para as temáticas henriquinas sob perspectivas diferentes, que não ficaram indiferentes aos historiadores seus contemporâneos. Porque, na verdade, Fernandes Lopes nunca se fazia esquecer, escrevendo regularmente para os periódicos da capital – nos quais sabia que as suas teorias teriam mais ampla divulgação –, participando em congressos nacionais ou internacionais, ou trocando correspondência com outros estudiosos henriquinos⁵⁹². Como já vimos, os seus estudos sobre o Infante D. Henrique foram reconhecidos em 1960, pela atribuição do segundo prémio do concurso organizado no âmbito das comemorações centenárias; porém, essa obra, menos original e mais tradicionalista, bastante adequada à ideologia do regime, não faz verdadeiramente jus à veia

⁵⁹⁰ Francisco Fernandes LOPES, *A Figura e a Obra do Infante D. Henrique*, 1960, p.143.

⁵⁹¹ Francisco Fernandes LOPES, *Terçanabal e a «Escola de Sagres»*, 1945, p.10.

⁵⁹² Recorde-se, a título de exemplo, as já referidas missivas trocadas com Vitorino Nemésio, nas quais Fernandes Lopes apontava os lapsos da obra desse escritor sobre o Infante D. Henrique. Veja-se no Anexo II, os documentos 12 e 13.

ensaística e criativa de Fernandes Lopes revelada noutros estudos mais sucintos que ao longo da vida foi publicando.

Não obstante o reconhecimento adquirido em vida, a historiografia henriquina de autoria de Fernandes Lopes acabou por cair no esquecimento, sobretudo quando comparada com a historiografia de outros autores seus contemporâneos que têm obra actualmente reconhecida no âmbito da História dos Descobrimentos e sobre o Infante D. Henrique. É o caso de Duarte Leite, cuja obra dispersa foi compilada nos dois volumes da *Colectânea de Esparsos*, por Vitorino Magalhães Godinho, ou de Damião Peres, autor incontornável da *Colecção Henriquina*, ou de Jaime Cortesão, cuja influência “foi muito profunda na historiografia portuguesa dos três últimos quartéis”⁵⁹³ do século XX, precisamente da mesma geração de Fernandes Lopes – aos quais se somam, evidentemente, Vitorino Magalhães Godinho, cuja obra inovadora constituiu toda uma nova forma de olhar e fazer história. Porém, a verdade é que Fernandes Lopes não era historiador senão por gosto e empenho pessoal, e muitas foram as áreas nas quais o intelectual olhanense se destacou.

⁵⁹³ J. Amado MENDES, “A renovação da historiografia portuguesa”, in *História da História em Portugal*, 1996, p.291.

Conclusões

Numa carta de recordações redigida a 16 de Agosto de 1956 para o semanário regionalista *Notícias do Algarve*, Francisco Fernandes Lopes declarava que nunca se tendo deixado absorver pela medicina “com quebra do meu visceral enciclopedismo incoercível, não vim afinal a passar dum vulgaríssimo *João Semana*, – por demais, enquistado desde há quarenta anos numa terra de província, onde, por ser a minha terra natal, jamais virei, decerto, a ser *profeta*”⁵⁹⁴. Fernandes Lopes compara-se modestamente com João Semana, personagem criado pelo escritor Júlio Dinis em *As Pupilas do Senhor Reitor*, que retratava um velho e abnegado médico do meio rural.

Esta ideia não podia estar mais afastada da realidade biográfica de Francisco Fernandes Lopes. Se é verdade que se estabeleceu em Olhão, terra de província, onde abriu consultório médico e exerceu essa actividade profissional durante a maior parte da sua vida, não é menos verdade que não foi a medicina a sua única actividade, nem sequer a mais relevante. Interessado tanto pela cultura científica, como pela cultura humanística, Fernandes Lopes destacou-se acima de tudo pelo “visceral enciclopedismo incoercível” que sempre o caracterizou e que fez dele um interessado e estudioso das mais diversas áreas do saber. Vários assuntos captavam o seu interesse, passando pela música, pela filosofia, pela arte ou pela história, e nada do que era humano lhe era alheio. Assim se explica que a sua obra seja tão vasta e simultaneamente tão díspar, pois foram várias as áreas a que se dedicou. A sua curiosidade era tal que chegou mesmo a publicar, em 1946, um interessante e ainda actualíssimo livro intitulado *Quer saber o dia da semana de qualquer data?*, que tinha por objectivo auxiliar os estudos históricos.

Em Olhão, Fernandes Lopes foi muito mais que um simples médico. Empenhou-se em elevar culturalmente a vila olhanense, promovendo um notável programa de concertos de divulgação musical, que decorreram no Grémio Olhanense entre 1924 e 1929 e que trouxeram a Olhão algumas personalidades consagradas do meio musical contemporâneo. Procurou igualmente destacar as características singulares da arquitectura olhanense, escrevendo para o efeito diversos artigos, de entre os quais se destacam o de 1928, “Corrigenda et Addenda... Olhão no «Guia de Portugal»”, de crítica ao texto que Aquilino Ribeiro escrevera sobre Olhão para o *Guia de Portugal*, e o artigo vinte anos posterior, de 1948, com o título sugestivo

⁵⁹⁴ Francisco Fernandes LOPES, “Carta de Lisboa – Recordações...”, in *Notícias do Algarve*, nº168, 26 de Agosto de 1956, p. 4.

“Olhão, terra de mistérios, de mareantes e de mirantes”. No primeiro, Fernandes Lopes delinea uma interessante perspectiva histórica e etnográfica de Olhão, que aperfeiçoa anos depois, no artigo de 1948. Não obstante a atribuição da arquitectura olhanense a influências mouriscas, este breve artigo constitui um dos melhores escritos alguma vez produzido acerca dessa arquitectura típica e original, que, segundo Lopes, reflecte o singular carácter da própria população. Fernandes Lopes foi um dos principais divulgadores do panorama típico de Olhão, na primeira metade do século XX, apercebendo-se de o quanto essa riqueza patrimonial se poderia tornar um chamariz de visitantes.

A posição de Francisco Fernandes Lopes enquanto natural da vila pode encerrar, na sua perspectiva histórica e etnográfica, algumas vantagens e desvantagens. Sendo um conhecedor dos usos e costumes, e um erudito, as suas descrições podem constituir um testemunho rigoroso e valioso da feição típica da população olhanense; ou, pode a sua íntima relação com a terra contribuir para que ele procure engrandecer as suas origens históricas e características singulares. Parece-nos evidente que Fernandes Lopes tinha uma afinidade especial com Olhão e são notórios os seus esforços na divulgação do que vila tinha de mais característico; porém, sopesando todos estes factores, é possível encontrar nestes dois artigos de sua autoria uma perspectiva verdadeiramente original e incontornável para qualquer estudo que se procure realizar acerca de Olhão sob o ponto de vista histórico-etnográfico.

No que diz respeito à historiografia, o próprio título da presente dissertação encerra um duplo significado. Fernandes Lopes é “historiador do Algarve” por ser natural da região, mas é também “historiador do Algarve”, porque fez do Algarve um objecto de estudo na historiografia de sua autoria. O interesse pela figura do Infante D. Henrique parece ter sido inclusivamente suscitado devido a essa ligação à região algarvia, sendo que o tema que mais motivou Fernandes Lopes e onde se revela a sua maior originalidade é precisamente a questão da localização da vila do Infante em Sagres.

O Infante D. Henrique constitui um dos temas mais estudados e mitificados na produção historiográfica portuguesa, exaltado sobretudo a partir do século XIX, ao mesmo tempo que se redefinia o conceito de “nação” e se glorificavam as épocas áureas da História portuguesa, de entre as quais se salientava necessariamente o período dos Descobrimentos – e o Infante D. Henrique era visto como o iniciador do movimento expansionista português e, conseqüentemente, de um imenso império colonial. O interesse pela figura heróica do Infante D. Henrique manteve-se durante a I República e acentuou-se durante o período do Estado Novo, altura em que a historiografia passou a servir oficialmente e mais abertamente os interesses políticos. Neste contexto, a exaltação dos Descobrimentos marítimos e da personalidade do Infante D. Henrique era uma forma de legitimar a presença e soberania

portuguesa nas possessões ultramarinas, contribuindo para a imagem de pátria gloriosa que se pretendia transmitir.

Na sua faceta de historiador, Fernandes Lopes não constitui uma excepção, uma vez que também ele se deixou fascinar pela figura do Infante D. Henrique, que na sua perspectiva era visto como um herói. Esta perspectiva aparece bem definida na sua obra historiográfica, mas ainda mais no discurso de carácter pessoal, de que serve de exemplo a defesa de edificação de um monumento-farol em Sagres, em homenagem ao Infante D. Henrique, ou também o interessante pormenor de ter sido Francisco Fernandes Lopes a compor a música de cena para o *Auto das Rosas de Santa Maria*, do poeta Cândido Guerreiro, executado publicamente pela Orquestra Sinfónica da Emissora Nacional em Sagres, em 1940, ano de comemoração do duplo centenário de fundação e restauração da nacionalidade – e nesse *Auto*, os protagonistas são precisamente o Infante D. Henrique e o navegador Gil Eanes, natural de Lagos.

Apesar de Francisco Fernandes Lopes não se ter integrado na situação política do país durante o salazarismo e não se identificar com as ideologias políticas da época, o facto é que a sua concepção historiográfica, tendente para o nacionalismo e para a apologia dos grandes heróis, não se afastava muito dos interesses defendidos pelo regime. Para Fernandes Lopes o Infante D. Henrique possuía evidentes características de um herói, era considerado um homem de espírito empreendedor e iniciador do movimento dos Descobrimentos e, além do mais, o intelectual olhanense defendia a importância da acção henriquina para a lusitanização do Ultramar Português, posição esta que ainda o aproximava mais da posição oficial salazarista. A prova máxima de que o discurso de Fernandes Lopes se adequava aos interesses do Estado Novo ocorreu em Novembro de 1960, quando lhe foi atribuído, pela obra *A figura e a obra do Infante D. Henrique*, o segundo lugar no concurso “Grande prémio Infante D. Henrique”, promovido pela *Comissão Executiva do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique*. Este prémio constituiu o momento áureo da carreira historiográfica de Francisco Fernandes Lopes, por lhe ter sido atribuído reconhecimento a nível nacional.

Ainda assim, apesar deste reconhecimento obtido em ano de comemorações henriquinas, a historiografia de Fernandes Lopes caiu em esquecimento, sobretudo quando comparada com outros autores contemporâneos, com obra actualmente reconhecida no âmbito dos Descobrimentos, tais como Duarte Leite, Damião Peres ou Jaime Cortesão. Na realidade, a análise exaustiva da obra henriquina do intelectual olhanense permite compreender que não há grande originalidade nas teorias e dados que apresenta, e que a sua perspectiva mais original é a da localização da vila do Infante em Sagres. O seu maior

contributo residiu sobretudo na insistência e persistência com que debatia os seus pontos de vista, animando as discussões que se levantavam entre os historiadores henriquinos da época.

Apesar de ter vivido durante quase toda a sua vida em Olhão, Fernandes Lopes não se deixou condicionar por esta localização que o privou de um contacto mais regular com os principais centros culturais do país. Manteve-se sempre activo, com uma vasta e variada obra publicada, participando em vários congressos nacionais e internacionais, e mantendo uma regular rede de correspondência com importantes personalidades do meio intelectual português. Intelectual de elevada craveira, Fernandes Lopes foi sem qualquer dúvida uma das figuras mais marcantes da cultura algarvia, sobretudo da primeira metade do século XX, e provavelmente um dos mais interessantes vultos no panorama cultural nacional da época, pelo que a sua importância não deve ficar remetida ao esquecimento.

A investigação sobre a vida e obra de Francisco Fernandes Lopes está longe de se ter esgotado apenas com o estudo empreendido nesta dissertação, que incidiu somente no desenvolvimento de alguns aspectos biográficos, na relação com a vila olhanense e na vertente da historiografia henriquina. No próprio âmbito da historiografia, muitos outros temas podem ainda ser alvo de análise e desenvolvimento, uma vez que o Infante D. Henrique não foi o único objecto de estudo de Fernandes Lopes, que se dedicou também a outras temáticas de História do Algarve, de História dos Descobrimentos e a outras figuras históricas, tais como Cristóvão Colombo, os Irmãos Corte-Real, Américo Vespúcio ou Fernão de Magalhães. De igual interesse seria o estudo da faceta de musicólogo de Francisco Fernandes Lopes, na qual se destaca o importante e exaustivo estudo sobre a música das Cantigas de Santa Maria do Rei Afonso X. Fica ainda por realizar um levantamento de todos os artigos dispersos de autoria deste intelectual, publicados na imprensa regional e nacional, assim como uma recolha de testemunhos orais de pessoas que ainda privaram e conheceram o médico olhanense, que seria de todo o interesse, dada a riqueza de pormenores biográficos que esses testemunhos podem encerrar. Ficam, portanto, as sugestões para futuras linhas de investigação a desenvolver sobre este interessante intelectual, Francisco Fernandes Lopes.

Fontes e Bibliografia

❖ FONTES ARQUIVÍSTICAS

ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE OLHÃO (A.H.M.O.)

Fundo Documental Francisco Fernandes Lopes:

- SR:A/1.7 – Apontamentos, 1908-1947
- SR:A/1.14 – Apontamentos, 1912-1967
- SR:A/1.25 – Apontamentos, 1949
- SR:A/2.2 – Correspondência geral recebida, 1900-1929
- SR:A/2.4 – Correspondência geral recebida, 1930-1939
- SR:A/2.5 – Correspondência geral recebida, 1940-1949
- SR:A/2.6 – Correspondência geral recebida, 1950-1960
- SR:A/3.2 – Correspondência geral expedida, 1919-1961
- SR:A/4.1 – Correspondência geral recebida e expedida, 1941-1958
- SR:A/8.1 – Diários, 1907

Fundo Documental Câmara Municipal de Olhão:

- SR: B/A.1.17 – Actas das Sessões das Vereações, 1918-1926
- SR: B/A.1.19 – Actas das Sessões de Vereações, 1922-1923
- SR: C/A.2.5 – Correspondência geral recebida e expedida (confidencial), 1940-1945

Dossier com documentação de apoio sobre Francisco Fernandes Lopes

- Fotocópia de uma carta original de Francisco de Lacerda, de 13 de Abril de 1931.
- Fotocópia de uma carta original de Ortega y Gasset, de 16 de Março de 1939.
- Fotocópia de uma carta original de Veiga Simões, datada do Estoril, 5 de Agosto de 1942.
- Fotocópia de uma carta original de Joaquim de Carvalho, datada de 14 de Janeiro de 1958.
- Fotocópia de uma carta original do Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, de 2 de Julho de 1960.
- Fotocópia de uma carta original de Frederico de Freitas, s.d.
- Fotocópia de uma carta original de Fernando Lopes Graça, s.d.
- Fotocópia de uma carta original de Ruy Coelho, s.d.
- Reprodução fotográfica a preto e branco de Francisco Fernandes Lopes pousando numa açoteia em Olhão, s.d.
- Reprodução fotográfica a preto e branco de Francisco Fernandes Lopes na rua onde nasceu e que ainda durante a sua vida recebeu o seu nome, s.d.

ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE FARO (A.H.M.F.)

Fundo *Delegação de Faro dos Serviços de Censura à Imprensa*:

- SR: A/2.1 – Expediente / Copiador de Correspondência, 1940-1946.

BIBLIOTECA DA UNIVERSIDADE DO ALGARVE

Espólio Documental Joaquim Magalhães:

- PT-UAAlg/EJM/A/1/006.8 – Apontamentos e textos (conferências), 1941-1990
- PT-UAAlg/EJM/A/2/001.2 – Correspondência recebida, 1933-1999

❖ FONTES IMPRESSAS

Centenário de Francisco Fernandes Lopes, cartas coligidas e comentadas por Alberto Iria. Faro: Universidade do Algarve, 1986.

Epistolario Português de Unamuno, introdução, leitura e notas de Ángel Marcos de Dias. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian/Centro Cultural Português, 1978.

❖ BIBLIOGRAFIA DE AUTORIA DE FRANCISCO FERNANDES LOPES

Olhão

LOPES, Francisco Fernandes,

- “Corrigenda et Addenda... Olhão no «Guia de Portugal»”, in *Correio Olhanense*. Olhão: Ano VII, nº262, 19 de Julho de 1928, p.3.
- “O que nos escreve o intelectual algarvio Dr. Fernandes Lopes”, in *Notícias do Sul*, 5 de Agosto de 1928, publicado in PROENÇA, Raul, *Polémicas*, organização, prefácio e cronologia de Daniel Pires. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1988, pp.697-698.
- “Esclarecendo...”, in *Correio do Sul*. Faro: Ano 9, nº600, 19 de Agosto de 1928, p.1.
- *Olhão, terra de mistérios, de mareantes e de mirantes*, separata do jornal *Correio Olhanense*. Olhão: [s.n.], 1948.
- “Olhão”, in *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. XIX. Lisboa/Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia Limitada, 1949.
- “Olhão, zona de turismo”, in *Gazeta de Olhão*, semanário regionalista. Vila Real de Santo António: Ano I, nº28, 27 de Março de 1952.
- “Olhão e os estrangeiros”, in *Correio Olhanense*. Olhão: Ano IV, nº137, 12 de Fevereiro de 1952, pp.1 e 5.
- “A Igreja Matriz de Olhão”, in *Correio Olhanense*. Olhão: Ano V, nº138, 12 de Fevereiro de 1953, pp.1-2.

- “Surpreende que os propagandistas ainda não tenham reparado no panorama típico de Olhão, único em todo o mundo!”, in *Correio do Sul*. Faro: Ano XLVI, nº2401, 23 de Abril de 1964, pp.1 e 6.

Infante D. Henrique

LOPES, Francisco Fernandes,

- “Sagres e a Vila do Infante”, in *Diário do Algarve*. Faro: ano I, nº 127, 5 de Março de 1933, p.1.
- “Sagres e a Vila do Infante II”, in *Diário do Algarve*. Faro: ano I, nº 127, 5 de Março de 1933, p.1.
- “Sagres e a Vila do Infante III”, in *Diário do Algarve*, suplemento nº1. Faro: ano I, nº128, 9 de Março de 1933, p.1.
- “Sagres e a Vila do Infante IV”, in *Diário do Algarve*, suplemento nº2. Faro: ano I, nº128, 12 de Março de 1933, p.1.
- “Sagres e a Vila do Infante V”, in *Diário do Algarve*, suplemento nº3. Faro: ano I, nº128, 16 de Março de 1933, p.1.
- “Sagres e a Vila do Infante VI”, in *Diário do Algarve*, suplemento nº4. Faro: ano I, nº128, 23 de Março de 1933, p.1.
- “Sagres e a Vila do Infante VII”, in *Diário do Algarve*, suplemento nº5. Faro: ano I, nº128, 9 de Abril de 1933, p.1.
- “Sagres e a Vila do Infante VIII”, in *Diário do Algarve*, suplemento nº6, Faro: ano I, nº128, 18 de Abril de 1933, p.1.
- *Em favor do plano henriquino das Índias*, sep. do I Congresso da História da Expansão Portuguesa no Mundo. Lisboa: [s.n.], 1938.
- *O Algarve e o Infante D. Henrique*, sep. do Boletim da Junta da Província do Algarve. Lisboa: Bertrand, 1943.
- *Terçanabal e a “Escola de Sagres”*, Cadernos da «Seara Nova» – Estudos Históricos e Económicos. Lisboa: Seara Nova, 1945.
- “D. Henrique (Infante)”, in *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. XIII. Lisboa/Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia Limitada, 1945.
- *O palácio do Infante D. Henrique em Sagres*, XIII Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências, Separata do Tomo VIII, 7ª Secção – Ciências Históricas e Filológicas. Lisboa: Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências, 1950, pp. 276-287.
- “A vila do Infante no Promontório de Sagres”, in *Diário de Lisboa*. Lisboa: ano 37º, nº12469, 23 de Agosto de 1957, pp.1 e 4.
- “O monumento do Infante em Sagres”, in *Correio Olhanense*. Olhão: Ano X, nº163, 10 de Julho de 1958, pp. 1 e 4.
- “Sagres e as comemorações henriquinas. O caso do monumento-farol”, in *Correio Olhanense*. Olhão: Ano X, nº165, 24 de Julho de 1958, pp.1-2.
- “O monumento do Infante em Sagres”, in *Diário Popular*. Lisboa: ano XVII, nº5748, 9 de Outubro de 1958, p.11.
- “Sobre o plano henriquino das Índias e o reino do Preste João”, in *Diário de Lisboa*. Lisboa: ano 39º, nº13191, 29 de Agosto de 1959, p. 6 e 11.
- “Temas de história henriquina – indispensáveis rectificações”, in *Diário de Lisboa*. Lisboa: ano 39º, nº13198, 5 de Setembro de 1959, p.11.
- “Temas da história henriquina – à volta do Infante”, in *Diário de Lisboa*. Lisboa: ano 39º, nº 13276, 23 de Novembro de 1959, pp. 6 e 11.
- *Consequências dos Descobrimientos Henriquinos na Lusitanização do Ultramar Português*. Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa, 1960.
- *A figura e obra do Infante D. Henrique*. Lisboa: Portugalíia Editora, 1960.

- “O Infante D. Henrique e a Guiné”, in *Portugal d’aquém e d’além-mar, Revista ilustrada*. Lisboa: ano XXIV, nº95, Março de 1961, pp.11-13 e 28.
- “Terçanabal”, in *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. XXXI. Lisboa/Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia Limitada, 1961.
- “O Infante D. Henrique”, in *Os Grandes Portugueses*, vol I, direcção de Hernâni Cidade. Lisboa: Arcádia, [196-?].

Outros temas de História do Algarve⁵⁹⁵

LOPES, Francisco Fernandes,

- “Acerca de Faro antes da Reconquista”, in *Correio do Sul*. Faro: ano 9, nº595, 15 de Julho de 1928, p.2.
- “A lápide de Silves ao rei-poeta árabe Al-Motamid”, in *Correio do Sul*. Faro: ano 9, nº596, 22 de Julho de 1928, pp.1-2.
- “A homenagem de Silves a Motamid, rei-poeta árabe”, in *Correio do Sul*. Faro: ano 9, nº597, 29 de Julho de 1928, p.2.
- “Ainda a lápide a Al-Motamid”, in *Correio do Sul*. Faro: ano 9, nº599, 12 de Agosto de 1928, p.2.
- “As origens da nossa cidade, «Santa Maria» antes de «Faro»”, in *Correio do Sul*. Faro: ano 9, nº612, 11 de Novembro de 1928, p.2
- “As origens da nossa cidade, «Santa Maria» antes de «Faro»”, in *Correio do Sul*. Faro: ano 9, nº613, 18 de Novembro de 1928, p.2.
- “As origens da nossa cidade, do ano 1000 ao Motamid”, in *Correio do Sul*. Faro: ano 9, nº615, 1 de Dezembro de 1928, p.2.
- *Do Algarve Bizantino*, separata da *Bracara Augusta*, Revista Cultural da Câmara Municipal de Braga. Braga: [s.n.], 1960.

Outros temas de História

LOPES, Francisco Fernandes,

- “Cristóforo Colombo e Cristóbal Colón” in *Seara Nova*, Revista de Doutrina e Crítica. Lisboa, nº468, 5 de Março de 1936, pp.179-181.
- “Cristóbal Colón”, in *Seara Nova*, Revista de Doutrina e Crítica. Lisboa, nº473, 9 de Abril de 1936, pp.259-261.
- “Colaboração Portuguesa no descobrimento da América não-brasileira”, in *História da Expansão Portuguesa no Mundo*, direcção de António BAIÃO, Hernâni CIDADE e Manuel MÚRIAS, vol. II. Lisboa: Editorial Ática, 1939, pp.331-359.
- “Colombo (Cristóvão)”, in *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. VII. Lisboa/Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia Limitada, 1941.
- *Bataça e Miróbriga*, XIII Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências, Separata do Tomo VIII, 7ª Secção – Ciências Históricas e Filológicas. Lisboa: Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências, 1950.
- *Os Irmãos Corte-Real*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1957.
- *Nota sobre a Ilha Rodrigues*, sep. de *STVDIA*, revista semestral, nº11, Janeiro de 1963. Lisboa: STVDIA, 1963.

⁵⁹⁵ Os títulos listados neste item não foram estudados ou citados na presente dissertação. Foram incluídos nesta listagem bibliográfica apenas na sequência lógica de referência à historiografia do Algarve produzida por Francisco Fernandes Lopes, para além da que diz respeito ao Infante D. Henrique.

- “Fernão de Magalhães”, in *Os Grandes Portugueses*, vol I, direcção de Hernâni Cidade. Lisboa: Arcádia, [196-?], pp. 281-293.

Testemunhos

LOPES, Francisco Fernandes,

- “Duas cartas inéditas de Fernando Pessoa”, in *Seara Nova*, Revista de Doutrina e Crítica. Lisboa, nº795, 7 de Novembro de 1942, pp. 296-299.
- “Encontro”, in *Leonardo Coimbra, testemunhos dos seus contemporâneos*, textos coligidos por A. Casais Monteiro, Álvaro Ribeiro, José Marinho e Sant’Anna Dionísio. Porto: Livraria Tavares Martins, 1950.
- “Carta de Lisboa – Recordações...”, in *Notícias do Algarve*, semanário regionalista. Vila Real de Santo António: ano IV, nº168, 26 de Agosto de 1956, pp.1 e 4.
- “Um notável trabalho de Alberto Iria”, in *Correio do Sul*. Faro: ano XXXVII, nº2028, 22 de Novembro de 1956, pp.1 e 3.
- “Declarações do Sr. Dr. Francisco Fernandes Lopes”, in *Notícias do Algarve*, semanário regionalista. Vila Real de Santo António: ano VIII, nº383, 13 de Novembro de 1960, pp.1 e 4.

Temas diversos

LOPES, Francisco Fernandes,

- “Reforma eleitoral e eleições – as nossas considerações” (I, II e III), in *República Portuguesa*. Lisboa: ano I, 16, 19 e 21 de Março de 1911 [artigos transcritos e disponíveis em linha: http://www.olhao.web.pt/Personalidades/TextosFFL/FFL_ReformaEleitoral.htm, consultado a 20/04/2012].
- “Sobre a questão da antologia de poesias de Fernando Pessoa”, in *Seara Nova*, Revista de Doutrina e Crítica, nº784, 22 de Agosto de 1942.
- *Quer saber o dia-da-semana de qualquer data?*. Olhão: Edição do Autor, 1946.
- *Medicina e História – contra a epidemia do Integralismo Lusitano: cartas a um jovem integralista*, introdução e organização de A. Paulo Dias Oliveira, Série Mínima. [s.l.]: Universidade do Algarve, 2009.

❖ BIBLIOGRAFIA DE APOIO

Sobre Francisco Fernandes Lopes

BARBOSA, José,

- “«Perfil» do Dr. F. Lopes”, in *A Voz de Olhão*, suplemento do quinzenário *O Sporting Olhanense*. Olhão: ano III, nº58, 30 de Novembro de 1972, pp. 1-2 e 4.
- *Visto e ouvido... Em Olhão... Reflexões*. [s.l.]: Edição da Câmara Municipal de Olhão, 1993.

Centenário de Francisco Fernandes Lopes, cartas coligidas e comentadas por Alberto Iria. Faro: Universidade do Algarve, 1986.

Correio do Sul, semanário regionalista, “Um serão musical do Dr. Fernandes Lopes”. Faro: ano 7, nº471, 1 de Junho de 1926, p.1.

Correio do Sul, semanário regionalista, “O nosso ilustre colaborador Dr. Fernandes Lopes – Prémio Nacional do Infante D. Henrique”. Faro: ano XLI, nº2230, 17 de Novembro de 1960, pp. 1 e 4.

Diário de Lisboa, “O Prémio Henriquino”. Lisboa: ano 40, nº 13618, 9 de Novembro de 1960, p.2 [disponível em linha no sítio da Fundação Mário Soares: www.fmsoares.pt/diario_de_lisboa/dia?ano=1960&mes=11, consultado a 4/07/2012]

Enciclopédia Verbo Luso-Brasileira de Cultura, vol. 18. Lisboa/São Paulo: Editorial Verbo, 2001, s.v. “Lopes (Francisco)”.

FRANCO, Mário Lyster, “LOPES (Francisco Fernandes)”, in *Compilação do II volume da Algarviana* [texto dactilografado], letras NML. [s.l.]: [s.n.], [198-].

GOMES, Elviro Rocha (trad.), “Olhão, «a vila cubista», e a personalidade singular do Dr. Fernandes Lopes”, tradução de um excerto da obra *Portugal: land der christusritter*, de Jacob JOB, in *A Voz de Olhão*, suplemento do quinzenário *O Sporting Olhanense*. Olhão: ano XIV, nº298, 30 de Novembro de 1984, p.1

GOUVEIA, Abílio, “Efemérides – Dr. Fernandes Lopes”, in *A Voz de Olhão*, suplemento do quinzenário *O Sporting Olhanense*. Olhão: ano VIII, nº158, 31 de Outubro de 1978, pp.4 e 6.

Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, vol. XV. Lisboa/Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, Lda., [s.d.], s.v. “Lopes (Francisco Fernandes)”.

J. M., “O ilustre escritor algarvio Dr. Francisco Fernandes Lopes foi vencedor do concurso de obras sobre o Infante D. Henrique”, in *O Algarve*, semanário independente fundado em 1908. Faro: ano 53º, nº2746, 13 de Novembro de 1960, pp.1 e 4.

J. T., Entrevista “Fernandes Lopes diz coisas interessantes sobre a tuberculose”, in *Correio do Sul*. Faro: ano 9º, nº586, 13 de Maio de 1928, p.2.

JOB, Jacob, *Portugal: land der christusritter*. Zurich: Eugen Rentsch, 1951.

JÚNIOR, J. H. Botelho, “O Saudoso Dr. Fernandes Lopes”, in *O Olhanense*. Olhão: ano XLI, nº842, 1 de Agosto de 2003, p.3.

LOPES, Francisco Fernandes, *Medicina e História – contra a epidemia do Integralismo Lusitano: cartas a um jovem integralista*, introdução e organização de A. Paulo Dias Oliveira, Série Mínima. [s.l.]: Universidade do Algarve, 2009.

MACHEIRA, José, “Olhão vive a glória dum seu filho”, in *Notícias do Algarve*, semanário regionalista. Vila Real de Santo António: ano VIII, nº384, 20 de Novembro de 1960.

MARREIROS, Glória Maria, *Quem foi quem? 200 Algarvios do Século XX*. Lisboa: Edições Colibri, 2000.

MATOS, Manuel Cadafaz de, *Francisco Fernandes Lopes (1884-1969), um historiador na sua diversidade, elementos para uma biografia*. Faro: Delegação Regional da Cultura do Algarve – Secretaria de Estado da Cultura, 1994.

NOBRE, Antero,

- “Uma figura da Renascença «desgarrada» no século XX”, in *A Voz de Olhão*, suplemento do quinzenário *O Sporting Olhanense*. Olhão: ano III, nº50, 30 de Junho de 1972, pp.3-4.

- *O Doutor Fernandes Lopes, apontamento bio-bibliográfico*, Separata de *A Voz de Olhão*. Olhão: [s.n.], 1984.

PINA, António Paula Brito de,

- “Francisco Fernandes Lopes”, 2007 [disponível em linha no sítio da APOS – Associação de Valorização do Património Cultural e Ambiental de Olhão: http://www.olhao.web.pt/Personalidades/francico_fernandes_lopes.htm, consultado a 30/03/2011].

- “Fotobiografia de Francisco Fernandes Lopes”, [s.d.] [disponível em linha no sítio da APOS – Associação de Valorização do Património Cultural e Ambiental de Olhão: <http://www.olhao.web.pt/personalidades/fotobiografiafl.htm>, consultado a 30/03/2011].

Quem é Alguém/Who's who in Portugal, Dicionário biográfico das personalidades em destaque no nosso tempo. Lisboa: Portugalia, 1947, s.v. “Lopes (Francisco Fernandes)”.

ROULET, Lionel, “Le Docteur Francisco Fernandes Lopes”, in *Le Cercle Culturel Camoens a Faro*, Ed. du Bulletin d'études Portugaises/Institut Français au Portugal. [s.l.]: Coimbra Editora, Limitada, 1941, pp.15-16.

SANTOS, Mariana Amélia Machado, *No Centenário do nascimento do Dr. F. Fernandes Lopes*, separata de *A Voz de Olhão*. Olhão: A Voz de Olhão, 1985.

SILVESTRE, J. Carlos, “Subsídios para uma biografia do Dr. Francisco Fernandes Lopes”, in *A Voz de Olhão*, suplemento do quinzenário *O Sporting Olhanense*. Olhão, nº345, 20 de Dezembro de 1986, pp.1 e 2.

VILLARES, João, *Quem é quem em Olhão – vida de olhanenses de ontem e de hoje que honram Olhão*, 1º volume. Olhão: Livraria Clinar, 2004.

(A) *Voz de Olhão*, suplemento do quinzenário *O Sporting Olhanense*, “A homenagem à memória do Dr. F. Fernandes Lopes revestiu-se de grande brilho e significado”. Olhão: ano III, nº57, 10 de Novembro de 1972, pp. 1 e 4.

Olhão

MENDES, António Rosa, *Olhão fez-se a si próprio*. Olhão: Gente Singular Editora, 2009.

MESQUITA, José Carlos Vilhena, “As primícias jornalísticas de Mestre Aquilino Ribeiro na Vila de Olhão”, in *4º Congresso Nacional do Algarve. Livro das Comunicações*, vol. I. [s.l.]: Rascal Clube, 1986, pp.253-259.

NOBRE, Antero,

- *História Breve da Vila de Olhão da Restauração*. Olhão: Edição de «A Voz de Olhão» (suplemento do jornal *O Sporting Olhanense*), 1984.

- *Opúsculos Históricos sobre Olhão*. Olhão: Município de Olhão, 2008.

OLIVEIRA, Ataíde, *Monografia do Concelho de Olhão*, 2ª edição. Faro: Algarve em Foco Editora, 1986.

PINA, António Paula Brito de, “*Museu Fotográfico de Olhão*”, [s.d.] [disponível em linha no site da APOS – Associação de Valorização do Património Cultural e Ambiental de Olhão: www.olhao.web.pt/museu_fotografico_de_olhao.htm, consultado a 18/02/2011].

RIBEIRO, Aquilino, “Olhão”, in PROENÇA, Raul (coord.), *Guia de Portugal*, vol. II, fac-símile da 1ª edição publicada pela Biblioteca Nacional de Lisboa em 1927. [s.l.], Fundação Calouste Gulbenkian, 1983, pp.244-252.

Estudos sobre historiografia, educação e divulgação da história nacional

CARVALHO, Filipe Nunes de, “Historiografia henriquina: um pretérito imperfeito”, in *Revista Oceanus*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, nº17, Março de 1994, pp.74-80.

CARVALHO, Rómulo de, *História do Ensino em Portugal, desde a fundação da nacionalidade até o fim do regime de Salazar-Caetano*, 3ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

CORREIA, Luís Grosso; MATOS, Sérgio Campos, “Memória, identidade e poder: os manuais de história”, in *Manuais escolares da Biblioteca Pública Municipal do Porto*, catálogo da exposição na BPMP. Porto: Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação do Porto/Faculdade de Letras do Porto, [2008].

GARDINER, Patrick, *Teorias da História*, 3ª ed., Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.

JOÃO, Maria Isabel,

- *O Infante D. Henrique na historiografia*. Lisboa: Grupo de trabalho do Ministério da Educação para as comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1994.

- *Mito e memória do Infante D. Henrique*. Lagos: Câmara Municipal de Lagos/ Comissão Municipal dos Descobrimentos, 2004.

MARTINS, José António, *Sagres – uma vila do séc. XV: percursos pela sua historiografia, desde o passado à actualidade*. Porto: Papiro Editora, 2008.

MATOS, Sérgio Campos,

- *História, Mitologia, Imaginário Nacional. A História no Curso dos Liceus (1895-1939)*. Lisboa: Livros Horizonte, 1990.

- *História, positivismo e função dos grandes homens no último quartel do séc. XIX*, separata de *Penélope*, nº8. Lisboa: [s.n.], 1992.

- *O V Centenário Henriquino (1960): Portugal entre a Europa e o Império*, Separata de *O fim da segunda guerra mundial e os novos rumos da Europa*. Lisboa: Cosmos, 1996, pp. 153-169.

- *Historiografia e Memória Nacional – 1846-1898*. Lisboa: Edições Colibri, 1998.

- *A historiografia portuguesa dos Descobrimentos no século XIX*, Separata de *Los Ibéricos y el mar*, 2. Madrid: Sociedad Estatal Lisboa'98, 1998, pp.55-80.

- *Historiografia e mito no Portugal Oitocentista – a ideia de carácter nacional*, separata das *Actas dos IV Cursos Internacionais de Verão de Cascais (7 a 12 de Julho de 1997)*, vol. III. Cascais: Câmara Municipal de Cascais, 1998, pp.245-258.

- “História e identidade nacional: a formação de Portugal na historiografia contemporânea”, in *Lusotopie: enjeux contemporaines dans les espaces lusophones*, vol.2, 2002.

MAURÍCIO, Carlos, *A Invenção de Oliveira Martins – política, historiografia e identidade nacional no Portugal Contemporâneo (1867-1960)*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2005.

MELO, Daniel, *Salazarismo e Cultura Popular (1933-1958)*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2001.

MÓNICA, Maria Filomena, *Educação e Sociedade no Portugal de Salazar*. Lisboa: Editorial Presença/Gabinete de Investigações Sociais, 1978.

NÓVOA, António, “A «Educação Nacional»”, in *Nova História de Portugal*, direcção de Joel SERRÃO e A.H. de Oliveira MARQUES, vol. XII – Portugal e o Estado Novo (1930-1960), coordenação de Fernando ROSAS. Lisboa: Editorial Presença, 1992.

PROENÇA, Maria Cândida; VIDIGAL, Luís; COSTA, Fernando, *Os Descobrimentos no Imaginário Juvenil (1850-1950)*. Lisboa: Comissão Coordenadora para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000.

SÁ, Victor de, *A historiografia sociológica de António Sérgio*. [s.l.]: Instituto de Cultura Portuguesa, 1979.

Historiografia henriquina

ALMEIDA, Fortunato de, *História de Portugal*, vol. III. Lisboa: Promoclube, [1985].

AMEAL, João,

- *O Infante e o século português*, separata do *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, vol. XXIII, fascículos 1-2. Porto: Edições Marãnus, 1960.

- *História de Portugal, das origens até 1940*, 6ª edição. Porto: Livraria Tavares Martins, 1968.

BAIÃO, António; CIDADE, Hernâni; MÚRIAS, Manuel (dir.), *História da Expansão Portuguesa no Mundo*. Lisboa: Ática, 1937.

BARROS, João de, *Década Primeira da Ásia*. Lisboa: [Impresso por Jorge Rodriguez], 1628 [disponível em linha na Biblioteca Nacional Digital: <http://purl.pt/21935/2/>, consultado a 03/08/2012].

BENSAÚDE, Joaquim,

- *As origens do plano das índias*. Paris: Livraria Aillaud, 1930.

- *A Cruzada do Infante D. Henrique*, edição comemorativa do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1960.

Boletim da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. Porto: DGMEN, nº100 “Monumentos de Sagres”, Junho de 1960.

BRAGA, Teófilo, “A Lenda Infantista”, prefácio da obra de J. Tomé da Silva, *A Lenda de Sagres*. Porto: Tip. Porto-Gráfico, 1914.

BRITO, Francisco Mendes de, *O Infante D. Henrique, 1394-1460*. Lisboa: Livraria Portugália, 1942.

BROCHADO, Costa, *O Infante D. Henrique*. Lisboa: Editorial Império, [1942].

CORTESÃO, Jaime,

- “Sagres”, in PROENÇA, Raul (coord.), *Guia de Portugal*, vol. II, fac-símile da 1ª edição publicada pela Biblioteca Nacional de Lisboa em 1927. [s.l.], Fundação Calouste Gulbenkian, 1983, pp.312-320.
- “A génese da expansão portuguesa”, in PERES, Damião (dir.), *História de Portugal*, Edição monumental comemorativa do 8º centenário da fundação da nacionalidade, vol.III. Barcelos: Portucalense Editora, 1931, pp.333-351.
- “O desígnio do Infante e as explorações atlânticas até à sua morte”, in PERES, Damião (dir.), *História de Portugal*, Edição monumental comemorativa do 8º centenário da fundação da nacionalidade, vol.III. Barcelos: Portucalense Editora, 1931, pp.352-384.
- “Influência dos Descobrimientos dos portugueses na história da civilização”, in PERES, Damião (dir.), *História de Portugal*, Edição monumental comemorativa do 8º centenário da fundação da nacionalidade, vol.IV. Barcelos: Portucalense Editora, 1932, pp.179-240.
- *Teoria Geral dos Descobrimientos Portugueses*, Cadernos «Seara Nova». Lisboa: Seara Nova, 1940.
- *A expansão dos portugueses no período henriquino*. Lisboa: Portugália Editora, 1965.
- *Os Descobrimientos Portugueses*, vol. II, colecção obras completas de Jaime Cortesão. Lisboa: Livros Horizonte, 1975.

COSTA, Abel Fontoura da,

- “Vila do Infante, antes Terça Nabal e Sagres depois”, in *Arquivo Histórico da Marinha*, vol. I. Lisboa: Edição do Arquivo Histórico da Marinha, 1933-1936, citado por *Boletim da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*. Porto: DGMEN, nº100 “Monumentos de Sagres”, Junho de 1960.
- *A ciência náutica dos portugueses na época dos descobrimientos*. Lisboa: Comissão Executiva das Comemorações do Quinto Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1958.

FREITAS, Jordão de,

- *O Infante D. Henrique no Promontório Sacro*, separata da *Revista de Arqueologia*, tomo III. Lisboa: [s.n.], 1938.
- *A vila e a fortaleza de Sagres nos séculos XV a XVIII*. Coimbra: Instituto para a Alta Cultura, 1938.

GODINHO, Vitorino Magalhães,

- “Duarte Leite e a evolução dos estudos de História dos Descobrimientos”, in LEITE, Duarte, *História dos Descobrimientos, colectânea de esparsos*, organização, notas e estudo final de V. Magalhães Godinho, vol.II. Lisboa: Edições Cosmos, 1960.
- *A Expansão Quatrocentista Portuguesa*, 2ª edição. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2008.

GÓIS, Damião de, *Chronica do Principe D. Joam*. Lisboa: [Oficina da Música], 1724 [disponível em linha na Biblioteca Nacional Digital: <http://purl.pt/286>, consultado a 03/08/2012].

HOLSTEIN, Marquês de Sousa, “A Escola de Sagres e as tradições do Infante D. Henrique”, in *Conferências celebradas pela Academia Real das Ciências de Lisboa acerca dos Descobrimientos e Colonizações dos Portugueses na África (1877-1880)*. Lisboa: Academia Real das Ciências, 1892, pp.6-86 [disponível em linha no Internet Archive: <http://archive.org/details/conferenciascel00lisbgoog>, consultado a 13/08/2012].

IRIA, Alberto,

- *Itinerário do Infante D. Henrique no Algarve*, 2ª edição. Lisboa: Casa do Algarve, 1989.

- *O Infante D. Henrique no Algarve (estudos inéditos)*. Lagos: Centro de Estudos Gil Eanes, 1995.

LEITE, Duarte,

- *Talent de bien faire*, separata da *Revista Portuguesa*, tomo I, fascículo II. São Paulo: [s.n.], 1930.

- *Coisas de Vária História*. Lisboa: Seara Nova, 1941.

- *Lendas na história da navegação astronómica em Portugal*, separata de *Biblos*, vol. XXVI. Coimbra: Coimbra Editora, 1950.

- *História dos Descobrimentos, colectânea de esparsos*, organização, notas e estudo final de V. Magalhães Godinho, vols. I e II. Lisboa: Edições Cosmos, 1958-60.

LUSITANO, Cândido, *Vida do Infante D. Henrique*. Lisboa: [Oficina patriarcal de Francisco Luiz Ameno], 1758 [disponível em linha no Google Livros: <http://books.google.pt/books?id=AkAOAAAAQAAJ>, consultado a 03/08/2012].

MARIZ, Pedro de, *Dialogos de Varia Historia*. Coimbra: [Oficina de António de Mariz], 1594 [disponível em linha na Biblioteca Nacional Digital: <http://purl.pt/22932>, consultado a 03/08/2012].

MARTINS, Oliveira,

- *História de Portugal*. Lisboa: Guimarães & C.ª Editores, 1977.

- *Os filhos de D. João I*. Lisboa: Guimarães Editores, 1993.

MATTOSO, António G., *Compêndio de História de Portugal (Aprovado, oficialmente, como livro único para o 6.º ano dos liceus)*, 10.ª edição. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1947.

MORENO, Mateus, *Sagres e o Infante*. Lisboa: Casa do Algarve, 1956.

NEMÉSIO, Vitorino, *Vida e obra do Infante D. Henrique*, 2ª edição. Porto: Vertente, 1984.

PERES, Damião (dir.), *História de Portugal*, Edição monumental comemorativa do 8º centenário da fundação da nacionalidade, vols. III e IV Barcelos: Portucalense Editora, 1931-1932.

PERES, Damião,

- *História dos Descobrimentos Portugueses*, Colecção Henriquina. Lisboa: Comissão Executiva das Comemorações do Quinto Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1959.

- *A acção do Infante D. Henrique no desenvolvimento da ciência*, separata do vol. I das Actas do Congresso Internacional de História dos Descobrimentos. Lisboa: [s.n.], 1961.

- *História dos Descobrimentos Portugueses*, 3ª ed. Porto: Vertente, 1983.

PIMPÃO, Álvaro Júlio da Costa, *A historiografia oficial e o sigilo sobre os descobrimentos*, separata do I Congresso da História da Expansão Portuguesa no Mundo. Lisboa: [s.n.], 1938.

REBELO, J. I. Brito, "Villa do Infante", in *O Occidente, revista ilustrada de Portugal e do estrangeiro* vol. XVII. Lisboa: 17º Ano, nº548, 11 de Março de 1894, pp.66-71.

S. LUÍS, Frei Francisco de, "Reflexões gerais acerca do Infante D. Henrique e dos descobrimentos de que ele foi autor no século XV", in *Obras Completas do Cardeal Saraiva*, Tomo V. Lisboa: Imprensa Nacional, 1875, pp.1-44 [disponível em linha no Internet Archive: <http://archive.org/details/obrascompletasdo05sluiuoft>, consultado a 12/08/2012].

SANCEAU, Elaine,´

- *D. Henrique, o Navegador*, Porto: Civilização, 1942.

- *Descobrimientos henriquinos*, 2ª edição. Porto: Civilização, 1962.

SANTARÉM, Visconde de, “Introdução” à *Crónica do Descobrimento e Conquista de Guiné*, de Gomes Eanes Zurara. Paris: [publicada por J. P. Aillaud], 1841, pp.I-XVIII.

SIMÕES, Veiga, “O Infante D. Henrique. O seu tempo e a sua acção”, in *História da Expansão Portuguesa no Mundo*, direcção de António Baião, Hernâni Cidade e Manuel Múrias, vol. I. Lisboa: Ática, 1937.

SOUSA, Manuel de Faria e, *Epítome de las historias portuguesas*, tomos I e II. Madrid: [s.n.], 1628 [disponível em linha no Google Livros: <http://books.google.pt/books?id=-Q1Q2YGZLLEC&hl=pt>, consultado a 03/08/2012].

Contextualização histórica

(A) *Águia: revista quinzenal ilustrada de literatura e crítica*. Porto: Tércio de Miranda, ano 1 – nº1 a ano 20 – nº3, Dezembro de 1910 a Maio/Julho de 1932 [disponível em linha na Biblioteca Nacional Digital: <http://purl.pt/12152>, consultado a 16/02/2012].

BAPTISTA, Pedro Luís da Rocha

- *O pensamento moral e político de Newton de Macedo*, Dissertação de Doutoramento em Filosofia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto: Universidade do Porto, 2006 [disponível em linha no Repositório Aberto da Universidade do Porto: <http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/19021>, consultado a 30/07/2012].

- “Newton de Macedo: da filosofia da história para a sociologia”, in *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras*. Porto: Série I, vol.19, 2009, pp.369-409.

BRANCO, João Pedro, *O municipalismo no pensamento de Alexandre Herculano (1834-1859)*, Dissertação de Mestrado em Cultura e Formação Autárquica. Lisboa: Universidade de Lisboa/Faculdade de Letras, 2007 [disponível em linha no Repositório da Universidade de Lisboa: <http://repositorio.ul.pt/handle/10451/402>, consultado a 14/08/2012].

BRITO, A. Ferreira de, “Vozes da resistência na revista luso-francesa Afinidades durante o período da ocupação”, in *Revista da Faculdade de Letras: Línguas e Literaturas*. Porto: Série II, vol.12, 1995, pp.371-394.

CIDADE, Hernâni (dir.), *Os Grandes Portugueses*. Lisboa: Editora Arcádia, [196-].

COIMBRA, Leonardo, *A Filosofia de Henri Bergson*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1994.

Collecção das leys, decretos e alvarás, que comprehende o feliz reinado del Rey fidelíssimo D. Jozé I, Tomo II – de 1761 a 1769. Lisboa: Na Oficina de António Rodrigues Galhardo, 1770 [disponível em linha no Google Livros: <http://books.google.pt/books?id=t2JHAAAAYAAJ&hl=pt>, consultado a 04/02/2013].

Comissão Executiva do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, *Regulamento do “Grande Prémio Infante D. Henrique”*. Lisboa: [s.n.], 1958.

Correio do Sul, semanário regionalista, “Uma obra em marcha... A Universidade Popular do Algarve”. Faro: ano 4, nº177, 5 de Abril de 1923.

CRUZ, Júlio (coord.), *Aquilino Ribeiro – percursos de uma vida*. Viseu: Avis, 1998.

DOMINGOS, Manuel D., *Subsídios para a História da Biblioteca Nacional*. Lisboa: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 1995.

FICHTE, J. G., *Discursos à Nação Alemã*, trad. Alexandre Franco de Sá, int. Diogo Ferrer. Lisboa: Temas e Debates, 2009.

LOPES, João Baptista da Silva,

- *Relação da derrota naval, façanhas e sucessos dos cruzados que partiram do Escalda para a Terra Santa no ano de 1189, escrita em latim por um dos mesmos cruzados*. Lisboa: Academia Real das Ciências de Lisboa, 1844 [disponível em linha no Google Livros: http://books.google.pt/books?id=RSQ_AAAAcAAJ&hl=pt-PT, consultado a 10/01/2013].

- *Corografia ou memória económica, estatística e topográfica do Reino do Algarve*, 1º vol. Faro: Algarve em Foco Editora, 1988.

LOPES, Óscar, *Cinco personalidades literárias: Jaime Cortesão, Aquilino Ribeiro, José Rodrigues Miguéis, José Régio, Miguel Torga*. Porto: edição do autor, [195-].

MAGALHÃES, Joaquim Romero,

- “Cortesão, Jaime Zuzarte (Ançã, 1884 – Lisboa, 1960)”, in *Dicionário dos Historiadores Portugueses – Da Academia Real das Ciências ao final do Estado Novo*. [s.l: s.n., s.d.] [disponível em linha na Biblioteca Nacional de Portugal: <http://dichp.bnportugal.pt>, consultado a 19/10/2012].

- “Godinho, Vitorino Barbosa de Magalhães (Lisboa, 1918 – Lisboa, 2011)”, in *Dicionário dos Historiadores Portugueses – Da Academia Real das Ciências ao final do Estado Novo*. [s.l: s.n., s.d.] [disponível em linha na Biblioteca Nacional de Portugal: <http://dichp.bnportugal.pt>, consultado a 26/03/2013].

MARQUES, A. H. de Oliveira, *Guia de História da 1ª República Portuguesa*. Lisboa: Editorial Estampa, 1981.

MARTINS, José V. de Pina, “Joaquim de Carvalho – o homem e a obra”, 1978 [disponível em linha: www.joaquimdecarvalho.org, consultado a 23/03/2013].

MENDES, António Rosa, *Faro – roteiros republicanos*. Matosinhos: Quidnovi, 2010.

MENDES, Manuel (coord.), *Aquilino Ribeiro*, colecção «A obra e o homem». Lisboa: Arcádia, 1960.

MONTEIRO, Cecília Maria da Silva, *Simone de Beauvoir e Portugal*, Dissertação de Mestrado em Estudos Franceses apresentada à Universidade de Aveiro. Aveiro: Universidade de Aveiro/Departamento de Línguas e Culturas, 2004 [disponível em linha no Repositório Institucional da Universidade de Aveiro: <http://ria.ua.pt/handle/10773/2759>, consultado a 30/07/2012].

MOURÃO-FERREIRA, David, *Portugal, a Terra e o Homem – antologia de textos de escritores do século XX*, II volume, 1ª série. [s.l.]: Edição da Fundação Calouste Gulbenkian, 1979.

Nova Silva: revista ilustrada. Porto: [s.n.], ano I, nº1 a nº7, 2 de Fevereiro de 1907 a 10 de Abril de 1907 [disponível em linha na Hemeroteca Digital: <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/NovaSilva/1907/NovaSilva.htm>, consultado a 24/02/2012].

PALMA, Patrícia de Jesus, *A produção literária impressa no Algarve durante os séculos XIX e XX*, Dissertação de Mestrado em Estudos Portugueses – Literatura Portuguesa (Época Contemporânea). Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa, 2008.

PROENÇA, Raul (coord.), *Guia de Portugal*, vol. II – Estremadura, Alentejo, Algarve, fac-símile da 1ª edição publicada pela Biblioteca Nacional de Lisboa em 1927. [s.l.]: Fundação Calouste Gulbenkian, 1983.

PROENÇA, Raul, *Polémicas*, organização, prefácio e cronologia de Daniel Pires. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1988.

REIS, Ema Romero Santos Fonseca da Câmara, *Seis anos de divulgação musical: programas, conferências, críticas*, 5 volumes. [s.l.: s.n.], 1929-1940.

RIBAS, Tomaz, *O Trajo Regional em Portugal*. [s.l.]: Difel, 2004.

RIBEIRO, Aquilino, *Um Escritor Confessa-se*, 2ª edição. Lisboa: Bertrand Editora, 2008.

RIBEIRO, Orlando, *Geografia e civilização*, 3ª edição, Lisboa, Livros Horizonte, 1992.

SAMUEL, Paulo, *A Renascença Portuguesa, um perfil documental*. Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 1990.

SÉRGIO, António, *Obras completas – Breve interpretação da História de Portugal*, 6ª edição, Série Clássicos Sá da Costa. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1976.

SERRÃO, Joel (dir.), *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Livraria Figueirinhas, 1981.

(A) *Vida Portuguesa: quinzenário de inquérito à vida nacional*. Porto: Renascença Portuguesa, nº1 a nº39, 31 de Outubro de 1912 a 2 de Novembro de 1915 [disponível em linha na Biblioteca Nacional Digital: <http://purl.pt/284>, consultado a 9/03/2012].

ANEXO I

TEXTOS DE APOIO

TEXTO I

Francisco Fernandes LOPES, “Carta de Lisboa – Recordações”, in *Notícias do Algarve*, semanário regionalista. Vila Real de Santo António: ano IV, nº168, 26 de Agosto de 1956, pp.1 e 4.

Carta de Lisboa – Recordações...

In illo tempore... – quero dizer, precisamente no último ano do séc. XIX, ainda o Liceu de Faro, – o velho liceu do Largo da Sé, não tinha biblioteca...; e, em toda a cidade, não havia uma única livraria, – pois livraria não pode chamar-se à Tabacaria Havaneza, onde se reuniam a fumar e cavaquear uns conspícuos senhores da cidade, por se encontrarem à venda ali um ou outro romance da colecção *Horas de Leitura* ou da *colecção Pereira*, além de livros escolares que também se vendiam numa outra papelaria...

O meio intelectual académico calcula-se assim qual fosse... E a minha vingança, como já disse, eram os *Lusíadas*.

Ora, a esse tempo existia ainda, nas águas de Faro, a pimpante corveta *Duque de Palmela*, como escola de alunos marinheiros, da invenção do benemérito Ferreira de Almeida. E precisamente naquele ano, viera para ali tirocinar, um guarda-marinha, que se chamava Jaime Anahory Athias – (mais tarde secretário da Presidência da República, desde o tempo do almirante Canto e Castro). Já não me lembro de como nos conhecemos; mas o que sei é que ele simpatizou com a minha vivacidade e eu com a sua ponderação, e ficámos, para todo o sempre, amigos, como se de há muito o fôramos, - amigos de *tu*, apesar de ele ser alguns anos mais velho do que eu. Recordo-o sempre com saudade, porque, além de boa inteligência que sempre reinou entre nós, lhe fiquei a dever o meu nascimento para a vida propriamente científica... Enclausurado no Camões, foi ele quem me abriu uma janela larga para o campo das ciências, falando-me da física, da astronomia, do Tycho-Brahe e do Képler, do cálculo integral e diferencial, em que ele era exímio.

E, para cúmulo final, sucedeu até isto: tratando-me como um irmão mais novo, como se dera o caso de ter regressado a Lisboa em 1901, no mesmo comboio em que eu vinha para o 6º ano, foi ele quem me disse, ao chegarmos à capital: – *Olha, tu instalas-te aqui no Francfort de Santa Justa até à tarde, porque, como não sabes nada disto, eu vou arranjar-te casa em sítio bom.*» E foi assim que eu vim a ficar instalado na casa onde sempre morei aqui, na rua da Penha de França, 52, 2º, – em casa de duas senhoras velhas, amigas, viúvas ambas,

uma com uma filha já mulher, que namorava um ajudante de farmácia com que depois casou, e a outra com um sobrinho, o Duarte, um rapazote empregado no caminho de ferro, no Rossio. A única mudança que houve foi o passarmos depois para o 3.º andar, e a rua ter passado a ser mais tarde Calçada de João do Rio (hoje Calçada do Engenheiro Miguel Pais, conforme acabo de ver). Porque a casa ainda lá está, com a mesma porta e a mesma escada, e ao lado dela, de um e outro lado, o mesmo rês-do-chão onde do lado de baixo havia uma taberna – o *três-em-pipa*, com uma tabuleta pitoresca alusiva, e do lado de cima um restaurante do mesmo nome, aonde a rapaziada da Politécnica afluía...

No meu primeiro ano de Lisboa, o 6º ano de curso, no Liceu do Carmo, lembro-me do velho reitor dr. José Maria Rodrigues, a correr atrás da rapaziada endiabrada, e lembro-me de três professores - o *Psiquè*, da filosofia ensinada pelo Boirac, pequenino, todo nervoso na sua vivacidade, o Sá e Oliveira, recentemente despadrado, fino, sagaz, muito simpático, e sobretudo o bondoso Morais de Almeida, que foi quem, com paciência paternal, todo corado e carregando muito nos *rr*, me rasgou o véu da matemática...– a mim, como a tantos outros, certamente.

Na mesma turma me encontrava eu, vindos de Faro, com o Justino Bivar e com o José Sieuve Afonso, que, mais velho do que eu, fora em Faro o meu constante companheiro de estudo. (A propósito dele, lembro-me de que seu pai, o então director das obras públicas, nas férias em Olhão, nos explicava por vezes coisas da difícil matemática e me emprestara uma vez um volume da biblioteca de seu pai, o defunto dr. Estêvão, um volume com obras do teatro de Victor Hugo, o *Hernani*, o *Ruy Blas*, a *Marion Delorme* e o *Roi s'amuse*, que assim fiquei desde então a conhecer, excepcionalmente.

Na turma, outros rapazes a minha simpatia escolheu: o Arruda Furtado, o Malheiro Reimão, o Feliciano da Costa, o Tibúrcio Teixeira. Ali aprendi, casualmente, estenografia, com um oficial do exército que abria um curso, facultativo, com a aula repleta no primeiro dia, mas que acabou por ficar só com uns seis, dos quais fui um...

Nesse ano lectivo (1901/1902), como o Justino Bivar morava ali perto, na rua da Escola Politécnica, em casa de seu tio, o velho conselheiro Luís Bivar, e eu ia por vezes procurá-lo, ainda tive ocasião de conhecer assim o venerando presidente da Câmara dos Pares.

No ponto de vista cultural, foi todavia para mim, esse ano, quase nulo...

A minha verdadeira vida intelectual só começou no ano seguinte, com o meu sétimo ano no Liceu da Regaleira, a S. Domingos. O acaso do nome Francisco fez-me ter por companheiros de carteira dois outros Franciscos: do lado esquerdo, Francisco de Castro-Freire; do lado direito, Francisco Pulido Valente. Ao primeiro fiquei a dever o ter lido toda a obra de Eugênio de Castro, desde as *Cristalizações da morte*, início clássico ainda, que ele me ia

emprestando da biblioteca de seu pai, o dr. António de Castro-Freire, tio do poeta... (Tive assim ocasião de ver a curiosa evolução da caligrafia deste, através do seu nefelibatismo, pelas dedicatórias da oferta: *ao seu tio e amigo...*) E escuso de dizer como a obra do excelso poeta e artista encontrou perfeito eco no meu gosto, ficando na minha memória, desde então logo, muitas das suas melhores poesias, tanto mais quanto pouco depois adquirira o volumezinho das *poesias escolhidas*, prefaciado por Silva Gaio, que preciosamente conservo ainda.

Ao outro Francisco – a quem por todas as afinidades me liga uma fraterna amizade – fiquei a dever a camaradagem que mutuamente nos levou para a leitura do Baudelaire e do Guyau e das generosas obras de intuito social que encontrávamos no célebre Kiosque do Rossio, hoje abolido. Falava-me ele muito do dr. Joaquim Madureira, que lhe revelara a *Degenerescência* do Max Nordau. E como sucedeu que na nossa turma eramos nós os dois que melhor sabíamos francês, além do português, isso mais no aproximou ainda...

Ora um dia, creio que conhecendo já eu, por ele, o Carlos Olavo, então militar em perspectiva, o Pulido me fala de um rapaz que tínhamos que conhecer, o Ramada Curto, que já fizera uma peça de teatro e estava a escrever um romance... E foi pelo Ramada, que cantava trechos do Wagner na sua espantosa voz de cantor compositor que imitava todas as vozes e todos os instrumentos, que eu vim a conhecer a música expressiva do gigante de Bayreuth – antípoda dos garganteados vácuos do famoso *bel canto* italiano, que eu visceralmente detestava...

Nascido pois, assim para o mundo musical (eu aprendera solfejo em Olhão com o meu saudoso colega, o velho dr. Luís Bernardino da Silva, flautista distinto e amador culto, que fora em 1880 um dos fundadores da Academia dos Amadores de Música, e era companheiro e amigo do Augusto Neuparth e do Viana da Mota), pouca música verdadeira conhecia ainda, além de uma ou outra peça de caixas de música ou de realejos de discos de cartão, e além de passos-dobles e das marchas fúnebres e graves das filarmónicas locais. Assim, a minha atenção musical dirigia-se agora para os excelentes programas do sexteto do Jansen, a cervejaria que todas as noites o nosso grupo – Olavo, Ramada, Pulido, Israel Anahory e eu – frequentava para ouvir o Caggiani ou o Pedro Blanch (violinos), o Bonnet (piano) e o Passos (violoncelo), e para os concertos da Banda da Guarda Municipal, na Avenida, aos domingos, com o velho Gaspar e depois o maestro Fão.

Ora em 1903, no S. Carlos, dava-se uma ópera, *O Demónio*, de Anton Rubinstein, sobre um conto de Lermontoff, com um prólogo exclusivamente sinfónico, ilustrado pela projecção de uma paisagem selvagem em quadros dissolventes. A música era, como mais tarde reconheci, dum género misto italo-beethoveniano-wagneriano. Agradou-me então muito. Ainda me lembro duma ária célebre - a ária de Azael... Enfim, posso dizer que fui *tentado pelo*

Demónio... E desde então, pensei em fazer uma ópera... A princípio sobre o *Eurico*, de Herculano: esbocei um libreto e compus uma ária de poesia lenta e grave, que ainda conservo de memória. Depois rodei para a *Constança*, do Eugênio de Castro, para a qual rabisquei também algumas passagens musicais. Mas por fim, tendo-me o Ramada emprestado a *Belkiss* – libreto em prosa, já feito e pronto, por assim dizer, a ele me atirei então, aí por 1907 ou 1908, pois encontro apontamentos datados deste ano.

Voltando porém ao meu sétimo ano, de 1903 a 1904, foi nesse ano que, nascido também já para a filosofia, pela leitura do Fouillée e do seu genial enteado Guyau, entrei com o Platão, ali na Biblioteca Nacional, pela porta do *Teeteto*, na elegante tradução de Victor Cousin; e assim me encontrei com o velho Sócrates, – meu semelhante e meu irmão.

Escuso de dizer que a Biblioteca Nacional foi desde então a minha verdadeira Universidade, em letras em ciências e filosofia... (e não era só minha, naturalmente; ainda me lembro, pelo menos, de um outro que lá via, assíduo, o hoje dr. Gustavo Cordeiro Ramos...)

Mas nesse meu sétimo ano, à rapaziada da minha turma juntara-se a da outra onde vinham o Alberto Mac-Bride, que de amizade se ligara ao Pulido e a mim, e o Trindade Coelho, e tantos outros, notáveis depois. E toda esta rapaziada confraternizou na representação que se fez, ali no D. Amélia, da peça de despedida, *Nos jardins de Acádemo*, architectada pelo João Marcelino Dias Pereira, mais homem já que qualquer de nós, sargento-cadete, e que me convidara para a escrever de parceria com ele. Conservo o único exemplar dessa *pochade*, a que o nosso mestre Borges Grainha, numa aula se referiu depois lisonjeiramente para nós, sobretudo para o Marcelino, talento verdadeiro, pois a minha parte fora bastante medíocre... Não recordaria essa récita se o seu produto, avultado ainda assim, não tivesse sido destinado ao monumento a Antero de Quental que então se projectara; pois a figura e a poesia de Antero haviam merecido a nossa veneração; e numa *Revista Académica* de que se publicaram apenas três ou quatro números, dirigida ou secretariada pelo João Marcelino, pelo Feliciano da Costa, pelo Melo Vieira e por mim, um dos números fora dedicado ao Antero, com um inflamado artigo medíocre da minha lavra a circundar o retrato do filósofo-poeta, reproduzido do *In Memoriam* que eu recentemente adquirira.

Foi nessas horas de mocidade e de efervescência que um dia o Pulido e eu, falando da carreira a seguir, nos decidimos pela Medicina – ou, melhor, me decidi eu, pois ele já estava tentado desde que o Francisco Gentil o operara não sei de quê. Tendo ambos cultura literária a par da científica – (o sétimo ano de então era de letras e ciências), olhávamos com certo desdém para os advogados, uns palavrosos, literatóides, estranhos à ciência, sem o espírito científico que a Medicina podia dar... E assim a Medicina o captou a ele – com a eficácia que se sabe, e me captou também a mim, que, nunca tendo querido absorver-me nela, com quebra

do meu visceral enciclopedismo incoercível, não vim afinal a passar dum vulgaríssimo *João Semana*, - por demais, enquistado desde há quarenta anos numa terra de província, onde, por ser a minha terra natal, jamais virei, decerto, a ser *profeta*.

Lisboa, 16 de Agosto de 1956.

Francisco Fernandes Lopes

CARTA DE LISBOA

RECORDAÇÕES...

Pelo DR. F. FERNANDES LOPES

IN illo tempore... — quero dizer, precisamente no último ano do séc. XIX, ainda o Liceu de Faro, — o velho liceu do Largo da Sé, não tinha biblioteca...; e, em toda a cidade, não havia uma única livraria, — pois livraria não pode chamar-se à Tabacaria Havaneza, onde se reuniam a fumar e cavaquear uns conspicuos senhores da cidade, por se encontrarem à venda ali um ou outro romance da colecção

Horas de Lettura ou da colecção *Peretra*, além de livros escolares que também se vendiam numa outra papelaria...

O meio intelectual académico calcula-se assim qual fosse... E a minha vingança, como já disse, eram os *Lusiadas*.

Ora, a esse tempo existia ainda, nas águas de Faro, a pimpante corveta *Duque de Palmela*, como escola de alunos marinheiros, da invenção do benemérito Ferreira de Almeida. E precisamente naquele ano, viera para ali tirocinar, um guarda-marinha, que se chamava Jaime Anahory Athias — (mais tarde secretário da Presidência da República, desde o tempo do almirante Canto e Castro). Já não me lembro de como nos conhecemos; mas o que sei é que ele simpatizou com a minha vivacidade e eu com a sua ponderação, e ficámos, para todo o sempre, amigos, como se de há muito o fôramos, — amigos de *tu*; apesar de ele ser alguns anos mais velho do que eu. Recordo-o sempre com saudade, porque, além de boa inteligência que sempre reinou entre nós, lhe fiquei a dever o meu nascimento para a vida propriamente científica... Enclausurado no Camões, foi ele quem me abriu uma janela larga para o campo das ciências, falando-me da física, da astronomia, do Tycho-Brahe e do Képler, do cálculo integral e diferencial, em que ele era exímio.

E, para cúmulo final, sucedeu até isto: tratando-me como um irmão mais novo, como se dera o caso de ter regressado a Lisboa em 1901, no mesmo comboio em

presenta
MA CRÓNICA
por semana

País é fértil, com os belos monumentos que possuímos, com os nossos museus, com a nossa arte popular, com variadíssimas coisas, enfim, que poderão deleitar os seus olhos ávidos de beleza e enriquecer ainda mais os seus conhecimentos.

Outros há que adoram o nosso folclore, a placidez

(CONCLUI NA 4.ª PAGINA)

(CONCLUI NA 4.ª PAGINA)

TEXTO II

Francisco Fernandes LOPES, “Encontro”, in *Leonardo Coimbra, testemunhos dos seus contemporâneos*, textos coligidos por A. Casais Monteiro, Álvaro Ribeiro, José Marinho e Sant’Anna Dionísio. Porto: Livraria Tavares Martins, 1950, pp.223-224.

Encontro

Sem me conhecer pessoalmente – só ouvindo falar de mim a amigos comuns (e sei hoje que o principal fora Fernando Pessoa), Leonardo Coimbra, ministro da Instrução, convidara-me, um dia, por telegrama, para assistente de Filosofia na Faculdade de Letras de Lisboa. Médico em Olhão, minha terra, desde havia pouco, impossível me era aceder. Declinei, pois, agradecendo e explicando. Mais tarde, criadas as Escolas Primárias Superiores, lembrou-se de me convidar para professor e director da de Faro. Simpatizando com a iniciativa cultural, aceitei; e fui-o, durante o tempo que a Escola viveu. Sei hoje que, para este segundo convite, imperara soberanamente no espírito de Leonardo: a espontânea generosidade fraterna havida por mim, tempos antes, em favor dum futuro colega meu que ele conhecia. (Leonardo – confirmou-mo um dos amigos mais íntimos, referindo-lhe eu isto um dia – punha, na verdade, o valor moral das pessoas ainda acima do valor intelectual).

Ora, quando director da Escola Primária Superior de Faro, fui uma vez a Lisboa: Leonardo deixara já então de ser ministro. Encontrámo-nos, apresentados não sei por quem dos nossos amigos; lembro-me, porém, de que estivemos num café do Rossio, e, na mesma mesa, o querido Ramada, vendo-nos juntos, começara a chasquear da Filosofia e do Platão que andara pelo Egipto a vender azeite; fábula insulsa que Leonardo enxotou com risota. Estou vendo ainda a sua figura robusta, alta, forte, desempenada, *simpácticotónica*, de olhar vivo, brilhantemente inteligente. Na conversa em que depois deambulámos, grande parte da noite, os dois só, pela rua Áurea quase deserta, tive ocasião de apreciar a nitidez do seu pensar e a elegância natural do seu verbo, como a inteireza de carácter e a pureza moral do velho *anarquista*...

Deste nosso único encontro sei que trouxe a melhor impressão: Leonardo Coimbra era, sem dúvida, uma personalidade superior, intelectualmente, artisticamente, moralmente.

Lembro-me do quão dolorosamente fui surpreendido pelo notícia da sua tão trágica morte. Tive pena dele, intimamente, como se fosse meu irmão, – digo-o com toda a sinceridade.

Da essência do seu pensamento filosófico e seu valor autêntico não ousou falar nesta sucinta nota de pura evocação pessoal. Mas uma sugestiva impressão não quero deixar de assinalar aqui: Leonardo Coimbra evoca-me sempre, irresistivelmente, Schelling. Por mais infundada que seja esta intuitiva aproximação, julgo bem que a não poderia fazer com nenhum outro dos grandes filósofos. Sempre aberto, como Schelling às mais diversas e sucessivas influências, meramente explicitadoras da sua essência pessoal profunda, a sua evolução religiosa, cifrada pela conversão oficial ao catolicismo, não me surpreendera, antevendo-a como termo lógico-natural; – momentâneo todavia, porque, se tem vivido, julgo bem que a sua *inquietação* – por demais sob o signo de Soloviev, Merejkowski e outros cristãos do *reino* final do *Espírito-Santo*, – acabaria por levá-lo para aquela espécie de extrema-esquerda do catolicismo, na qual, sob o invólucro dogmático supérfluo, vive a pura essência soberana em que comungam, afinal, os homens, verdadeiramente *supra-homens*, de todas as religiões, raças, países e climas.

Francisco Fernandes Lopes

TEXTO III

J. T., Entrevista “Fernandes Lopes diz coisas interessantes sobre a tuberculose”, in *Correio do Sul*. Faro: ano 9º, nº586, 13 de Maio de 1928, p.2.

Fernandes Lopes diz coisas interessantes sobre a tuberculose

Morreu tuberculoso!...

Obsessão... Resposta atormentadora.

Morreu tuberculoso!

E a maioria dos que por aí andam não se preocupam com o caminhar da terrível moléstia. Esta indiferença aterra.

Não, não ficaremos quedos. A nossa pena não ficará inactiva e trará à publicidade a opinião dos clínicos.

Eles dirão as causas, e aconselharão remédios. Os leitores acordarão do seu indiferentismo perigoso, e – quem sabe – iniciaremos todos uma campanha contra a tuberculose, – pois a cautela é um dos melhores remédios.

Procurámos em primeiro lugar o médico mais antigo de Olhão, sr. dr. Joaquim Raimundo da Fonseca. É sub-inspector da Saúde. Dirigimo-nos à Câmara. Não nos foi fácil chegar ao seu gabinete.

Uma pequena multidão impedia-nos a passagem, Eram marítimos que esperavam a vez de serem vacinados.

Na sala contígua ao gabinete, duas dezenas de homens mostrando nus os braços robustos, já rasgados pela lanceta, sangrentos; pálidos uns, outros sorridentes, deram-nos a impressão de comparceria de cinemomos prontos à focagem do operador.

– Viva o amigo repórter! Diga ao que vem...

– !!

– ??

– ?? Ai! Ai!

– Se insiste... vacino-o!

– Livra!

– Já lhe disse.

Serei o último. Estou sobrecarregado. São centenas de marítimos. Foge a disposição! Até à vista, serei o último.

Concordámos e... fomos procurar o sr. dr. Fernandes Lopes, o número dois por ordem de antiguidades.

Um rancho gentilíssimo acolhe o visitante. São as suas filhinhas. Belkiss faz as honras da casa. Entramos para o gabinete de trabalho do ilustre musicógrafo.

Os repórteres são tradicionalmente indiscretos.

Olho em redor. Esquadrinho. Reparo desde o chão ao tecto em talha velha, colorida. Há três grandes estantes. Uma com todas as coisas relativas à música e uma outra cosmopolita, enciclopédica.

No chão há cestos e alcofas com livros, jornais e papéis vários, ambulantes por mudança recente, à espera de arrumação nos armários e prateleiras.

Sobre a vasta secretária, dominando-a, uma fotografia de rapazito – olhos profundos, inteligentes.

Nesta mesa de trabalho, empilhados, espalhados ao acaso, alguns em linha de batalha, livros e revistas. Compulso-os.

Fenícios e Cartagineses, Patologia Cirúrgica, números do *Mercure de France*.

Depois os *Povos primitivos da Lusitânia* e exemplares de *Monde Medicale*, e ainda uma obra de Leite Vasconcelos, um número da *Alma Nova* enrolado no invólucro.

Encobrinho a pasta, um trabalho seu, evidentemente, entre mãos, *Guia da História da Música em Portugal* e ao lado um caderno de música com o começo da 3ª cena da ópera Belkiss, passada na Praça dos Obeliscos em Axum...

Estava eu explicando aos meus botões a razão porque o homem que procurávamos é uma enciclopédia viva, quando a porta se abriu e apareceu o dr. Fernandes Lopes.

– O Doutor é jornalista e já sabe o que são estas coisas. Vimos entrevistá-lo.

Dispense-nos o intróito. Precisamos que nos dê a sua opinião sobre a tuberculose em Olhão.

É preciso que os médicos digam ao público o que o público precisa saber...

O *Correio do Sul* será o intermediário.

Crê que a tuberculose em Olhão alastra assustadoramente, ou a sua propagação nesta vila não toma proporções demasiadas?

– Suponho que se queira referir à tuberculose pulmonar...

– Principalmente...

– ... Em especial e a este respeito julgo que agora, como sempre, essa tuberculose faz em Olhão muitíssimas vítimas.

– Conhece a proporção de tuberculosos em relação ao número de habitantes?

– Isso, assim, de repente... não posso falar-lhe com estatísticas de mortalidade na mão (outros colegas meus, por ventura especialistas o farão por certo) – nem é preciso.

Basta-me a impressão do dia-a-dia no consultório, na clínica, pela vila e pelo campo, porque não há só os que morrem dessa doença.

Há os que estão doentes dela e que, acidentalmente, morrem doutra doença qualquer.

Semeados da *planta* que é denominada bacilo de Kock (perdoe-me esta maneira figurada de falar que algum fundamento tem porque os micróbios são, na sua maioria, do reino vegetal e não do reino animal) estão quase todos e estarão quase todos os *terrenos* que são os pulmões de toda a gente.

É pelo menos muito difícil, se não impossível, dizer que o não está.

Em quem a semente germina, e em que não germina...

– É duvidoso?

– Só vendo-se...

E parece-me que uns mais, outros menos, uns mais agora, outros mais logo, ninguém, a bem dizer, se pode ufanar de estar livre de tal.

Fazem-se tratamentos, prodigalizam-se cuidados (mesmo espontaneamente, às vezes) e a germinação detém-se, regressa, até; mas, para mais agora, ou mais logo, retomar outra vez a sua marcha, em qualquer ocasião favorável, – como diria o *amigo Banana*, tanto isto é elementar.

– Chega, pois, o momento fatal?

– Às vezes é já muito difícil, outros totalmente impossível, impedir o desenlace.

– Mas, quais as causas prováveis do agravamento da tuberculose nesta vila?

– Causas? Estafa, fome, miséria material e moral, luxo e companhia, – ou por outras palavras: – descuido, fatalidade, ignomínia e estupidez.

– Quais os remédios ou medidas profiláticas de um modo geral, e no caso particular: – tuberculose em Olhão?

– Fundamentalmente uma profundíssima reforma mental e moral do nosso povo *alto e malo*, como dizia Tolentino, – governantes e governador, como se diz em linguagem pseudo jurídica da hora que passa.

Acessoriamente, vacinação específica infantil (a única esperança de a tuberculose acabar... por não existir) vacinação dos adultos e, acessoriamente todas as higiènes e assistência sob todas as formas, sanatórios, inalatórios.

– Inalatórios?

– Sim, mas como você não tem o jornal todo por sua conta, sofreie a curiosidade e restrinjamós a conversa.

– Seja. Para findar dir-lhe-ei que surpreendi uma palavra entre mulheres do povo sobre a tísica, que elas atribuíam... à água do depósito municipal!!...

– O povo é uma criança, como diria não sei se Shakespeare se quem.

À atribuição do povo neste caso não lhe encontro se não o mesmo fundamento que costumam ter todas as asneiras da mesma laia.

Pronto?

– Pronto. Não queremos roubar mais tempo ao seu trabalho.

– O meu trabalho desta tarde vai ser arrumar livros. Como sabe mudei para aqui, recentemente.

O tempo tem-me feito belas partidas. Quando tenho vagar, chove. Não posso sacudir à janela o pó dos livros que pretendo arrumar.

Se não tenho vagar, vem o sol!...

Ah, mas aquele aparelho *Protos* que vê ali, veio em meu auxílio.

Rimo-nos, e o Doutor pergunta:

– De que se ri?

–É que fizemos uma entrevista sem cigarros Abdula, sem notas de elegância. Estamos fora de moda!

Olhamo-nos. Tínhamos ambos a barba por fazer e joelheiras nas calças.

J. T.

TEXTO IV

Francisco Fernandes LOPES, “Corrigenda et addenda... Olhão no «Guia de Portugal»”, in *Correio Olhanense*. Olhão: Ano VII, nº262, 19 de Julho de 1928, p.3.

Corrigenda et addenda... Olhão no «Guia de Portugal»

Não há dúvida de que o *Guia de Portugal* é uma publicação valiosíssima, do intuito mais sério e mais patriótico, e representativa dum formidável labor. Por ela, Raul Proença merece decerto os maiores aplausos.

Mas – e com razão – já de várias bandas se levantaram clamores contra o que do Algarve se escreveu no *Guia*... É que “não há bela sem senão”.

Pelo que respeita a Olhão, Raul Proença não levará a mal que um olhanense, seu amigo de longa data, e no *Guia* um pouco seu colaborador – (foram, de facto, tiradas por mim, expressamente, as três fotografias de Olhão, que figuram no *Guia*) – faça alguns reparos fundamentados ao que de informação e de impressão ali se consignou pela pena de Aquilino Ribeiro que é, sem dúvida, um dos mais fortes e castiços escritores da língua portuguesa.

Amicus Plato, sed magis amica veritas.



Tendo-se o *Guia* acabado de imprimir justamente no último dia do ano de 1927, se se compreende que não possa estar actualizado em relação a esta data final, não se percebe no entanto que as suas informações apareçam deficientes e desactualizadas, de modo a darem a impressão de que só há muitos anos é que foram colhidas. Assim é que na lista dos hotéis e pensões faltou o velho e modestíssimo *hotel Antónia* (R. dos Murraceiros); mas de há quanto tempo desapareceu a *Pensão Júlia*! O poço da Vila de há muito que foi entupido. O que há, é um poço um pouco a nordeste do antigo. Mas a melhor água, – as análises o mostraram – nem é a deste: é a do novo poço (junto ao antigo chafariz) que hoje abastece o depósito e o geral da vila.

Esqueceu: dizer onde era o edifício dos correios e telégrafos; mencionar os três clubes: Sociedade Recreativa Olhanense (R. Dr. Teófilo Braga), Grémio Olhanense (R. Carlos da Maia), Recreativa Progresso (Praça Patrão Joaquim Lopes).

Actualizando o *Guia*, haveria a substituir a defunta diligência para Faro pelas carreiras de camionetas e a mencionar o enxame dos automóveis da praça.

Entrando no contexto da notícia histórico-lendária de Olhão, alguma coisa haveria a emendar e a ajuntar... Segue o *Guia* docilmente a tradição corrente que Ataíde na sua *Monografia* também adoptou. Porém, da própria *Monografia* se tiram elementos para uma nova maneira de ver, mais conforme talvez, à realidade. Deste modo, antes de haver a *praia* de Olhão, haveria já o *sítio* ou o *logar* de Olhão; e assim, as *palhotas dos homens do mar* desta *praia* teriam vindo encontrar já aqui algumas *casas de pedra e cal* da gente do campo, dos *montanheiros*, (vivendo das suas propriedades ou dos trabalhos do campo), casas como as que devia haver na restante área de toda a freguesia de Quelfes em que, desde 1614, pela desagregação desta da de S. Pedro de Faro, o lugar d'Olhão ficará compreendido.

Os usos e costumes – todo o *folk-lore* – desta terra devem reflectir esta dualidade d'origem; embora, pelo incremento e desenvolvimento que tomou, o elemento marítimo predominasse e lhe imprimisse a sua feição característica.

Da *Monografia* de Ataíde colhe o *Guia* certos traços de usanças pouco ortodoxas, hoje de todo obsoletas... Mas pouco custaria ter mencionado inequivocamente o número, se não os nomes, (que Ataíde com rigor estabeleceu) dos seis tripulantes do caíque, que com os dois mencionados – o mestre Garrocho e o piloto Nobre – fizeram a mensageira viagem ao Brasil.



Pelo que respeita à impressão geral da vila, ressalta dum certo exagero... poético a pintura de Olhão como terra suja e mal cheirosa, cuja “via pública é o colector máximo”.

Era assim, era assim... pouco mais ou menos! Mas, hoje, quase inteiramente deixou de ser assim: desde a penúltima edilidade, feita uma canalização geral e modificadas quase todas as vielas de valeta ao centro, passou a ser... outra coisa.

Subsistem, podem dizer-se, a título de documento, apenas a curta travessa dos Abraços e poucas mais.

Mas apesar de mais limpa, a vila conserva o seu *interior* característico, tal e qual como os prédios novos, de diversas estéticas, não lhe alteram a feição panorâmica. Nos bairros novos – o Mundo Novo e o Contra mundo – as soteias e mirantes continuam também a predominar.

Peca a descrição de Aquilino Ribeiro por muitos detalhes que – (alguns deles cómicos pelo disparates) – qualquer olhanense corrigiria...

Assim diz-se em Olhão: o *largo da Feira* ou as *Prainhas*, e não o *Campo da Feira*. *Estaleiro* nada diz de preciso, pelo que havia dois: o *Estaleiro do Moinho do Sobrado* ou do *Lourenço da Graça*, a levante e o do *Moinho da Barreta* ou do *João da Carma* a «ponente». Nem na memória da gente mais velha subsiste lembrança de bairros, ruas, travessas, largos ou becos do *enxarroco*, do *Pité*, do *Pé Comido*, do *Guacho*?

O nome de *Micanos* que se encontra hoje na placa nova da respectiva rua é mera estropiação do nome verdadeiro: *Mohicanos* que os meus olhos, em menino, ainda leram na antiga chapa...

Só um ou outro aguadeiro é que anda ainda de *carapuço até às orelhas* (o geral anda de chapéu ou boné); e o zimbório da igreja da Soledade não é *vermelho*, é branco.

Algum olhanense mais subtil poderia notar que Aquilino Ribeiro, homem do Norte pela sua sensibilidade e imaginação, como pela linguagem, em que avultam e abundam vocábulos regionalistas, desfigura, ou transfigura um pouco certas impressões... Poder-se-ia discordar assim da *bíblica doçura*, quanto ao panorama do campo em redor, para caracterizar *esta doçura* incomparável... Mas discordam de certo da sua impressão de *simplicidade rústica* da Igreja Matriz, dos «homens do mar», todos aqueles que tiverem especialmente visto por dentro esta igreja, de uma única nave, larga sob uma nada vulgar abóbada em berço, com a esquisita decoração sobretudo do seu altar-mor, – a mesma bizzarria de *oriente ocidental* que por toda a vila denotam, no seu recheio e no seu arrumo, os *oratórios* das casas particulares... (Raul Brandão reparou nisto, se o não disse; e outro dia também, isto mesmo, espontaneamente, impressionou Carlos Amaro...).

A *simplicidade rústica* mais justamente se encontraria no templo *antigo* – a Igreja da Soledade – que teria sido o da população campestre – (haja em vista os seus rústicos oragos: S. Sebastião, S.ta Luzia e S.ta Clara) – antes de a *marítima* ali haver introduzido o Senhor dos Passos que além dos «belos punhos de borracha com botões d'oiro», não é demais reconhecer que, pelo seu tamanho natural e escultura nada tosca, infunde profundo respeito pelo menos às almas simples... (O seu semblante de Zeus olímpico compassivo chega até a inspirar uma certa simpatia às almas complicadas e desempoeiradas...).

Aquilino Ribeiro não fala das *procissões* de Olhão que são uma coisa muito típica: sem nada da garridice do arraial de aldeia, nem tão pouco do luzimento e pompa convencional das capitais.

Mas deixemos os deuses e sigamos... os biocos.

O *bioco* consta dum capote com cabeção, feito dum pano acetinado especial (e não em *merino ou casimira*) e de um xaile preto ou de cor escura em geral (e não *véu espesso*). Além do bioco há o *rebuço* em que o xaile é substituído por uma das abas do capote enrolada de modo a cobrir a cabeça mas sem ocultar a cara. Antigamente usava-se o capote com lenço de cambraia branco, deixando a cara a descoberto.

Do capote não se pode dizer *orvalhado pelo mar* pois é vestuário de terra.

No nicho da fachada do Compromisso, – nicho fechado por tampa de vidro – a imagem que está é da Sr.^a da Graça (e não de N.^a Sr.^a do Rosário); e não é bem de uso geral, embora

muitas pessoas a façam, a reverência a esta Sr.^a, mas isto tanto ao entrar na Igreja Matriz fronteira, como ao sair como ainda ao simples passar pelo largo, rezando-se até por sinal uma oração antiga em que se termina por pedir «uma morte pacífica e suave».

Na traseira desta Igreja, a capelinha que se encontra é a de Nosso Senhor Jesus dos Aflitos – ou correntemente de «Senhor dos Aflitos» (e não de *Nossa Senhora (!) dos Aflitos*). Não são só (nem mesmo especialmente) as *mulheres dos pescadores* quem lá vai, e não em *coro lancinante* nas horas do mar bravo. Não. Trata-se de uma capela onde vai toda a espécie, de gente de noite, – sobretudo gente de saia curta e atavios ricos, – e não por espírito de exibição mas de verdadeira e íntima devoção, e onde cada um ora em silêncio e em meio do mais recolhido silêncio. Todas as noites ali se vê rezar gente mas ninguém *ouve* essa gente rezar...

As vielazinhas que se lançam na Rua do Rosário (hoje Rua do Comércio) não são *mesteirais* senão de impressão. (Em Olhão não houve nunca arruamentos de corporações). A *barcaça* da lota não passa de ser o que tem a designação própria de «o barco da lota», antigo barco, com efeito. A população da baixa mar melhor se diria *tostada* que *acobreada*, e o adjectivo *peluda* parece impróprio...

Aparte estas ligeiras pechas miúdas, mas que facilmente poderiam ter-se evitado, ou que podem eliminar-se numa 2ª edição do *Guia*, a descrição de Aquilino Ribeiro é realmente de mão de mestre, com traços verdadeiramente maravilhosos de visão ou de intuição justa, e Olhão inteiro só tem a agradecer pelo que ela representa de simpatia e de propaganda da sua característica, única em todo o Algarve, em todo o Portugal.

F. Fernandes Lopes

TEXTO V

Francisco Fernandes LOPES, “O que nos escreve o intelectual algarvio Dr. Fernandes Lopes”, *in Notícias do Sul*, 5 de Agosto de 1928, publicado *in* Raul PROENÇA, *Polémicas*, organização, prefácio e cronologia de Daniel Pires. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1988, pp.697-698.

O que nos escreve o intelectual algarvio Dr. Fernandes Lopes

Sr. António do Nascimento, Director do «Notícias do Sul».

Lendo no seu conceituado semanário o que, acerca da minha atitude quanto ao «Guia de Portugal», ali se escreveu, permita-me que, para evitar um mal-entendido que não desejo, eu diga da minha justiça aos leitores do seu jornal.

Eu não conheço senão de vista o sr. Aquilino Ribeiro; mas sou amigo de Raul Proença desde os meus tempos de estudante em Lisboa.

Para o «Guia», Raul Proença pedira-me algumas fotografias típicas de Olhão. Como o que havia eram incaracterísticas vistas em bilhete postal, peguei num velho Kodak dos meus tempos de menino e moço e tirei cinco clichés característicos, dos quais ele escolheu os três que vêm no «Guia» (e que, sendo Olhão uma terra tão sem igual, pena é que não fossem postos em papel *couché* como outras fotografias que lá vêm).

Depois disto, ainda o meu querido amigo Sebastião da Costa me pediu para eu copiar as duas inscrições que estão na fachada da Igreja Matriz e uma outra de sob o nicho da fachada do Compromisso. E mais estas informações foram endereçadas a Raul Proença.

Soube que o sr. Aquilino Ribeiro veio a Olhão e que viu Olhão *à vol d’oiseau*, positivamente.

Se isso lhe bastou para a impressão artística geral a consignar na *geografia pitoresca* que o «Guia» se propôs ser, isto evidentemente não basta para fazer uma artigo com a consciência e a documentação indispensáveis numa obra de responsabilidade do «Guia». As lacunas de visão e de informação foi o sr. Aquilino preenche-las com o que outros olhos viram e outras cabeças concluíram... Resultado: o ter positivamente *marketado* a sua bela descrição impressionista com uma série de erros e disparates, cuja lista me dei ao trabalho de fazer, na parte mais saliente...

Não se trata, sr. António do Nascimento, de impressões *subjectivas*. Não. Trata-se de impressões *objectivas*, erros de facto, alguns dos quais qualquer olhanense corrige ao ler a descrição, e o viajante igualmente corrige, mas outros dos quais se corrigem somente a uma informação mais minuciosa.

Pergunto eu: por que motivo Raul Proença não pegou no artigo do sr. Aquilino Ribeiro e não o mostrou a qualquer pessoa d'Olhão – (ou que conhece Olhão) – a fim de verificar se, tanto nas meras informações utilitárias ou corográficas, como naquelas outras que serviram de fundamento ou de decoração à artística impressão geral, não haveria que corrigir ou que acrescentar?

E o que se passa a propósito de Olhão devia evidentemente repetir-se a propósito de cada localidade referida e descrita no «Guia».

Justamente por o «Guia» ser uma obra de alta importância que é, – é que estes processos expeditos de *fazer* devem reprovar-se. Chego, francamente, a admirar-me de tal, num trabalho que tem a dirigi-lo a alta consciência proba de Raul Proença e o seu espírito crítico, decerto tão impiedosamente exigente para si próprio como para os outros. Ou será o caso de Olhão, único no «Guia»? Seria útil que em vez de censurar retóricas ao «Guia» ou de discussões apenas sobre a parte *subjectiva*, – de cada localidade do Algarve surgisse uma pessoa devidamente conhecedora e informada que elaborasse a competente tabela *corrigenda et addenda*, como eu fiz para Olhão. Assim, sem animosidades descabidas, mas por obediência ao espírito de verdade objectiva a que Raul Proença seria o primeiro a submeter-se, se lhe forneceria a matéria para um suplemento ao «Guia», ou para o seu melhoramento em 2ª edição.

Ou então, deixando o «Guia» seguir o seu curso natural, por que motivo é que em vez de respostas polémicas que ficam estéreis afinal nos periódicos da província, não tratam os algarvios de se concertar para a elaboração dum *Guia do Algarve*, para o qual se aproveitaria do «Guia» de Raul Proença o que nele houvesse de bom, como ele aproveitou doutras publicações o que lhe conveio?

Eu vejo, se me permite, duas pessoas a pôr à testa desse trabalho; José Dias Sancho e Lyster Franco. Não haverá em cada localidade uma pessoa capaz de elaborar – (ou pelo menos de colaborar em) – a parte relativa a essa localidade?

Como obra local e regional poder-se-ia até chegar ao seguinte: fixado o formato e escolhido o typo gráfico do «Guia» o trabalho poderia ser distribuído pelas várias tipografias do Algarve, executando quanto possível a de cada terra a parte relativa a essa terra e vizinhas.

Por esta forma, os algarvios – os que *são* do Algarve ou *vivem* no Algarve – poderiam mostrar a *sua* província – e cada um a *sua terrinha* – ao visitante, oferecendo-se assim o verdadeiro *cicerone*... Que diz à ideia?

Sem mais impertinências por hoje.

Francisco Fernandes Lopes

TEXTO VI

Francisco Fernandes LOPES, “Esclarecendo...”, in *Correio do Sul*. Faro: Ano 9, nº600, 19 de Agosto de 1928, p.1.

Esclarecendo...

Caro amigo Álvaro de Lemos,

Permita-te que, por intermédio do seu *Correio*, eu chame a atenção de José Dias Sancho para um ponto a rectificar no último artigo sobre o «Guia» de Raul Proença.

A expressão *geografia pitoresca* não é da minha autoria: – é do próprio Raul Proença que a pgs. XXXV do 2º vol. do «Guia» escreve o seguinte: «O meu intento, numa palavra, foi fazer deste *Guia*, a *geografia pitoresca de Portugal*, para ser lida com os exemplos concretos em frente dos olhos»; e foi nesta conformidade que eu repeti para o *Notícias do Sul*: «... na *geografia pitoresca* que o Guia se propôs ser...».

Suum cuique.

Aproveito a ocasião para dizer, a propósito da mera *corrigenda e addenda* que ao «Guia» fiz na parte relativa a Olhão, acabo de ser informado, da fonte mais fidedigna, que «precisamente Olhão», foi uma das poucas terras do Algarve onde Raul Proença, para o *Guia*, não pôs os pés»; mas «simplesmente espanta» de que Lyster Franco, Bernardo de Passos e Sebastião da Costa, *a quem enviou as provas de todo o Algarve*, nenhuma observação lhe tivessem feito.

Assegura-me, além d’isso, que o *Guia* «foi feito com o maior escrúpulo possível», e «a maior parte das notícias foram escritas e reescritas» pelo próprio R. Proença, e «quase tudo foi visto passo a passo». E acrescentasse. «Todavia compreende-se facilmente que numa 1ª edição não pode sair tudo isento de erros e lacunas».

.....

Encerrada, segundo julgo, a polémica lamentável suscitada pelo *Guia*, esperemos agora que os nossos caros amigos Lyster – pai e filho – que já se haveriam antecipado a pôr em marcha a ideia por mim sugerida no «Notícias do Sul», – e a quem devemos felicitar pela iniciativa – consigam elaborar um *Guia do Algarve* que corresponda ao *desideratum* de uma fiel imagem objectiva, e não possa, assim, vir a merecer, da parte de Raul Proença ou de outrem, legitimamente, a censura contraria, de... *chauvinismo* regional.

Sem mais por hoje, creia-me amigo, etc.

Francisco Fernandes Lopes

s/c – Olhão, 15 de Agosto de 1928.

TEXTO VII

Francisco Fernandes LOPES, *Olhão, terra de mistérios, de mareantes e de mirantes*, separata do Jornal *Correio Olhanense*. Olhão: [s.n.], 1948 (Publicado originalmente no *Correio Olhanense* de 18/03/1948).

Olhão, terra de mistérios, de mareantes e de mirantes

ESTA CUBISTA vila de Olhão da Restauração, alvíssima e fluidamente irradiante sob o jorro do sol a pino, estática ao sol poente na sua veste de oiro sombreada de manchas impressionistas azul-violeta, incrivelmente fantástica e imponderável quando o luar a molha – esta branca terra, humilde, acolhedora e doce, recela em si um duplo mistério estranho: o da sua aparição nesta exígua palmeta da orla algarvia, e o da estirpe das suas casas, de feição única, ao que parece, em todo o Orbe...

Gente piscatória de Ovar-Ílhavo ter-se-ia fixado aqui, em cabanas de junco sobre a praia – as “pobres palhotas em que viviam” ainda, à data da fundação do “templo novo”, “à custa dos homens do mar deste povo” – conforme se pode ler no cunhal sob a torre sineira, onde a façanha ficou gravada: – belíssimo exemplar (repare o turista) esta “igreja grande” de uma só nave, estilo barroco nobre, de sabor levantino, “reinando D. Pedro II”, 1698, conforme se lê na verga da porta principal, ao lado do delicado rosário da Senhora, padroeira destes navegantes.

Incoadunável com esta lenda poveira seriam, porém, as formas dos barcos e a maneira de remar “à moira”...; ou, se admissível, só indirectamente, constando de documento oficial, por alusão do rei D. José I, em 1765, que, segundo declaração dos próprios mareantes do lugar de Olhão, este lugar teria sido “*no seu princípio fundado com poucos pescadores*” da cidade de Faro, – o que condiz com uma outra tradição local que reza virem pescadores desta cidade “fazer caldeirada” aqui, por ser excelente a água do *olhão* – o grande olho-de-água deste sítio – quando em Faro era péssima; e assim haveriam acabado por assentar arraiais na praia olhanense.

Mas estaria deserto, porventura este sítio – o campo contíguo à praia de areia – sabendo-se que, por toda a costa algarvia similar o “montanheiro” lavra a terra até ao mar e incorpora os próprios salgados, quando não retira deles a murraça e a seba, para alimento do

gado e estrume, das terras, e escava os mariscos vários, e se faz pescador, quer na ria-canal entre a terra e as fronteiras “ilhas” de areia, quer mesmo fora da barra?

Seja como for, o caso é que dois núcleos de cabanas acabaram por se constituir sobre a praia arenosa, um a poente que de o bairro da *Barreta*, com a sua típica *travessa dos abraços*, outro na *Banda de Levante* com a sua não menos típica *rua dos sete cotovelos*. E pela metamorfose sucessiva das cabanas em casas ficou... o que temos aqui, ainda, diante dos olhos.

No sítio da vila actual, deserto que estivesse, embora repartido em hortas, fazendas, cercas onde por certo haveria casas de pedra e cal, do tipo das do campo algarvio, (e que, modificadas, subsistiriam ainda em forma que não remonta além da época pombalina), havia, porém, uma ermida “da Nossa Senhora do Rosário”, onde era grande a afluência de gente aos seus oragos, campestres nitidamente (Santa Clara, Santa Luzia, São Sebastião, etc.) e onde os marítimos encaixaram o monumental Senhor dos Passos, de sua devoção, que ali continuou, nesta “igrejinha pequena”, da Senhora da Soledade, quando a padroeira se transportara para a igreja grande. E da praia para o campo contíguo foram proliferando tentacularmente as cabanas de junco, infiltrando-se por entre as casas de pedra e cal pré-existentes no sítio, até, na metamorfose comum, terem desaparecido há menos de um século.

Raças de toda esta gente, da gente olhanense? Encontrando-se aqui os tipos de cruzamento o mais diversos, de gente celta, de Quelfes (*Welfen* notou uma alemão filólogo), com um fundo, digamos ibero-berbere, – nenhum outro elemento elucidativo se poderia aduzir, sendo Olhão terra aberta a todas as imigrações por mar e por terra, e, segundo a cantiga local, “mãe de forasteiros” (e “madrasta dos naturais”...). A evocação marroquina impõe-se, todavia – em especial junto à barça da lota, “ruidosa como um arraial”, perante “uma população acobreada, peluda, mexida, cruzando de quando em quando gritos rápidos, cantantes” (Aquilino Ribeiro). E, no elemento feminino sobretudo, se teriam ficado aqui, certamente, moiras, como a lendária Floripes encantada, outras formosuras se surpreenderiam: fenícias, germânicas, helénicas mesmo (nada, porém, romanas, e por forma alguma hebraicas...).

E quanto às casas?

Um estrangeiro cultíssimo, centro-europeu, que cruzara o continente, do Cabo Norte a S. Vicente, (Paul Stefan), bem notou os tectos planos até três terraços sobrepostos, e se perguntou se isto seria ainda Europa, pois bem se pensaria no próximo Marrocos; e na *Neue Zurcher Zeitung* (de 21-1-41) lá escreveu que Olhão “ist eine Stadt, wie sie sonst in Europa gewiss nicht zu finden ist” (o que, deixado propositadamente na língua original, para

edificação do turista de alto coturno, traduzido, no entanto, nos diz que Olhão é uma terra como certamente não se encontra outra na Europa).

Já o erudito germânico Prof. Dr. Wilhelm Giese exerceu a sua sagacidade sobre este problema da *origem das casas velhas de Olhão*; e, contrapondo-se às suas vãs conclusões, a olhanense Dr^a. D. Mariana Machado Santos, focando a sua terra como uma vila típica do litoral algarvio, também ficou alheia ao ponto basilar. Os que chegam e também não vêem, falam e badalam sobre a vila cubista e as açoteias...

Porém *soteias* (como aqui dizemos com mais arábica propriedade) há-as por todo o campo do Sotavento algarvio pelo menos – resíduo moiro, sem dúvida.

Mas Olhão não é só um “mar de soteias” (como a próxima aldeia da Fuzeta).

Em Olhão, o panorama surpreendente inclui outra coisa: soteias com pangaiais rompendo forçosamente o terraço quando se sobe à soteia por dentro da casa e não pelo quintal (nunca nascendo, a escada, da rua, como no disparate Bairro Económico, aliás muito louvável sob o ponto de vista da higiene e salubridade), pangaiais onde a chaminé, cúbica e simples (não em ajuntamento de renda como é típico para o interior do Algarve) ficou incorporada ou coalescente.

Mas não bastaram ao olhanense as soteias com pangaio, embora em Olhão o pangaio acabasse por ter uma parte horizontal, ladrilhada como a parte inclinada (diferindo assim do tipo vulgar do campo: recta coberta de telha, ou linha quebrada...). Em Olhão, nasceu a ideia de pôr uns degrauzinhos sobre a parte inclinada do pangaio e por eles subir ao terminal quadrado horizontal que se circundou de parapeito mais ou menos alto, à laia de púlpito. E eis surgido o embrionário *mirante*.

Porém não se parou aqui, neste rudimento: alargou-se, por assim dizer, o pequeno patamar da escada de entrada na soteia, construindo-se sobre esta uma autêntica casa. E agora, para tecto desta casa, em vez de um telhado que sistematicamente se repudiou (apenas esporadicamente um ou outro caso se nota, antigos todos), adoptou-se o plano horizontal ladrilhado (hoje também cimentado): uma nova soteia que se circundou de parapeito alto, e à qual se sobe sistematicamente por escada exterior, de alvenaria (não de madeira ou ferro...), sobre um, dois ou três arcos assentes em pilares finos ou em cachorros de través. E eis nascido o *mirante* verdadeiro, de superfície menos, em proporção, que a soteia sobre a qual se eleva, em geral a um canto, ou, se a meio, encostado a um lado (nunca no meio a cobrir lanternim de pátio interior, como se observa por vezes na Andaluzia e seu prolongamento levantino).

Por vezes, em Olhão a soteia fica reduzida a um pequeno quintal no 1^o andar, sobrepondo-se uma segunda soteia que pelas suas dimensões não merece o nome de mirante, mas de soteia propriamente: e sobre esta eleva-se então às vezes um autêntico mirante; tal

como sobre um mirante, próprio já, se elevou aqui ou ali, um outro, similar, um segundo mirante, ocupando, de lado a lado, quase metade do terraço do primeiro, ou metido a um canto deste e minúsculo, quase simples púlpito ou torre de vigia, a que se deu o nome de *contra-mirante*.

De qualquer maneira ou forma, porém: três terraços sobrepostos, em pirâmide!...

(Por esta ligeira análise, já o turista poderá orientar-se, contemplando agora a gravura aqui documentaria e onde essas e outras realidades específicas olhanenses se patenteiam).

Até agora em Olhão não se tem passado daqui, nesta arquitectónica ascensão, de origem misteriosa.

Mas a pirâmide apresenta-se, por vezes, mais ampla e com mais de três terraços ainda... Sim, pela coalescência de casas que ulteriormente se puseram comunicantes por forma a constituírem um mesmo prédio, acontece que mais de três terraços se encontram a diferentes alturas... Tal é, por exemplo, o prédio em que habito, na Rua Vasco da Gama, nº20, onde, com todo o gosto, fico à disposição dos simples turistas curiosos ou estudiosos, bem como de todos os senhores arquitectos... do Universo, para lhes mostrar, como inegáveis realidades exemplares que se metem aqui pelos olhos adentro, estas e outras novidades e originalidades da estranha e misteriosa arquitectura local genuína, inerudita...

TEXTO VIII

Francisco Fernandes LOPES, “O monumento do Infante em Sagres”, in *Correio Olhanense*. Olhão: Ano X, nº163, 10 de Julho de 1958, pp.1 e 4.

O monumento do Infante em Sagres

Não têm sido poucas as pessoas que, em especial pelo facto de eu me encontrar agora pertencendo à delegação algarvia para as comemorações henriquinas, me têm abordado perguntando-me o que há afinal quanto ao monumento do Infante em Sagres.

A essas pessoas tenho respondido que apesar de o Governo ter pensado resolver a questão com o monumento dos descobrimentos em Lisboa, no Restelo, o monumento ao Infante, o solitário de Sagres, continua a sentir-se como um complemento indispensável e não há maneira de se poder substituir por qualquer outra sofisticada solução... A meu ver, o que há a fazer é apenas insistir por levar à prática a ideia de um monumento-estátua do *Infante* ali sobre o Promontório, sobre o *Tarf Anabal* (ou deturpadamente *Terça-nabal...*) onde ele começara a edificar a sua famosa *Vila...*

Ora, devendo o actual farolim ser substituído por outro mais condigno a todos os respeitos com a dignidade do local sugerira eu, como se sabe já, que este novo farol afectasse precisamente a forma de uma figura do próprio Infante – alto farol das gerações futuras – na poética frase de Cândido Guerreiro, – e como base para a realização monumental recordara a estátua da Liberdade à entrada do Novo Mundo e a do Cristo-Rei que sob modalidades várias por toda a parte hoje se vai erguendo...

Com grande espanto tenho, porém, visto *torcer a cara* à ideia desta estátua-farol monumental. E até um sr. arquitecto se atreveu a vir no «*Diário Popular*», onde eu apresentara ao público a ideia, desentranhar-se numa tão dislatada e deselegante parlenda que... não tive outro remédio senão dar-lhe o despacho de que... *requeresses em termos*, – se queria que eu lhe pudesse dar qualquer espécie de atenção.

Como uma pessoa da minha melhor consideração pensara, no melhor intuito, dissuadir-me de insistir, julgando ela que a questão do monumento farol se encontrava já arrumada por forma irremissível, decidi ir informar-me à fonte respectiva.

Ora, na Direcção-Geral dos Faróis, o que o meu velho amigo Comandante Borges de Carvalho me explicou é que a única condição *sine qua non* a tal respeito é que a lanterna do

farol (que já foi encomendada) haja de ficar a 10 metros pelo menos acima do solo do Promontório. *Nada mais*. Que ela fique pendurada ou suspensa numa esqueletica torre geométrica vulgaríssima como a do farolim que está ali nos pinheiros de Marim, ou em qualquer ponto numa figura monumental de uma centena de metros de altura, não importa.

Nestas condições, se os meus opositores acham caricato o Infante figurado de fanal na mão, a imitar a estátua monumental da Liberdade, vou dar-lhes uma alternativa portuguesíssima e julgo que desta vez irrecusável, qual seria a que me sugeriram os admiráveis versos do meu saudosíssimo amigo Fernando Pessoa, na sua genial *Mensagem*:

*Em seu trono entre o brilho das esferas,
Com o seu manto de noite e solidão,
Tem aos pés o mar novo e as mortas eras,
O único imperador que tem, deveras,
O globo mundo em sua mão.*

Ou será também caricato, ali sobre o extremo promontório, em face ao mar, o Infante imperialmente sentado, com o globo mundo em sua mão – o globo mundo, esfera armilar metálica ou globo transparente de vidro ou plástico, encimado pela cruz e com a lanterna luminosa dentro? Figura monumental da altura que for necessária, construção vasta comportando no seu interior os alojamentos indispensáveis ao pessoal da vigia e de serviço, devendo ser ao mesmo tempo um belvedere como o farol de S. Vicente e as construções similares em todo o mundo.

E o dinheiro? – objectar-se-me-á como *ultima ratio*... Pois recordarei apenas o que desde o começo disse: deixemos o Governo com a sua pesada cruz dos 18 mil contos do Restelo, muito bem empregados, e recorra-se a uma subscrição entre todos os portugueses dispersos pelos quatro cantos do mundo... Outra solução (já a lembrei ao sr. Dr. Azevedo Perdigão) seria a oferta de tal monumento de significado universal ao Governo Português, pela tão poderosa quão generosa fundação Calouste Gulbenkian... – analogamente ao que uma escultora americana fez quanto ao monumento a Colombo que se ergue ali na Ponta do Cebo em Huelva, em frente de la Rábida, produto numa subscrição aberta por sua iniciativa no Novo Mundo.

Escuso perder palavras a glosar este mote fundamental: deixo as retóricas glosas aos jornalistas de toda a Imprensa portuguesa, desde os grandes das capitais aos da arraia miúda provinciana... A única coisa que eu desejaria é que se não perdesse estupidamente a ocasião única de não virmos a ser justissimamente acoimados, pelos vindouros, de incompreensão ou mesquinhez. E por isso, daqui me atrevo a chamar, com a devida vénia e toda a seriedade que

o caso implica, as esclarecidas atenções dos Ex.mos sr. Ministro das Obras Públicas e sr. Presidente do Conselho.

Francisco Fernandes Lopes

TEXTO IX

Francisco Fernandes LOPES, “Sagres e as comemorações henriquinas. O caso do monumento-farol”, in *Correio Olhanense*. Olhão: ano X, nº165, 24 de Julho de 1958, pp.1-2.

Sagres e as comemorações henriquinas. O caso do monumento-farol

Positivamente, este *caso* do Infante D. Henrique no Promontório de Sagres, ainda, como o da nau *Catrineta*, vai dar muito que falar...

Resolvera, como se sabe, o Governo renunciar à construção ali do monumento que a respectiva Comissão propusera de entre os cinco escolhidos (ou melhor, joeirados) do chorrilho de lamentáveis patacoadas, de lavra nacional e estrangeira, que haviam acudido ao concurso de que se fez o estendal (que por duas vezes andei a ver, com toda a minúcia) no claustro dos Jerónimos. Caíra o manto do silêncio (a forma mais inquisitorial de censura, no dizer de Goethe) sobre o famoso *Mar Novo* embora com o prémio de consolação de exclusividade em... dia de S. Nunca, – sibilino dizer, logo tendenciosamente interpretado como anátema formal da ponta de Sagres, onde não seria logicamente decretado mais do que o mísero farolim. Para todo o resto, seria solução suficiente o maravilhoso monumento aos Descobrimentos, no Restelo, previamente aprovado por quantos haviam admirado a sua bela realização em material precário na Exposição de 1940. A solução considerada a única verdadeira e viável (que até o meu saudoso velho amigo Dr. Joaquim Manso, indefectível paladino de Sagres, terá sancionado lá do Outro Mundo...), apareceu porém a outros – e eu sou do número desses – como magnífica decerto e ajuizadíssima em face da escolha incrível da Comissão oficial, mas insuficiente; e o vácuo de Sagres, mais cavado ia ficar, tornando-se indispensável aqui a figura do Infante, solitário, nada tendo que ver com as modernices arquitectónicas que se haviam cifrado, para a circunstância, num simbólico hipogeu-salão de *dancing* encimado por bandeirola enrolada em... sofisma. Não; em antipodismo absoluto a este simbolismo arquitectónico da equipe tripeira, uma figura única, de significativa expressão. E sugeri, ali na Casa do Algarve, num almoço em homenagem a Sagres, a solução de: uma figura colossal do Infante englobando o farol (que ali não pode deixar de continuar como sinal para a navegação), em vez de qualquer inestético e insignificativo cartuxo ou caricato barrete de palhaço, ou aranhão vulgaríssimo de suporte à lanterna luminosa. E, como simile, dera a figura estátua da Liberdade, à entrada do Novo mundo... Porém, não só se mostrou

inteiramente surda a esta ideia toda a equipe jornalística ali amesendada connosco ao repasto (e estranhei, em especial, o algarvio José Barão, do vivo e regionalíssimo *Jornal do Algarve*, que meus olhos haviam visto assentir entusiasticamente ao meu inflamado dizer, que suscitava o entusiasmo geral), como vi depois outras pessoas, de juízo e são critério, *torcerem a cara* à ideia do Infante-farol, *copiado* da neiorquina efigie, empunhando o luminoso fanal... Da *poética Mensagem* admirável do meu saudoso amigo Fernando Pessoa, eis que me surge, porém, o remédio para esta moléstia, conforme o explanei já no penúltimo número deste jornal (prevendo a costumada preguiça do meu prezado amigo Dr. Cunha Leão, director do «Diário Popular», apesar do meu pedido de publicação imediata, desejando eu continuar naquele jornal a campanha até final). Escuso repetir o que o *Correio Olhanense* expôs e que a esta hora terá, segundo suponho, chegado ao conhecimento das entidades *super omnia* a quem o caso diz respeito.

Ora, acabo de saber, por informe accidental, que estou talvez a pregar no deserto, porque... o farol, que segundo o sr. Dr. Caeiro da Malta anunciou, como vindo substituir condignamente o farolim actual, *já estava desenhado, projectado e em breve começaria a ser construído!* Encontrando-me em Lisboa, imediatamente dei um salto a Caxias a tentar pôr os olhos no projecto mirífico. Mas eis o que fico a saber: da *CANIM* fora enviado, a título devolutivo, para a Direcção dos faróis, o ante-projecto a que o Comandante Borges de Carvalho deu o seu parecer como técnico... E nada mais. Vou à *CANIM*, rua Capelo, 18; mas, sendo hora tardia já, não se encontrando lá presente quem me pudesse informar cabalmente, consigo no entanto saber que a *CANIM* tem função meramente *executiva* do que lhe endereçam; e quem endereçou para ali o dito ante-projecto foi a Direcção dos Monumentos e Edifícios Nacionais, a quem foi entregue tudo o que respeita à urbanização e outras obras em Sagres, relativas às celebrações do Centenário henriquino.

Agora está, evidentemente, o caso mais claro. Não tive tempo já de ir a esta fonte, mas salto daqui à fonte primordial e insisto que urge saber-se: se quem encomendou o sermão à própria Direcção dos Monumentos lhe ditou que o farol a construir ali, como *condigno*, não poderia tomar em caso algum a forma sugerida pelos versos de Fernando Pessoa, ou similar, e tinha forçosamente que ficar sendo um farolim... *indigno* do local e magnitude da obra e pessoa do Infante.

Enfim, de etape em etape, irei remontando à primitiva origem e certificar-me de *se é, de facto, o Governo que rejeitou decisiva e irrevogavelmente a ideia em Sagres de um farol como globo mundo que em sua mão sustente a figura monumental do Infante, ali imperialmente sentado, num trono architectonicamente figurado entre o brilho das esferas* ou se é afinal a *burocracia* técnica interposta quem, vesgamente, está a interpretar o sermão que

se lhe encomendou... Doa a quem doer, é preciso insistir em que não se deve deixar perder estupidamente a única ocasião de não virmos a ser acoimados, justissimamente, aos olhos da posteridade, de termos sido mesquinhos e sem compreensão.

Pela minha parte, continuarei insistindo. Gosto de fazer experiências... *para ver*, segundo a metodologia científica de hoje e de... sempre... *Si le grain ne meurt...* – como teria dito André Gide...

Quero ver quem me acompanha nesta... cruzada. Preciso saber quem está *por mim*, e quem está... *contra mim*, afinal. Quero apurar se devo calar-me, por agora, para só falar... mais tarde e quando já não houver remédio, verberando implacavelmente então, para a História que a todos julgará. Da Imprensa alfacinha, rejubilante com a solução única do Restelo, claro que nada espero como apoio. Mas desta imprensa menor que se diz *algarvia*, há que ver quem faz coro comigo, e quem, prudentemente, por qualquer motivo, *recolha a fala ao buxo*, como se diz em linguagem plebeia, depois de ter aventado, por vezes, sugestões mais ou menos aéreas... Faço parte, é verdade, da Delegação algarvia afecta às celebrações, por convite que não solicitei, e não falo aqui como um membro dela, mas unicamente como *atirador livre* que, tendo estudado o caso, lhe encontrou uma solução que parece de melhor teor a todos os respeitos, em face dos expedientes acéfalos que se estariam a efectivar... Nada mais. Devo não estar aqui a perder mais o meu tempo e o meu latim, ou devo prosseguir, provocando um mare-magnum algarvio que se imponha à atenção de Além-Algarve e leve os *super-omnia* ao *desideratum* condigno que trará a pacífica vitória final? Fico esperando...

Francisco Fernandes Lopes

TEXTO X

“Declarações do Sr. Dr. Francisco Fernandes Lopes ao seu livro «A Figura e a Obra do Infante D. Henrique» - recentemente premiado”, *in Notícias do Algarve*. Vila real de Santo António: ano VIII, nº383, 13 de Novembro de 1960, pp.1 e 4.

Declarações do Sr. Dr. Francisco Fernandes Lopes ao seu livro «A Figura e a Obra do Infante D. Henrique» - recentemente premiado

Correu com grande regozijo para os algarvios, e em particular para os olhanenses, a notícia da atribuição do 2º prémio do Concurso «Grande Prémio Infante D. Henrique», organizado pela Comissão Executiva do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique ao livro do devotado historiador da Vida e da Obra do Infante, sr. dr. Francisco Fernandes Lopes.

«Notícias do Algarve» não quis deixar de fazer eco desta notícia encontrando nas declarações feitas a este jornal do notável autor daquele livro, a melhor forma de o fazer.

– «O pequeno livro que agora publiquei sob o título de «A Figura e a Obra do Infante D. Henrique» não tem outro fim senão dar a conhecer a quem se interesse por este assunto aquilo que actualmente se conhece como apurado com o possível rigor cronológico sobre a matéria em questão que costuma ser apresentada e deturpada sob um aspecto retórico, evitado de toda a espécie de fantasias, falsidades, deturpando a figura do Infante e a obra em que a sua acção se traduziu. Não tem, pois, outro valor senão o de uma espécie de filme da sua vida e obra visionadas na sua sequência e conexão natura do berço ao túmulo. É apenas, como eu tive ocasião de dizer, outro dia, em Sagres, ao ilustre escritor francês Jean d’Esme, uma espécie de esqueleto que os artistas como ele revestiram de bela carne poética.

Obra, pois, de historiador, e nada mais, em linguagem corrente, acessível a toda a gente, medianamente culta.

O concurso do «Grande Prémio Infante D. Henrique», aberto pela Comissão Executiva do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, destinava-se à atribuição de dois prémios: um primeiro de 100 contos e um segundo de 30. O concurso era internacional, podendo concorrer a ele livros em qualquer das seis línguas da comunidade europeia: português, francês, espanhol, italiano, inglês e alemão. Assim, penso que o primeiro prémio teria em vista provocar o aparecimento de alguma obra de grande tombo, especialmente estrangeira. Pelo visto, porém, tal obra não apareceu e, por isso, o prémio não teria sido atribuído.

Assim, se entre as obras enviadas a concurso (não sei quantas; sabendo apenas que a minha, apresentada no último dia do prazo, em 30 de Junho, tivera o número 10 conforme o recibo que conservo), todas certamente de menor categoria, só seriam susceptíveis de obter o 2º prémio.

Entendeu o Júri que a minha teria correspondido melhor ao fim a que o concurso se destinava: distinguir e premiar o melhor livro editado até à data considerada a figura e a obra do Infante num âmbito geral da História de Portugal.

Devo acrescentar que a edição do meu livro resultou do obséquio do meu particular amigo e devotado algarvio, sr. Agostinho Fernandes, sócio-gerente da Portugália Editora, Limitada.

Quanto ao meu trabalho, resultou ele do estudo que tenho prosseguido o melhor que me foi possível, à margem da minha vida profissional, desde há quase trinta anos – precisamente desde a excursão que, com os alunos do Liceu de Faro, onde era professor provisório, acidentalmente fiz a Marrocos em 1932 e da qual resultou ter sido chamada a minha atenção para o Infante D. Henrique e aos problemas relativos à localização da vila em Sagres.

Em artigo publicado no extinto «Diário do Algarve» de Faro, e depois também no extinto «Diário Liberal», fora eu expondo os resultados das minhas indagações no ano de 1933.

Um outro estudo, publicado no Boletim da Junta de Província, por ocasião do Centenário, sobre o «Algarve e o Infante D. Henrique», levou mais longe as minhas investigações, acabando por condensar-se num opúsculo sobre «A Terça Naval e a Escola de Sagres» que apresentei como comunicação ao Congresso Luso-Espanhol de Córdova em 1944.

Tudo veio, finalmente, a ordenar-se na biografia do Infante D. Henrique que dei à Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira e que refundida, desenvolvida e actualizada veio a constituir matéria do livro agora em questão. Nas notas que considerei indispensáveis aditar ao que escrevera, como esclarecimento de certos pontos, tentei focar alguns dos muitos e variados problemas que a consideração da matéria henriquina implica ou suscita. Ao aprofundamento deste complexo de questões continuarei, agora, dentro do esquema cronológico, que o livrinho representa, a aplicar a minha atenção utilizando material porventura ainda inexplorado, até onde me for possível.

Como vê foi unicamente devido a uma série de acasos que dentro do meu enciclopedismo inveterado eu vim parar ao âmbito do henriquismo e nele, por assim dizer, me especializei e, já agora, como estímulo e em recompensa do prémio recebido, dele não sairei mais, provavelmente...».

TEXTO XI

Francisco Fernandes LOPES, “Temas da história henriquina – À volta do Infante”, in *Diário de Lisboa*. Lisboa: ano 39º, nº13276, 23 de Novembro de 1959, pp.6 e 11.

Temas de história henriquina

À volta do Infante

Como, nos meus vagares disponíveis, me tenho dedicado desde há muito tempo a rever criticamente, o que, publicado ou não, fora escrevendo sobre o Infante D. Henrique, sua vida e sua obra, utilizando tudo o que ao meu alcance tenho ou chega, compreender-se-á que tivesse vindo agora cair-me na secretária *como a sopa no mel* (para usar o dito clássico), o volumezinho que à «Colecção Henriquina» acaba de dar o ilustre professor e escritor dr. Vitorino Nemésio sobre «Vida e obra do Infante D. Henrique», «Narrativa sumária» embora, como o autor a classifica, reservando-se, segundo declara, para, em trabalho ulterior, de outra índole, que prepara para breve, tratar o assunto com mais largueza e profundidade – a presente obrinha nem por isso deixa de ser um precioso viático para o público que deseja cultivar-se, e mesmo para os eruditos henriquistas, pela série de dados e de conceitos que a informam. De um modo geral, só há que felicitar o seu autor, e congratularmo-nos pelo excelente serviço que vem prestar à causa henriquina.

Todavia, como *não há bela sem senão*, não será de admirar que num ou noutro ponto, gralhas tipográficas autênticas, lapsos de escrita ou de mente, pechas de vários quilates, se hajam insinuado, que, ao leitor alheio ao assunto, não seja azado rectificar. Isto, além de opiniões ou julgos pessoais que provocam discordância. Em qualquer caso, coisas que requerem correcção ou suscitam reparos... Do que, no caso o ilustre autor amigo não se melindrará, sendo, a intenção, unicamente reparadora. *Amicus Plato, sed magis amica Veritas* – que outra coisa da minha parte não poderia haver.

Ora..., encetando a interessante leitura, encontro (a pág. 3) que «a promessa de esponsórios do recente rei português» – D. João I – teria sido «com a filha mais nova do duque (de Lencastre) D. Filipa». «D. João (acrescenta o dr. Nemésio) preferiu-a a D. Catarina, a mais velha, dada como herdeira de Castela»... O erro, por equívoco decerto, é porém indubitável: D. Filipa é que era a mais velha, porquanto filha do primeiro matrimónio de João de Gaunt com D. Branca, a filha do duque de Lencastre de quem ele herdara o título. D. Catarina, sem dúvida

era a mais nova, porquanto do segundo matrimónio do duque (com D. Constança, filha de Pedro o cruel, rei de Castela). De resto, mais adiante (pág. 8), o dr. Nemésio, a propósito do nome Henrique do nosso Infante, bem refere (citando Fernão Lopes) que «ao avô materno do Infante D. Henrique, o príncipe D. João, terceiro filho de Eduardo IV de Inglaterra», o ducado de Alencastro lhe viera da mulher, D. Branca, «filha herdeira do muito honrado e excelente príncipe dom Anrique, duque de Alencastre». E «assim o terceiro filho de el-rei D. João I recebia o nome do bisavô materno, linha feminina»... (Não insisto sobre os dois novos erros que nestas linhas se insinuam: porque o príncipe João foi o 4º e não o 3º filho do rei de Inglaterra, Eduardo sim, mas III (1327-1377). E limito-me também a acentuar que se D. Henrique era o 3º dos filhos legítimos de D. João I, vivos, fora todavia o 5º em genitura, como de resto o dr. Nemésio o explica (pág. 10). Não quero neste ponto deixar de observar que entre D. Henrique e D. Isabel teria havido outra filha: D. Branca, nascida em 1395 e que ainda vivia em 1401 (segundo refere Oliveira Martins no seu livro «Os filhos de D. João I» 2ª edição (p. 9). Devo notar porém que no trecho da carta da legitimação do conde de Barcelos, em 1401, que Oliveira Martins transcreve em nota (2) a pág. 18, vêm mencionadas duas filhas, sim, mas com os nomes de D. Brites e D. Branca, e falta o de D. Isabel... (conviria aclarar este ponto...).

Coisas mínimas, serão, se assim se entender, estes pecadilhos de que ninguém está livre. *Errare humanum est*. Mas não se me levará a mal corrigi-los. E a tal respeito não esconderei já agora o transtorno que uma simples omissão pode causar...

Dizendo o dr. Nemésio (pág. 9) que «Fernão Lopes conta em capítulo à parte da «Crónica de D. João I (LXXXVII), a genealogia do avô materno do Infante D. Henrique», quis aproveitar esta informação e fui procurar o dito capítulo. Tendo aqui à mão o volume 1º da dita crónica, na edição da Livraria Civilização, prefaciada por António Sérgio, o que ali encontro, no citado capítulo, é: *Como elrei partio de Santarém caminho de Lisboa...!* Ficando desapontado, reparo então que o dito volume I não passa, afinal, de ser a «Crónica do Mestre de Aviz» até à sua elevação a rei da qual se trata num dos últimos capítulos. Deve portanto a citação do dr. Nemésio estar padecendo a indicação de que se tratará do capítulo LXXVII mas é do *volume II*, da mesma crónica: a qual como se sabe consta de duas partes, cuja 2ª – que propriamente tratará de D. João I *depois de rei* – se contém por certo no volume II que, segundo deduzo da advertência à testa da edição, conterá «a segunda parte tal como figura no inédito quatrocentista da Biblioteca Pública de Évora» que contém «a versão mais fidedigna da segunda parte da «Crónica»...

Para um outro ponto quero porém chamar a atenção de que me ler.

A página 141 escreve o dr. Nemésio:

«No Inverno de 1449-1450, o duque de Borgonha, Filipe o Bom, velho amigo do Infante D. Pedro, estimulado decerto pela piedade fraterna da mulher, D. Isabel, irmã do morto, enviou a D. Afonso V o seu embaixador Jouffroy, Deão de Vergy que a 12 de Janeiro de 1450 fazia uma oração em Évora a favor da memória do Infante» – oração da qual o dr. Nemésio reproduz (até à pág. 147) os tópicos essenciais, na versão em vernáculo que Vasco Fernandes de Lucena fizera do latim ao embaixador.

Ora, Oliveira Martins, no apêndice // do seu livro sobre «Os filhos de D. João I», transcrevera em latim (decerto muito cheio de gralhas) os «Quatro discursos proferidos em Évora pelo Deão de Vergy, J. Jouffroy, enviado do duque de Borgonha a el-rei D. Afonso V, em defesa do Infante D. Pedro e de seus filhos», o primeiro dos quais proferido em Évora a 6 de Dezembro de 1449, o segundo a 12 de Dezembro, o 3º a 12 de Janeiro de 1450, e o 4º a 16 do mesmo mês. De resto, Oliveira Martins, bem especificadamente, se referia aos quatro discursos (a págs. 342 e 343 do seu livro), dizendo, a propósito do 3º, o seguinte: «A 12 de Janeiro há nova audiência e outro discurso, que é uma defesa formal de D. Pedro, à vista do direito feudal»; «e quatro dias depois, finalmente, a despedida». Sem dúvida, pois, que a oração de 12 era «em favor da memória do Infante»; mas não foi a única (conforme se seria levado a julgar pelo dizer do dr. Nemésio...). E não se pense que se a última fora de *despedida*, as duas primeiras teriam sido insignificantes. Não porque a primeira (diz Oliveira Martins) «reclamava a reabilitação da memória de D. Pedro e a restituição de honras e bens a seus filhos: tinha instruções para levar o cadáver do Infante, caso não se lhe quisesse dar sepultura condigna. A usava formalmente a corte portuguesa em nome da Borgonha, entremeando o seu discurso com as citações da antiguidade, clássica e judaica, à moda do tempo, aduzindo exemplos e desenvolvendo teses de piedade e sentimento humano».

«Este primeiro assalto do eloquente embaixador foi em vão. O rei entregou-lhe uma resposta escrita que era uma recusa formal».

Dias depois – (foi a 12) – houve outra audiência. Já estava publicada a carta em que o rei sancionava a condenação do tio; e então o embaixador, falou num tom diverso, mais solto, condenando asperamente os conselheiros criminosos do rei, declarando que se recusava a mandar a Filipe o Bom a resposta real, invectivando Afonso V pelo exemplo funesto que dera de traição e parricídio»...

A nova audiência veio então, a 12 de Janeiro, a única que o dr. Nemésio refere e de que dá os extractos que definem o seu teor.

Uma gralha (quero crer que o haja já sido, ou *um lapsos calami* ou... *mentis*, relevo eu, a meio da página 145, mas que não pode ficar sem rectificação.

Diz o dr. Nemésio: «E aludindo à velhice do duque de Bragança e ao ódio de seu filho o conde de Arraiolos contra o velho regente...».

Para os henriquistas, a gralha é evidente; *Ourém* em vez de Arraiolos, porque este segundo filho do duque que, pela morte do irmão, veio a ser o 2º duque de Bragança, fora sempre ao contrário do pai e do irmão, o mais entranhado defensor de seu tio D. Pedro, que por seu turno o reconhecia e estimava, tratando-o por *muito estimado sobrinho* – conforme se pode ver pela carta de desabafo, que de Coimbra lhe dirige em 30 de Dezembro de 1448 – documento do mais alto valor para a compreensão da nobreza de carácter de D. Pedro e da maquinação infernal dos seus inimigos, documento transcrito nas «Provas da História Genealógica» de A. C. de Sousa, como é sabido, e reproduzido ultimamente pelo dr. Julio Gonçalves, da pág. 288 a pág. 292, do seu valioso livro sobre «O infante D. Pedro – as sete partidas do Mundo e a génese dos descobrimentos (Lisboa 1955)».

Tocando no «delicado problema de Sagres como residência e escola» (a pág. 165), e após considerações de resto assaz judiciosas a propósito da Vila do Infante, escreve o dr. Nemésio: «Chamou-se-lhe também *Terçanabal*, nome que, com o *b* dialectal nortenho de algum escriba, se deve naturalmente ter por *Terça Naval* (*Terça e tercena* são vocábulos da esfera semântica de *arsenal*), e que só com etimológica fantasia é possível ligar a uma palavra composta cujo segundo elemento viesse de um púnico *Aníbal*).

Não posso aqui deixar de me admirar deste conceito do dr. Nemésio; porque quem disse que o cabo em que fundou a vila era *já* chamado *Terçanabal* foi o próprio infante... E assim como outro dia me vi na triste necessidade de endereçar o ignorante jornalista do A.B.C. sevilhano, para o artigo que se pode ler na «Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira sobre o infante D. Henrique, me tenho de ver agora na mais vergonhosa necessidade de chamar a esclarecida atenção do ilustre dr. Nemésio, para o meu folheto sobre «Terçanabal e a Escola de Sagres» onde o assunto do Terçanabal foi, julgo, exaustivamente tratado e definitivamente... posto em *pratos limpos*. (A edição é da «Seara Nova» de 1945, e creio que ainda se não esgotou) De resto, no vocábulo «Terçanabal» da referida «Enciclopédia» repeti a doutrina...

Também não posso deixar de me espantar com o absoluto silêncio acerca da fundamental carta do infante de 19 de Setembro de 1460 relativa à fundação da *Vila do Infante no Terçanabal*, de onde consta o motivo da fundação da mesma vila, o qual nada tem com o propósito de colher notícias, dada a frequência da navegação do Mediterrâneo, mas unicamente com as *nortadas* que ali retinham essa navegação, muito embora, uma vez fundada a vila por aquele declarado intuito cristianissimamente humano, se julgasse no

comum entender que o infante faria dele um porto rival do de Cadiz, pelo sua bondade geográfica...

Quem ler o livrinho benemerente, ficará pois neste ponto com uma deficiente noção de realidade verdadeira, sob o manto de uma sedição congeminação gratuita...

Vai longo este arrazoado; e, claro, mais longo poderia ser... Lamento não me ter sido possível evitá-lo, – apesar de ele não poder vir trazer qualquer deslustre ao nome honrado do ilustre dr. Nemésio. Mas as coisas são o que são. E, julgando por mim, nunca me envergonho de que se me apontem os meus erros, em público e razo...; e até agradeço que se me os revelem, para os emendar eu e os emendarem os involuntariamente por mim enganados, – *a bem da Verdade!*

Francisco Fernandes Lopes

ANEXO II

DOCUMENTOS

ESCOLA PRIMARIA SUPERIOR DE FARO

EDITAL

Francisco Fernandes Lopes, médico pela Faculdade de Medicina de Lisboa e director da Escola Primária Superior de Faro,

Faço publico que :

1.º — Pelo decreto de 5 de Maio último, que organizou as Escolas Primarias Superiores, foi transformada, a partir de 1 de Julho, a Escola Districtal de Habilitação para o Magistério Primário de Faro, nesta Escola Primária Superior que ficou sendo, no Algarve, a única onde se ministra o ensino primário superior, e, transitoriamente apenas, o antigo ensino normal;

2.º — O ensino primário superior destina-se a completar a educação geral adquirida na escola primária elementar e a dar uma preparação técnica de carácter regional;

3.º — O ensino primário superior é ministrado a ambos os sexos em regime de coeducação, e professado em tres anos ou classes, abrangendo :

a) uma secção geral, obrigatoria para todos os alunos e compreendendo as doze disciplinas seguintes:—lingua portuguesa; lingua franceza; lingua inglesa; matemática elementar, geometria intuitiva e sistema métrico; sciencias físico-químico-naturais; geografia; história geral, história de Portugal, instrução moral e cívica; noções práticas de higiene e puericultura; educação física; modelação e desenho; trabalhos manuais; música e canto coral;

b) varias secções técnicas—comercial, agricola, doméstica, industrial, maritima, etc.—variáveis em número, especie e feição, consoante as necessidades da população regional, e nas quais se fará a especialização dos alumnos, a partir da 2.ª classe, conforme as aptidões tecnicas reveladas na 1.ª classe e o parecer afirmativo do médico escolar;

4.º — O diploma do curso das Escolas Primárias Superiores habilita :

a) A requerer matrícula nas Escolas Normais Primarias (únicas escolas de habilitação para o exercicio do magistério primário oficial em todos os seus graus);

b) A requerer o diploma de aptidões pedagogicas nas Escolas Normais Primárias para o exercicio do ensino primário livre;

c) A requerer exame de saída do curso geral dos liceus (5.ª classe);

d) A concorrer a todos os cargos públicos para que fôr exigida a aprovação no exame de saída do curso geral dos liceus;

e) A requerer matrícula nas escolas técnicas, na parte já especializada, e, sendo esta a secção doméstica, a ter preferéncia no provimento em qualquer logar do quadro do pessoal menor ou de vigilancia das escolas femininas ou de educação;

f) A ter preferéncia na admissão em fabricas, oficinas, arsenais e quaisquer outros estabelecimentos do Estado;

5.º — A admissão de alunos á frequéncia do ensino primario superior, no proximo ano lectivo, deverá ser requerida desde 10 a 25 de Setembro corrente; o requerimento deverá ser acompanhado dos seguintes documentos :

a) certidão ~~comprobativa da idade mínima de 12 anos, completos até 31 de Dezembro do ano corrente;~~

b) atestado de vacinação, revacinação, ou ataque de varíola ha menos de 5 anos;

c) certidão de exame de instrução primaria (2.º grau);

Todos os candidatos á matricula serão, desde 28 de Setembro até 4 d'Outubro, sujeitos a um exame sanitario pelo medico da Escola; a matricula é gratuita e efectua-se desde 6 a 9 de Outubro, com a assisténcia do candidato e da pessoa encarregada da sua educação, que lavrará e assinará uma declaração desta qualidade;

6.º Os alunos do antigo curso normal que desejem ser admitidos á matricula do 2.º ou 3.º ano do mesmo curso deverão apresentar, desde 1 a 10 d'Outubro, o respectivo requerimento.

Escola Primaria Superior de Faro, 2 de Setembro de 1919.

O DIRECTOR

Francisco Fernandes Lopes

**Doc. 2 – Carta da Delegação de Faro da Direcção dos Serviços de Censura ao
Presidente da Câmara Municipal de Olhão, de 26 de Junho de 1942**

Faro, 26 de Junho de 1942

Ex.^{mo} Presidente da Câmara Municipal de
Olhão

A fim de dar cumprimento ao que me foi determinado pela Direcção Geral dos Serviços de Censura, rogo a V. Ex.^a. se digne dar-me informações acerca da idoneidade moral e política do Dr. Francisco Fernandes Lopes, residente em Olhão.

A Bem da Nação

O Delegado

Mário Lopo do Carmo

cap.

S.  R.

MINISTÉRIO DO INTERIOR

Direcção dos Serviços de Censura

giação de F. A. R. O

Confidencial

N.º 54

Faro, 26 de Junho de 1942

Ex.^{mo} Sr. Presidente da Camara
Municipal de

A-fim-de dar cumprimento ao que me foi determinado pela Direcção dos Serviços de Censura, rogo a V..Ex.^a. se digne dar-me informações ácerca da idoneidade moral e politica do Dr. Francisco Fernando Lopes, residente em Olhão.

A Bem da Nação

O Delegado

Mod. 3

**Doc. 3 – Carta da Delegação de Faro da Direcção dos Serviços de Censura ao
Presidente da Câmara Municipal de Olhão, de 1 de Julho de 1942**

Faro, 1 de Julho de 1942

Ex.^{mo} Presidente da Câmara Municipal de
Olhão

Rogo a V. Ex^a. se digne a responder ao meu ofício nº54, confidencial, de 26 do mês findo, em que solicitava me fossem fornecidas informações acerca da identidade moral e política do Sr. Dr. Francisco Fernandes Lopes, residente em Olhão, a fim de dar cumprimento ao que me foi destinado pela Direcção dos Serviços de Censura.

A Bem da Nação

O Delegado

Mário Lopo do Carmo

cap.

**Doc. 4 – Carta da Delegação de Faro da Direcção dos Serviços de Censura ao Director
dos Serviços de Censura, de 7 de Julho de 1942**

Faro, 7 de Julho de 1942

Director dos Serviços de Censura
Lisboa

Respondendo ao assunto da nota de V. Ex^ª. nº583 de 24 do mês findo, informo que o Dr. Francisco Fernandes Lopes, residente em Olhão, tem idoneidade moral, pois trata-se de uma pessoa séria, de carácter e culta, muito dedicada às letras e à música.

Quanto à idoneidade política, parece não ser pessoa integrada na actual situação política, não constando porém que a hostilize ou seja capaz de a hostilizar.

Esta resposta só hoje pôde ser prestada, porque estive aguardando a chegada de Lisboa do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Olhão e, como tivesse ainda chegada procurei informações junto de outras pessoas de confiança, entre as quais o Sr. Governador Civil deste Distrito.

A Bem da Nação

O Delegado

Mário Lopo do Carmo
cap.

Doc. 5 – Só me interessa a verdade (acerca da existência de Deus), 16 de Dezembro de 1934

Só me interessa a verdade – já não digo a verdade que pessoalmente pelas minhas poucas faculdades possa atingir ou reconhecer, mas a verdade de que por qualquer forma indirecta possa eu ter a indispensável certeza de que o é, de facto.

Ora, se eu tivesse a certeza de que a verdade era que Deus existe, seria naturalmente theísta, isto é, estaria certo de que Deus existe por convicção intelectual, não por cega ou supersticiosa crença. E, claro trataria de proceder, de organizar toda a minha vida em relação de corolário com essa certeza.

Como porém não há maneira, por mais que eu indague, de a existência de Deus se me apresentar como verdade, não posso deixar de ser ateu e de organizar a minha vida segundo a ordem que me aparece como mais d'acordo com a verdade que se me impõe. Nestas condições, desafio e agradeço aos especialistas do theísmo o grande obséquio das suas luzes no sentido de me fazerem alcançar, se não a demonstração de que a deficiência das minhas faculdades me tornaram presentemente incapaz, ao menos a certeza de que a verdade seria a que eles pretendem que é. Encontrarão da minha parte a melhor boa-vontade crítica, conforme convém e não pode deixar de ter-se uma condição *sine qua non*.

Olhão, 16 Dez. 1934

So me interessa a verdade, - ja nao
digo a verdade por pessoalmente pelas
minhas poucas faculdades, posso atingir
ou reconhecer a verdade de que
em qualquer forma indubitavelmente
em ter a indispensavel certeza de
que e' de facto.

Orad, se eu tivesse a certeza de
que a verdade era: que Deus existe,
seria ~~naturalmente~~ stricta como e'
certo de que Deus existe por evidencia
intellectual; mas por cega ou super-
sticiosa creencia. E logo tratava de
proceder de organizar toda a minha
vida em relacao de correlacao com essa cer-
teza.

Por mais que o indaguei
Como poderia mas ha momento de
a existencia de Deus se me apresentar
como verdade, mas como deixar de ser
athear e de organizar a minha vida
segundo a ordem que me apparece como
mais de accordo com a verdade que se

Doc. 6 – Carta de Orlando Ribeiro, de 7 de Fevereiro de 1945

7-II-1945

Caríssimo Senhor Doutor

Muito obrigada pela bela lição acerca das çoteias (é assim que se escreve?), que só foi pena não ter sido proferida do alto de uma das ditas. E mil desculpas pelo incómodo que lhe causámos e transtorno na sua vida. Mas, além do mais, gostava que os meus alunos o conhecessem – sequer uns minutos – para acabarem de fazer ideia do Algarve!

E como “a pobre não devas, etc.” cá espero o prometido artigo.

Um grande abraço do

mt. amg. adm.^{or} e grato

Orlando Ribeiro

Doc. 7 – Carta de Joaquim de Carvalho, de 19 de Janeiro de 1943

Coimbra, 19/1/943

Meu bom e prezado Amigo

Acabo de ver o sumário do livro comemorativo dos Centenários pub. pela Junta de Província do Algarve, e despertou-me o desejo de o ler o de o possuir. Será possível este desejo? Como suponho que o livro tenha sido destinado a ofertas e o meu Amigo, além de colaborador, é Algarvio de categoria e influência, recorro à sua bondade e préstimo nunca desmentido.

Grata e affect.^{te}

Joaquim de Carvalho

P.S. Recebeu o folheto do Sr. D. Leite, de crítica ao Alv. Pimpão, meu jovem e excelente colega e amigo?

Coincha, 19/I/943

Meu ho e pregado Deus
P. S. Reciba
o presente do
Sr. D. Leite,
de Cúrcia do
Alto. Pimpão,
meu irmão e
ocultista cabalístico
Se é amigo?

Acabo de ver o diário do do
lino comemorativo do Centenário
pub. pela Junta de Província do Algarve
e desportou-se me o desejo de o ler e
de o possuir. Será possível este desejo?
Como se pensa se o diário tem sido destinado
do o ofertar e o meu irmão, além de colab.
broad, e Algarvio de coragem e inflexão,
recorro à sua bondade e peço-lhe meus agradecidos.
grato e affect.
- ufanado

Doc. 8 – Carta de Joaquim de Carvalho, de 7 de Fevereiro de 1943

Figueira da Foz

7/2/943

Meu prezado Amigo

Estou em luto pelo falecimento de meu Pai. A sua perda deixou-me grande mágoa e vai determinar que aqui me estabeleça com o rancho de filhos para fazer companhia a minha Mãe. De Agosto em diante, certamente, terá de dirigir para aqui as suas cartas, embora eu vá a Coimbra, à Univ.^{de}, duas vezes por semana. Espero que a mudança me proporcione tempo livre para levar a cabo velhos projectos literários.

O seu artigo no Boletim li-o com m.^{to} gosto, e de um modo geral a colaboração literária é boa; pelo que me respeita, tocou os pontos que interessam ao Algarve com domínio do assunto, boa ordenação e apresentação dos factos capitais. M.^{to} bem. Quando regressar a Coimbra na 3^a feira mandar-lhe-ei a réplica do Sr. D. Leite. Irei perguntar ao Pimpão se recebeu o Boletim.

Manda sempre o seu amigo e adr.

Joaquim de Carvalho

Grata e affect.^{te}

Joaquim de Carvalho

Doc. 9 – Carta de Joaquim de Carvalho, de 25 de Abril de 1946

Figueira da Foz

25/IV/946

Meu caro Doutor Fernandes Lopes

Aproveitei as férias para fazer leituras em atraso de livros de amigos, entre os quais os seus. Parece-me penetrante e exacta a sua interpretação de «Terçanabal» e respectiva identificação com Portus Annibalis. A sua observação do regime dos ventos corrobora-a, pois na rota do estanho, as naves fenícias, ou antes cartaginesas, careceriam de um abrigo. Ando agora às voltas com o seu Algarve, ou antes com a cultura transtagana nos tempos anteriores à conquista romana; por isso me interessou a sua interpretação, que certamente citarei. M.^{to} útil e prática a sua organização das tabelas cronológicas; cá a coloco ao lado dos livros de consulta frequente. A Livraria Gonçalves, Praça da República, Coimbra, talvez aceitasse a consignação; escreva-lhe o meu Amigo.

Nas Antiguidades... de Estácio vi que o esparto foi de cultivo local; o apuramento do caso importava a certa correlação que me ocorreu.

Serei importuno pedindo-lhe a separata do seu Do Germanismo em Antero? Nunca li este seu escrito, pois como saberá sou velho estudioso do pensamento anterior.

Grata e affect.^{te}

Joaquim de Carvalho

Doc. 10 – Carta de Joaquim de Carvalho, de 14 de Janeiro de 1958

Coimbra

14/1/58

Meu prezado Amigo

Que o ano entrante lhe seja feliz!

Obrigado pelo livro de Schelling, que o M.^{el} Abreu ontem me entregou. Quando lhe aparecer o vol. I das obras do Diderot não se esqueça, pois além de carecer do texto, tenho interesse no vol., tanto mais que estou organizando a secção da minha livraria relativa ao séc. 18.

Saúde e alegria no trabalho são os votos do seu amigo e admirador

Joaquim de Carvalho

**Doc. 11 – Carta de Francisco Fernandes Lopes a Veiga Simões, de 10 de Março de
1945**

S/Casa – Olhão, 10 de Março 1945

Meu caro Veiga Simões,

Em primeiro ligar... não sei quantos milhões de desculpas por este silêncio meu! Depois das músicas outros variados afazeres médicos e extra-médicos se têm interposto e, como o nosso eterno já agora logo amanhã... é o que tem resultado.

Muito obrigado pelas suas duas cartas. Estimo que do próprio boletim haja tirado resposta a parte das suas perguntas.

Respondo às outras:

1.^a – No IV dos artigos que escrevi para o Diário do Algarve (e que me parece que lhe envie – mas se não diga porque ainda aqui tenho alguns exemplares) indiquei, por duas citações, o facto da ermida construída ou reconstruída por D. Pedro. É possível que no Vieira Guimarães venha a data desta construção ou reconstrução. O exemplar que compulsei era do Liceu de Faro e não o tenho aqui já. No entanto consultando as minhas fichas encontro que a referida data a colhi provavelmente da pag. XXIV da Introdução de José de Bragança à sua reedição da Crónica da Guiné: “Em 1443, no mesmo ano em que (...) a seu irmão D. Henrique o (...) de Trásfal (...), etc... mandou construir um convento de franciscanos, em honra de S. Vicente, na ponta ocidental do Promontório, etc... no sítio (...) onde lá existia uma ermida votiva.”. Como o Bragança tem estudado o D. Pedro, fiei-me neste dado. É possível que tenha feito asneira, pois num outro dado dele me fiei e com certeza a fiz: tolice grossa mesmo que fará o favor de rectificar: é na pag. seguinte à da data de 1443, onde digo que o Gonçalo Pacheco é pai de Duarte Pacheco, quando como é sabido é avô, sendo o pai o João Pacheco que lutou com a moirama e morreu em Tanger (conforme encontrei depois no Duarte Leite, pag.8 dos seus Descobridores do Brasil, e ainda ontem mais explicitamente estive lendo na Década 1.^a de João de Barros!... Mas fiara-me no Bragança (pag. 218 do I vol.) em que diz numa nota à menção do Gonçalo Pacheco “era pai do célebre Duarte Pacheco Pereira”. Não fizera então reparo, limitando-me a não considerar a coisa inverosímil... Indo... asneira! – vou no entanto tratar de saber donde o Bragança colheu a dita data. Nas Memórias eclesiásticas

do Silva, refere-se o facto mas não se dá data. Em indo a Faro irei procurar na Crónica da Província, de que existe um exemplar, bichesíssimo, na Biblioteca da Câmara Municipal.

2.ª – A carta de nomeação de Lançarote pelo Infante-regente vem registada a fl. 74 de Liv. 27 da Chancelaria de D. Afonso V [assim como] Jordão de Freitas diz em nota (1) e pag. 86 do seu estudo *A Vila e a Fortaleza de Sagres nos séculos XV a XVIII* (ed. do Inst. para a Alta Cultura – Coimbra – 1938).

3.ª – Sobre as almadravas algarvias, não tenho de momento informações precisas que possa dar-lhe. Recordo-me de coisas avulsas colhidas aqui e ali, mas vou rebuscar o que aqui tenho e o que encontrar lá lhe irá parar. Quere que o ponha em relação com o Iria? Ele é daqui e foi meu aluno na Escola Primária Superior de Faro. Fui eu que o empurrei para as ciências históricas; trato-o por tu, com toda a intimidade, e sou muito amigo dele, de modo que poderá assim ter dele tudo o que desejar.

Interrompo esta carta porque são já são quase 4 horas da tarde e ainda não almocei...

Até breve. Escreva sempre.

Muitos cumprimentos à sua mulher e para si um grande abraço do

velho amigo muito dedicado e grato

Doc. 12 – Carta de Vitorino Nemésio, de 2 de Janeiro de 1960

Lisboa, 2 Janeiro 1960.

R. Soc. De Farmacêutica, 56, 4º

Ao Dr. Francisco Fernandes Lopes.

Meu ilustre Amigo!

Não sei como desculpar-me de tantas e tão velhas faltas! O pandemónio das ocupações não basta. Graves cuidados de saúde abalada em pessoa de família ainda são as maiores atenuantes. O resto é com a sua bondade.

Primeiro, a carta em que tão gentilmente me falava do caso do espólio de Veiga Simões, que tanto admiro. Já lhe devia ter dito que não era eu certamente a pessoa em que ele pensava para lho ordenar. Mal o conheci, além de que só agora posso aspirar vagamente a hóspede em questões de descobrimentos. Suponho tratar-se de equívoco de Vitorino a Vitorino... Vitorino de Magalhães Godinho é a pessoa indicada.

E, agora, o seu generoso artigo no DIÁRIO DE LISBOA de 23 de Novº, À Volta do Infante. Creia que o estimo como o único escrito (do meu conhecimento) verdadeiramente crítico do que costumo chamar a minha “sebenta henriquina”. Foi coisa lavrada em condições precárias, que me sirvam de desconto para os deslizes que tão delicadamente me aponta, e que procuro corrigir na 2ª edição, no prelo.

Das orações de Jouffroy, aproveitei só a que Lucena traduziu, por ser o texto mais seguro, dado por Piel em apêndice do LIVRO DOS OFÍCIOS. Mas realmente do meu contexto podia inferir-se que a peça é única. Agora refiro as outras.

Só peço licença para ficar na minha, quanto a Terçanabal... ao menos por ora. Vou rever o assunto com vista ao trabalho mais pessoalmente investigado que preparo sobre O SÉCULO DO INFANTE. Mas o argumento filológico contra “Aníbal” é muito forte, além da extrema nebulosidade de uma fundação tão recuada. Mas – repito – vou ponderar.

Obrigado também por me chamar a atenção sobre as duas cartas capitais: a de D. Pedro ao Conde de Ourém seu sobrinho e a do Infante D. Henrique 19.9.69 sobre a sua Vila.

Na 2ª ed. da “sebenta”, no Prefácio, terei ocasião de lhe agradecer publicamente tão preciosa contribuição, resgatando assim de algum modo a grave mas involuntária omissão do seu ilustre nome entre os estudiosos da época mais valiosos, e que portanto mais admiro. O

mesmo fiz com o Dr. Júlio Gonçalves e certamente com outros autores. O mal é abrir o rol, mesmo selecto...

E um pedido! Quando escreve que o seu “arraçado” “mais longo poderia ser”, tem decerto em mente outros deslizes meus, que seria grande favor apontar-me (pelo menos os mais grados), para que eu os evite. Ainda é tempo, mas... muito curto!

Perdoe uma vez mais a minha tardança em escrever-lhe, e creia na sinceridade da minha gratidão pela sua benévola crítica, que abre com um juízo global sobre o volúvel livrinho, que muito me sensibilizou.

Conto ir ao Algarve vistoriar Barlavento, e nesse caso não deixarei de bater à porta de tão precioso cicerone!

Creia na maior estima,

Do seu camarada
e adm.^{dor} mt. grato

Vitorino Nemésio

Lisboa, 2 Janeiro 1960.
R. Soc. de Farmacêutica, 56, 4º

Ao Dr. Francisco Fernandes Lopes.

Meu ilustre Amigo !

Não sei como desculpar-me de tantas e tão velhas faltas ! O pandemónio das ocupações não basta. Graves cuidados de saúde abalada em pessoa de família ainda são as maiores atenuantes. O resto é com a sua bondade.

Primeiro, a carta em que tão gentilmente me falava do caso do espólio de Veiga Simões, que tanto admiro. Já lhe devia ter dito que não era eu certamente a pessoa em que ele pensava para lho ordenar. Mal o conheci, além de que só agora posso aspirar vagamente a hóspede em questões de descobrimentos. Suponho tratar-se de equívoco de Vitorino a Vitorino... Vitorino de Magalhães Godinho é a pessoa indicada.

E, agora, o seu generoso artigo no DIÁRIO DE LISBOA de 23 de Novº, **A Volta do Infante**. Creia que o estimo como o único escrito (do meu conhecimento) verdadeiramente crítico do que costumo chamar a minha "sebenta henriquina". Foi coisa lavrada em condições precárias, que me sirvam de desconto para os deslizes que tão delicadamente me aponta, e que procuro corrigir na 2ª edição, no prelo.

Das orações de Jouffroy aproveitei só a que Lucena traduziu, por ser o texto mais seguro, dado por Piel em apêndice do **LIVRO DOS OFÍCIOS**. Mas realmente do meu contexto podia inferir-se que a peça é única. Agora refiro as outras.

Só peço licença para ficar na minha, quanto a Terçanabal... ao menos por ora. Vou rever o assunto com vista ao trabalho mais pessoalmente investigado que preparo sobre **O SÉCULO DO INFANTE**. Mas o argumento filológico contra "Anibal" é muito forte, além da extrema nebulosidade de uma fundação tão recuada. Mas -- repito -- vou ponderar.

Obrigado também por me chamar a atenção sobre as duas cartas capitais : a de D. Pedro ao Conde de Ourém seu sobrinho e a do Infante D. Henrique 19.9.60 sobre a sua Vila.

Na 2ª ed. da "sebenta", no Prefácio, terei ocasião de lhe agradecer publicamente tão preciosa contribuição, resgatando assim de algum modo a grave mas involuntária omissão do seu ilustre nome entre os estudiosos da época mais valiosos, e que portanto mais admiro. O mesmo fiz com o Dr. Júlio Gonçalves e certamente com outros autores. O mal é abrir rol, mesmo selecto...

E um pedido ! Quando escreve que o seu "arrazoado" "mais longo poderia ser", tem decerto em mente outros deslizes meus, que seria grande favor apontar-me (pelo menos os mais graves), para que eu os evite. Ainda é tempo, mas... muito curto !

Perdoe uma vez mais a minha tardança em escrever-lhe, e creia na sinceridade da minha gratidão pela sua benévola crítica, que abre com um juízo global sobre o volúvel livrinho, que muito me sensibilizou.

*Conto ir ao Algarve visitar o Parlamento, e nesse caso
não deixarei de bater à porta de tão precioso cicerone!*

Creia na minha estima

*Do seu camarada
e adm. dr. m.º. fr.º*

Vitorino Nunes

**Doc. 13 – Carta de Francisco Fernandes Lopes a Vitorino Nemésio, de 11 de Janeiro
de 1960**

C. de V. Ex.^a – Olhão, 11 de Janeiro de 1960

Ex.mo Sr. Prof. Dr. Vitorino Nemésio,

LISBOA

Meu ilustre e prezado Amigo,

Muito obrigada pela sua carta, de que nenhuma desculpa tem a pedir-me pela demora, e que muito estimei receber. Felicito-me por lhe ter sido de alguma utilidade, conforme ao intuito único que me movera ao ter de escrever o artigo em questão.

Aplaudo inteiramente o seu propósito de uma 2.^a edição, correcta e aumentada segundo a velha fórmula; e, conforme ao seu pedido que muito me honra de lhe apontar outros deslizes, embora seja curto o prazo de que me fala, e também não seja muito vasto o tempo que para isso eu possa dispor, voltei a ler atentamente o seu excelente livrinho, e aqui estou já a dar-lhe conta do que aqui e ali, por vezes apenas saltuariamente fui topando.

Sem nenhuma pretensão pois de um amanho exaustivo, mas apenas como fruto de uma leitura corrente, chamarei a sua atenção, antes de tudo para o facto que corrobora ou reforça o que o Leal Conselheiro nos narra da harmonia fraternal e familiar dos infantes referida a pag.12: o capítulo admirável de Fernão Lopes, na [2.^a] parte da Crónica de D. João I – cap.CXLVIII – Que maneira tinham em guardar obediência a seu padre estes infantes, capítulo possivelmente decalcado em parte sobre o de D. Duarte. Se V. Ex.^a já conhecia, perdoará a minha referência.

A pag.25 diz V.Ex.^a que “Portugal nascente era um país exclusivamente agrícola.” – Perdoe que eu ache isto exagerado... É bom não esquecer que a metade do quadrilátero lusitano é circundado pelo mar, e que nos rios e riachos do interior também se pesca... O meu antigo aluno e velho amigo Alberto Iria, bem tem focado a actividade do Infante D. Henrique como grande armador... E sempre a população ribeirinha do Oceano ou dos rios e lagoas viveu da pesca, além do solo. Além, claro da exportação para o interior do país ou até para além fronteiras... Seria conveniente V.Ex.^a aprofundar um pouco este tema.

Pag.27 – Quanto ao Manuel Pezagno, recordo-me ter lido que não veio para cá como almirante, mas já cá estava, como armador, e foi simplesmente aproveitado. Seria conveniente V. Ex.^a ver bem este ponto.

A pag.91 uma gralha desaponta o leitor: 7 de Agosto por 27, embora corrigível pelo sentido e por este mesma data, repetida na pag.104.

Todo este capítulo VI – Tânger, deve V.Ex.^a, a meu ver, revê-lo, mesmo refazê-lo com toda a atenção. Algumas datas se tornam indispensáveis para evitar confusões. Relevo um lapso, a pag.89 D. C. [...] depois foi imperatriz d’Alemanha, – conforme V.Ex.^a pode verificar pelo cap.XX da Crónica de D. Duarte de Rui de Pina (a pag.148 da ed. de A.C. de Magalhães).

Confesso-lhe que fico desnordeado com o que desde pag. 94/95 V.Ex.^a como sendo do Conde de Arraiolos, não dando indicação alguma nem donde extrai esses trechos, nem a que data se refere isso. Certamente (?) há uma gralha quanto ao ano 1433, embora D. Duarte fosse o rei desde agosto. Hesitante entre Granada e Marrocos, D. Duarte, diz V.EX.^a mandara recolher os pareceres dos grandes Senhores, que aliás já haviam opinado no conselho reunido em Santarém. Do Cap.VI de Rui de Pina, colhe de facto que, uma vez reconhecido rei em Leiria, quisera D. Duarte espaçar as cortes para daí a um ano, ao que o Conde de Arraiolos tão decididamente se opusera, que o rei, seguindo o seu conselho foi logo para Santarém, onde as fez. Mas reparando agora no que V.Ex.^a diz da hesitação de D. Duarte entre Granada e Marrocos em consequência do que mandara recolher dos pareceres por escritos dos grandes senhores do reino que aliás já haviam opinado em Santarém – então é que consigo perceber que os ditos extractos são da carta do conde de Arraiolos, de 22 de Abril de 1433 (data que V.Ex.^a a seguir indica, mas sem dizer o ano, deduzindo-se que seria o de 1433 em que como acabara de dizer se levava o ano nessa questão.

A minha confusão proviera de isto se passar em Abril deste ano quando D. Duarte ainda não era rei mas apenas o regente temporário, como costumava durante os períodos de doença de seu pai que só faleceria em 14 de Agosto. Tanto esta carta do Arraiolos, como a de seu pai conde de Barcelos, de Guimarães em 10 de Maio (eu tenho aqui a informação de 29 – seria bom V.EX.^a conferir a ver qual será ao certo, agradecendo-lhe mo dissesse), dirigida a D. João e não a D. Duarte (segundo aqui me consta) e de que O. Martins não fala (pelo menos na pag.154 da 5.^a ed. (1926) de Os filhos de D. João I), dando em nota referência àquelas duas que reproduz integralmente no Apêndice E (como V. Ex.^a decerto sabe; mas refere-o o Dr. David Lopes a pag.401 da Hist. de Portug. ed. de Barcelos) sem dizer o dia e o mês (tomo III) – Retiro o que disse sobre Oliveira Martins não falar da carta do Conde de Barcelos... Fala, é verdade, mas a propósito da empresa de Tânger, transcrevendo a carta, julgo que na íntegra, e com a data de 29, conforme eu tinha notado aqui; e fora até esta a fonte do que eu escrevera

no meu artigo da Grande Enciclopédia Port. e Brasil., dizendo em resumo que me parece claríssimo: “E rectificando o tratado de paz perpétua (em Almeirim, 27-V-32) recebera (D. Henrique) o honroso convite do rei de Castela para o desviar da questão das Canárias; convite que, em todo o caso, D. Duarte, regente, não deixara de submeter a Conselho, dando pareceres divergentes o conde de Barcelos e os seus dois filhos, mas que D. Henrique diplomaticamente declinou. V.Ex.^a refere mais adiante o parecer do Conde de Ourém, de Lisboa, em 4 de Junho de 1433. Está certo, ainda, como vê, em vida de D. João I, embora dirigida a D. Duarte, a quem o rei doente havia muito que passara o peso da administração, conforme no-lo informa a pag.27 do indicado vol. da sua monumental História, o nosso ilustre amigo Dr. Damião Peres...

Como vê, julgo que conviria V.Ex.^a esclarecer devidamente este caso todo, tanto mais que a seguir, trata propriamente do Conselho acerca de Tânger, provocado pelo pedido de D. Fernando, de que Rui de Pina se ocupa, como sabe, no cap.XV, e onde o conde de Arraiolos também esteve, mas, como se lê no cap.XVII “se escusou por ser já ordenado e ele se convidar para a passagem”, pelo que o primeiro a falar foi o Infante D. João... V.Ex.^a deveria, a meu ver tratar todo este caso de Tânger, menos sinteticamente, porque às vezes, com o desejo de se meter o Rossio na Betesga, como costuma dizer-se, engendra-se confusão... Depois, sendo V.Ex.^a um espírito lúcido e amante da precisão – sendo excelentes as suas sínteses impressivas (que eu também pratico sempre que possível) desculpe que lhe recorde o velho dito de Cantú (e creio que já repetido por ele, de outrem, talvez Voltaire) que a História tem dois olhos: a Geografia e a Cronologia, – sem o que é fatal a confusão.

Acerca de Tânger, – quero referir-me ao determinismo psicológico e objectivo da bélica empresa – julgo que conviria a V.Ex.^a rever muito bem o que escreveu e que eu não tenho possibilidade de esmiuçar, demais a mais tendo caso sido tratado pelo Dr. Domingos Maurício há anos na Brotéria, mas sendo porventura mais complicado ainda, conforme bem suspeito pelo que se deduziria de uma análise minuciosa do que se passou na própria campanha infeliz, em que D. Henrique havia dado provas de alguma coisa muito ao invés da mais completa inabilidade, conforme ele ousadamente inculcou. Convém ler atentamente Rui de Pina. V.Ex.^a passa sinteticamente demais sobre todo este caso do malogro da expedição e seu desastre final. E se lhe falo assim é porque não quero ocultar-lhe que me tenho aplicado a estudar um pouco a fundo este ponto sobre o qual tenciono mesmo publicar um artigo talvez no Ocidente...

Perdoe V.Ex.^a que por agora eu ponha fim neste novo arrazoado desculpando-me, na corrente dactilografia directa em que me estou expressando, tudo o que possa parecer de menos correcção – da parte dum curioso vulgar, desportivo na Cultura, a um conceituado e

douto professor como V.Ex.^a... Falo-lhe, como se estivéssemos conversando e dizendo-lhe o que me vai ocorrendo.

Devo ir aí, na próxima sexta-feira, chegando aí na automotora das 13 horas e ficando lá até Domingo à tarde em que tornarei aqui. Se a V.Ex.^a interessar que eu vá ao seu encontro para palestrarmos, não tem mais que dar-se ao trabalho de telefonar para [...] 65184 – o telefone da casa das minhas filhas [...]todavia em meu nome na lista..., rua dos Industriais, [...]7, 1.º esq.º a dizer-me onde e quando nos poderemos encontrar.

[...].

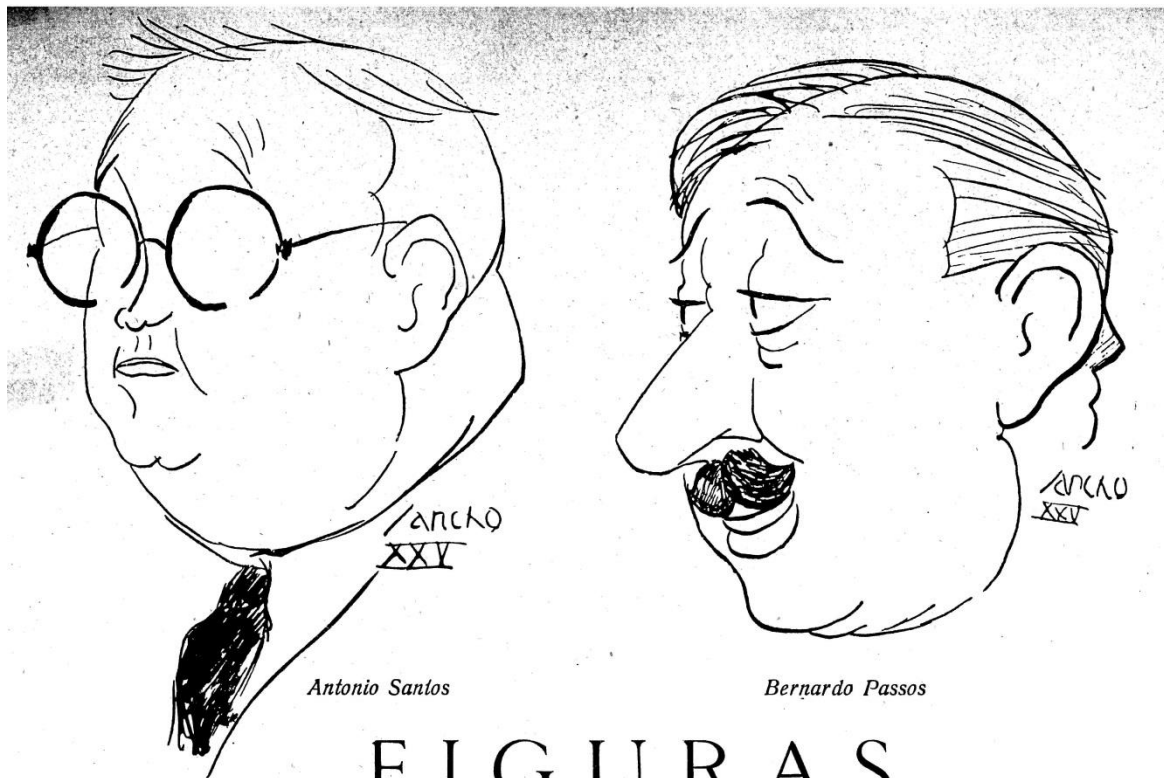
ANEXO III

FIGURAS



Fig.1 – Francisco Fernandes Lopes, na rua onde nasceu e que ainda durante a sua vida recebeu o seu nome.

Fonte: A.H.M.O., *Dossier com documentação de apoio sobre Francisco Fernandes Lopes.*



FIGURAS
DO
ALGARVE



Fernandes Lopes



Candido Guerreiro



Boaventura Passos

Fig.2 – Figuras do Algarve, caricaturas de José Dias Sancho, de entre as quais se inclui a de Francisco Fernandes Lopes.

Fonte: *Revista do Algarve*, nº3, Dezembro de 1925.



Fig.3 – Francisco Fernandes Lopes e a “inerudita” arquitectura olhanense.

Fonte: A.H.M.O., *Dossier com documentação de apoio sobre Francisco Fernandes Lopes.*



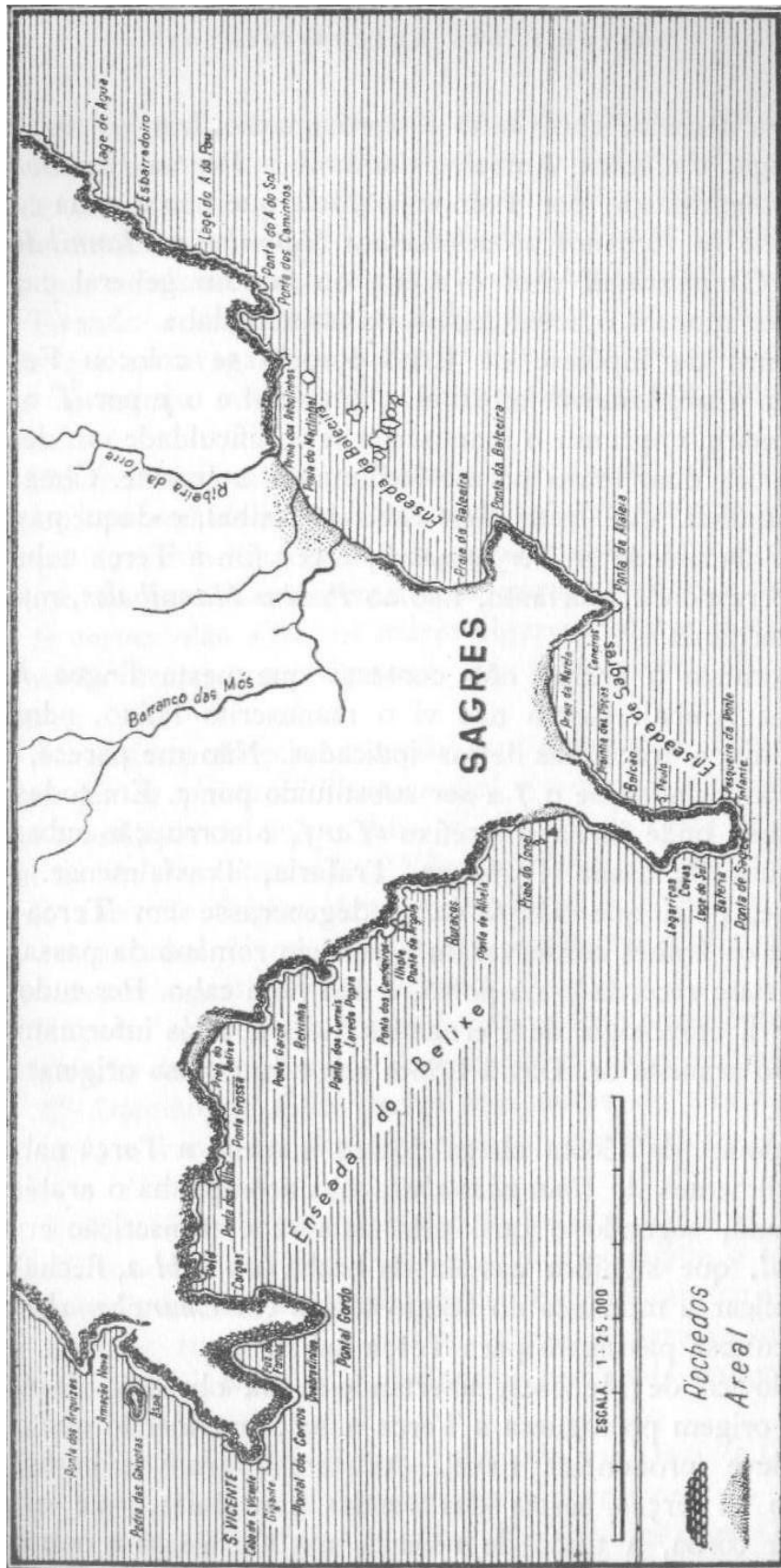
Figs.4 e 5 – Fotos antigas do panorama típico das açoteias olhanenses.

Fonte: António Paula Brito de PINA, "*Museu Fotográfico de Olhão*", [s.d.] [disponível em linha no site da APOS: www.olhao.web.pt/museu_fotografico_de_olhao.htm, consultado a 18/02/2011].

ANEXO IV

MAPAS

Mapa 1 – Cabo de Sagres e Cabo de São Vicente



Reproduzido a partir de: Duarte LEITE, *História dos Descobrimentos*, vol. I, 1958.